

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- DOUTORADO -**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**A COMMODITIZAÇÃO DO RURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA BOVINOCULTURA DE CORTE NA REGIÃO DO COREDE
MISSÕES/RS**

Daniel Claudy da Silveira

Santa Cruz do Sul

2018

**A COMMODITIZAÇÃO DO RURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA BOVINOCULTURA DE CORTE NA REGIÃO DO COREDE
MISSÕES/RS**

Daniel Claudy da Silveira

Tese apresentada para banca de defesa, da linha de pesquisa Organizações, Mercado e Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC), como requisito final para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. (Dr.) Sílvio Cezar Arend

Co-orientador: Prof. (Dr^a.) Cidonea Machado Deponti

Santa Cruz do Sul

2018

Daniel Claudy da Silveira

**A COMMODITIZAÇÃO DO RURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA BOVINOCULTURA DE CORTE NA REGIÃO DO COREDE
MISSÕES/RS**

Tese submetida para banca de defesa, da linha de pesquisa Organizações, Mercado e Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC), como requisito final para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Dr. Silvio Cezar Arend
Professor Orientador - UNISC

Dr^a. Cidonea Machado Deponti
Professora Co-orientadora - UNISC

Dr. Markus Erwin Brose
Professor Examinador - UNISC

Jorge Luiz Amaral de Moraes
Professor Examinador - UNISC

Dr. Dilson Trennepohl
Professor Examinador - UNIJUÍ

Dr^a. Mirian Beatriz Schneider
Professora Examinador - UNIOESTE

Santa Cruz do Sul

2018

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são inúmeros principalmente as pessoas especiais, que ao longo de minha vida me apoiaram e me proporcionaram carinho, amor e acima de tudo, que acreditaram em minha capacidade de enfrentar desafios e de superar adversidades.

Sou grato a minha querida mãe (*“in memoriam”*), pois sem ela não teria chegado onde estou e alcançado essa grande conquista. A minha avó (*“in memoriam”*), pela dedicação e carinho empregados na minha trajetória, sendo minha segunda mãe ao longo de minha de vida. Além disso, deixar registrado o quanto vocês duas foram valiosas em minha vida, e que estarão guardadas aonde eu for, dentro do meu coração. Saudade! Uma menção especial a minha sogra e sogro, a eterna Professora Enedina Marlene Budel Casalini e ao Olando Casalini, pelo apoio e confiança incondicionais.

Agradeço à Deus, por me guiar, proteger e amparar ao longo dessa caminhada e, por me dar forças que eu muitas vezes não sabia de onde tirar, para poder seguir em frente.

À minha amada Elenise, que me inspirou e me proporcionou carinho, cumplicidade, confiança e muito amor, nos momentos mais obscuros e também em momentos de alegria e satisfação. Obrigado por hoje comemorar ao meu lado a “nossa/minha” conquista!

Aos meus mestres da UNISC, principalmente aos professores Dr. Silvio Cezar Arend, Dr^a. Virgínia Etges, Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira, Dr^a. Cidonea Machado Deponti, Dr^a. Cláudia Tirelli, pelos conhecimentos transmitidos ao longo desses anos e, principalmente, pela paciência.

Aos Professores Dr. Silvio Cezar Arend e Dr^a. Cidonea Machado Deponti, pelas orientações e contribuições necessárias para o aprimoramento da tese, e acima de tudo pela confiança e credibilidade depositadas sobre minha capacidade.

Não há dúvidas de que o doutorado foi um grande desafio de vida, de modo prospectar, alçar novos rumos e projetos em virtude da ampliação de meu conhecimento nestes últimos quatro anos que estive envolvido no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC).

Aos colegas da turma de 2014, Berenice Beatriz Rossner Wbatuba, que além de colega, se tornou minha grande amiga e parceira nestes quatro anos, ao longo de muitos quilômetros de estrada, de angústias, de prazos, mas também de conquistas, de mates, de trabalhos e de tese. Também não posso deixar de lembrar da colega e amiga Marлизe Tiecker Carneglutti, por também compartilhar parte desses momentos e por ser integrante

da “tríade do desenvolvimento regional”. E, ao amigo e colega Emerson Juliano Lucca, pelas conversas e trabalhos desenvolvidos ao longo do percurso. Muito obrigado!

Aos demais colegas Cintia Agostini, Raquel Lazzari Pacheco, Elizabeth Drumm, Pedro Muller, José Carlos Severo Correa, Vônia Engel, Elia Denise Hammes, Diego Marques, Luciane Alves, Edgar dos Santos e Rejane Kieling, pelos momentos bons e angústias compartilhadas no desenvolvimento do curso. Aos meus amigos, que me ajudaram nesta caminhada, incondicionalmente, dando-me força e incentivo.

A Universidade de Santa Cruz do Sul e a Capes, por me proporcionarem a estrutura e as condições necessárias para que eu pudesse concluir com êxito o trabalho. E, a todos os que de uma forma ou outra acompanharam todo esse processo, e me ajudaram a superar os desafios ao longo do percurso, acreditando em minha capacidade. Muito Obrigado!

Dedico especialmente aos meus exemplos de vida (guerreiras) minha querida Mãe (“in memoriam”), que sempre estará guardada junto ao meu peito, e a minha Avó (“in memoriam”) pelo amor incondicional. Obrigado por poder compartilhar a vida (mesmo que por pouco tempo), pois foi um privilégio imenso as experiências e os ensinamentos vivenciados, o amor e a união. A minha amada Elenise por compartilhar essa conquista e também pela paciência e apoio dispensados nos momentos em que “a corda parecia arrebentar”. Amo vocês! Obrigado!

RESUMO

A COMMODITIZAÇÃO DO RURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA BOVINOCULTURA DE CORTE NA REGIÃO DO COREDE MISSÕES/RS

Essa pesquisa trata do movimento de commoditização da produção rural a partir da análise de bovinocultores de corte na região do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região das Missões (COREDE Missões), do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo é analisar este movimento commoditizador, que possui o viés homogeneizador da produção e do produto, no que tange os seus reflexos e repercussões sobre as formas de organização da produção, do trabalho e das relações sociais dos bovinocultores de corte na região missioneira. Propõe-se a identificar o grau de mercantilização da produção destes produtores, frente às distintas inter-relações que os produtores mantêm com o mercado, nas diferentes etapas de seu processo produtivo. O marco teórico metodológico utilizado é o de Formação Econômica e Social (F.E.S.), de modo a considerar as especificidades e particularidades do território, referentes aos aspectos históricos, culturais, econômicos, sociais, ambientais, geográficos e políticos na construção de sua territorialidade. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com vinte e um (21) bovinocultores de corte da região das Missões, entre outubro e novembro de 2017, considerando os aspectos produtivos e as distintas percepções dos produtores. As entrevistas foram direcionadas de acordo com os diferentes ciclos de produção da bovinocultura de corte: criador, recriador/terminador, criador/recriador e ciclo completo. Buscou-se analisar os produtores e seus ciclos de produção, conforme a sua inter-relação com o mercado, através de um maior ou menor grau de integração ou mercantilização produtiva. Assim, os produtores foram tipificados quanto ao seu grau de mercantilização da produção: o ciclo de cria foi classificado em uma dinâmica de mercantilização incompleta forte; o ciclo de recria/terminação, tipificado com elevada integração com o mercado, ou seja, em um processo de mercantilização completa; o ciclo de cria/recria, está classificado em uma dinâmica de produção interna sustentável, caracterizado por apresentar baixa integração ao mercado; o ciclo completo, na perspectiva de mercantilização incompleta forte. Percebe-se uma grande heterogeneidade dos produtores, tanto em relação a aspectos produtivos, quanto em relação a aspectos históricos, culturais, geográficos e sociais. Além disso, foram distinguidos dois tipos de bovinocultores em relação à sua inserção no mercado. O primeiro desempenha uma lógica produtiva de sustentabilidade, enquadrando-se nesta perspectiva os ciclos de cria e de cria/recria. O segundo exerce uma lógica de produção voltada ao mercado (ou de racionalidade econômica), representados pelos ciclos de produção de recriador/terminador e de ciclo completo. Quanto mais integrados e inseridos ao mercado, ou quanto maior for o seu grau de mercantilização da produção, mais conectados estarão seus processos produtivos, na lógica de reprodução global, interligados ao movimento de commoditização – ou de padronização das atividades (produto global). Assim, a tendência da integração com o mercado dos produtores (movimento de commoditização), irá repercutir, por consequência, em maior ou menor grau, sobre as formas de organização produtiva, do trabalho e das relações sociais no âmbito de suas distintas trajetórias de desenvolvimento, de acordo com suas especificidades e particularidades territoriais.

Palavras-chave: Commoditização; Grau de Mercantilização da Produção; Bovinocultores de Corte; Ciclos de Produção; Região do COREDE Missões.

ABSTRACT

THE COMMODITIZATION OF THE RURAL: AN ANALYSIS FROM CUT BOVINOCULTURE IN THE REGION OF COREDE MISSÕES/RS

This research deals with the commoditization movement of rural production from the analysis of beef cattle farmers in the region of the Regional Development Council of the Missões (COREDE Missões), State of Rio Grande do Sul. The objective is to analyze this commoditization movement, which has the homogenizing bias of the production and the product, in what concerns its reflexes and repercussions on the forms of organization of the production, of the work and of the social relations of the beef cattle of court in the missioneira region. It is proposed to identify the degree of commercialization of the production of these producers, given the different interrelations that the producers maintain with the market, in the different stages of their production process. The theoretical and methodological framework used is that of Economic and Social Formation (F.E.S.), in order to take into account the specificities and particularities of the territory, referring to historical, cultural, economic, social, environmental, geographic and political aspects in the construction of its territoriality. For that, semi-structured interviews were conducted with twenty-one (21) beef cattle farmers from the Missões region, between October and November of 2017, considering the productive aspects and different perceptions of the producers. The interviews were directed according to the different production cycles of beef cattle breeding: breeder, re-breeder/terminator, breeder/re-breeder and complete cycle. The aim was to analyze the producers and their production cycles, according to their interrelationship with the market, through a greater or lesser degree of integration or productive commodification. Thus, the producers were typified as to their degree of commodification of production: the breeding cycle was classified in a dynamic of incomplete commodification; the cycle of recreating/termination, typified with high integration with the market, that is, in a process of complete commodification; the breeding cycle, is classified in a dynamic of sustainable internal production, characterized by low market integration; the complete cycle, in the perspective of strong incomplete commodification. There is a great deal of heterogeneity between producers, both in terms of production and historical, cultural, geographical and social. In addition, two types of bovine animals were distinguished in relation to their insertion in the market. The former plays a productive logic of sustainability, with the creation and creation/rearing cycles in this perspective. The second has a market-oriented (or economic rationality) production logic, represented by the cycles of production of the recruiter/terminator and the complete cycle. The more integrated and inserted into the market, or the greater its degree of commodification of production, the more connected are its productive processes, in the logic of global reproduction, interconnected to the commoditization movement - or standardization of activities (global product). Thus, the trend of integration with the producer's market (commoditization movement) will consequently have a greater or lesser impact on the forms of productive organization, labor and social relations within their different developmental trajectories, according to their specific characteristics and territorial.

Keywords: Commoditization; Degree of Merchantilization of Production; Beef Cattle Farmers; Production Cycles; Region of COREDE Missões.

LISTA DE ABREVIATURAS

AMM	Associação dos Municípios das Missões
ANUALPEC	Anuário da Pecuária Brasileira
APP	Área de Preservação Permanente
BNT	Barreiras Não Tarifárias
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONVIVER	Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
DEPLAN	Departamento de Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul
EMATER/RS	Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural do Rio Grande do Sul
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Agência das Nações Unidas para a Segurança Alimentar
FEE/RS	Fundação de Economia e Estatísticas do Estado do Rio Grande do Sul
F.E.S.	Formação Econômica e Social
HÁ	Hectare
HAB	Habitantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
KG	Quilograma
KM	Quilômetro
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIN	Ministério da Integração Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PCM	Produção Capitalista de Mercadorias
PD	Produção Doméstica
PDFF	Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PEDR	Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul
PPM	Pequena Produção de Mercadorias
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal

PROMESO	Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais
PSM	Produção Simples de Mercadorias
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
RS	Rio Grande do Sul
RFP 7	Região Funcional de Planejamento Sete do Rio Grande do Sul
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul
SPR	Secretaria de Programas Regionais
VAB	Valor Adicionado Bruto
UA	Unidade Animal
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Mapa da Ocupação Indígena do Rio Grande do Sul.....	69
Figura 02. Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento do COREDE Missões/RS.....	85
Figura 03. Mapa dos Biomas Pampa e Mata Atlântica do Estado do Rio Grande do Sul.....	98
Figura 04. Desenho de Pesquisa da Tese.....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Formas de Organização da Produção – Economia de Escala versus Economia de Escopo.....	28
Quadro 02. Formas de Organização do Trabalho Produtivo – Economia de Escala versus Economia de Escopo.....	29
Quadro 03. Formas de Organização do Mercado – Economia de Escala versus Economia de Escopo.....	29
Quadro 04. Panorama das diferenças básicas entre os modos de produção familiar e empresarial.....	44
Quadro 05. Tipologias de Mercados.....	46
Quadro 06. Síntese do Estado da Arte: principais trabalhos sobre a Pecuária Familiar e a Bovinocultura de Corte.....	54
Quadro 07. Região das Missões/RS.....	77
Quadro 08. Diferentes Formas de Produção Mercantil.....	110
Quadro 09. Metodologia Adaptada de Mercantilização da Bovinocultura de Corte na Região das Missões/RS – Atributos Produtivos e Tipificação Mercantil.....	114
Quadro 10. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 01 – Ciclo de Produção Cria/Recria.....	128
Quadro 11. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 02 – Ciclo de Produção Ciclo Completo.....	129
Quadro 12. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 03 – Ciclo de Produção Cria.....	133
Quadro 13. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 04 – Ciclo de Produção Ciclo Completo.....	135
Quadro 14. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 05 – Ciclo de Produção Cria/Recria.....	138
Quadro 15. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 06 – Ciclo de Produção Ciclo Completo.....	140
Quadro 16. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 07 – Ciclo de Produção Cria/Recria.....	142

Quadro 17. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 08 – Ciclo de Produção Recria/Terminação.....	145
Quadro 18. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 09 – Ciclo de Produção Cria.....	147
Quadro 19. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 10 – Ciclo de Produção Recria/Terminação.....	150
Quadro 20. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 11 – Ciclo de Produção Cria/Recria.....	152
Quadro 21. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 12 – Ciclo de Produção Cria/Recria.....	154
Quadro 22. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 13 – Ciclo de Produção Ciclo Completo.....	157
Quadro 23. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 14 – Ciclo de Produção de Cria.....	160
Quadro 24. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 15 – Ciclo de Produção de Recria/Terminação.....	162
Quadro 25. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 16 – Ciclo de Produção de Cria/Recria.....	165
Quadro 26. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 17 – Ciclo de Produção de Cria/Recria.....	167
Quadro 27. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 18 – Ciclo de Produção de Recria/Terminação.....	170
Quadro 28. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 19 – Ciclo de Produção de Recria/Terminação.....	172
Quadro 29. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 20 – Ciclo de Produção Ciclo Completo.....	174
Quadro 30. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 21 – Ciclo de Produção de Cria.....	176

Quadro 31. Grau de Mercantilização da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.....	177
Quadro 32. Características Gerais do Ciclo de Produção de Cria da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.....	179
Quadro 33. Características Gerais do Ciclo de Produção de Recria/Terminação da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.....	180
Quadro 34. Características Gerais do Ciclo de Produção de Cria/Recria da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.....	181
Quadro 35. Características Gerais do Ciclo Completo da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.....	182
Quadro 36. Grau de Mercantilização do Ciclo de Produção de Cria da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.....	183
Quadro 37. Grau de Mercantilização do Ciclo de Produção de Recria/Terminação da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.....	184
Quadro 38. Grau de Mercantilização do Ciclo de Produção de Cria/Recria da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.....	185
Quadro 39. Grau de Mercantilização do Ciclo de Produção de Ciclo Completo da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS....	186
Quadro 40. Grau de Mercantilização dos Ciclos de Produção da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.....	187
Quadro 41. Ciclos de Produção, Grau de Mercantilização e Lógica de Produção da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.....	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. População do COREDE Missões/RS – por município – 2010.....	88
Tabela 02. Valor Adicionado Bruto Total dos Municípios da Região do COREDE Missões/RS – em R\$ milhões – 2010 a 2013.....	90
Tabela 03. Valor Adicionado Bruto Total – por setores – da Região do COREDE Missões/RS – em R\$ milhões – 2010 a 2013.....	91
Tabela 04. Valor Adicionado Bruto Agropecuário dos Municípios da Região do COREDE Missões/RS – em R\$ milhões – 2010 a 2013.....	92
Tabela 05. Valor Adicionado Bruto Industrial dos Municípios da Região do COREDE Missões/RS – em R\$ milhões – 2010 a 2013.....	93
Tabela 06. Valor Adicionado Bruto dos Serviços dos Municípios da Região do COREDE Missões/RS – em R\$ milhões – 2010 a 2013.....	94
Tabela 07. Área Total, Média e Número de Estabelecimentos Agrícolas dos Municípios da Região do COREDE Missões/RS – em unidades e hectares – 2006.....	95
Tabela 08. Efetivo de Rebanho Bovino, Pastagens Naturais, Lavouras Plantadas com Forragens e Média de Animal por Hectare dos Municípios da Região do COREDE Missões/RS – em cabeças e hectares.....	96
Tabela 09. Entrevistas junto aos Bovinocultores de Corte na Região do COREDE Missões/RS.....	109

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 O MOVIMENTO DE COMMODITIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.....	24
2.1 A teoria da acumulação capitalista e globalização: suas repercussões nos territórios.....	24
2.2 Escalas de des(articulação) nos territórios.....	36
2.3 O processo de mercantilização e de commoditização agrícola.....	42
2.4 A literatura sobre a pecuária familiar e a bovinocultura de corte no RS.....	49
3 FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL (F.E.S.) DO TERRITÓRIO MISSIONEIRO.....	65
3.1 Emergência missioneira e suas bases históricas.....	67
3.2 Caracterização da região do COREDE Missões/RS.....	81
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	100
4.1 Marco teórico-metodológico.....	100
4.2 Técnicas de pesquisa.....	104
4.3 Procedimentos de coleta e sistematização dos dados.....	105
4.4 Análise e interpretação dos dados.....	108
5 OS BOVINOCULTORES DE CORTE NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS.....	117
5.1 Perfil Geral dos Bovinocultores de Corte da Região das Missões/RS.....	117
5.2 Análise e Interpretação dos Bovinocultores de Corte em relação ao seu Grau de Mercantilização da Produção.....	126
5.3 Especificidades e o Grau de Mercantilização dos Ciclos de Produção da Bovinocultura de Corte na Região do COREDE Missões.....	178
6 CONCLUSÕES.....	190
REFERÊNCIAS.....	196
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	205
APÊNDICE B – ROTEIRO DE PESQUISA.....	206
APÊNDICE C – ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	212

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e a sua evolução histórica sempre estiveram vinculados ao modo de produção vigente, ou seja, ao regime de acumulação capitalista. O conceito de desenvolvimento, por muitos anos, esteve intrinsecamente relacionado ao crescimento econômico. Esta perspectiva economicista, determinista e positivista do desenvolvimento, por muito tempo, perdurou sobre a análise das nações, de regiões específicas e das relações dos agentes inseridos em diferentes dinâmicas produtivas. O desenvolvimento tinha como premissa o estabelecimento de uma relação de causa e efeito dos fenômenos econômicos, atrelado ao modelo de produção vigente.

Em contrapartida, a problemática do desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XX, rompe este paradigma. Em uma perspectiva das relações humanas e sociais e da percepção e interação de diferentes áreas de pesquisa (geografia, história, sociologia, economia...), o termo desenvolvimento toma uma nova forma, que não necessariamente está imbricada em uma lógica de crescimento econômico. Nesta seara, abordagens distintas emergem, em relação aos aspectos qualitativos. Um deles está relacionado às especificidades regionais, em uma ótica de desenvolvimento regional, através da construção do território, a partir das potencialidades e particularidades da região.

Para Flores (2006, p. 04), o conceito de território “considera a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores [...] o conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço [...] relacionada a limites geográficos, ou ao espaço determinado”. O território surge como resultado de uma ação social, apropriando-se de um espaço (tanto física como simbolicamente), denominado assim como um processo de construção social.

Esse território, entendido como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento, vem sendo objeto de ações tanto de iniciativas da própria sociedade, através de movimentos sociais, organizações não-governamentais quanto por ações de empresas privadas, bem como de iniciativas do poder público (FLORES, 2006).

Conhecer as características das atividades econômicas básicas de uma região e as potencialidades que cada uma delas apresenta para o desenvolvimento regional é importante para compreender o quadro geral das possibilidades e dos limites existentes para a definição de estratégias de ação consistentes com a realidade. No caso, serão elencadas a trajetória e as diferentes dinâmicas produtivas dos bovinocultores de corte na Região do Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões (COREDE Missões), no

Estado do Rio Grande do Sul, bem como suas especificidades e particularidades que permeiam tal atividade.

Esta pesquisa abordou o movimento de commoditização do agronegócio e seus reflexos sobre a bovinocultura de corte na região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul. A análise considera as mudanças na dinâmica de tal setor que se intensificaram com as doenças da “vaca louca”, no continente europeu, em 1998, e da febre aftosa, em 2001, no Brasil, que culminaram em novas determinações, referentes a regras e regulações comerciais e de padronização da produção. De acordo com Ploeg (1992), este movimento é caracterizado como um processo de mercantilização da agricultura. O autor assume que a mercantilização é a passagem da forma de valor de uso de um bem material para a forma de valor de troca, isto faz com que o processo de organização do trabalho passe a ser orientado para os intercâmbios com o mercado (com grande intensificação das relações mercantis, voltadas a geração do excedente econômico). Com isso, as atividades que ficavam circunscritas ao agricultor, sua família e aos estabelecimentos passam a ser cada vez mais permeadas e coordenadas pelo mercado.

Estas relações, à medida que se tornam mais importantes, formam uma matriz que começa a governar os demais tipos de relações comerciais resultantes. Portanto, tal processo não somente afeta as atividades produtivas (formas de organização da produção e do trabalho), mas resulta também na transformação completa dos processos de reprodução. Deste modo, o processo de produção é engendrado para a criação de *commodities*, ou seja, para o mercado (PLOEG, 1992).

Nesse sentido, o objeto de estudo demonstra uma dinâmica que se enquadra dentro de um modelo globalizado (sistema capitalista moderno em que o consumo é previamente induzido), que está subordinado a forças globais que agem sobre as regiões e, por consequência, sobre a produção de bovinos de corte. Portanto, é necessário identificar como se estabelece e se legitima este movimento, o qual, em última instância, desemboca no processo de padronização de sua produção. Importante salientar que este movimento não é exclusivo, pois também é verificado em outros mercados, representados por outras *commodities*, como soja, trigo, milho, carne suína e de frango, frutas, entre outros produtos.

Nesse aspecto, buscou-se investigar os determinantes históricos, geográficos, políticos, sociais, econômicos e culturais que culminaram na atual conjuntura da produção e de integração mercantil da carne bovina, na Região das Missões, bem como o movimento de commoditização, que é controlado pelo mercado e que repercute

diretamente sobre as relações sociais dos produtores e nas formas de organização da produção no território.

Tem-se que, nos últimos tempos, a produção de carne bovina apresenta um novo padrão mercadológico. Este novo padrão é compreendido pelo processo de certificação que se observa neste segmento produtivo, a partir de meados de 1998 e que pode também ser nomeado como um movimento de commoditização da carne, inserido no contexto da globalização dos territórios. Tal movimento direciona a produção de carne bovina para uma lógica de padronização da produção ou do produto. Além disso, não se restringe apenas a este segmento, verificando-se este mesmo fenômeno na soja, milho, trigo, arroz, ou seja, em produtos basicamente agrícolas e homogêneos – de difícil diferenciação. O mercado torna-se o protagonista deste modelo globalizante.

Para tanto, o mercado, controlado por forças hegemônicas, é quem dita as regras e padrões a serem seguidos e incorporados na produção. O produtor deve segui-los prioritariamente, pois, se não atender tais requisitos, corre o risco de ficar à margem do processo, ou seja, excluído do “mercado”. Deste modo, para continuar a exercer a sua atividade, o produtor deve aderir ao novo modelo padrão e atender às necessidades impostas pelo “mercado” (representado por um consumo induzido – oriundo do modelo capitalista moderno), reproduzindo o produto de acordo com o padrão solicitado. No entanto, a adesão é voluntária, ou seja, espontânea, o que, de certo modo, coloca a responsabilidade sobre o produtor, pois se o mesmo não se incorporar a tal dinâmica, tenderá a ficar à margem do processo ou do mercado. Porém, com a legitimação desta padronização, verifica-se uma perda de autonomia do lado da oferta, ou seja, do produtor, tornando-se refém de tal movimento commoditizador, pois esta “adesão espontânea” é seguida por amarrações contratuais, investimentos de capital, novas técnicas e métodos de produção, padrões sanitários e fitossanitários, tecnológicos, culturais, entre outros aspectos, que alteram as suas condições reprodutivas pré-existentes.

Assim, os produtores rurais devem incorporar padrões que garantam a possibilidade de torná-los propriedades padronizadas (ou certificadas). Entretanto, para a implementação deste padrão, são necessários requisitos determinantes como: capital, acesso a crédito, leis ambientais, qualidade (índice de gordura, cor, maciez, paladar), área de terras para rotação de pastagens, pacotes tecnológicos (genética, mecanização), técnicas de produção e manejo, bem-estar animal, assistência técnica, controle de pragas e doenças, aspectos sanitários e fitossanitários, etc.

Mais do que isso, estas imposições repercutem sobre as condições pré-existentes

de produção e reprodução dos produtores e, por consequência, das suas relações historicamente e culturalmente construídas, permeadas no território com distintas trajetórias de desenvolvimento.

Além disso, as exigências impostas pelo “mercado”, visando à obtenção da padronização produtiva, podem excluir os produtores desse segmento. Esse fato acaba por gerar um fator complicador para estes, pois rompe com as tradições, as relações sociais, o saber-fazer, em relação ao manejo e às técnicas de produção e à cultura, estabelecidas e construídas ao longo da trajetória de desenvolvimento.

O produtor que não se adapta a tais exigências de produção acaba sendo excluído desse circuito, de modo que ele possui, principalmente, dificuldades de acesso a capital, tecnologia, técnicas de produção e de manejo e disponibilidade de terras, não possibilitando uma produção em grande escala e com alta rotatividade. Como resultado, este movimento de commoditização do agronegócio acaba por deixar à margem ou dificultar a permanência dos produtores nesta atividade – inclusive no escoamento de sua produção –, por não acompanhar tal ordenamento produtivo.

Assim, tal movimento gera uma tendência à concentração da produção¹, o que consolida ao setor um processo de monopolização, capitaneado por grandes corporações e pelo mercado consumidor, sendo que apenas algumas propriedades rurais têm condições de se adaptar e atender a tal tendência, que é cada vez mais exigente em relação aos padrões de produção e a qualidade do produto. Desse modo, a associação a esse padrão mercadológico e de produção está estritamente ligada ao modelo capitalista moderno, que visa estimular o consumo induzido (no sentido de segurança alimentar e de qualidade do produto), proporcionando reflexos diretos aos produtores e consumidores, o que, respectivamente, no primeiro caso, gera um processo excludente na produção e, no segundo, uma tendência à elevação dos preços finais do produto.

Nesse sentido, a pesquisa visa a aprofundar e contribuir com conhecimentos sobre esta dinâmica de mercado, a partir da bovinocultura de corte na região das Missões do Estado Rio Grande do Sul. Inserida em um contexto de enraizamento histórico na formação do Estado gaúcho, a pecuária, através dos gados xucros, nas províncias do “Bioma Pampa” (pastagens naturais, pradarias), foi um dos atrativos desse território, que

¹ No Brasil, este setor é basicamente representado por grandes empresas, que de certo modo, foram sendo constituídas através de fusões e incorporações, que gerou uma maior concentração do mercado de carnes. No Rio Grande do Sul, este mercado é praticamente dominado pela empresa Marfrig Frigoríficos Brasil S. A., com plantas industriais nos municípios de Alegrete, Mato Leitão, Bagé e Capão do Leão.

era útil tanto para transportes (por “juntas de bois”), quanto pela questão da carne, ou seja, em termos de alimento.

De acordo com o IBGE (2006; 2011) o Estado gaúcho possui 441,4 mil estabelecimentos agropecuários², em uma área total de 20,32 milhões de hectares. Em relação à pecuária e criação de outros animais existem 171,1 mil estabelecimentos agropecuários que praticam tal atividade, ou seja, 38,7% do total. Conforme Tourrand (2016, p. 07) a pecuária familiar no Rio Grande Sul “é estimada atualmente em mais de 60 mil famílias”. Além disso, o Brasil é um grande *player* no mercado internacional da carne, sendo o principal exportador de carne bovina mundial, com uma fatia representativa de mais de 20% do total das exportações (ANUALPEC, 2016). Tais dados demonstram grande competitividade e potencial no mercado de carnes.

No que diz respeito ao enfoque territorial, as vantagens comparativas da região das Missões em termos de custos e de disponibilidade de fatores de produção (manejo e técnicas produtivas, área territorial, campos naturais, boas pastagens, grãos e clima), conferiram ao território o *status* de exportador de carne bovina no mundo, com alto grau de especialização da produção. Tal desempenho é proveniente de sua trajetória cultural, social, econômica, geográfica e ambiental na formação do território.

Aliado a este potencial produtivo, existe a demanda crescente por produtos seguros em termos alimentares. O aumento da preocupação dos consumidores, com relação à segurança e à qualidade dos produtos agroalimentares, levou países importadores a restringir cada vez mais o comércio (já estudado pioneiramente por David Ricardo – Lei dos Cereais³), através da imposição de regulamentações e acordos sanitários, que muitas vezes representam barreiras não-tarifárias (BNT’s) de comércio. A justificativa para essas barreiras está na própria natureza do produto, cujo comércio está sujeito à determinação e imposição de normas técnicas e sanitárias. No caso da comercialização de carne bovina, em sua história, pesam a favor de tais medidas e regulamentações, a doença da “vacca louca”, em meados de 1998, no continente Europeu e a “febre aftosa”, em meados de 2001, no território brasileiro.

Assim, os produtos oriundos da produção de carne bovina, devem seguir padrões de produção que garantam sua integridade e qualidade. A demanda (guardadas as

² O país detém um montante de 5,1 milhões de estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área total de 333,6 milhões de hectares. Já em relação aos estabelecimentos ligados a atividade pecuária e criação de outros animais, no Brasil, representam 2,3 milhões de propriedades (IBGE, 2006).

³ Proteção à agricultura, tornando praticamente absoluta a proteção e impedindo a importação de produtos agrícolas de outros países.

proporções), por sua vez, acaba ditando os rumos deste segmento, que de certo modo, são absorvidos pelo processo produtivo. Esta absorção é caracterizada pelo processo de certificação ou de padronização da carne bovina que está, sobremaneira, conectada com as relações mercantis, repercutindo sobre as formas de organização da produção dos bovinocultores de corte missioneiros.

Não obstante isso, há uma tendência à monopolização da produção, com a presença de grandes corporações nesse segmento, que acaba por gerar um enfraquecimento do poder de barganha do produtor frente ao mercado (o produtor torna-se refém do processo), originando riscos para a manutenção e sobrevivência destes.

Desse modo, é premente verificar tal segmento produtivo no Estado gaúcho, particularmente na região missioneira, bem como o processo de mercantilização da produção. Deve-se evidenciar ainda, que tal atividade de produção está inserida dentro de um contexto de produção global (movimento de commoditização) que exerce uma pressão sobre os bovinocultores de corte que não têm capacidade de se adaptar aos padrões exigidos por este processo mercantil.

A pesquisa debruça-se em entender o movimento commoditizador que está instaurado no processo de produção de carne bovina, de modo a elucidar os aspectos que interferem sobre tal segmento e as alternativas, adaptações e interações que os produtores rurais buscam para manterem-se em tal ramo de atividade, particularmente no caso do território missioneiro.

Isso posto, a tese tem como objetivo analisar o movimento de commoditização da produção e suas repercussões nas formas de organização produtiva do trabalho e das relações sociais, considerando as distintas trajetórias dos bovinocultores de corte na Região do Conselho de Desenvolvimento da Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos tratam de a) identificar a trajetória da bovinocultura de corte na região das Missões; b) investigar o processo de commoditização da produção; c) analisar de quais formas o processo de commoditização repercute nas relações sociais, nas formas de organização da produção e no trabalho dos bovinocultores de corte da região missioneira.

O marco teórico metodológico utilizado para a operacionalização da pesquisa é o de Formação Econômica e Social (F.E.S.), de modo a considerar as especificidades e particularidades do território, referentes aos aspectos históricos, culturais, econômicos, sociais, ambientais, geográficos e políticos na construção de sua territorialidade. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com vinte e um (21) bovinocultores

de corte da região das Missões, entre outubro e novembro de 2017, considerando os aspectos produtivos e as distintas percepções dos produtores. As entrevistas foram direcionadas de acordo com os diferentes ciclos de produção da bovinocultura de corte: criador, recriador/terminador, criador/recriador e ciclo completo.

Para tanto, está estruturada em seis (6) capítulos. O primeiro é este, que engloba os aspectos introdutórios acerca da pesquisa, referentes à commoditização e os reflexos sobre os bovinocultores de corte da região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul. O segundo capítulo resgata a fundamentação teórica do movimento de commoditização da produção, que está alicerçada sobre o regime de acumulação capitalista e da globalização dos mercados. Além disso, também apresenta o estado da arte referente aos conceitos de mercantilização da produção e da literatura e evidências empíricas sobre a bovinocultura de corte e a pecuária de corte no Estado gaúcho. No terceiro capítulo é debatido o marco teórico metodológico da Formação Econômica e Social (F.E.S.), ancorada em uma perspectiva de construção territorial, em relação à emergência da região e à caracterização do território missioneiro, considerando as trajetórias econômicas, sociais, históricas, políticas e culturais de desenvolvimento. No capítulo quatro apresenta-se os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento e operacionalização da respectiva pesquisa. No quinto capítulo, são apresentados os resultados, de modo a estabelecer o perfil geral dos bovinocultores de corte, a análise individualizada dos produtores, alvo da pesquisa, visando extrair o seu grau de mercantilização e a integração com o mercado dos diferentes ciclos de produção de bovinos de corte. No sexto e último capítulo, apresenta-se as conclusões, as ponderações e as contribuições teóricas do presente estudo.

2 O MOVIMENTO DE COMMODITIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Este capítulo trata sobre a revisão bibliográfica sobre o movimento de commoditização que se engendra na dinâmica econômica atual, bem como os aspectos referentes a ampliação do capital e as suas formas de reprodução que influenciam as estratégias econômicas e alteram as dinâmicas produtivas e as relações organizacionais e sociais dos agentes.

Assim, o capital, com a limitação interna de sua expansão (que em sua essência é contraditório), busca novos territórios para ampliar seu regime de acumulação. Estes novos territórios devem, sobretudo, ser abundantes em recursos naturais e humanos de modo a propiciar altos rendimentos aos detentores do capital. Nesse sentido, normalmente as grandes corporações (por meio de empresas multinacionais e transnacionais) buscam territórios desarticulados, de modo a explorá-los de forma ampliada, tanto em relação aos recursos naturais quanto de mão de obra (que geralmente são abundantes nestes territórios), que acabam representando em menor custo de produção para os detentores de capital. Para entender tal processo, precisa-se esclarecer aspectos referentes ao processo de acumulação capitalista, a apropriação dos territórios pelo capital e suas escalas de des(articulação).

Além disso, contempla a discussão sobre os trabalhos seminais relacionados ao processo de mercantilização das unidades produtivas agrícolas e ao movimento de commoditização da produção. Para tanto, resgatam-se as pesquisas referenciadas sobre a pecuária familiar e a bovinocultura de corte no Estado do Rio Grande do Sul, bem como de suas formas e estratégias de organização da produção, do trabalho e de suas repercussões no território da Região das Missões.

2.1 A teoria da acumulação capitalista e globalização: suas repercussões nos territórios

Existe uma relação muito grande entre o regime de acumulação capitalista e o termo globalização. Para Harvey (2001, p. 43) “a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista”. O capitalismo é muito dinâmico e inevitavelmente expansível (o termo expansível pode ser aqui subentendido como modo de produção global); tal sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que configura e reconfigura as formas de produção e reprodução no mundo.

No entanto, “no capitalismo, o crescimento econômico é, um processo de contradições internas, que, frequentemente, irrompe sob a forma de crises” (HARVEY, 2001, p. 44).

Desse modo, é interessante considerar que o processo de acumulação capitalista produz tensões no âmago de seu sistema e que devem ser analisadas como vetores de sustentação, mas também de contradições ao longo de seu processo de expansão (HARVEY, 2001, p. 44-45):

i) A existência de um excedente de mão de obra (exército industrial de reserva): tem o papel de alimentar a expansão da produção, mediante ao estímulo de crescimento populacional, a geração de correntes migratórias ou a criação de desemprego pela adoção de inovações e novas tecnologias;

ii) A existência de meios de produção: máquinas, equipamentos, matérias-primas e infraestrutura que possibilitem a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido;

iii) A existência de mercado (demanda efetiva): para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas.

Considerando tais fatores e destacando suas contradições, Marx (1973) observa que o capitalismo por si próprio irá produzir barreiras ou entraves para a sua expansão. “Isso significa que as crises são endêmicas ao processo de acumulação capitalista. [...] as crises podem se manifestar de diversos modos dependendo das condições de circulação e de produção” (HARVEY, 2001, p. 45).

Considere-se, por exemplo, uma crise típica de realização, que nasce porque a acumulação pela acumulação significa, inevitavelmente, a tendência a produzir sem levar em consideração os limites do mercado (MARX, 1969b, p. 522). Constantemente, os capitalistas tendem a expandir o volume e o valor total das mercadorias no mercado, enquanto tentam maximizar seus lucros mantendo os salários achatados, o que restringe o poder aquisitivo das massas (MARX, 1969b, p. 492; 1967, vol. 3, p. 484). Nesse caso, há uma contradição, que, periodicamente, produz uma crise de realização; isto é, um volume de mercadorias no mercado sem compradores a vista. Claro que essa superprodução é apenas relativa, e não tem nada a ver com as necessidades humanas absolutas: “diz respeito apenas à demanda retraída pela incapacidade de pagamento” (MARX, 1969b, p. 506) (HARVEY, 2001, p. 45-46).

“As crises possuem uma função importante: elas impõem algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico capitalista [...] as crises criam condições

que forçam a algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista” (HARVEY, 2001, p. 46). No entanto, tal racionalização produz efeitos nefastos sobre o ambiente econômico e social, através de colapsos financeiros, falências, inflação, desemprego e queda real de salários, concentração de poder político e econômico.

Para Harvey (2001, p. 47) “as crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação [...] em que cada crise é uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior”.

Assim, este novo nível, precedido de um momento de crise em sua expansão, apresenta características combinadas como (HARVEY, 2001): a) a produtividade da mão de obra aumentará muito pela utilização de máquinas e equipamentos mais sofisticados; b) o custo de mão de obra diminuirá muito devido ao grande desemprego provocado pela crise; c) o excedente de capital, que careceu de oportunidades de investimento, na crise, será atraído por linhas de produção novas e muito lucrativas; d) a demanda efetiva, expandida por produtos, esvaziará o mercado de todos os bens produzidos.

Além disso, considerando a demanda efetiva, é necessário que se aprofunde tal conceito para enaltecer as articulações necessárias para garantir a reprodução do capital de forma ampliada pelo sistema. Para tanto, existem quatro elementos que se debruçam sobre esta perspectiva:

a) Penetração do capital em novas esferas de atividade mediante a organização de formas preexistentes de atividade ao longo de linhas capitalistas (como, por exemplo, a transformação da agricultura de subsistência camponesa em agricultura empresarial) ou mediante a expansão dos pontos de troca dentro do sistema de produção e a diversificação da divisão do trabalho;

b) A criação de novos desejos e novas necessidades, desenvolvendo novas linhas de produtos (exemplo, produtos tecnológicos) e a organização do consumo, para que se torne racional em relação ao processo de acumulação (exemplo, linhas de financiamento para moradias para incentivar o setor de construção civil);

c) A facilitação e o estímulo para o crescimento populacional num índice compatível com a acumulação a longo prazo (oferta de mão de obra e de mercado para produtos);

d) A expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo ao mercado mundial (HARVEY, 2001, p. 47-48).

De acordo com Harvey (2001, p. 48), “as três primeiras situações são identificadas como matéria de intensificação social, dos mercados e das pessoas em uma estrutura espacial dita como limitada. Porém, o último refere-se à organização espacial e geográfica”, identificada como sendo crucial para a ampliação da acumulação de capital. Ou seja, a busca de novos mercados e novos ambientes capitalistas, ou por novos

territórios, é um aspecto chave na propagação do modelo de expansão capitalista.

Por sua vez, o modelo atual de reprodução está muito vinculado ao termo globalização. Ambos concebem os territórios como sendo homogêneos, coexistindo com fórmulas ou etapas de desenvolvimento (modelos determinísticos), não considerando seus aspectos particulares. Neste sentido, têm sido alvo de muitas abordagens, feitas por diferentes autores e com diferentes interpretações. Conforme Santos (2001), a globalização pode ser dividida em três dimensões: a) como fábula (pela ótica neoliberal); b) como perversidade (como é de fato o modelo atual de produção); e, c) como outra globalização (como poderia ser considerando os interesses do conjunto dos países e da população mundial).

A globalização é um fenômeno associado aos intercâmbios internacionais de bens e serviços e a internacionalização do capital e da produção. No entanto, o que caracteriza a forma atual da globalização é o fato de a internacionalização dos mercados e da produção estar ligada a informação e a utilização das novas tecnologias. Entretanto, a globalização é um processo vinculado ao território, não só porque afeta as nações e países, mas, sobretudo, porque a dinâmica econômica e o ajuste produtivo dependem das decisões de investimento e localização dos atores econômicos e dos fatores de atração de cada território. O processo de globalização é, portanto, uma questão que condiciona a dinâmica econômica das regiões e que, por sua vez, se vê afetado pelo comportamento dos atores locais.

A tendência deste movimento global, portanto, “é estabelecer um conjunto universal de valores, baseado no trabalho social abstrato, definido numa escala global. [...] essa é a tendência da exportação de capital de equalizar a margem de lucro sobre uma escala global” (HARVEY, 2001, p. 63).

O processo de acumulação origina a tendência da penetração das relações sociais capitalistas em todos os aspectos da produção e da troca, e em todo o mundo (HARVEY, 2001, p. 63).

O processo de globalização afeta os sistemas produtivos das regiões desenvolvidas e das regiões em desenvolvimento, em razão de sua dotação de recursos naturais e não-naturais e de sua forma de inserção (mais ou menos autônoma) nesta lógica. Para Harvey (2001) as diversas composições orgânicas do capital entre países, as diversas produtividades do trabalho (considerando suas diferenças naturais e culturais) e suas necessidades, significam diferentes formas de equalização de sua exploração entre países.

Portanto, os países desenvolvidos tendem a recuperar mais capital, ou seja, o país com maior poder econômico tende a equalizar mais capital em relação a trabalho.

Deste modo, Swyngedouw (1986) e Harvey (2001) ressaltam as diferentes formas que o regime de acumulação assume, na transição do modelo de acumulação fordista (economias de escala – com base homogênea), para o modelo de acumulação flexível (economias de escopo – com base heterogênea), em relação aos aspectos relativos a organização da produção, do trabalho e do mercado.

Produção Fordista – Economias de Escala	Produção “Just in Time” – Economias de Escopo
Produção em massa de bens homogêneos.	Produção em pequenos lotes.
Uniformidade e padronização – <i>Commodities</i> .	Produção flexível – <i>mix</i> de produtos e produção de pequenos lotes.
Grandes estoques.	Sem estoques.
Testes de qualidade <i>ex-post</i> .	Controle de qualidade integrado ao processo produtivo.
Perda de eficiência de produção – falta de planejamento produtivo.	Redução da ociosidade do trabalho.
Voltada para os recursos.	Voltada para a demanda.
Tende a integração vertical.	Integração “quase” vertical – terceirização e subcontratação.
Redução de custos através da rigidez dos salários.	Aprendizagem na prática, integrada ao planejamento de longo prazo.

Quadro 01. Formas de Organização da Produção – Economia de Escala versus Economia de Escopo.

Fonte: adaptado de Harvey (2001, p. 167-169) e Swyngedouw (1986).

No que diz respeito aos termos relativos à organização da produção, tem-se que há uma migração das formas do regime de produção de economia de escala para a economia de escopo. Há uma mudança significativa nos aspectos produtivos que beneficiam, a partir dessa transição, uma mudança de lógica que não está mais voltada para a produção fordista, em série, mas sim, para uma produção flexível, com produção de pequenos lotes, voltada para a demanda e direcionados a clientes específicos, com maior qualidade dos produtos, diferenciação produtiva, redução de estoques e com premissas subjacentes em relação a terceirização da produção e a subcontratação (integração “quase” vertical).

Produção Fordista – Economias de Escala	Produção “Just in Time” – Economias de Escopo
Realização de uma única tarefa.	Pluriatividade – multitarefas.
Pagamentos <i>pro-rata</i> – baseado nos critérios da definição do emprego.	Pagamento pessoal – bonificações.
Alto grau de especialização de tarefas – divisão internacional do trabalho.	Eliminação da demarcação de tarefas.
Nível baixo de treinamento no trabalho.	Nível alto de treinamento no trabalho.
Organização vertical do trabalho.	Organização horizontal do trabalho.
Baixa aprendizagem no trabalho – redução da responsabilidade do trabalhador.	Alta aprendizagem no trabalho – coresponsabilidade do trabalhador.
Baixa segurança no trabalho.	Alta segurança no desempenho do trabalho.
Divisão espacial do trabalho.	Integração espacial do trabalho.

Quadro 02. Formas de Organização do Trabalho Produtivo – Economia de Escala versus Economia de Escopo.

Fonte: adaptado de Harvey (2001, p. 167-169) e Swyngedouw (1986).

Por sua vez, no mesmo contexto, as formas de organização do trabalho também sofreram grandes transformações. O trabalho passa a ser desempenhado em um ambiente de alta aprendizagem, de realização de trabalhos multitarefas (pluriatividade) com integração espacial do trabalho, de recebimento de bonificações por atividades e competências e com uma tendência à organização do trabalho em uma perspectiva de horizontalidade.

Produção Fordista – Economias de Escala	Produção “Just in Time” – Economias de Escopo
Regulamentação dos mercados.	Desregulamentação/re-regulamentação.
Rigidez.	Flexibilidade.
Socialização do bem-estar social.	Privatização das necessidades coletivas e sociais.
Estabilidade internacional através de acordos multilaterais.	Instabilidade internacional – tensões econômicas e geopolíticas.
Centralização.	Descentralização e agudização da competição inter-regional.
O Estado como “subsidiador”.	O Estado como “empreendedor”.
Políticas regionais nacionais – <i>top down</i> .	Políticas regionais territoriais – <i>botton up</i> .
Consumo de massa de bens duráveis e homogêneos.	Consumo individualizado de bens heterogêneos.
Totalidade.	Especificidade.

Quadro 03. Formas de Organização do Mercado – Economia de Escala versus Economia de Escopo.

Fonte: adaptado de Harvey (2001, p. 167-169) e Swyngedouw (1986).

Por fim, destaca-se a transição deste regime e seus transbordamentos sobre o mercado. Há a tendência na implementação do regime de acumulação flexível sobre os mercados de desregulamentações e re-regulamentações, de privatização das necessidades coletivas e sociais (transferências das obrigações do Estado), flexibilidade e maior permeabilidade dos mercados, processo de desestatização – redução do intervencionismo – sendo que o Estado deve, a partir desse regime, adotar uma postura de empreendedor

(no que tange a soltar as amarras institucionais – normas e regras do jogo – para maior progresso econômico e social), especificidades e particularidades identificadas como potencial, políticas regionais territoriais e uma maior descentralização que, por consequência, proporciona uma elevada competição entre lugares.

Importante ressaltar que tais arranjos e re-arranjos são estratégias lançadas e organizadas pelo próprio regime de acumulação, sob as formas de organização da produção, do trabalho e do mercado, visando uma maior amplitude e aprofundamento das relações capitalistas, sob a égide de um mercado global. Santos (2006, p. 192) argumenta que “a tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares.

Créditos internacionais (ou seja, o capital) são postos à disposição dos países em desenvolvimento (mais pobres), para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital”. Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical – seria melhor falar de unificação - está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas (SANTOS, 2006, p. 192).

Mas os lugares também podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo. Com a especialização funcional dos subespaços, há tendência à geração de um cotidiano homólogo, graças à interdependência que se estabelece horizontalmente. A partir de uma atividade comum, a informação necessária ao trabalho difunde-se mais fácil e rapidamente, levando ao aumento local da produtividade. Isso tanto é válido no campo, quando se formam áreas presididas por um ou por vários produtos agrícolas combinados, como, também, é visível em cidades que se especializam numa dada produção industrial ou de serviços (SANTOS, 2006).

Isso se verifica, por exemplo, com as empresas multinacionais e transnacionais (base lógica de verticalidade) que têm raízes em países e regiões desenvolvidas e que buscam maximizar seus rendimentos com a exploração de recursos naturais e de mão de obra dos países e regiões em desenvolvimento. A instalação de empresas em territórios promissores (base lógica de horizontalidade), mas com pouco capital, é uma alternativa para crescimento de regiões atrasadas. No entanto, a estas regiões sobram apenas um volume irrisório de empregos e de impostos, enquanto que o lucro, proporcionado por tal regime de acumulação, é remetido ao seu país ou região de origem. Há que se destacar que estes processos verticais e horizontais estão ligados e interconectados sobre os territórios.

Constantemente o capitalismo, através de suas diferentes formas de acumulação, busca apropriar-se dos recursos naturais e das qualidades especiais de cada território. Ou seja, para expandir a sua renda o capital, tende a apropriar-se dos territórios. No entanto, considerando tais premissas, a homogeneidade insípida provocada pela transformação pura de mercadorias em *commodities* tende a suprimir as vantagens do capital. Além disso, para que ocorra a expansão do capital, é preciso encontrar algum modo de conservarem-se únicos e particulares as mercadorias ou os lugares, mantendo a vantagem do capital em uma economia mercantil, com alto grau de competitividade (HARVEY, 2001). Porém, estas duas considerações são, em sua análise, contraditórias em relação ao regime de acumulação.

A competição como Marx notou há muito tempo, sempre tende para o monopólio (ou oligopólio), pois a sobrevivência do mais apto, na guerra de todos contra todos, elimina as empresas mais fracas. Quanto mais violenta a competição, mais rápido se tende ao oligopólio, quando não ao monopólio. Portanto, não é causalidade alguma que, nos últimos anos, a liberalização dos mercados e a celebração da competição no mercado produzissem uma concentração inacreditável de capital (HARVEY, 2001, p. 224).

Harvey (2001, p. 226) destaca que “a estratégia para a reprodução do capital tende a centralizar-se na estruturação de megaempresas visando o domínio dos mercados”.

Há a tendência de que as estratégias do capital, ou do regime de acumulação estejam cada vez mais harmonizadas com o local e o seu potencial, sendo que as ideias de cultura, história, valores éticos e tradições estão cada vez mais conectadas com as tentativas de reassegurar o poder econômico, exatamente porque as alegações de singularidade e autenticidade podem ser mais bem articuladas neste âmbito (HARVEY, 2001).

Nessa seara repousam as estratégias relativas ao processo de certificação da produção, a denominação de origem e a rastreabilidade dos produtos, que guardam relação à perspectiva de mercado, ou de *commodity*, mas que se entrelaçam com o potencial regional (particularidades e especificidades) e de diferenciação do produto, por qualidade ou unicidade.

No entanto, “o capitalismo do século XIX era muito menos competitivo do que agora. [...] as mudanças nas condições de transporte e comunicações entram como variáveis determinantes cruciais” (HARVEY, 2001, p. 225).

Em grande medida, com a redução das amarras espaciais e a consequente “anulação do espaço pelo tempo”, originada pela expansão do ritmo de circulação do

capital, muitas empresas locais e regionais passaram a perder seus privilégios e seus diferenciais produtivos. Assim, conforme Harvey (2001, p. 225) as empresas e organizações locais e regionais “foram forçadas à competição contra produtores de outras localidades; de início, relativamente próximos, mas, depois, contra produtores situados em locais muito mais distantes”. Isto, nada mais é do que a intensificação do regime de acumulação em um mercado global.

Santos (2006, p. 192) destaca que

“Nas atuais condições, os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. Enquanto que as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição e consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente”.

No entanto, a temática territorial do processo de desenvolvimento, nos últimos anos, vem sofrendo modismos diversos que geraram muitos desvios e confusões. Porém, “se encontra em um momento promissor para reafirmar nas agendas de pesquisa a natureza das hierarquias, hegemonias, tensões e conflitos, que são reforçadas em todas as escalas espaciais” (BRANDÃO, 2006, p. 02). Isso, abre o espaço para forças contestatórias ao pensamento neoliberal, que está ancorado nas determinações do movimento de acumulação de capital.

Brandão (2006, p. 02-03) considera que “há uma importante literatura crítica que veio se desenvolvendo nas últimas décadas e que ficou enublada durante o período neoliberal”. Esta literatura que admite a noção de construção social do espaço e do território, verificada também pelo método desenvolvido por Milton Santos, em relação a Formação Econômica e Social (F.E.S.) dos territórios.

Esta literatura entende a complexidade do desafio, pois entre as transformações sistêmicas do desenvolvimento do capitalismo e suas repercussões na produção do território (manifestando-se em diferentes escalas), não pode haver determinações lineares e fáceis, reclamando-se estabelecer inúmeras mediações complicadas e delicadas entre estas duas dinâmicas.

[...] A literatura internacional hegemônica vinha pregando um sentido inexorável de unificação e convergência do sistema capitalista, rumo a uma espécie de meta-tipo de experiência capitalista “monocultural” anglo-americano, que deveria pautar os ajustes dos que seguiam equivocadamente outras vias. Defendia a existência de uma tendência inexorável de convergência para algum “modelo ótimo” de capitalismo, negando a realidade que confirma cotidianamente a diversidade de estruturas institucionais, a

pluralidade, a heterogeneidade e a divergência de formas e modos de organização sistêmica. Ao contrário da visão conservadora, que propugna um rumo pré-estabelecido a uma composição uniforme do capitalismo, com estruturas semelhantes, a realidade demonstra que há heteromorfia nas experiências históricas. O sistema capitalista é por natureza polimórfico, segue diferentes trajetórias e vias e, há constante polarização em suas estruturas e pugna reiterada de “estilos de desenvolvimentos” em aberto distintos. Há competição permanente de Estados-Territoriais e experiências diferenciadas de desenvolvimento, daí a necessidade do estudo de suas particularidades e do seu modo diverso de organização em cada contexto histórico, institucional, geográfico, etc. (BRANDÃO, 2006, p. 03-04)

De acordo com Brandão (2006, p. 09), analisando-se “a lógica da acumulação, pode-se entender como o capital, por sua natureza tríplice, de ente antagonico/progressivo/contraditório se movimenta geograficamente”. Esta movimentação se dá por busca de autovalorização e multiplicação do valor e por dispositivos distinguidores de diferenciações espaciais, de natureza material, simbólica, institucional e cultural. O capital busca se tornar sujeito de todos os processos e transformar tudo em seu mero predicado, incluindo o território.

Por sua dialética, o capital é, em sua essência, descomprometido com espaços específicos, sendo orientado apenas pela sua autovalorização. “As relações capitalistas organizam a valorização e a escala mundial e simultaneamente se estabelece e se posicionam em um dado lugar. O capital descontrói barreiras e constrangimentos e erige outras continuamente” (BRANDÃO, 2006, p. 09).

Para Smith (1982), a natureza desigual da acumulação engendra contraditoriamente um espaço, ao mesmo tempo, uno (de busca de movimento uniformizador, de universalização da mercadoria) e múltiplo (desigual, heterogêneo e gerador de assimetrias). O capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência.

Infelizmente, em parte da literatura contemporânea, “o território, que deveria ser visto como ambiente politizado, em conflito e em construção, é posto como reificado, ente mercadejado e passivo, mero receptáculo, onde se inscrevem os deslocamentos/movimentos” (BRANDÃO, 2006, p. 10).

Em contraposição a esta interpretação hoje hegemônica, a concepção teórica e metodológica adotada é a de produção social do espaço, dos conflitos que se estruturam e dos antagonismos que são tramados em torno do quadro atual e do ambiente construído. No território se debatem (podendo ser compatibilizados ou não) projetos e trajetórias em reiteradas contendas. O território é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de

conflitualidades. A abordagem do território deve se afastar dos tratamentos que pensam estruturas sem decisões de sujeitos ou atores sem contexto estrutural. Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), portanto, sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas *versus* macrodecisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa (BRANDÃO, 2006, p. 11).

Ou seja, deve ser fruto de relações sociais em constante construção. De acordo com Brandão (2006, p. 146), “deve ser tratado devidamente como arena e campo catalisador, este pode assumir toda a conflitualidade inexorável e necessária à adequada pactuação social pelo desenvolvimento”.

O território deve ser tomado como palco de conflitos, com construção de canais institucionais e de um espaço público de reflexão, mediação e de constituição coletiva de diagnósticos de problemas e meios de seu enfrentamento compartilhado (BRANDÃO, 2006).

No processo de desenvolvimento atual tem-se, no lado da ação econômica, uma competição globalizada, cujos principais viabilizadores são o processo de financeirização da riqueza e o progresso tecnológico, com o processo de desenvolvimento regional sendo dominado pela concorrência global; no lado da reação social (formação do território como resistência ao grupo hegemônico), tem-se uma coordenação entre os atores, que se torna uma condição indispensável para gerar a possibilidade de um desenvolvimento regional endógeno.

Desse modo, a construção de movimentos regionais fortes, capazes de resistir à dinâmica econômico-corporativa de financeirização da riqueza e a conquista de uma autonomia na produção e reprodução socioeconômica, cultural e ambiental é o grande desafio do desenvolvimento regional.

Conforme Boisier (1999), não há nenhuma receita que garanta êxito para que ocorra o processo de desenvolvimento. Longe disso, o processo de desenvolvimento regional coloca em conflito o espaço de fluxo e o espaço de lugares: o primeiro, como um espaço abstrato; o segundo, como um espaço concreto. Pela sua lógica desarticuladora, o espaço de fluxos contribui para a ampliação das desigualdades territoriais. Os segmentos hegemônicos conectados às redes concentram cada vez mais poder e riqueza, pois neles se localizam as funções de comando, gestão, controle, produção de conhecimentos e inovação. Como contraponto, os âmbitos que se encontram desconectados das redes globais ficam à margem e são excluídos do sistema (SANTOS, 2006).

Deve-se ter a noção do regime de acumulação em vigor e de sua capacidade voraz

de desarticular processos de desenvolvimento e de formação do território. Pois, quanto mais verticalizado for um território, maior será o caráter perverso da globalização, ou seja, maior será o controle de forças hegemônicas sobre o território. Isso posto, menor será a capacidade de resistência dos atores e o poder de articulação do território.

Percebe-se uma evolução do conceito de desenvolvimento, em duas vertentes. Na primeira, encontra-se o desenvolvimento como crescimento econômico, pela lógica liberal, ou seja, da competitividade, está, nos estudos regionais, em segundo plano, ou mesmo, em nenhum plano, pois, pelo caráter concentrador, acentua as desigualdades regionais, em detrimento da reprodução do capital. Nesse arcabouço, a perspectiva regional descuida dos elementos básicos sobre os quais existe uma considerável evidência. Mais do que uma dinâmica global, determinada pela emergência de processos regionais e locais que operam de baixo para cima, a realidade mostra processos de transformação global que obrigam a reconfiguração das formas organizativas. Assim, as dinâmicas locais, acabam influenciando a manutenção da atividade pecuária no Rio Grande do Sul. As regras, dinâmicas, atores e instituições globais e nacionais penetram permanentemente nas realidades locais e regionais e tendem a criar múltiplas desigualdades e subordinações que explicam a persistência e o aprofundamento das assimetrias regionais.

Porém, na segunda, o desenvolvimento é tratado como promoção de equidade, qualidade de vida, buscando a valorização das potencialidades. Ela tem ênfase na diversidade como potencialidade para o desenvolvimento do território, onde a região é identificada como um ponto de resistência à lógica de acumulação capitalista, que é verticalizada globalmente.

Etges (2013, p. 08) argumenta que “as disparidades regionais existem e continuarão existindo, na medida em que são resultantes de processos históricos, econômicos, culturais, sociais e ambientais particulares”. No entanto, é necessário compreender como estas particularidades se estabeleceram.

Nos últimos anos os enfoques, quanto ao desenvolvimento regional, tratam de recuperar o território como instância nodal para impulsionar estratégias de desenvolvimento do tipo *botton-up* (de baixo para cima), as quais invertem os aspectos centralizadores, rígidos e verticalistas que predominaram no fordismo e consolidaram, tradicionalmente, os ajustes políticos e econômicos atuais.

Para promover o desenvolvimento regional, no contexto da realidade atual, é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer, em profundidade a

região em questão, identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida. Além disso, é preciso criar formas de representação da vontade da maioria, identificada a partir da participação de todos, para permitir que uma nova forma de gestão do território possa ser gestada (ETGES, 2013).

Analisando-se a tensão entre o global e o regional na região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul, em relação à bovinocultura de corte, verifica-se que este território é caracterizado por atividades historicamente agrícolas, que produzem gado de corte basicamente em caráter extensivo, no contexto de agricultura familiar. Essas propriedades rurais têm costumes e condições culturais que fazem parte de sua produção pecuária, exemplificados como festas de marcação e práticas primitivas no emprego de fatores produtivos. No entanto, a tensão global exige que, para se tornar uma carne certificada, estes processos devem ser abolidos/abandonados na produção (costumes e cultura), pois tais processos prejudicam a qualidade da carne (ou seja, trazem resultados negativos na agregação de valor do produto) conforme os padrões e normas internacionais de manejo, bem-estar, sanidade animal, bons tratamentos, genética, entre outros. Além disso, a introdução de novas raças (genética e melhoramento), identificação de origem, entre outros, interferem diretamente neste processo de construção do território (processo vertical/global, no qual exige uma produção intensiva, com alta tecnologia). Essa tensão entre o global e o regional, como arena de conflito, que irá determinar a formação do território, considerando as características históricas, culturais, sociais e econômicas.

Portanto, os territórios ora influenciam o todo com seus processos particulares de construções sociais, políticas, ambientais e econômicas ora são influenciados pelo todo, o qual está estreitamente vinculado à lógica da globalização e ao regime de acumulação capitalista. Assim, ambos estão interligados e exercem tensões (como em um jogo de poder), que acabam repercutindo sobre as decisões tomadas nos territórios e, por consequência, sobre a trajetória da organização da produção da bovinocultura de corte na Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul.

2.2 Escalas de des(articulação) nos territórios

As escalas geográficas são níveis de análise do raciocínio espacial que permitem explicar, de modo ordenado, as complexas relações entre sociedade e natureza. A diferenciação e a articulação simultâneas das escalas geográficas constituem uma maneira

eficaz para compreender as transformações que se processam no mundo atual.

Conforme Castro (2005), a escala é uma estratégia de aproximação do mundo real, um mecanismo de compreensão da realidade, por causa da impossibilidade de apreendê-la em sua totalidade.

No início do século XX, as escalas detinham-se entre nacional e internacional. Atualmente, este debate é dominado pela escala local *versus* escala global. Também há uma nova perspectiva que busca amparo em estudos empíricos e teorias fundantes das narrativas escalares (VAINER, 2001).

Nessa perspectiva, Brandão (2007) aponta inicialmente que há uma vasta produção científica e acadêmica com o intuito de negar as hierarquias/escalas. Diante da concepção de que a relação é direta entre global e local. Segundo este “pensamento único”, com uma exagerada literatura localista (que invade o debate do desenvolvimento territorial, regional, urbano e local na atualidade), teria ocorrido o fim das escalas intermediárias (e das mediações) entre o local e o global.

Nos últimos anos, as escalas espaciais passaram a receber tratamentos analíticos mais precisos e sofisticados, para se legitimar como categoria chave nos estudos da dimensão espacial do desenvolvimento territorial. O foco do debate foi à investigação sobre a natureza das escalas espaciais no capitalismo. As escalas são inerentemente inexatas e dinâmicas. A escala espacial, socialmente produzida, deve ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais referidos no território. Ao mesmo tempo tomada como um prisma que permite desvendar processos sociais, econômicos e territoriais singulares. Mas escala também é arena política (BRANDÃO, 2011, p. 06).

De acordo com Vainer (2001), tem-se a ideia de transformar o global em uma esfera de luta política, com a existência ou a emergência de uma sociedade civil globalizada, para construir e fortalecer a cidadania global. As sociedades contemporâneas, a despeito das suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas numa sociedade global.

No entanto, “o que começa a predominar, e apresentar-se como determinação básica e constitutiva, é a sociedade global, a totalidade na qual pouco a pouco tudo o mais começa a parecer parte, segmento, elo, momento” (VAINER, 2001, p. 141).

Para alguns o que se assiste é a progressiva unificação do espaço global, simultaneamente causa e consequência da dissolução dos Estados nacionais, e para outros a globalização é a extensão de um pequeno número de nações dominantes em pequenos mercados financeiros nacionais (VAINER, 2001).

A tendência da atual realidade é de que haja uma supressão das escalas. Ou seja, que prevaleça uma tentativa de desarticulação das escalas e de um processo de homogeneização dos territórios, que se restringirá, em nível de análise, há apenas duas escalas: o local e o global. Nesse âmbito, Vainer (2001) defende tal tendência dual entre local *versus* global, enquanto que Brandão (2007) argumenta contra tal interpretação do desenvolvimento dos territórios e suas articulações entre escalas.

Em seu trabalho, Vainer (2001) argumenta que, como contraposição ao global, há um processo de relevância do poder local, no qual se aposta nas identidades locais, no patriotismo da cidade e no regionalismo. Desse modo, devem-se engajar as cidades na competição global e, assim, os governos têm o papel de atrair e promover a competitividade das empresas e oferecer base histórica e cultural para a integração dos indivíduos. Pretende-se difundir a proeminência da ação e do poder locais nos mais diferentes contextos socioterritoriais. O local adquire a conotação de alvo socioterritorial das ações e passa a ser definido pelo próprio desenvolvimento local integrado e sustentável.

Complementando, Brandão (2007, p. 38) destaca que “há uma exagerada aposta na endogenia das localidades, em que o ‘local pode tudo’. Classes sociais, oligopólios, hegemonia, etc., seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado”.

Neste contexto, o conjunto de teorias que tratam do potencial “exagerado” dos locais, se pauta pela ideia de “vender a região ou a cidade”, com busca desenfreada de atividades a novos investimentos, melhorando o “clima local dos negócios”, subsidiando os custos tributários, fundiários e salariais dos empreendimentos, comprometendo muitas vezes em longo prazo as finanças locais – propiciando uma guerra entre os locais em busca de grandes empresas multinacionais e transnacionais (BRANDÃO, 2007, p. 38).

Tal perspectiva corrobora com o processo de internacionalização do capital, onde o capital transita livremente sobre os territórios, elegendo-os conforme forem melhores as condições de remuneração e de vantagens considerando, para isso, aspectos de isenções fiscais, de disponibilidade de mão de obra, recursos naturais, além de fatores históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais que são parte componente dos territórios. Não há dúvida, que considerando esta perspectiva, a tendência seja de homogeneidade maior dos territórios, com supressão de escalas, ficando reduzidas as tensões entre o local e global.

Porém, “território, escalas e desenvolvimento são construtos sociais conflituosos

– são produções humanas coletivas, dinâmicas, multidimensionais, contando com variados agentes e trajetórias históricas em disputa, em movimento processual e em aberto” (BRANDÃO, 2006, p. 04).

Para Brandão (2006, p. 04) “está-se diante de um campo complexo de determinações e paradoxos, [...] um jogo de negações e reafirmações que envolvem a contradição dialética do movimento concreto do capital e o uso do território em suas múltiplas e variadas escalas espaciais”.

Nesse sentido, referendando a importância da análise do desenvolvimento territorial em múltiplas escalas, Brandão (2007) argumenta que as teorias localistas são ingênuas e que elas não consideram as profundas determinações do regime social de produção (sistema capitalista). O referido autor afirma que o grande desafio é procurar responder questões intrigantes como: a) a atual onda de mundialização do capital subverteu e/ou aprimorou o uso que o capitalismo sempre fez das escalas espaciais?; b) que papel desempenha neste novo contexto, o local, a região, o espaço nacional? A desindustrialização e as realocações regionais são impressionantes, fazendo surgir novas interdependências, vínculos mercantis e não mercantis, setoriais e territoriais, constituindo novas hierarquizações e enquadramentos, com novos fluxos de mercadorias, tornando impositivo o estudo das escalas. O exagero do localismo é uma resposta que se procura dar para o redesenho das fronteiras ou até mesmo a extinção das fronteiras. Ao invés de pensar no fim das escalas intermediárias é necessário atentar para o aperfeiçoamento do sistema capitalista e seus instrumentos, inclusive no manejo mais ágil das escalas e a capacidade de utilização do espaço construído.

Na crítica de Brandão (2007, p. 54), sobre a teoria localista, identifica-se uma crítica à visão dual, de que “ou o mundo se estrutura em redes poderosas centradas, em grandes empresas transnacionais ou em tecidos localizados de pequenas empresas. Esta dicotomia permite aos ‘localistas’ tentativas de separatismos” que, de certo modo, produz a redução dos Estados nacionais e o reducionismo, inclusive do pacto federativo.

As escalas são determinadas por processos em sua essência conflituosos, pois em uma perspectiva transescalar, argumenta-se que o cidadão vive cotidianamente no mundo e no seu local (município, estado, país, região...). Assim, as escalas são produzidas em processos profundamente heterogêneos, conflituosos e contestados, ou seja, as escalas não estão dadas, elas são objeto de confronto e embates. Isso, então, trata-se de um processo social em construção. Qualquer projeto de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais,

econômicos e políticos estratégicos. O que dá força às corporações multinacionais está menos na sua globalidade que em sua capacidade de articular as relações nas escalas global, nacional, regionais e locais. Vale lembrar que não existem escalas para o capital, ou seja, ele transita em todas as escalas, com barreiras inexistentes para o seu controle.

Esta conjuntura gera certo consenso em relação ao pressuposto de que as empresas transnacionais se apoderam do lugar, em uma noção de subordinação, explorando os recursos disponíveis do local (mão de obra abundante e de subsistência, vantagens comparativas locais, recursos naturais, patrimônio histórico e cultural, político, econômico, ambiental...). Além disso, conforme Egler, Bessa e Gonçalves (2013), acabam-se deturpando a noção de multiescalaridade, agravando os problemas nos aspectos de coesão territorial⁴, policentralidade⁵ e sustentabilidade⁶, visto que o processo de expansão econômica e acumulação capitalista proporciona um direcionamento do capital para os grandes centros urbanos, criando um esvaziamento e graves problemas em relação às disparidades regionais, ou seja, ocasionando uma fragmentação territorial.

De acordo com Vainer (2007, p. 10), “o processo de (des)estruturação que o capitalismo mundial causou [...], construiu uma espécie de aceitação da fragmentação territorial que consagra a acomodação subordinada às formas contemporâneas da globalização”.

Ainda, como vetor de fragmentação, temos a guerra dos lugares, que enfatiza a guerra fiscal entre estados e municípios, resultando na inviabilidade de um pacto federativo e tributário, reforçando uma lógica de neolocalismo competitivo. O papel de mediar essas relações é do Estado nacional que parece não ter condições, na atualidade, de fazê-lo (VAINER, 2007). Portanto, a guerra dos lugares e seu processo de competitividade local também é um vetor de fragmentação territorial.

As ações visando o planejamento e o desenvolvimento territorial, necessariamente, precisarão ter uma articulação entre as escalas locais e as estratégias de ações nas demais escalas (sub-regional, regional, estadual, nacional, global...). É importante destacar que quanto maior o número de escalas intermediadoras, tanto maior

⁴ Colaboração, harmonia e equidade social, com pactuação dos agentes para o desenvolvimento de programas e projetos comuns, com redução dos custos de transação, negociações entre regiões (no sentido colaborativo e com maior representatividade), sustentabilidade (meio ambiente) e, buscando ações e políticas públicas de longo prazo.

⁵ Considera que os territórios estruturam-se em diversas escalas e interagem nas mais variadas escalas. Possibilita visualizar o desenvolvimento de determinado território ou região a partir das redes de cidades, dos núcleos urbanos e nos nós que conectam os núcleos e seu entorno e os núcleos a outros núcleos.

⁶ Garantia de manutenção das gerações atuais e da possibilidade de condições de vida para as gerações futuras, colocando a qualidade de vida e o planejamento como itens prioritários.

será a capacidade de criar mecanismos de resistência à escala global, pois quando reduz-se a uma análise dual entre local e global, a segunda tende a dominar a primeira, de modo que sua estrutura e capacidade em relação à detenção e acumulação do capital (poder) são infinitamente maiores que a da escala local.

Isso posto, o desenvolvimento territorial ocorre em meio a uma guerra de poder (dual) entre a escala local e global. No entanto, Brandão (2007) argumenta que a escala local é detentora de forte potencial, devido as suas particularidades políticas, sociais, econômicas e culturais, mas esta escala é altamente dependente das outras escalas, tanto regionais e estaduais, quanto nacionais e globais. Deve-se trabalhar, portanto, as escalas e suas articulações, com intuito de construir e potencializar as particularidades de cada território, de modo a conter a sobreposição de poder da escala global sobre a local e as suas demais intermediações escalares.

Tal inter-relação pode ser de duas formas: a) as grandes empresas transnacionais buscam o investimento em territórios onde há potencial de uso e exploração de sua atividade produtiva, dependendo de seu setor de atuação. Este potencial a ser explorado pode ser em relação à disponibilidade de recursos humanos e abundância de mão de obra a salários de subsistência, recursos naturais (petróleo, energia, água, terra...), localização geográfica (próximo a grandes centros urbanos de consumo), recursos financeiros, através de incentivos ou de isenções fiscais, clima, cultura, economia, ambiente político institucional, tecnologia disponível, entre outros aspectos relevantes. O global se apoderaria das vantagens locais de produção para sua acumulação; b) em alguns casos (em suma, na maioria deles) o local não possui a capacidade necessária para desenvolver suas potencialidades. Neste caso, o local é limitado por aspectos como de investimentos financeiros, tecnologias, recursos humanos, ambiente político e institucional e econômico não-estáveis, que determinam uma insuficiência do local em desenvolver-se, dentro de um ambiente econômico extremamente competitivo.

Um exemplo desse contexto reside nos parques tecnológicos que partem de uma iniciativa local e buscam, em suma, grandes empresas globais para reproduzirem-se na escala local. No entanto, em estas empresas se instalando em um parque tecnológico, tal movimento tende a provocar um efeito virtuoso em ambos os aspectos, que de certo modo, guardadas as proporções, poderão ajudar a escala local a apoderar-se de potencialidades antes não exploradas da escala global, que são basicamente de recursos financeiros, renda, investimentos, desenvolvimento de tecnologias, pesquisa e inovação, entre outros. Considerando esta contradição, deve-se enaltecer que os parques

tecnológicos para terem sucesso precisam articular várias escalas. É necessário articular componentes de pesquisa dos parques tecnológicos, em diferentes lugares/territórios para que disseminem o desenvolvimento (tanto nas escalas local, sub-regional, regional, estadual, nacional e global; quanto nas dimensões tecnológicas, históricas, de capital social, de recursos humanos, econômicos, culturais, políticos...), criando, desta forma, um ambiente virtuoso que potencialize os aspectos relevantes e competitivos de cada território ou de ambos os territórios, em suas diversas escalas.

Assim, o desenvolvimento regional, que não pode ser visto como um processo de endogenia exagerada, porque não reconhece essa complexidade social, deve ser um intermédio das escalas local e global, e esta deve ser alvo de ações políticas tanto, nas escalas sub-regionais e estaduais quanto na escala nacionais, para o fortalecimento das regiões e de seu processo de construção territorial. Isso sem deixar de considerar suas especificidades culturais, econômicas, políticas, sociais e ambientais.

O contexto atual remete a necessidade de pensar, articular, propor e agir em diferentes escalas. Perceber as diversas escalas permite compreender os processos de coesão e/ou de fragmentação territorial, pois a dinâmica social, no espaço, é contraditória e reflete a (des)articulação de distintas escalas, proporcionada basicamente pelo regime de acumulação capitalista. Os objetivos devem ser articulados entre si. E, esses objetivos devem considerar a redução da desigualdade e melhorias das condições de vida dos trabalhadores de subsistência, por meio da transferência de recursos (materiais e simbólicos); o avanço e radicalização das dinâmicas sociais, políticas e culturais para a constituição de sujeitos coletivos; o enfraquecimento dos grupos e coalizões dominantes (detentores de capital).

2.3 O processo de mercantilização e de commoditização agrícola

Historicamente, a dinâmica do desenvolvimento esteve por muito tempo relacionada as condições impostas pelo modo de produção capitalista. Dessa maneira, guardava relações mais íntimas quanto a mensuração e criação de modelos de desenvolvimento galgados em uma lógica de causa e efeito, ou seja, economicista e/ou determinista das relações entre países ou regiões – de crescimento econômico ou de geração e acumulação de riqueza. Nessa lógica, o desenvolvimento era subentendido como sinônimo de crescimento econômico, alicerçado no âmago do regime de acumulação capitalista.

Tal abordagem está vinculada ao conceito de crescimento, relacionado ao termo de internacionalização do capital. Ou seja, as economias capitalistas, ao longo do tempo, encontraram barreiras que acabaram limitando a expansão de seu crescimento. Para contornar tal restrição, o modo de produção capitalista encontra um novo meio de expansão, que é o de explorar novos mercados, principalmente em relação aos meios de produção (como mão de obra e recursos naturais) em troca de capital. Isto, por si só, influenciou e modificou a formação dos territórios.

Essa perspectiva, com um olhar sobre a agricultura, tem repercussões distintas. Para Ploeg (1992), a heterogeneidade encontrada no meio rural pode ser compreendida a partir de uma análise mais aprofundada do processo de mercantilização da agricultura. O autor assume que a mercantilização é a passagem da forma de valor de uso de um bem material para a forma de valor de troca, fazendo com que o processo de organização do trabalho passe a ser orientado para o mercado.

De acordo com Schneider (2016), a solução para os grandes problemas do planeta perpassa pelo estímulo e incentivo à produção dos produtores familiares rurais. O autor identifica três razões para essa argumentação: 1) não é possível deslocar 50% (aproximadamente 3,75 bilhões de pessoas) da população mundial que ainda vive no meio rural, para as cidades; 2) crescente destruição e escassez de recursos naturais; 3) importância da produção rural familiar para oferecer uma maior diversidade de alimentos, de aromas e de sabores, através de suas distintas formas de produção adquiridas, ao longo do tempo, pelo seu transbordamento histórico e cultural.

Portanto, a agricultura se constitui em um objeto de análise complexo, uma vez que as atividades produtivas e reprodutivas são dotadas de diferentes lógicas, que podem ser impactadas ou não pelos processos de mercantilização. Além da característica da não-uniformidade, ainda existem diferentes graus de intensidade de mercantilização que podem variar entre dois extremos. Ou seja, podem ocorrer variações desde uma forma de agricultura completamente dependente do mercado, ao extremo de um estilo de agricultura com uma autonomia significativa em relação ao mercado (PLOEG, 1992).

Conforme Ploeg (1992), os diferentes graus de mercantilização são resultados de diferentes estilos de gestão, diferentes formas de como se estruturam as relações de trabalho e as atividades produtivas, no interior das unidades produtivas agrícolas. O grau de mercantilização é um resultado negociado pelos agricultores e outros interesses.

Modo de Produção Familiar	Modo de Produção Empresarial
Co-produção e co-evolução são centrais - sustentabilidade ambiental.	Desconexão em relação a natureza (artificialização de processos).
Reduzido grau de mercantilização da produção.	Elevado grau de mercantilização e dependência em relação ao mercado.
Tecnologias artesanais e trabalho qualificado.	Tecnologias mecânicas e empreendedorismo.
Herança histórica e cultural – continuidade e sucessão.	Rupturas entre passado, presente e futuro – racionalidade.
Intensificação contínua na qualidade e quantidade do trabalho familiar.	Produção em escala – substituição homem x tecnologia – modelo fordista.
Riqueza social crescente.	Concentração da riqueza.
Voltado para o mercado regional.	Voltado para o mercado externo a região ou para exportação.

Quadro 04. Panorama das diferenças básicas entre os modos de produção familiar e empresarial.

Fonte: adaptado de Ploeg (2015, p. 32).

Ploeg (2015), diferencia dois modos de produção: a) produção familiar que tem uma lógica diferenciada de desenvolvimento produtivo e de integração com o mercado; b) produção empresarial que estabelece uma lógica de mercado mais intensiva, com aportes de capital e de implementação de pacotes tecnológicos.

Esta diferenciação pode ser melhor entendida, relacionando o processo de modernização da agricultura, no século passado, que implicou em uma maior escala de produção e, por consequência, redução da intensificação do trabalho nas unidades produtivas. Ou seja, a especialização produtiva foi amplamente difundida pela incorporação de novas tecnologias. Tais características produziram um “*abrupto e multifacetado processo de mercantilização*” da produção (PLOEG, 2015, p. 18).

Por sua vez, a modernização da agricultura é decorrente do crescente grau de sua externalização ou dependência. Ploeg (1992) concebe essa externalização como um crescente número de tarefas que são separadas do processo de trabalho agrícola e são atribuídas aos organismos externos, ou seja, a indústria detentora dos fatores de produção e, particularmente de capital.

A externalização das atividades resulta em uma intensificação das relações comerciais. Com isso, as atividades que ficavam circunscritas ao agricultor, sua família e aos estabelecimentos passam a ser cada vez mais permeadas e coordenadas por tais relações de mercado. As tarefas de coordenação se transferem para o campo externo das propriedades agrícolas, que detêm um alto grau de mercantilização. A medida que as relações mercantis se tornam mais importantes, formam uma matriz que começa a governar os demais tipos de relações comerciais resultantes. Essa externalização crescente não somente afeta as atividades de produção, mas resulta também na

transformação completa dos processos de reprodução. O processo de produção é engendrado para a criação de *commodities*, ou seja, para o mercado. A crescente externalização ou commoditização das tarefas implica em uma penetração das relações de mercado, que acaba por mercantilizar o próprio processo produtivo (PLOEG, 1992).

Mercantilização, especialmente na matriz de insumos da agricultura, e reestruturação do processo de produção caminharam lado a lado – e tornaram-se o núcleo de um novo modo empresarial de produção agropecuária, constituído pela e através da modernização (PLOEG, 2015, p. 18).

Além de realizar a distinção entre o modo familiar e o modo empresarial de produção agrícola, de acordo com Ploeg (2015), existem na realidade três tipos de modo de produção, que apresentam um alto grau de correlação. Estes tipos são: o modo de produção de agricultura familiar, o modo de produção empresarial e o modo de produção capitalista. A grande diferença entre os tipos apresentados está nas específicas inter-relações que estas estruturas agrícolas mantêm com o mercado e nos seus respectivos processos produtivos e formas de organização da produção.

Ploeg (2015) elabora um arcabouço metodológico que compreende o processo de produção e suas diferentes formas de inter-relações com o mercado. Para tanto, ele compreende que os atributos produtivos podem ser categorizados ou identificados como mercadorias ou não-mercadorias. A partir de então, o autor estabelece distintas formas de produção e de mercantilização, classificadas de acordo com suas respectivas lógicas de produção.

Sobremaneira, esta categorização dependerá das relações que os produtores mantêm com o mercado – sob suas formas de organização da produção, do trabalho e de suas relações sociais e históricas no ambiente. Importante destacar que a categorização, pormenorizada, está discutida e apresentada no capítulo Quatro (4).

Polanyi (2000) evidencia que o capitalismo transformou a economia de mercado em uma “sociedade de mercado”, de modo a subordinar as práticas sociais e culturais a lógica econômica. O mercado passou a ser o agente ordenador das relações produtivas e sociais do ambiente. Tal realidade instaurou uma cultura mercantil, ou seja, de integração com o mercado (SCHNEIDER, 2016).

Ainda para Schneider (2016) deve ser entendido como um processo de construção social, que se estabelece com as distintas interações nos âmbitos econômicos, sociais, históricos e culturais, pois são instituições que guiam e orientam a interação entre agentes e organização da sociedade.

Tal perspectiva está ancorada também na base das relações de construção do ambiente, ou seja, do território em que se estabelecem as interações, articulações e proposições em diferentes perspectivas de análise e com diferentes interesses, tensões e contradições.

Importante destacar os diferentes tipos de mercado, suas particularidades, seus desafios e suas distintas realidades, mais ou menos autônomas. Tais tipologias estão descritas no Quadro 05, de acordo com os estudos de Schneider (2016) e Wilkinson (2010).

Mercado	Perfil	Desafios
<i>Commodities.</i>	Velhos e novos mercados locais e a distância.	Padronização, legislação, qualidade mínima e escala.
Especialidades (de nicho).	Discriminado com o grau de associação com a localidade/tradição.	Concorrência de novos entrantes.
Orgânicos.	Grau de associação a saúde e/ou a um modo específico de produção.	Certificação, escala, pesquisa...
Artesanais.	Denominação de origem ou não.	Qualidade, normas técnicas, autenticidade, ação coletiva.
Solidários.	Identificação ou não com a agricultura familiar, mercados de alta e baixa renda.	Escala, variabilidade, qualidade...
Institucionais.	Licitações, oferta para varejo.	Qualidade, variabilidade, escala...

Quadro 05. Tipologias de Mercados.

Fonte: adaptado de Schneider (2016, p. 114) e Wilkinson (2010, p. 17).

Para tanto, de acordo com Schneider (2016) e Ploeg (1992, 1997 e 2003), o processo de comercialização proveniente dos excedentes econômicos produzidos, tem como premissa o desencadeamento do processo de mercantilização da produção, através da transformação monetária dos diferentes atributos produtivos. Isso, acaba por repercutir nas formas de organização e de reprodução das relações dos produtores.

De acordo com Neske (2016, p. 135), “a mercantilização se configura como um processo em que o capitalismo exerce forças de ‘fora’ sobre os agricultores [...], mas nela também existem espaços de manobra em que os agricultores estabelecem suas formas de resistência”, tencionando o ambiente e as suas formas de organização da produção e do trabalho, através de sua inserção mais ou menos autônoma no mercado e de suas repercussões sociais, econômicas e culturais no desempenho de suas atividades produtivas.

Estas diferentes formas de integração e de inter-relações com mercado são evidenciadas nos trabalhos de Ploeg (1993, 2003 e 2008), Long (2007), Long e Ploeg (2011) e Conterato *et. al.* (2011). Para Neske (2016, p. 136), “a mercantilização não se constitui como um processo de via única responsável por determinar a estrutura e funcionamento da agricultura, mas nela existem espaços nos quais diferentes estilos de agricultura [...] são possíveis”.

[...] Long e Ploeg (2011) demonstram [...] que as formas familiares possuem um conjunto de racionalidades e estruturas internas de organização e funcionamento que permitem a essas famílias estabelecer relações de proximidade e distanciamento dos mercados [...]. Para Ploeg (1993) esses agricultores encontram-se em ambientes marcados por uma mercantilização multinível e com distintos graus de mercantilização da exploração agrícola. Ou seja, os agricultores podem mercantilizar diferentes etapas de processo de produção e se concentrar em diferentes graus de mercantilização (NESKE, 2016, p. 136).

Estes diferentes graus de mercantilização repercutem sobre as formas de produção dos agricultores e pecuaristas e podem estar mais ou menos aprofundadas no desempenho de suas atividades (tecnologia, comercialização, técnicas e processos, sustentabilidade, manejo, genética...). O grau mercantil, de integração ou de dependência com o mercado, dependerá das distintas construções históricas, sociais, econômicas, culturais, geográficas e ambientais de cada território e de cada empreendimento agrícola.

Conforme Neske (2016, p. 136), “é possível encontrar diferentes estilos de agricultura (ou diferentes estilos de ordenamento) que são diferentes modos como os agricultores ordenam a sua relação com a produção e os mercados”.

A capacidade de escolha de distanciamento ou aproximação do mercado, além de representar o espaço de manobra, faz parte do repertório cultural dos agricultores (Ploeg, 1994 e 2003). O repertório cultural [...] define situações particulares que privilegiem os processos de internalização na atividade agrícola produtiva (gerando situações de autonomia) ao invés de processo de externalização (gerando situações de dependência) (NESKE, 2016, p. 136-137).

Deste modo, os transbordamentos históricos, sociais e econômicos, além do cultural resultam em uma grande heterogeneidade, no meio rural, de difícil modelização e interpretação, ao contrário da lógica mercadológica, que tende a incorporar um ambiente com relações homogeneizadoras – de modo que, essa homogeneização pode ser de lugares, de processos produtivos, de produtos (*commodities*), entre outros aspectos ou padrões relacionados à organização da produção.

Para tanto, a chave para o processo de mercantilização, e posterior, movimento de commoditização da produção reside na intensidade ou na velocidade de circulação do processo produtivo. Na medida em que a circulação e, por consequência, a ampliação do capital ocorre de maneira mais intensa, a tendência é a de que ocorra uma quebra das relações sociais, históricas, tradicionais, culturais, ambientais e morais no processo produtivo. Isso também pode ser evidenciado pelo processo de “anulação do espaço pelo tempo”, presente em Harvey (2001), que diagnostica que quanto menor for o tempo de circulação, menor será o ciclo de produção, e assim, maior serão as repercussões sobre estas relações produtivas.

Convém salientar que mercantilização e commoditização são dois conceitos diferentes, mas, no entanto, correlacionados. A mercantilização é entendida como um processo mercadológico, no qual as unidades produtivas, em maior ou menor grau, podem estar conectadas ao mercado. Já a commoditização, é uma etapa posterior ou mais aprofundada do próprio processo de mercantilização. Para ser obviamente uma *commodity*, o bem comercializado deve estar conectado ao modelo de mercado global, com certas regras e padrões estabelecidos quanto as suas propriedades e características.

No entanto, a mercantilização é uma espécie de condição para que o movimento de commoditização se consolide. Porém, apesar de produzir *commodities*, uma propriedade ou unidade produtiva pode ou não, em maior ou menor grau, estar integrada com o mercado. Esta diferenciação de integração do processo mercantil é dependente das relações históricas, sociais, culturais e econômicas que as unidades mantêm com o mercado.

O modo de produção galgado na geração do excedente econômico e na produção em escala, dentro de um movimento global, promovidos pelo alto grau de mercantilização e de commoditização da produção começam a identificar uma nova tendência que está vinculada às particularidades, especificidades e potencialidades regionais, dentro de determinado ramo de atividade.

Com base em tal perspectiva, busca-se interpretar e analisar o desenvolvimento no espaço rural do território missioneiro, a partir da análise da bovinocultura de corte, considerando os aspectos históricos, sociais, culturais, econômicas, geográficos e ambientais e sua inter-relação com o mercado.

2.4 A literatura sobre a pecuária familiar e a bovinocultura de corte no RS

No final da década de 1990, a agricultura familiar, no Brasil, teve um crescente reconhecimento sobre sua importância, que acabou por influenciar uma vasta agenda de políticas públicas voltadas a esta categoria. Para Waquil *et al.* (2016, p. 01), no entanto, “mesmo assim algumas categorias sociais não foram contempladas por esse reconhecimento, ‘invisíveis’ a sociedade”, posicionando-se a margem desta realidade.

Já no início dos anos 2000, um grupo de extensionistas rurais da EMATER/RS identificou agricultores familiares que têm na bovinocultura de corte em pequenas áreas a sua principal atividade. Esses agricultores familiares passaram a ser denominados de “pecuaristas familiares”. A partir de então, essas famílias despertaram o interesse de representantes sociais, de elaboradores de políticas públicas e de pesquisadores e estudiosos sobre o tema, estimulando a produção de estudos em torno dessa categoria (WAQUIL *et al.*, 2016, p. 01).

Para Tourrand (2016, p. 07), até pouco tempo atrás, “a pecuária familiar estava pouco descrita na literatura brasileira, apesar de ser bastante conhecida pelos atores locais”. O Estado do Rio Grande do Sul sempre foi marcado pela presença da atividade pecuária - basicamente pela criação extensiva de bovinos e ovinos em seu território - bem como, por sua representatividade histórica e cultural em sua formação. No entanto, esta categoria social, relativa a pecuária familiar, foi desconsiderada por um longo período de tempo no território gaúcho.

A pecuária familiar tem a grande capacidade de valorizar o meio natural dos campos do ponto de vista econômico e social, sobretudo com poucos impactos ambientais. Enfim, a pecuária também aparece como interação em todos os setores da vida social e cultural no bioma Pampa. [...]

[...] Não é uma surpresa que a pecuária familiar no Rio Grande do Sul estivesse pouco registrada na literatura científica até o fim do século XX. No mundo pecuário, várias formas de criar bovinos e ovinos, nunca foram analisadas antes de desaparecer, isso porque não havia pessoas para registrar, ou mais simplesmente, não havia interesse (TOURRAND, 2016, p. 08-09).

Assim, apesar dos problemas enfrentados por esta categoria de análise, no que tange a produção científica e acadêmica sobre a pecuária familiar no Estado do Rio Grande do Sul, a partir do início dos anos 2000, vem apresentando uma maior notoriedade e representatividade de pesquisas e estudos.

Alguns estudos foram desenvolvidos sobre a temática, basicamente no território dos campos do bioma Pampa, na região da Fronteira Sul do Estado gaúcho. Em grande parte, os trabalhos foram capitaneados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(UFRGS), através do seu Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PPGDR) e pela Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS).

As principais pesquisas acerca do tema foram desenvolvidas nos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Santana do Livramento, ou seja, mais especificamente nas regiões da Campanha, do Alto Camaquã e dos Campos de Cima da Serra, que tinham o objetivo de estabelecer e entender os diferentes perfis da pecuária familiar no Estado gaúcho.

No entanto, o território rio-grandense é amplamente distinto, com grandes especificidades geográficas ao longo de todo o seu território e, principalmente, com grandes particularidades históricas, culturais, políticas e sociais que concederam um alto grau de heterogeneidade territorial. É *mister* entender que estas especificidades fornecem um caráter extremamente complexo para a formulação de tipologias que deem um mínimo de representatividade para todo o território. Para tanto, analisar a região missioneira e os aspectos relacionados a bovinocultura de corte é um pequeno passo para entender a dinâmica de desenvolvimento regional, bem como de seus transbordamentos sobre a sociedade, considerando a sua formação econômica e social e a sua estrutura, a qual estava/está subordinada. Diante disso, é necessário evidenciar como ocorreu tal evolução, considerando a macroinstituição do Estado e, posteriormente, analisando-se as peculiaridades do desenvolvimento do território missioneiro.

O espaço agrário gaúcho é marcado por uma importante dicotomia no que diz respeito ao mundo rural. De um lado, o Rio Grande do Sul possui uma agricultura familiar numerosa, em grande parte possuidora de um intenso dinamismo produtivo e econômico, inserido no mercado agrícola regional e nacional. De outro lado, constata-se a existência de uma agricultura patronal e empresarial modernizada, produtora de *commodities* e fortemente inserida no mercado agrícola nacional e internacional (MIGUEL, 2013).

Conforme Miguel (2013), essa realidade agrária, aparentemente paradoxal e contraditória, é fruto de uma história agrária de grande especificidade e particularidade. Primeiramente, cabe ressaltar a existência de um território fortemente marcado por condições edafoclimáticas e ambientais distintas, que pode ser dividido em duas grandes unidades de paisagens, marcadas pelo predomínio de uma vegetação campestre de um lado e, de outro lado, pelo predomínio de uma vegetação florestal. Esse espaço agrário teve uma incorporação relativamente tardia e um papel periférico na economia do Brasil-Colônia. Por fim, destaca-se a ocorrência de distintos processos de (re)ocupação e colonização que marcaram fortemente o espaço agrário do Rio Grande do Sul.

Na formação do território do estado do Rio Grande do Sul, segundo Bernardes (1997, p. 80), nunca é demais retomar essa tese da estreita dependência entre o tipo de povoamento e a distribuição da vegetação, pois, não há dúvida, foi esse o fato dominante que esboçou as bases da expansão de luso-brasileiros e colonos europeus em terras do Rio Grande do Sul. Como as terras de matas se situam em sua quase totalidade na metade norte do estado, na Encosta e no Planalto, muitos autores, ao se referirem ao contraste nítido entre a região Colonial densamente ocupada e os campos de criação, referem-se apenas ao Norte agrícola e ao Sul pastoril, confrontando o Planalto (“Zona Serrana”) e a Campanha.

Todavia, esta relação com a vegetação é muito mais estreita. Na verdade, quase a metade do Planalto é coberta por campos e aí, como no Sul, não se estendeu a atividade agrícola, pois já se implantara a criação de gado. Os campos, seja no Planalto, na Depressão Central ou na Campanha, conservam-se eminentemente pastoris e nas áreas de mata, somente, é que se desenvolveu a colonização, seja na Encosta, no Planalto ou nas Serras do Sudeste. Esta justaposição de duas estruturas econômico-sociais tão distintas, com limites tão rígidos, mantém-se até os dias atuais sem que se verifique uma interpenetração originando área de transição. Se a distribuição da vegetação causou esta dualidade, sua persistência só se explica pela interferência permanente dos fatores culturais (BERNARDES, 1997, p. 80-81).

Segundo Bernardes (1997, p. 82), “fazendeiros e colonos apossando-se progressivamente do território foram, com certa distância cronológica, armando o arcabouço de duas diferentes estruturas econômico-sociais”.

O Rio Grande do Sul apresentava como grandes atrativos econômicos de primeira ordem a mão de obra escrava dos índios (Metade-Norte – Missões – “bioma Mata Atlântica”) e a existência de gado xucro (Metade-Sul – “bioma Pampa”) para carne e transportes.

Esta dualidade (“Bioma Pampa” *versus* “Bioma Mata Atlântica”) que o Estado do Rio Grande do Sul apresenta atualmente, conforme Bernardes (1997) é fruto de um processo de formação do território do Estado, através de fatores históricos, culturais, sociais e econômicos. Em um primeiro momento, o centro econômico do estado do Rio Grande do Sul era a Metade-Sul (“Bioma Pampa”), pois detinha o domínio econômico. A partir da relevância/importância da indústria no Estado, há gradativamente a perda de representatividade da região Sul do Rio Grande do Sul. A partir disto, a pecuária (Metade-Sul) perde força pela sua lógica de produção extensiva, pelo pouco investimento

tecnológico, baixa densidade demográfica, modernização da produção, entre outros, e a Metade-Norte toma a dianteira pela forte verticalização de sua economia à lógica de acumulação capitalista global.

Desse modo, na Metade-Sul há uma predominância de latifúndios, não tipicamente capitalistas, que perdem competitividade por não estarem imbricados no modelo de produção capitalista, caracterizado pela produção básica da pecuária e, na Metade-Norte, encontram-se as propriedades tipicamente capitalistas, que estão verticalizadas com a lógica de produção global, caracterizadas por uma produção básica de grãos, especificamente do cultivo de soja.

Bernardes (1997, p. 89) argumenta que na região do Bioma Pampa, onde só existia a pradaria, já ocupada pelos fazendeiros, não havendo possibilidades para essa justaposição de dois tipos de povoamento, o resultado foi a superposição verificada, realmente benéfica do ponto de vista econômico. No entanto, tal superposição, no contexto econômico atual, está exigindo cada vez mais dos produtores de carne bovina, no Estado gaúcho, visto que os padrões de produção e de consumo vêm se alterando gradativamente, ancorados pelo movimento de commoditização.

Até a natureza, parceira insubstituível no mundo rural, apresenta hoje desafios inéditos para os produtores de gado de corte: mudanças climáticas, competição entre a pecuária e outros setores por terra e água, concentração de terra, perda da diversidade biológica, degradação da terra, desmatamento e desertificação, e desenvolvimento da tecnologia estão transformando a disponibilidade e o uso dos recursos naturais em ecossistemas frágeis e críticos (FAO, 2006).

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (2006), resistindo a uma dupla exposição, aos riscos de clima e globalização, o modo de vida gaúcho continua respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais. Além disso, a meta da segurança alimentar continua bem atual: a própria FAO critica impactos negativos da pecuária sobre o meio ambiente, reconhece, entretanto, a relevância social dessa atividade para a segurança alimentar, para a criação de empregos a custos menores e para retenção de jovens que de outra maneira migrariam rumo as já saturadas metrópoles. Sendo assim, a FAO afirma que a produção mundial de carne – que passará dos 229 milhões de toneladas, no período 1999-2001, aos 465 milhões de toneladas, em 2050 – será o meio de subsistência para 1,3 bilhão de pessoas.

Apesar dos entraves da globalização e do clima, a pecuária resiste e se reproduz socialmente. Como se explica o empenho em prosseguir quando o clima, o mercado e as instituições desestimulam a pecuária em pastagens naturais? Um estudo realizado no Rio Grande do Sul demonstrou que os gaúchos praticam a pecuária mais por tradição e vocação que por interesse econômico (WAQUIL *et al.*, 2005). Com as dificuldades impostas, um contingente significativo de produtores permanece no desempenho da atividade, demonstrando que as razões para sua manutenção da produção não estão estritamente ligadas apenas à análise econômica, mas sim, a uma abordagem multidimensional, com forte inter-relação de fatores geográficos, históricos, culturais, econômicos, políticos, ambientais e sociais, ou seja, de pertencimento e de identidade regional.

Mielitz Netto (1994) buscou identificar o processo de modernização e de diferenciação da bovinocultura de corte brasileira. Para isso, analisou seis (6) regiões, no Brasil, que possuíam grande representatividade nesta produção: a região da Campanha do Rio Grande do Sul; a região de Alta Sorocabana de Presidente Prudente e de Alta Noroeste de Araçatuba, ambas do Estado de São Paulo; a região de Uberlândia do Estado de Minas Gerais; a região pastoril de Campo Grande e dos Campos de Vacaria e Mata de Dourados, ambas do Estado do Mato Grosso do Sul.

Em sua análise, o autor supracitado, percebe a diferenciação da bovinocultura de corte no que tange a modernização e a diferenciação entre produtores e regiões ao longo do tempo. Além disso, evidenciou as diferentes formas de administração dos empreendimentos agrícolas, bem como de suas diferentes inter-relações com o mercado, que afetam e influenciam diretamente as suas decisões de produção e de investimentos na atividade produtiva.

Deste modo, é resgatado estado da arte acerca dos principais trabalhos sobre a pecuária familiar e a bovinocultura de corte, desenvolvidos no território gaúcho ao longo dos últimos anos. A síntese dos trabalhos encontra-se no Quadro 06, considerando o recorte regional, a atividade foco em análise e os seus respectivos objetivos. Posteriormente, são discutidos brevemente os trabalhos, em ordem cronológica, que deram suporte ao desenvolvimento desta pesquisa.

Autor	Região em Análise	Ano	Atividade	Análise/Objetivo
Mielitz Netto	Brasil – regiões selecionadas.	1994	Bovinocultura de Corte.	Modernização tecnológica e diferenciação da produção regional.
Ribeiro	Campanha e Fronteira Oeste do RS.	2003	Pecuária Familiar.	Criar a categoria/tipologia de pecuarista familiar.
Cotrim	Serra do Sudeste do RS – município de Canguçu.	2003	Pecuária Familiar.	Tipificar os pecuaristas familiares.
Conterato	Alto Uruguai do RS – município de Três Palmeiras.	2004	Agricultura Familiar.	Mercantilização da produção.
Sandrini	Estado do RS – Metade Sul.	2005	Pecuária Familiar.	Inserção dos pecuaristas na cadeia da carne.
Waquil <i>et al.</i>	Estado do RS.	2005	Desenvolvimento Rural.	Abordagem multidimensional.
Miguel <i>et al.</i>	Estado do RS.	2007	Bovinocultura de Corte.	Caracterização socioeconômica.
Porto	Campanha Meridional do RS – município de Bagé.	2008	Pecuária Familiar.	Caracterização socioeconômica.
Conterato	Serra, Alto Uruguai e Missões do RS.	2008	Agricultura Familiar.	Caracterização e diferenciação.
Andreatta	Estado do RS.	2009	Pecuária Familiar.	Perfil socioeconômico – modo de vida.
Krone	Leste dos Campos de Cima da Serra do RS.	2009	Pecuária Familiar.	Modo de vida dos pecuaristas familiares.
Miguel	Estado do RS.	2009	Agricultura – Sistemas Agrários.	Diferenciação dos sistemas agrários.
Neske	Alto Camaquã Serra do Sudeste do RS.	2009	Pecuária Familiar.	Mercantilização da produção.
Ribeiro	Campanha do RS.	2009	Pecuária Familiar.	Tipificar os pecuaristas familiares.
Fernandes	Campanha do RS – município de Santana do Livramento.	2012	Pecuária Familiar.	Tipificar os pecuaristas familiares.
Matte	Campanha Meridional e Serra do Sudeste do RS.	2013	Pecuária de Corte.	Modo de vida e vulnerabilidade social.
Azevedo	Alto Camaquã Serra do Sudeste do RS.	2013	Pecuária Familiar.	Conhecimento e práticas produtivas – modo de vida.
Waquil <i>et al.</i>	Estado do RS – regiões selecionadas.	2016	Pecuária Familiar.	Abordagem multidimensional.

Quadro 06. Síntese do Estado da Arte: principais trabalhos sobre a Pecuária Familiar e a Bovinocultura de Corte.

Fonte: elaborado pelo autor.

Em outra pesquisa, Ribeiro (2003) foi o responsável por categorizar os pecuaristas familiares, oriundos da agricultura familiar, tendo como objetivo caracterizar o tipo diferenciado de agricultor familiar, chamado de pecuarista familiar. Assim, caracteriza o pecuarista familiar como uma das formas de agricultura familiar. O autor ainda argumenta que esta categoria não era considerada e reconhecida por programas e políticas públicas

de desenvolvimento, em relação a sua realidade efetiva. Em sua análise, os pecuaristas familiares apresentam características e comportamentos semelhantes aos agricultores familiares existentes e descritos em outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul e do país.

Entretanto, como se dedicam a pecuária de corte, atividade tida como da grande propriedade, não são vistos como agricultores familiares da forma tradicional. Esta falta de identificação como categoria social definida e a sua pouca representatividade política faz com que, apesar de significativos em número, não sejam reconhecidos pelas entidades representativas da sociedade rural rio-grandense e pelos governos que se sucedem (RIBEIRO, 2003, p. 15).

Cotrim (2003) teve como objetivo aprofundar os conhecimentos sobre a realidade de agricultores que pertencem a Metade-Sul do Estado do Rio Grande do Sul. O estudo enfocou os agricultores do município de Canguçu-RS que tem na pecuária, a base de seu sistema de produção, utilizando-se, essencialmente, de mão de obra familiar no desempenho das atividades produtivas. Foram identificados três tipos de pecuaristas familiares.

O primeiro tipo diz respeito ao pecuarista familiar tradicional, que possui uma pequena área agrícola, aposentado e que, além da criação de gado de corte extensivo, também cultiva pequenas áreas de milho e de feijão. O segundo, é tipificado como pecuarista familiar pluriativo, caracterizado também por possuir pequenas áreas de terra. É, mais jovem e com maior potencial de força de trabalho. Além disso, tem o hábito de realizar atividades diversas (outras culturas) e não agrícolas, e por vender seu produto oriundo da pecuária no comércio local. E, o terceiro, é categorizado como pecuarista familiar comercial, que está mais integrado com o mercado e com a atividade, ou seja, a criação de gado de corte, estabelecendo comercialização diretamente com frigoríficos e intermediários (COTRIM, 2003).

Já, Conterato (2004) estudou o processo de mercantilização da produção dos agricultores familiares da Região do Alto Uruguai. Para ele a mercantilização é entendida como um processo de externalização das relações de produção, onde o agricultor se torna dependente das relações com o ambiente social e econômico, seja para comprar insumos e produtos, seja para vender a sua produção. Esse processo de mercantilização da produção tem levado os agricultores familiares a estabelecer relações sociais e econômicas que privilegiam a especialização produtiva, a concentração dos meios de produção e a individualização do processo produtivo.

Assim, acabam por reforçar um padrão agrícola de produção, que historicamente tem se demonstrado ser concentrador e excludente, acentuando desta forma os processos de diferenciação social e econômica entre os agricultores familiares (CONTERATO, 2004).

A pesquisa de Sandrini (2005) teve o objetivo de identificar as principais formas de inserção dos pecuaristas familiares (da região Sul do Rio Grande do Sul) na cadeia de produção da carne. O estudo agrupou as unidades familiares através da *análise de clusters*. Esse agrupamento ocorreu em função da semelhança existente entre as variáveis internas e externas às unidades familiares, que podem explicar a forma de inserção das mesmas na cadeia da carne.

Como resultado identificou-se três formas de inserção das unidades familiares na cadeia de produção da carne: as unidades familiares autônomas que comercializam o gado no momento em que necessitam de dinheiro; as unidades familiares diversificadas, com médio grau de mercantilização, que comercializam o gado principalmente no momento em que o preço de mercado está elevado (quando comparado aos preços praticados no mesmo ano base); as unidades familiares com alto grau de mercantilização que vendem o gado quando o mesmo se encontra pronto para o abate. As decisões econômicas sobre a comercialização do rebanho bovino são afetadas tanto por variáveis internas (o tamanho da família, a idade dos membros e a perspectiva do chefe da família com relação à continuidade da atividade por um de seus filhos) e externas à unidade de produção – renda agrícola, a prática de atividades não-agrícolas e recebimento de aposentadorias (SANDRINI, 2005).

O artigo de Waquil *et al.* (2005) reflete, através de uma abordagem multidimensional, diversas relações no processo de desenvolvimento rural, no Rio Grande do Sul, tendo como unidade de análise os municípios do Estado. São consideradas as dimensões: estrutura fundiária, estrutura produtiva, sociodemográfica e ambiental, através da *análise de clusters*. Tal procedimento busca verificar as relações existentes entre as classificações encontradas nas variáveis consideradas. Os resultados reforçam a importância da abordagem multidimensional, indo além da análise econômica dos processos de desenvolvimento, que são reforçados pela análise de que o desempenho da atividade produtiva está relacionado fortemente a fatores sociais, históricos e culturais dos pecuaristas de corte.

Na pesquisa de Miguel *et al.* (2007) o objetivo principal foi identificar, descrever e caracterizar, do ponto de vista social, econômico e produtivo, os principais sistemas de

produção com bovinos de corte, existentes no Estado do Rio Grande do Sul. O estudo foi realizado entre 2004 e 2005 e foi baseado em uma pesquisa de campo junto a 540 bovinocultores de corte de 117 municípios do Rio Grande do Sul.

A bovinocultura de corte no Estado do Rio Grande do Sul tem suas origens nos primórdios da ocupação do espaço agrário gaúcho. Presente em todas as regiões agroecológicas do Rio Grande do Sul e compondo sistemas de produção com as mais diversas formatações (tanto relativamente à sua articulação com as demais atividades agrícolas quanto à sua importância no interior dos sistemas produtivos), a bovinocultura de corte gaúcha apresenta atualmente uma realidade diversificada, complexa e, paradoxalmente pouco conhecida (MIGUEL *et al.*, 2007, p. 01).

Os resultados apontam que a bovinocultura de corte, em termos gerais, é uma atividade que proporciona um baixo retorno econômico (significativamente inferior às atividades de lavoura comercial), elevada demanda em capital produtivo e forte dependência de outras atividades produtivas ou de rendas não-agrícolas. A motivação apontada por grande parte dos entrevistados indica um perfil social tradicional, sendo a criação de bovinos realizada por tradição ou satisfação pessoal. Do ponto de vista produtivo, o nível tecnológico de grande parte dos produtores é baixo, assim como o padrão zootécnico dos animais e os indicadores de produtividade da atividade. Em relação aos aspectos mercadológicos, a comercialização da produção sugere uma forte incompatibilidade entre as exigências do mercado ou de sua cadeia produtiva e as aspirações e demandas provenientes dos produtores (MIGUEL *et al.*, 2007).

Em Porto (2008), evidencia-se a pecuária familiar como uma forma social produtiva, no arcabouço da agricultura familiar, levando-se em consideração os diversos e distintos sistemas de produção, reprodução e manifestação verificados na agropecuária. O estudo teve o objetivo de caracterizar a pecuária familiar no município de Bagé, pertencente a Região da Campanha Meridional do Estado do Rio Grande do Sul, no que se refere ao tipo de mão-de-obra utilizada, a estrutura fundiária das unidades de produção, os sistemas de produção, a inserção e a articulação em relação ao mercado, o acesso aos recursos e serviços públicos e, por fim, o perfil sócio-demográfico do pecuarista familiar. O trabalho de campo se deu através da aplicação de quarenta (40) questionários, via entrevista direta, aos produtores e foi realizado entre os meses de maio e junho de 2007.

A análise multivariada dos dados foi o método utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa. Como resultados, revelou-se que a pecuária familiar se mostrou aderente ao conceito de agricultura familiar, levando-se em consideração suas especificidades próprias, inerentes ao processo produtivo pecuário. Ainda, permite-se concluir que a

pecuária familiar se mostra de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável, para a reconfiguração dos espaços rurais e para a discussão da temática de políticas públicas convergentes à realidade desta categoria específica (PORTO, 2008).

Conterato (2008) se debruçou na investigação dos processos de transformação e diferenciação da agricultura familiar e na análise de suas implicações e efeitos sobre o desenvolvimento rural das regiões da Serra, Alto Uruguai e das Missões no Estado do Rio Grande do Sul. O estudo foi desenvolvido em uma perspectiva multidimensional, através do método de análise multivariado (análise fatorial e *análise de clusters*) com base em variáveis sociais, econômicas, demográficas, ambientais e político-institucionais, buscando identificar a heterogeneidade em termos de estratégias produtivas e reprodutivas, que consolidam estilos distintos de agricultura familiar. Como resultado, o universo familiar não se demonstrou tão diverso e heterogêneo, visto o processo intenso de dependência promovido pela mercantilização da produção agrícola ou da produção de *commodities*.

O estudo de Andreatta (2009) analisou as relações entre o perfil socioeconômico dos pecuaristas criadores de bovinos, no estado do Rio Grande do Sul, as possibilidades referentes ao uso dos recursos produtivos e as características das regiões em que eles estão localizados. A pesquisa foi realizada em 117 municípios, a partir da análise fatorial e da *análise de clusters* e identificou quatro grandes perfis de pecuaristas: pecuaristas estacionários, pecuaristas consolidados, pecuaristas-lavoureiros especializados e pecuaristas-lavoureiros convencionais. De acordo com a pesquisa, entre as motivações para atuar na bovinocultura, destacam-se, além da tradição, o lucro e a segurança que a atividade proporciona. Além disso, a distribuição destes estabelecimentos, no espaço agrário rio-grandense, não obedece estritamente a tradicional regionalização – Norte Agrícola e Sul Pecuário.

Em linhas gerais, as diferentes configurações dos perfis de pecuaristas, a organização dos estabelecimentos e a distribuição destes no espaço agrário, refletem as diferentes possibilidades no que se refere ao uso e disponibilidade dos recursos produtivos, principalmente em relação a diversificação de formas de uso da terra. Ainda, refletem as diferentes características socioculturais e comportamentais dos pecuaristas (ANDREATTA, 2009).

Krone (2009) enfatiza a literatura que trata dos produtos regionais entendidos como expressão de capital cultural, sendo capazes de angariar benefícios econômicos e sociais. Neste contexto, desenvolve seu estudo de modo a evidenciar os elementos

constituintes do modo de vida de pecuaristas familiares, dos Campos de Cima da Serra do Estado do Rio Grande do Sul, associado à produção artesanal do Queijo Serrano. As famílias rurais estudadas desenvolveram, juntamente ao sistema de produção da pecuária de corte, a atividade da produção artesanal de um queijo característico da região. A tradição secular da produção do Queijo Serrano foi passada de geração a geração, e o saber tradicional perpetuou-se ao longo dos tempos, sem sofrer grandes transformações.

O procedimento metodológico consistiu na utilização do método etnográfico, com observação participante e utilização de diário de campo. Os dados analisados foram também coletados a partir de entrevistas realizadas junto a famílias rurais produtoras de queijo e agentes de extensão rural. Assim, a pesquisa destaca os aspectos referentes à organização do processo de trabalho, ao saber-fazer tradicional, às relações de gênero, bem como as práticas de sociabilidade, costumes e tradições associadas ao modo de vida das famílias rurais produtoras do Queijo Serrano (KRONE, 2009).

Por sua vez, Miguel (2009) apresenta uma reflexão a partir da abordagem de sistemas agrários, acerca da origem e evolução da agricultura no Estado do Rio Grande do Sul, região do extremo Sul do Brasil. A evolução e diferenciação dos sistemas agrários identificados no Estado gaúcho não foram um processo uniforme, diferenciando-se, acentuadamente, de acordo com as características naturais de cada região. Essa evolução pode ser dividida em duas linhas evolutivas distintas, condicionadas e fortemente influenciadas pela vegetação natural existente no momento da ocupação do espaço agrário gaúcho.

A primeira linha evolutiva foi influenciada pela existência de uma vegetação natural herbácea/arbustiva (região de campos naturais – “Bioma Pampa”) e deu origem a sistemas agrários baseados na criação bovina/ovina extensiva e, mais recentemente, na lavoura de arroz irrigado. A segunda linha evolutiva foi influenciada pela existência de uma vegetação arbórea (região de floresta – “Bioma Mata Atlântica”) e deu origem a sistemas agrários baseados em atividades de lavoura e de criação de animais de pequeno porte (MIGUEL, 2009).

O respectivo estudo ainda apresenta os elementos fundamentais para a compreensão da evolução e da diferenciação dos sistemas agrários que se sucederam no espaço agrário gaúcho, de modo a destacar as particularidades e especificidades que marcaram o processo evolutivo das diferentes formas de agricultura no Estado gaúcho.

Já, a pesquisa de Neske (2009) teve o objetivo de identificar e analisar como a mercantilização inseriu-se nos sistemas produtivos dos pecuaristas familiares do território

Alto Camaquã, e como esse processo foi responsável pela constituição de estilos de agricultura diferenciados. Deste modo, a ideia foi de captar a diversidade dos tipos de agricultura, observáveis a partir de um contexto agrário específico, e identificar os condicionantes históricos, socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais responsáveis por essa diferenciação entre os grupos sociais.

Mesmo estando os pecuaristas familiares inseridos num ambiente com características socioeconômica, cultural e ambiental semelhantes, a homogeneidade é apenas aparente, pois revelam-se distintas formas de sistemas produtivos. Assim, o autor detectou estratégias diferenciadas de reprodução social a partir da inserção dos pecuaristas ao mercado, o que determinou a existência de estilos de agricultura diversificados. No entanto, a mercantilização da agricultura não desconstituiu a tríade terra, família e trabalho, pois essas categorias representam uma totalidade e permanecem imbricadas no “modo de viver” dos pecuaristas familiares. Sendo a mercantilização um processo que se estabelece em diferentes graus, operando em algumas etapas da produção (antes, dentro e depois da “porteira”) de acordo com os interesses individuais dos agricultores, procurou-se verificar em que medida as relações existentes entre os estilos de agricultura com a natureza, contribuem para a autonomia das unidades familiares. Demonstrou-se que é condição tributária aos estilos de agricultura dos pecuaristas familiares do território Alto Camaquã, estratégias produtivas que são baseadas e dependentes mais dos intercâmbios realizados com a natureza do que as relações estabelecidas com os mercados (NESKE, 2009).

Ainda, Neske (2009) argumenta que a reprodução das concepções homogeneizantes preconizadas pela modernização da agricultura, caracterizada, sobretudo, pela crescente mercantilização dos fatores de produção, não operou da mesma maneira e intensidade sobre as relações sociais de produção e trabalho familiares. Essa é a condição observada em relação à pecuária familiar do território Alto Camaquã, localizado na metade sul do estado do Rio Grande do Sul, pois muitas das características do contexto socioeconômico, cultural e ecológico dos pecuaristas familiares mostraram-se incompatíveis as proposições contidas no projeto de modernização.

Já, Ribeiro (2009) investigou a existência, as lógicas e as estratégias dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi realizada através de sessenta (60) entrevistas, visando compreender melhor suas origens e as suas estratégias, que são frutos de diferentes formações, oriundas da ocupação da terra, meio ambiente e ao seu processo de desenvolvimento. O autor buscou diferenciar

os tipos de agricultores familiares, de acordo com suas trajetórias e estratégias de produção. Enfim, constatou-se que se trata de uma atividade que contribui econômica, social e ambientalmente com os processos de desenvolvimento rural compreendido, de maneira mais ampla do que o mero crescimento econômico.

Fernandes (2012) buscou avaliar a natureza da relação histórica entre os pequenos criadores de gado, do século XIX, e os pecuaristas familiares da região da Campanha, mais especificamente o município de Santana do Livramento, nos tempos atuais. Essa região do Rio Grande do Sul tem como principais características a predominância de produção pastoril e grande concentração fundiária. Em 1998 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou um grupo numeroso de pequenos produtores que se dedicam à bovinocultura de corte e com características de agricultores familiares, os quais foram identificados como pecuaristas familiares.

A respectiva pesquisa indicou a existência de estabelecimentos agrícolas que desenvolviam a pecuária em uma complexidade de tipos, que variavam quanto à dimensão do estabelecimento, modo de acesso à terra e o estatuto social da mão de obra. Foi desenvolvida utilizando-se do conceito de sistemas agrários, baseada principalmente em dados extraídos de entrevistas com os pecuaristas familiares do município e fontes documentais primárias: censo, processos crimes/cíveis e inventários *post-mortem*.

Ressalta-se a identificação de grupos de criadores, existentes no século XIX, que possuíam pequenos rebanhos de gado e utilizavam principalmente a mão de obra familiar, sendo que muitos deles não possuíam a propriedade da terra, que de certa forma, demonstra a persistência dos pecuaristas familiares como uma categoria social, na região da Campanha gaúcha, desde meados do século XIX (FERNANDES, 2012).

A vulnerabilidade social dos pecuaristas familiares é identificada no trabalho de Matte (2013). Tal estudo visou compreender quais são os fatores de vulnerabilidade que impactam sobre as capacitações e os meios de vida das populações rurais. Nesse sentido, utilizou uma perspectiva multidimensional, procurando dar ênfase na compreensão dos múltiplos fatores que provocam situações de vulnerabilidade na pecuária de corte, na região da Campanha Meridional, e da Serra do Sudeste do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo consistiu em compreender como a vulnerabilidade age sobre as capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte destas regiões, e como esses criam estratégias de enfrentamento ou adaptação aos efeitos das situações de vulnerabilidade que estão expostos. Para viabilizar a pesquisa, foram aplicadas sessenta (60) entrevistas

semiestruturadas com pecuaristas de corte, através de um roteiro de questões abertas, fechadas e de múltipla escolha, de caráter qualitativo e quantitativo.

Como resultados, foi identificado que a vulnerabilidade para os pecuaristas de corte consiste em uma situação de ausência de liberdade de escolha, causada por uma carência no acesso de alguns ativos, limitando, assim, o exercício das capacitações e provocando situações de incerteza quanto ao seu meio de vida e sua reprodução social. De acordo com a respectiva pesquisa, os fatores que afetam a produção, em maior proporção, são período de estiagem e de forte calor, problemas sanitários referentes à pecuária, inverno rigoroso, expansão de outras culturas (concorrência), mão de obra e ausência de sucessão em suas propriedades agrícolas. Para tanto, a liberdade para escolher a melhor estratégia para enfrentar ou se adaptar às situações de vulnerabilidade fica restrita aos meios de vida desenvolvidos por cada família (MATTE, 2013).

Azevedo (2013) parte para a análise etnoecológica no contexto da pecuária familiar. O seu trabalho tem o objetivo de analisar, especialmente, o corpus (conhecimentos) e a práxis (práticas produtivas) dos pecuaristas familiares, criadores de bovinos de corte do Território do Alto Camaquã Serra do Sudeste/RS. A pesquisa foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, observação participante e diário de campo, junto aos pecuaristas familiares, e o método foi operacionalizado através da triangulação de aspectos qualitativos e quantitativos, com abordagem descritiva e amostragem intencional.

Os resultados evidenciaram que os pecuaristas familiares possuem extrema semelhança com o modo de apropriação da natureza camponês, em relação a utilização dos atributos produtivos quanto ao uso da energia, tamanho da terra, autossuficiência, uso da força de trabalho, diversidade da produção, produtividade, desejos e anseios, formas e transmissão dos conhecimentos e visão frente à natureza e ao mundo (AZEVEDO, 2013).

O conhecimento adquirido e implementado pelos pecuaristas familiares na atividade de produção é proveniente de sua trajetória histórica e cultural, passada de geração em geração ao longo do tempo. Para Azevedo (2013), dessa forma é que vão se moldando as práticas produtivas realizadas por este público, com algumas adaptações, no decorrer dos anos, para melhoria da produção, em harmonia com os recursos naturais disponibilizados (diferimento, melhoramento da pastagem natural com espécies de inverno, castração e melhoramento rebanho com raças europeias).

Os recursos naturais que os pecuaristas se apropriam para efetivamente produzirem o bovino de corte, extensivamente em pastagem natural, são a tríplice: sol

(luminosidade), água (chuva) e solo (pastagem natural). Assim, para que o ciclo de produção possa acontecer, são utilizados uma pequena parte de insumos externos não renováveis, sendo estes para a sanidade animal, comprovando, nesse sentido, a ampla relação e dependência das condições ambientais dos pecuaristas familiares. Além disso, os pecuaristas familiares não são motivados prioritariamente por fatores de caráter econômico, como o lucro e a rentabilidade econômica. De modo que, os pecuaristas familiares estão integrados ao Pampa, por meio de aspectos históricos, sociais e ambientais, contribuindo com a preservação e caracterização da paisagem no território do bioma Pampa (AZEVEDO, 2013).

Waquil *et al.* (2016) agrupa vários trabalhos sobre a pecuária familiar no Rio Grande do Sul. Entre as regiões de estudo, destacam-se a região da Campanha, Alto Camaquã e Campos de Cima da Serra, situados mais especificamente, na região Sul do Estado e no território do bioma Pampa gaúcho, direcionados à região de fronteira do Estado com o Uruguai e a Argentina.

As pesquisas presentes no estudo são voltadas aos aspectos históricos e culturais da pecuária de corte, em relação à formação do território, bem como a análise das relações sociais e econômicas que permeiam a atividade. Além disso, ainda discute os aspectos da sucessão geracional e a suas formas e alternativas de reprodução e manutenção no campo (WAQUIL *et al.*, 2016).

Evidencia-se que boa parte das pesquisas estão referenciadas sobre a pecuária familiar no Estado, em grande parte concentradas nas regiões da Campanha, Campos de Cima da Serra e Alto Camaquã. Além disso, desdobram-se na percepção do “modo de vida” e do “jeito de ser” do pecuarista familiar destas regiões. Para tanto, é justificável que não haja densidades de estudos que se debruçam sobre o perfil dos bovinocultores de corte, bem como das relações que estes têm com o mercado e, que por sua vez, refletem e repercutem sobremaneira nas relações sociais e culturais, e em suas formas de reprodução e de sobrevivência no território.

É proeminente o respectivo estudo sobre a bovinocultura de corte, na região das Missões, visto a densidade de sua bagagem histórica e cultural do território que se desenvolveu em um ambiente conturbado, de grandes conflitos e disputas. Além disso, busca-se elucidar como a região e sua atividade, a bovinocultura de corte, se relaciona e estabelece conexões que proporcionam transbordamentos históricos, sociais e culturais, que se tencionam, em um cenário de padronização da produção, com elevado grau de mercantilização.

Desse modo, o conhecimento acerca do espaço agrário compreendido merece um esforço considerável da pesquisa das mais diversas áreas do conhecimento. Constatase a necessidade de se expandir e qualificar uma aproximação que privilegie as diferentes facetadas da realidade do desenvolvimento da região, resgatando as características de sua trajetória histórica, suas particularidades, especificidades e potencialidades, no que tange a bovinocultura de corte e suas repercussões nas formas de organização da produção, do trabalho e das suas inter-relações com o desenvolvimento territorial missioneiro.

3 FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL (F.E.S.) DO TERRITÓRIO MISSIONEIRO

Este capítulo utiliza o marco teórico da Formação Econômica e Social (F.E.S.) elaborada por Milton Santos, na década de 1970, para tratar da emergência da Região das Missões, bem como entender seus aspectos históricos, geográficos, sociais, políticos e culturais que determinaram e ainda determinam a sua territorialidade.

Para Santos (1976, p. 81), “o espaço humano deve ser interpretado como um fato histórico, pois somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento a compreensão da realidade espacial”. Não há a possibilidade de existir uma sociedade a-espacial, ela permite sua transformação pelo homem, de acordo com suas distintas particularidades. A partir desta perspectiva, engendra-se a categoria de Formação Econômica e Social.

Dentro de uma categoria que considera a estrutura e sua superestrutura, tal conceito articula-se com o regime de acumulação capitalista atual e as respectivas tensões entre o local e o global sobre os territórios.

Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo ou sociedade se confronta (SANTOS, 1976, p. 81-82).

De acordo com Santos (1976, p. 83), tal “categoria expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas – econômica, social, política, cultural – da vida de uma sociedade, daí a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico”.

Nessa perspectiva, “não há uma sociedade em geral, mas que uma sociedade existe sempre sob o invólucro histórico determinado” (SANTOS, 1976, p. 84).

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações (SANTOS, 1976, p. 84).

Santos (1976, p. 84) destaca que “nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por forças definitivas de propriedade, de relações sociais”. As F.E.S. não podem – e também não devem – ser compreendidas isoladamente, como um ambiente dado. Elas devem estar relacionadas considerando a perspectiva de um movimento totalizador (no caso, o regime de acumulação ou a ordem internacional), no qual todas as suas partículas e subpartículas evoluem juntas, submetidas à lei do todo.

“A sociedade evolui sistematicamente, como um organismo social coerente cujas leis sistêmicas são as leis supremas, a medida-padrão para todas as outras regularidades mais específicas” (SANTOS, 1976, p. 85).

A noção de F.E.S. como etapas de um processo histórico, é um dos elementos fundamentais de sua caracterização. O desenvolvimento da formação econômica da sociedade é assimilável a marcha da natureza e de sua história.

É necessário estabelecer uma distinção entre modo de produção e formação social. O modo de produção seria o gênero cujas formações sociais seriam as espécies (exemplo de espécie a formação social subdesenvolvida da América Latina); o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização, e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada (SANTOS, 1976, p. 85).

Para Santos (1976, p. 86), “o modo de produção, formação social e espaço – são três categorias interdependentes. Todos os processos [...] são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social”.

Desse modo, a diferença entre determinados territórios são propiciados por diferentes modos de produção particulares, estes engendrados com suas características históricas, sociais, geográficas e culturais. A distinção destes territórios é exposta pelos níveis de apropriação e interação (qualitativos e quantitativos) em relação ao modo de produção e de como estes aspectos se combinam. Considera-se que, “assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional” (SANTOS, 1976, p. 87).

Os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço.

[...] Tomada individualmente, cada forma geográfica é representativa de um modo de produção ou de um de seus momentos. A história dos modos de produção é também, e sob este aspecto preciso, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço. A história da formação social é aquela a superposição de formas criadas pela sucessão de modos de produção, da sua complexificação sobre seu território espacial (SANTOS, 1976, p. 87-88).

Ainda em relação às dotações de um território, é preciso acrescentar que “os

atributos não-naturais são permanentes e transformam o trabalho do homem em uma espécie de atributo natural de um lugar” (SANTOS, 1976, p. 89). Cada combinação proveniente de suas formas espaciais e de suas qualidades técnicas representam um atributo produtivo de um território, sua potencialidade e também sua restrição.

Segundo Santos (1976, p. 89) “a função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar”. Para tal, esta redistribuição deve-se ao processo histórico e ao período atual/presente, representado pelas diferentes fases e ações sobre o território como resultado do modo de produção vigente.

Nesse sentido, o dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas este significado não pode ser apreendido senão ao nível da totalidade (SANTOS, 1976, p. 91).

O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1976, p. 89).

Assim, apresentam-se nas próximas subseções, de acordo com os argumentos da formação econômica e social do território missioneiro, as particularidades e especificidades históricas, sociais, econômicas, geográficas e políticas e suas combinações e conexões com os modos de produção, que sucederam, e que, atualmente, moldam a Região das Missões.

3.1 Emergência missioneira e suas bases históricas

Esta subseção trata das bases sociais e econômicas – em relação a sua evolução ao longo do tempo – que determinaram distintas trajetórias e apropriações do território missioneiro.

A região das Missões “pode ser vista como uma construção social histórica, em grande medida, no sentido de significado e representação [...] A ação dos indivíduos e as relações de poder conferiram determinada materialidade e simbologia” ao território missioneiro (MARTINS, 2014, p. 61). O território é marcado pela ação dos agentes e suas diferentes formas de poder, bem como suas interações e reações no espaço e no tempo.

Considerando-se a trajetória histórica e cultural de desenvolvimento das Missões, busca-se a interpretação da formação territorial, bem como seus transbordamentos produzidos nas formas de organização do trabalho, da produção e de seus padrões sociais e econômicos de desenvolvimento, ao longo do tempo.

Para tanto, apresenta-se uma breve revisão de literatura acerca dos aspectos relevantes da formação econômica e social da Região das Missões. Dessa forma, as obras referenciadas e discutidas a seguir são: Bruxel (1961), Lazzarotto (1996), Flores (1997), Santos (1997), Simonian (1997), Zarth (1997), Rota (1999), Niederle e Wesz Junior (2009), Sausen e Oliveira (2013), Martins (2014), Polacinski *et al.* (2014) e COREDE Missões (2017).

De acordo com Flores (1997, p. 222) “no imaginário popular, o espaço físico das reduções jesuíticas é formado pelo território dos 30 povos, abrangendo Paraguai, Argentina, sul de Mato Grosso, Oeste do Paraná, Rio Grande do Sul e parte da República do Uruguai”.

No entanto o espaço missioneiro variou ao longo do tempo histórico, apresentando descontinuidade, ampliando ou recuando fronteiras, abandonando regiões, desbravando novas áreas, alterando a própria paisagem numa história de longa duração, em correlação com a sociedade missioneira (FLORES, 1997, p. 222).

Em um período ainda primitivo, o território do Rio Grande do Sul era ocupado por indígenas de diferentes origens/tribos. Três grupos indígenas dominavam os campos gaúchos: a) Gê ou Tapuia: ocupava a região de cima da serra, que é caracterizada como uma região rica em araucárias; b) Pampeano (Charrua, Minuano, Guenoa...): ocupava o pampa gaúcho e uruguaio. Se caracteriza por ser um povo coletor, com atividades de pastoreio quando da introdução do gado europeu em seus campos, e; c) Guaranis: ocupava o litoral, as margens da Lagoa dos Patos e do rio Guaíba e nas proximidades dos grandes rios Uruguai, Paraná, Jacuí e Ibicuí, chamados de tapes. Os índios Guaranis dominaram também a parte central e setentrional do Estado, entre os rios Uruguai e Paraná, bem como a parte sul da margem direita do rio da Prata e o curso inferior do rio Paraná (LAZZAROTTO, 1996).

Portanto, os índios Guaranis ocupavam os Sete Povos das Missões, em que hoje repousa a Região das Missões. Conforme Lazzarotto (1996) haviam, entre os Guaranis, três subgrupos principais: os *Tapes* (indígenas missioneiros dos Sete Povos), que ocupavam as margens dos rios a Oeste do atual território do Rio Grande do Sul e ao

Centro da bacia do rio Jacuí; os *Arachanes* ou patos, que viviam às margens do rio Guaíba e na parte Ocidental da Lagoa dos Patos; e os *Carijós* que habitavam o litoral. O tupi-guarani era o tronco linguístico comum a esses grupos indígenas que habitavam a região.



Figura 01. Ocupação Indígena do Rio Grande do Sul.

Fonte: http://www.paginadogaucha.com.br/sites/default/img/indi_mapa.gif

Nos anos 1500, a base econômica era caracterizada por estar imbricada em um sistema econômico mercantil, onde as grandes navegações e a posse de colônias era o estímulo para o crescimento da riqueza das nações. “As grandes navegações dos séculos XV e XVI visavam fundamentalmente encontrar novos caminhos de acesso às especiarias e a novas fontes de produtos que interessavam a burguesia mercantil europeia” (LAZZAROTTO, 1996, p. 07).

O processo mercantil foi iniciado em 1415, por Portugal, estiveram voltadas as Índias Orientais, com o fornecimento para a sociedade burguesa portuguesa de produtos como o açúcar, o ouro, a madeira, o marfim e as especiarias (chá, temperos, tecidos...). Em 1500, Portugal “descobriu” o Brasil, mas efetivamente o comércio ainda estava voltado às especiarias das Índias Orientais. Além disso, o Brasil não fornecia produtos comerciais atrativos para a sociedade burguesa europeia.

O Ouro e a prata comandaram quase todo o seu interesse nas Américas; as regiões periféricas abasteciam com alimentos e bestas as regiões de mineração (foi o caso da Bacia do Prata, que fornecia erva-mate e muars para as minas do Peru) (LAZZAROTTO, 1996, p. 07).

Apenas após a década de 1530, houve um interesse maior pelo Novo Mundo, proporcionado por uma redução da lucratividade das especiarias indianas (devido à lógica de oferta e demanda – estagnação do lucro pela oferta em expansão e o aumento da concorrência). Acentuou-se, a partir daí a estratégia de ocupação do território. No entanto, a ocupação só faria sentido “se atendesse os interesses comerciais” da metrópole (LAZZAROTTO, 1996, p. 07). Assim, os esforços concentraram-se na introdução do cultivo de cana-de açúcar, devido à demanda mundial por esta mercadoria.

Tal contexto de comercialização foi estabelecendo princípios comuns, conhecido por mercantilismo. O mercantilismo teve como premissas básicas: a) o ouro e a prata como indicadores da riqueza das nações; b) saldo positivo da balança comercial, através das trocas comerciais com o resto do mundo; c) as colônias deveriam fornecer matérias primas e comprar manufaturas; e, d) as colônias deveriam sempre estar subordinadas ao controle da metrópole (monopólio nacional). O objetivo era obter, necessariamente, o máximo possível de lucros, advindos das trocas comerciais com o resto do mundo. Convém salientar que o Brasil, e por consequência a Região das Missões, era um território explorado por uma metrópole, em um contexto de sistema colonial de produção, no caso uma colônia espanhola.

Para Simonian (1997, p. 82), “no tempo colonial o projeto dos missionários católicos nas Américas orientou-se pelo paradigma centrado no padroado, [...] o qual sustentou as políticas e as ações *expropriatórias* em relação as terras indígenas”.

Particularmente na América espanhola, colonos e missionários recebiam “mercês da terra” da coroa, onde estes últimos implantavam os núcleos básicos de suas operações (Gadelha, pp. 135-137) (SIMONIAN, 1997, p. 82).

Conforme Lazzarotto (1996, p. 08), “no final da Idade Média a Europa Ocidental continuava dominada pela ideologia religiosa, o cristianismo dominava as mentalidades. A maior crise da cristandade dava-se justamente no momento das grandes descobertas”. Além disso, emergia, a partir da reforma protestante⁷, a noção e a aliança do individualismo econômico no campo religioso.

⁷ Tinha como premissas a fé pessoal de cada indivíduo, a livre interpretação da Bíblia, bem como a predestinação de cada indivíduo.

Espanha e Portugal estavam terminando de, em nome de Cristo, libertar o seu território que séculos antes havia sido conquistado em nome de Alá. Urgia agora conquistar o mundo para Cristo. Não haveria justificativa que pudesse ser melhor aceita: o interesse econômico ficava disfarçado; o conquistador era um missionário que, mesmo morrendo, teria o céu como recompensa. O infiel devia ser submetido mesmo pela força; seu trabalho podia ser usado em retribuição a salvação da alma que lhe era proporcionada: assim a *encomienda* e a escravidão eram justificadas. É importante notar que praticamente todos pensavam assim; eram ideias sacramentadas pelo consenso e pelo apoio da Igreja. Não havia modelos de análise social, e por isso era impossível que surgisse alguma contestação (LAZZAROTTO, 1996, p. 08).

Conforme Flores (1997, p. 223) “a região missioneira não formava um mundo à parte, estava inserida no sistema colonial espanhol, mergulhada numa evangelização que tinha como objetivo civilizar o índio”.

Não é possível elaborar a história das reduções jesuíticas sem conhecer o sistema de conquista e de povoamento das coroas espanhola e portuguesa, bem como suas inter-relações com a sociedade indígena. Essas inter-relações variavam no tempo histórico. As reduções jesuíticas não eram apenas a região das missões de índios guaranis, no primeiro momento. De 1609 a 1750, as reduções formavam uma sociedade índia dentro de valores culturais europeus, determinados pela teologia moral cristã. Era também a fronteira da civilização. Para a coroa espanhola a principal função das reduções era de manter o território, caracterizando o princípio de *uti possidetis*. Tratados como súditos do rei, pagavam impostos, prestavam serviço de milícia e de construção de obras públicas. Doutrinar os índios significava colocá-los a serviço de Deus e do rei (FLORES, 1997, p. 223).

No contexto missioneiro, no processo e colonização, os índios foram escravizados pelos missionários, que neste caso, eram os jesuítas. No entanto, este processo da *encomienda*⁸ sobre os índios, ou de escravidão, constituiu-se como um mecanismo de dominação, exploração e, em certos casos, de extermínio de etnias e povos autóctones.

[...] o envolvimento de missionários na questão das terras indígenas da área do atual estado do Rio Grande do Sul ocorreu predominantemente enquanto agente expropriador. Eles se apropriaram de áreas para a sua instalação, embora não raramente a sua permanência em terras indígenas tenha sido temporária. Mas políticas e ações missionárias que facilitavam a expropriação também foram implementadas (SIMONIAN, 1997, p. 85).

Deste modo, para Lazzarotto (1996, p. 09), “o impacto da ação colonial sobre etnias e culturas se diferenciou de acordo com as maneiras diferentes com que a população nativa foi incorporada a produção colonial”. Para tanto, em não havendo

⁸ Processo escravocrata sobre os povos autóctones, ou seja, os indígenas, o qual era legitimado pelo poder da Igreja, como instrumento de salvação da alma dos infiéis.

produtos comercializáveis, em um primeiro momento, introduziu-se a produção de cana de açúcar e de algodão, e um modelo de produção que primava pela constituição de latifúndios, e captação de escravos utilizados como mão de obra. Na Região das Missões, inclusive, houve deculturações, aculturações, miscigenação e extermínios, produzindo como resultado disto, um “povo novo”.

[...] o trabalho jesuítico nos trinta povos foi o que de melhor poderia ser feito, no contexto colonial a favor dos índios, em toda a América. Reitero que os jesuítas nunca poderiam agir contra os interesses metropolitanos. Aliás, disso foram acusados quando de sua expulsão. Também nunca poderiam deixar de catequizar, impor a sua crença e acatar as decisões da Metrópole. Mas, por outra parte guardaram a língua dos guaranis, seu trabalho coletivo (o *abanbae* só foi introduzido por pressão colonial) o cacicado, a idade do casamento, a casa (ao menos a casa semi-coletiva), o nome dos seus deuses (agora cristianizados), e até, pelos menos em parte, o seu culto, que se realizava com danças e cantos.

Sabe-se também que os Sete Povos foram idealizados para libertar os índios das *encomiendas*. A terra era propriedade do povo e nela produzia-se a própria subsistência (LAZZAROTTO, 1996, p. 10).

Faz sentido relatar como os Sete Povos das Missões se estruturaram e organizaram a sua fundação. Eram formados pelas reduções de São Nicolau, de São Francisco Borja, de São Luiz Gonzaga, de São Miguel Arcanjo, de São Lourenço Mártir, de São João Batista e de Santo Ângelo Custódio.

Lazzarotto (1996, p. 19) argumenta que as reduções jesuíticas missionárias “não se localizavam precipitada ou desordenadamente. Índios liderados pelos missionários se anteciam, escolhendo cuidadosamente o lugar: alto de uma coxilha, com boas terras cultiváveis e água abundante”. Elas deveriam localizar-se a uma distância equivalente a vinte e cinco quilômetros ou um dia de caminhada.

Da torre da igreja se via a igreja do povo vizinho, o que facilitava a comunicação por sinais convencionais em caso de perigo e necessidade de socorro mútuo.

Escolhido o lugar, vinham os homens (sempre auxiliados pelos demais povos), construíam as casas (de madeira e palha, no início), plantavam as primeiras lavouras, e quando essas comessem a produzir, chegava toda a população que daria início ao povo (SEPP, 1980, p. 222) (LAZZAROTTO, 1996, p. 19).

A primeira redução dos Sete Povos das Missões foi a de São Francisco de Borja (atual município de São Borja), em 1682. Posteriormente foram fundadas as reduções de São Nicolau, São Miguel Arcanjo e de São Luiz Gonzaga, em 1687. São Lourenço de Mártir, em 1690, e, São João Batista, em 1697. E, por fim, Santo Ângelo Custódio, em 1707 (atual município de Santo Ângelo, denominada capital das Missões).

Nesta perspectiva, aprofundam-se as especificidades e particularidades que atraíam a atenção de outros povos, em relação ao desenvolvimento do território missioneiro. Para isso, deve-se elencar os aspectos relativos as atividades econômicas que prestavam suporte a sua manutenção, sobrevivência e reprodução no território.

Historicamente, a Região das Missões, conforme Lazzarotto (1996), sempre foi acometida por período de seca ou de estiagem prolongada, de mesma forma, também sofria com revezes em relação a períodos de fortes chuvas e enxurradas. Isso, propiciava um ambiente de alta instabilidade, pois, muitas vezes, a alimentação se tornava escassa, e o índio, sem ter acesso à alimentação, proveniente do seu regular cultivo, enfrentava a fome, o que, por vezes, motivava a fuga para florestas ou rios mais distantes, longe dos hábitos e costumes sociais, morais e éticos aos quais estava submetido. Tal quadro, tornara a agricultura uma atividade bastante volátil e com uma alta suscetibilidade a intempéries climáticas, frequentemente enfrentadas no território.

Para tanto, de modo a superar tal entrave, “como solução pensou-se em introduzir o gado, já que o ambiente era extremamente propício: as colinas cobriam-se por capim “que poderia cobrir uma rês⁹” (LAZZAROTTO, 1996, p. 15).

Para Santos (1997), além da atividade agrícola da erva-mate, desenvolveu-se a atividade pecuarista. Ambas foram o sustentáculo socioeconômico da terra missioneira. Os padres jesuítas iniciaram a sua missionarização dos Guaranis dos Tapes, e observaram que as pradarias da região serviam para o desenvolvimento da atividade pecuarista.

Assim, os esforços foram direcionados para a aquisição de gado, ou seja, a introdução do gado na região. Além do couro e do sebo, comercializáveis, eram utilizados para a alimentação (carne) e para dar suporte a atividade agrícola (lavouras de milho, de trigo e hortas...). O gado introduzido¹⁰ era proveniente da Argentina, dos campos da Província de Corrientes, onde haviam estâncias em que se criava um gado de uma mistura de cabeças oriundas do Peru.

Em 1634 dirigiram-se a Corrientes os padres Cristóvão de Mendonça e Pedro Romero que, empenhando até as alfaías dos altares, compraram do fazendeiro português Manuel Cabral Alpoim 1500 vacas e vários touros, introduzindo-os com imenso esforço no Rio Grande do Sul. Essas foram distribuídas em número de 99 em cada redução. [...] as reduções, pela reconhecida importância do gado, trataram cada qual de aumentar o seu rebanho, introduzindo também cavalos.

[...] a ideia não poderia ser mais feliz, pois as tarefas da criação, além

⁹ Qualquer animal quadrúpede que se abate para a alimentação do homem – “boi pequeno”.

¹⁰ Descendentes das “sete vacas e um touro” contrabandeadas de São Vicente para Assunção, em 1555 (LAZZAROTTO, 1996, p. 15).

de encontrarem um ambiente admirável, correspondiam a índole do tape, que não se adaptava facilmente a um trabalho sistemático como o agrícola, mas lhe era um prazer pontear uma tropa montado num fogoso cavalo (LAZZAROTTO, 1996, p. 15).

Conforme os campos de pastagens, a redução podia receber maior ou menor número de cabeças de gado (SANTOS, 1997). Os índios, sob comando dos padres jesuítas, eram instruídos para controlar as manadas e para buscar novas levas de gado em Corrientes. Estima-se que ao menos quinze mil cabeças foram alçadas dos campos argentinos para as reduções. Por outro lado, de acordo com Lazzarotto (1996, p. 16), “os índios eram proibidos de se aproveitarem dessas reservas, até serem consideradas grandes”.

Deste modo, o gado missioneiro foi a base inicial de todas as estâncias no Rio Grande do Sul. No entanto, em 1636, os bandeirantes, atraídos pela mão de obra dos índios, pelo couro e pelo sebo produzido na região missioneira, entram em conflito e dizimam boa parte das reduções e da população indígena. Em decorrência disso, “parte desse gado, que por acaso escapou, começou a criar-se solto – “chimarrão” – e de mistura com uma manada proveniente do Sul [...] vai povoando aos poucos os pampas” (LAZZAROTTO, 1996, p. 16).

Devido a ação escravista dos bandeirantes paulistas entre 1636 a 1641 que assolou as reduções do Tape, os Guaranis reduzidos se viram obrigados a transmigrar para a margem ocidental do rio Uruguai e tiveram de deixar na área circundada pelos rios Ibicuí e Quaraí, centenas de cabeças de gado (SANTOS, 1997, p. 131).

De acordo com Santos (1997), os rebanhos foram abandonados na região do Pampa, reproduzindo-se sem qualquer domesticação. Essa reserva que se consolidou, era conhecida como as Vacarias do Mar (alusão ao *Mar del Plata*). Estima-se que no final do século XVII já havia mais de um milhão de reses selvagens. No entanto, um dos grandes problemas para o desenvolvimento da pecuária no território missioneiro, foram as constantes disputas e lutas por território (por portugueses e espanhóis), em fase de exploração econômica das Vacarias e da expansão rumo ao Prata.

Deste modo, com o potencial econômico proveniente principalmente do couro e do sebo para exportação, a exploração e dizimação da atividade pecuarista por portugueses e espanhóis, fez com que padres e índios comessem a estabelecer como alternativa a essa deturpação, outro sistema de criação, denominadas de estâncias. Algumas estâncias chegaram a ter entre trinta e quarenta mil quilômetros quadrados, com

pequenas aldeias de estancieiros, chamados também de posteiros (BRUXEL, 1961).

[...] a estância de criação de gado apresentou-se como uma necessidade imposta pelas vicissitudes da experiência missioneira. Havia um desafio irremediável a que urgia uma resposta: a dizimação do gado e a sua manutenção a terra, pois afinal, junto com a erva-mate, o gado tornava a terra produtiva e isso valorizava-a. A resposta encontrada foi dividir o gado em grandes estâncias comunitárias que pertenciam a todos os índios reduzidos do povoado. [...] As estâncias foram pulverizadas nas terras percorridas anteriormente por minuanos e charruas (SANTOS, 1997, p. 132).

É importante salientar que esta atividade pecuarista auxiliou no desenvolvimento socioeconômico da região, contribuindo não apenas para alimentação, “mas também dinamizava os transportes e puxava o arado, bem como abria possibilidades de ofertar produtos oriundos do gado no mercado interno colonial do Prata” (SANTOS, 1997, p. 132). As limitações geográficas das estâncias eram demarcadas por arroios, rios, banhados, florestas e encostas das serras. E, as estâncias que estavam em algum local aberto, eram vedadas por valas com plantação de espinheiros, para evitar a fuga dos animais e também para dificultar o saque do rebanho.

No entanto, o desenvolvimento da pecuária não se sucedeu de forma linear, sendo marcado através de disputas por território, por mão de obra escrava indígena e também por gado (couro e sebo). Após 1636,

Quarenta anos haviam passado no exílio os índios fugidos dos bandeirantes e no Rio Grande do Sul o gado estava se multiplicando prodigiosamente. Os índios o consideravam propriedade sua.

Quando esse gado começou a ser explorado por espanhóis e portugueses, depois do cerco da Colônia do Sacramento, em 1680, os tapes, que ainda sofriam a “saudade da pátria”, decidiram o retorno, fato que se reforçou com a fundação portuguesa da cidade de Laguna, em 1686. (LAZZAROTTO, 1996, p. 19)

A partir da fundação de Laguna, começou a tornar-se viável o estabelecimento de uma rota de comércio de gado pelo litoral. Esse fato despertou a atração dos índios novamente para o território, e também foi um dos pontos principais para a fundação e consolidação dos Sete Povos das Missões.

[...] ainda em 1709 os povos “com muito trabalho e força de braço e machado, abriram caminho em matos muito espessos, para passar os primeiros gados” (Duarte, 1944:192), transpondo de oitenta a cem mil cabeças para a “Bacaria de los Piñares”, donde nos vem o nome da atual cidade de Vacaria. Dali também era proibido retirar o gado, até que a reserva lhes fosse suficiente para o sustento normal, [...] na época o couro e o sebo eram grandemente procurados no comércio internacional e a carne, para a alimentação, nas zonas de

mineração, obrigando os povos a concentrarem as estâncias nas periferias das reduções (LAZZAROTTO, 1996, p. 17).

Assim, a base econômica regional estava pautada, na época dos Sete Povos das Missões, na exportação de erva-mate, no couro e no sebo, provenientes da atividade primitiva da bovinocultura no território (LAZZAROTTO, 1996). Tais atividades propiciaram, guardadas as proporções, certos lucros, pois permitiam que os índios tivessem as melhores casas populares das Américas, além de lhes garantir alimento, de modo a reduzir a incerteza do amanhã para si e seus sucessores.

De acordo com Lazzarotto (1996, p. 10), “isso lhes dava até motivação para a vida e um sentimento étnico” e cultural, de pertencimento e legitimação para com o seu território. No entanto, após 1750 a cobiça colonial lançou seus olhos ávidos sobre os campos e o gado missioneiro, organizando-se para a dizimação das reduções (povos indígenas) e a expulsão dos jesuítas. Isso culminou com a expropriação dos indígenas do território missioneiro, ou seja, da Região dos Sete Povos das Missões.

Desta forma, “sem qualquer apoio e enfraquecidos em face da redução demográfica e do crescente empobrecimento, esses indígenas já não conseguiam resistir a expropriação e aos demais desmandos que lhe estavam sendo impostos” (SIMONIAN, 1997, p. 86-87).

Note-se que toda essa destruição se processou sob os olhares complacentes das autoridades de Assunção e Buenos Aires e da maioria dos colonos espanhóis que não aceitavam a existência de comunidades indígenas livres, na esperança de que, destruída a proteção legal das reduções, eles mesmos pudessem aproveitar-se dos índios que sobrassem (LAZZAROTTO, 1996, p. 14).

Segundo Sausen e Oliveira (2013), há três períodos históricos que devem ser destacados (ver Quadro 08): i) Projeto jesuítico guarani (1626/1768); ii) Abandono e dependência (1768/1966) e; iii) Herança histórica e cultural (1966/2011). “Tais períodos correspondem às fases de tensão e construção territorial da região missioneira, que assinalam uma temporalidade de aproximadamente 400 anos” (COREDE MISSÕES, 2017, p. 47).

Período	Fatos Históricos
Projeto Jesuítico Guarani (1626/1768)	Fundação dos Sete Povos das Missões ¹¹ ; lutas por territórios (bandeirantes <i>versus</i> jesuítas/povos Guaranis); fim do Projeto Jesuítico Guarani, em 1768.
Processo de Abandono e Dependência (1768/1966)	Divide-se em dois períodos: I - Ocupação Espanhola e Portuguesa (conflitos por território); consolidação da relação de dependência (período colonial); II – Estratégia Nacional de Povoamento (ocupação e colonização) – imigrantes europeus.
Herança Histórica e Cultural (1966/2011)	Revolução Verde (início do ciclo da soja); emancipações municipais.

Quadro 07. Região das Missões/RS.

Fonte: adaptado de Sausen e Oliveira (2013).

Considerando estes “três períodos, há uma associação de eventos que construíram e delimitaram o território da região das Missões” (COREDE MISSÕES, 2017, p. 47).

Ainda dentro deste primeiro período, identificado por Sausen e Oliveira (2013), em 1634, a criação de gado é introduzida na região, junto às reduções jesuíticas. Sob a luz deste fato, conforme Polacinski *et al.* (2014), a pecuária de corte teve grande relevância no desenvolvimento da região missioneira, originando-se, além disso, transbordamentos na composição da cultura e da tradição – “*jeito de ser*” – do Estado do Rio Grande do Sul.

O segundo período histórico é caracterizado por grandes tensionamentos. Isso, marcado por disputas territoriais entre espanhóis e portugueses, na busca da apropriação de recursos econômicos provenientes deste território (ZARTH, 1999).

De acordo com Zarth (1997), no período pós-reduções jesuíticas, há uma predominância do domínio português sobre o território missioneiro e estímulo/incentivo à atração de estancieiros. Tal ação sobre o território acabou por, conseqüentemente, criar/construir um modelo de sociedade dual, com a existência e consolidação das estâncias e da atividade extrativa, que se estabeleceram em uma arena de poder e de tensões.

Ao interpretar este modelo dual, que era controlado pelos estancieiros, origina-se um redesenho da sociedade regional, que acabou por provocar repercussões sobre o desenvolvimento e a dinâmica econômica atual do território missioneiro (ROTA, 1999).

Corroborando com a análise de Zarth (1997) e Rota (1999), Polacinski *et al.* (2014) identifica que, dentro deste segundo período histórico, proposto por Sausen e

¹¹ Em 1682: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo.

Oliveira (2013), em um primeiro momento, predominou a cultura de disputas por ocupação de terras devolutas. Já, o segundo momento é marcado pela chegada dos imigrantes europeus, através de uma política nacional de ocupação e colonização, que gerou uma transformação sociocultural do território missioneiro.

Esse contexto contribuiu para que viessem a predominar, na macrorregião de fronteira do Brasil com a Argentina e o Uruguai, especialmente nas Missões/RS, as médias e grandes propriedades, que exploraram a pecuária de corte, o cultivo de arroz e atualmente o da soja.

Associado às diferenças quanto à estrutura fundiária, esse fato contribuiu para definir um contraste marcante dessa região com as demais do Estado, nas quais predominou, desde o início, a colonização europeia. Em grande parte, os entraves principais estão associados às características da base econômica, ligadas a atividades pouco dinâmicas e de pequeno potencial para a criação de empregos diretos e indiretos, como é o caso da pecuária extensiva (POLACINSKI *et al.*, 2014, p. 51-52).

Deste modo, a Região das Missões passa por uma redefinição do território, principalmente no que tange aos aspectos relativos à sua estrutura fundiária. A região, historicamente caracterizada por grandes propriedades rurais (estâncias), no século XIX, transforma-se, socioculturalmente, com a gradativa entrada de colonizadores europeus (colônias¹²), no início do século XX. “Boa parte das áreas foi dividida em colônias, iniciando um novo modelo a partir da agricultura familiar” (POLACINSKI *et al.*, 2014, p. 35).

Para Polacinski *et al.* (2014, p. 35), “as estâncias, as charqueadas, o tropeirismo e a economia hegemônica, até a entrada final dos europeus, resultaram nas diversas colônias do Estado gaúcho e na territorialização da Região das Missões”.

No último período, a de herança histórica e cultural, evidencia-se que o território passa a se integrar de maneira mais íntima ao processo global de produção. Em um primeiro momento, entre as décadas de 1940 e 1960, de acordo com Niederle e Wesz Júnior (2009), houve uma conjunção de fatores que impediram o desenvolvimento do processo produtivo regional. Tais fatores incidiam diretamente na produtividade, por dificuldades de manejo do solo e das técnicas produtivas empregadas – principalmente em relação a produção de grãos – além da desvalorização dos preços das *commodities* e um fracionamento das propriedades rurais, no que tange aspectos relativos a sua estrutura fundiária.

Em um segundo momento, em meados da década de 1970, há a introdução do

¹² As colônias representavam a área relativa que cada imigrante recebia do Estado no processo de ocupação e colonização da região. Uma colônia era equivalente a 25 hectares de terra.

cultivo de trigo e de soja na região, este segundo amplamente voltado para o mercado externo. Esta década, foi marcada pela Revolução Verde¹³, que foi um processo de modernização e especialização da agricultura nacional.

Na Região das Missões, esse período também é caracterizado pela especialização no binômio “trigo-soja” e por uma integração crescente dos agricultores a empresas agroindustriais, bancos e cooperativas. Essas e outras mudanças consolidaram uma dinâmica de desenvolvimento agroexportador amplamente dependente do desempenho de cultivos de alto valor comercial nos mercados internacionais de *commodities* agrícolas. Além disso, reproduziu-se uma situação de intensa externalização das unidades de produção, significando um aumento expressivo da dependência a recursos externos à unidade produtiva, e resultando em gradativa perda do controle por parte dos agricultores sobre a base de recursos necessária à sua reprodução econômica, social e cultural (NIEDERLE E WESZ JUNIOR, 2009, p. 79).

Para Ploeg (2006), este processo pode ser identificado como um movimento comoditização da produção. Se por um lado, houve uma maior especialização e produtividade na produção – de grãos, principalmente – por outro, tal processo de modernização provocou reflexos negativos para os produtores, como em sua sustentabilidade econômica e social, no que tange aos aspectos da reprodução da agricultura familiar. Esse movimento de comoditização resultou em um aprofundamento da relação de dependência dos produtores, junto ao modelo globalizante de produção do atual sistema econômico.

Niederle e Wesz Junior (2009, p. 80) argumentam que a “[...] realidade vivenciada foi capaz de gerar substanciais incrementos de produtividade”. Porém, na realidade contemporânea, este modelo comoditizador (que em sua essência é caracterizado por ser homogeneizador, concentrador e excludente), está demonstrando sinais de crise. Isso personificado pela fragilização econômica e social dos produtores rurais, tipicamente familiares.

Importante destacar que, apesar deste processo evidenciado de aprofundamento do movimento de comoditização da produção, este é o principal fator gerador de renda regional, bem como, sua vocação e dotação está atrelada a produção agropecuária, inserido no modelo globalizante. Para Niederle e Wesz Júnior (2014), à produção de grãos é o sistema de cultivo mais frequente, além da pecuária de corte e leiteira, que apresentam

¹³ Política de Estado nos anos 1970, visando à modernização da agricultura (avanços tecnológicos e inversão de recursos) e o aumento da produtividade (NIEDERLE E WESZ JUNIOR, 2009, p. 79).

algumas estratégias de agroindustrialização¹⁴, integradas com o desenvolvimento das culturas regionais.

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDRS) do território das Missões, elaborado pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER/Missões) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento territorial (SDT) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no ano de 2006, evidenciou que esta nova estrutura, está baseada em parte na agricultura familiar (pequenas propriedades), e na agropecuária extensiva (médias e grandes propriedades), sendo distribuída da seguinte forma no território missioneiro: concentração de propriedades oriundas da agricultura familiar (diversificação de produção) na região centro, leste e norte do COREDE Missões e concentração de atividades agropecuárias extensivas (pecuária de corte e produção de grãos) no sul e sudoeste da região (COREDE MISSÕES, 2017, p. 49).

Deste modo, para o COREDE Missões (2017, p. 56), “tais atividades produtivas desempenham um papel preponderante no desenvolvimento regional, considerando as suas trajetórias, sobretudo no setor agropecuário”.

Salienta-se ainda que, “a região é caracterizada por ser detentora de uma grande heterogeneidade cultural, devido a sua colonização” (COREDE MISSÕES, 2017, p. 63). No início do século XIX, houve a chegada dos imigrantes, oriundos de várias nações europeias, pelo processo de ocupação e colonização, que acabaram por influenciar o desenvolvimento da região, reconfigurando as relações históricas, sociais e culturais do território missioneiro.

[...] os aspectos culturais da região das Missões estão intrinsecamente ligados à fatores da formação, alicerçada em elementos que nos reportam a origem da organização social do Rio Grande do Sul onde o processo de evangelização indígena conduzido pelos padres jesuítas é elemento fundamental. Desse marco, a cultura missioneira é baseada na história da interação entre a população indígena e os padres jesuítas, os quais são amplamente conhecidos pela herança deixada através das reduções jesuíticas (COREDE MISSÕES, 2017, p. 62).

Assim, caracteriza-se o construto territorial da Região das Missões, com ênfase em sua formação histórica, bem como de suas bases econômicas, sociais e culturais, considerando suas particularidades, potencialidades e especificidades territoriais.

¹⁴ “A agroindustrialização constitui uma importante fonte de renda para as famílias rurais valorizando práticas e normas sociais, históricas, culturais, políticas, éticas e ambientais dos agricultores familiares” (POLACINSKI *et al.*, 2014, p. 37).

3.2 Caracterização da Região do COREDE Missões/RS

Este capítulo traz a evolução e a caracterização geral da Região do COREDE Missões, o qual é o objeto de aprofundamento e pesquisa do respectivo estudo. Assim, resgata as particularidades e trajetórias do território missioneiro, através de um breve diagnóstico técnico da realidade regional.

A Região do COREDE Missões está localizada na parte noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, “limitando-se ao norte com o COREDE-Fronteira Noroeste, ao leste com o COREDE-Noroeste Colonial, ao sul com o COREDE-Vale do Jaguari, a sudoeste com o COREDE-Fronteira Oeste e no extremo oeste com a República da Argentina” (COREDE MISSÕES, 2010, p. 23).

No entanto, antes de referenciar os dados geográficos e demográficos regionais, é necessário esclarecer a constituição desta região, como resultado de uma política governamental indutora, a qual define recortes territoriais no Estado do Rio Grande do Sul.

O Estado gaúcho, no ano 1994, instituiu os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE's) através de decreto estadual, como instrumento de “enfrentamento de problemas relacionados com a dinâmica territorial. Nesse sentido, uma das primeiras iniciativas institucionais para construir uma estratégia de ação para o desenvolvimento regional” (SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015, p. 06). Atualmente, existem vinte e oito (28) Conselhos Regionais de Desenvolvimento no Estado.

Além disso, a Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, através do “*Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística - Rumos 2015*”, determina a instituição de Regiões Funcionais de Planejamento (RFP's) no Estado. Tal política, novamente induzida, determina que a Região do COREDE Missões é pertencente a Região Funcional de Planejamento Sete (RFP 7) do Rio Grande do Sul.

As regiões funcionais de planejamento foram propostas pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do Rio Grande do Sul – Rumos 2015, contratado em 2003 pela Secretaria da Coordenação e Planejamento, a partir do agrupamento de COREDE's, como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. A regionalização, juntamente com a do COREDE's, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, no orçamento do Estado e no plano plurianual (SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015, p. 08).

O Estado do Rio Grande do Sul detém nove regiões funcionais de planejamento. A RFP 7 é composta por quatro COREDE's do território gaúcho. Além do COREDE Missões (região polarizada pelo município de Santo Ângelo), compõem ainda a região funcional: o COREDE Fronteira Noroeste (região polarizada pelo município de Santa Rosa); o COREDE Noroeste Colonial (região polarizada pelo município de Ijuí); COREDE Celeiro (região polarizada pelo município de Três Passos).

A região missioneira é composta por vinte e cinco (25) municípios: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões (COREDE MISSÕES, 2010, p. 23). Como se evidencia, a região abarca uma grande amplitude de municípios, que, por sua vez, apresentam grandes heterogeneidades e especificidades dentro do próprio território.

Como particularidade, a região situa-se em uma faixa de fronteira. Por este motivo é considerada uma região diferenciada e prioritária na implantação de políticas nacionais, ancoradas pela lógica do desenvolvimento regional.

Para possibilitar o desempenho de suas atribuições a Secretaria de Programa Regionais (SPR) implementa três programas que possuem iniciativas voltadas para a reversão do quadro de desigualdade e de exclusão das regiões brasileiras e de suas populações: o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO, o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido – CONVIVER, e, o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2009a, p. 05).

Dois são os programas que legitimam a diferenciação região do COREDE Missões: o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF)¹⁵ e o Programa de Promoção e Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (PROMESO). A região diferenciada, alvo do PROMESO, a qual pertence a região missioneira, é identificada como a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul¹⁶ (tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai).

¹⁵A faixa de fronteira é uma região diferenciada, caracterizada por integrar dez países, de englobar aproximadamente 27% do território brasileiro (11 unidades federativas e 588 municípios) e reunir cerca de 10 milhões de habitantes (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2009a).

¹⁶ A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul compreende 396 municípios, sendo 223 no norte do Rio Grande do Sul, 131 no Oeste de Santa Catarina e 42 no Sudoeste do Paraná. Possui uma área total de

A priorização da redução das desigualdades regionais como uma das formas de viabilizar a estratégia de desenvolvimento de longo prazo, estabelecida no PPA 2008/2011 e iniciada no PPA 2004/2007, confirma a importância que o desenvolvimento regional vem recebendo por parte dos formuladores de políticas públicas do Brasil. Nesse sentido, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional teve sua institucionalização por meio de Decreto nº 6047 de 22/02/2007 que a elevou à condição de política de governo. Coube ao Ministério da Integração Nacional a coordenação do processo de articulação e promoção do desenvolvimento regional por meio do estímulo à participação de atores regionais, sub-regionais, locais e até internacionais (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2009a, p. 05).

Tal lógica de diferenciação e priorização das desigualdades regionais está ancorada pelo próprio discurso do Ministério da Integração Nacional (2009a, p. 06), que considera que esta região configura-se como sendo “pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, pela falta de coesão social, pela inobservância de cidadania e por problemas peculiares às regiões fronteiriças”. Tais diretrizes identificadas determinaram as diretrizes de desenvolvimento regional na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Embora haja uma proximidade física em relação ao território argentino, que é o caso da região missioneira, a mesma não apresenta uma economia integrada com a região de fronteira dos municípios da República Argentina. Um agravante para esta realidade reside nas dificuldades infraestruturais, que poderiam proporcionar uma maior integração com o país vizinho. Entre estes gargalos, pode-se citar que a área de divisa com a Argentina é delimitada pelo Rio Uruguai e não possui ligação viária, ou seja, ponte internacional. A travessia é realizada apenas por balsa, sendo que o único município que possui esta alternativa é Porto Xavier, e os demais se encontram desassistidos no território¹⁷. Para tanto, tais dificuldades infraestruturais, motivada pela “ausência de ligações no COREDE Missões, acabam por dificultar esta integração” (SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015, p. 08).

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE Missões (2010, p. 24), a região possui uma área total correspondente a 4,6% do território gaúcho, distribuído geomorfologicamente na unidade do Planalto Meridional, e seus

120.763 km² e população de 3.815.791 habitantes (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2009b).

¹⁷ A fronteira estabelecida com a República da Argentina se estende ao longo do Rio Uruguai, e banha os municípios de Porto Xavier, Roque Gonzales, Pirapó, São Nicolau e Garruchos (COREDE MISSÕES, 2017).

municípios inserem-se na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, os quais fazem parte ainda do Bioma Pampa e do Bioma Mata Atlântica.

Quanto à estrutura geográfica dos municípios, percebe-se que “os municípios com maiores extensões de terras encontram-se no Centro-Sul, Leste e Sudoeste da região missioneira” (COREDE MISSÕES, 2017, p. 46). Enquanto que, no Centro-Norte e Noroeste há a predominância de municípios que possuem uma área territorial média e pequena.

Em relação às características de solo e relevo, tem-se que a maior parte do território missioneiro é dotada de áreas de planalto¹⁸, que por sua vez, são caracterizadas por serem essencialmente agrícolas. Verifica-se que tal dotação natural alicerça a base econômica regional, que está voltada à agropecuária (SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015, p. 08). Neste quesito, destacam-se a pecuária leiteira e de corte, além do cultivo de grãos, como milho, trigo e, principalmente, soja. Já, no Centro-Norte, o relevo tem como característica ser mais acidentado, com grande incidência de rios, arroios e lajeados. “E, no Oeste, há predominância de uma característica singular, com a ocorrência de um microclima distinto, que está presente ao longo da encosta do Rio Uruguai” (COREDE MISSÕES, 2017, p. 46)

Além disso, “a região missioneira está inserida na classificação faunística WALLACE, localizando-se na região neotropical, representado por uma grande variedade de aves, répteis, anfíbios, mamíferos e insetos” (COREDE MISSÕES, 2010, p. 24).

Quanto à flora, seus municípios inserem-se na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai e nas Sub-bacias do Rio Ijuí, Rio Comandá, Rio Piratini, Rio Buricá, e Rio Santa Rosa. Além disso, conforme Bernardes (1997) pertencem ao Bioma Pampa (campos nativos ao Sul e Sudoeste da região – basicamente com presença de atividades pastoris) e Bioma Mata Atlântica (áreas de florestas no Centro, Norte e Leste da região – produção de grãos), com ampla diversidade de plantas e vegetais (COREDE MISSÕES, 2017, p. 47).

Na Figura 02, está representada graficamente a Região de abrangência do COREDE Missões, bem como os municípios que pertencem a este território.

¹⁸Leste, Centro-Sul e Sudoeste das Missões.

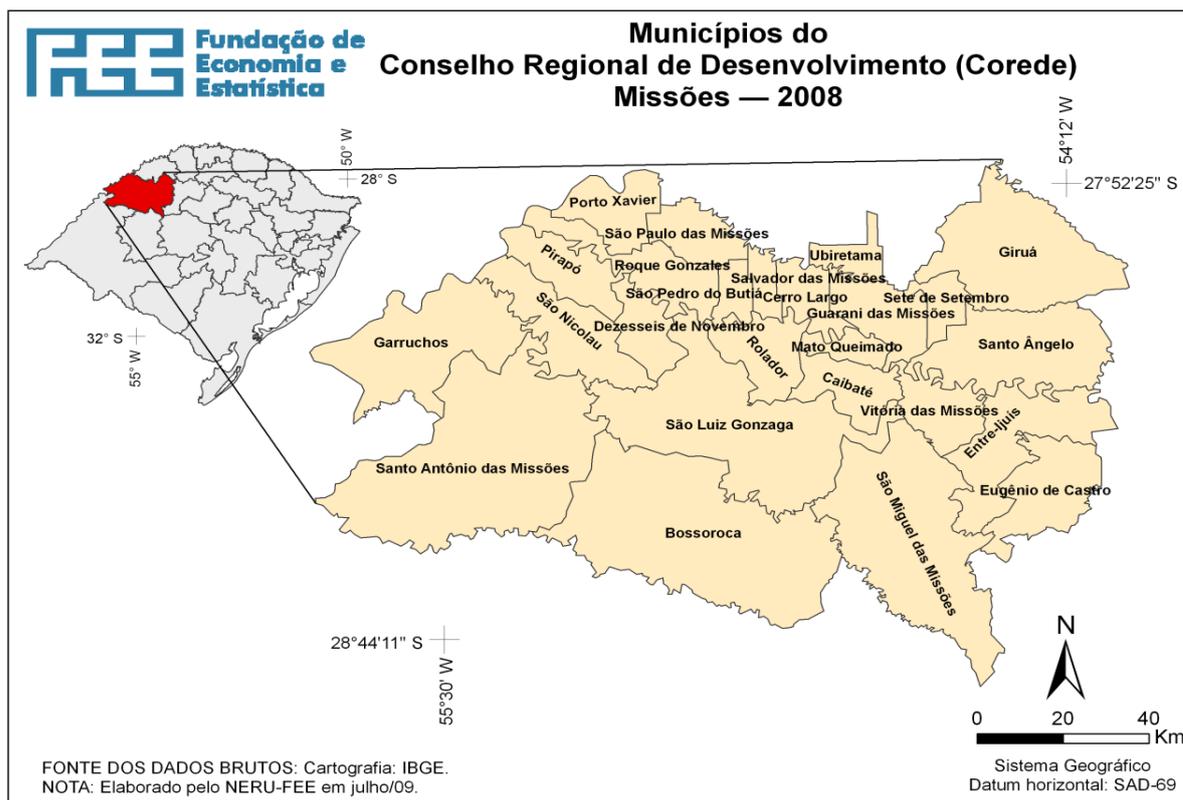


Figura 02. Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento do COREDE Missões/RS.

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul - FEE/RS.

Quanto aos aspectos históricos e culturais, já apresentados no capítulo dois, cabe salientar que o território foi alvo de grandes tensões e disputas ao longo de sua história, as quais repercutiram sobremaneira nas relações sociais e culturais da região. Assim, o território é marcado pela ação dos agentes e suas diferentes formas de poder, bem como suas interações e reações no espaço e no tempo.

A região vivenciou três períodos: sendo o primeiro, predominantemente caracterizado pela ocupação indígena do território (1626/1768), mais especificamente os Guaranis; o segundo, diagnosticado por um período de esquecimento e dependência – tensões entre Portugal e Espanha e, de povoamento (1768/1966); o terceiro, referente ao legado histórico e cultural (de 1966 aos tempos atuais). Considerando estes “três períodos, há uma associação de eventos que construíram e delimitaram o território da região das Missões” (COREDE MISSÕES, 2017, p. 47-48).

Quanto aos aspectos demográficos, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE-RS), em 2010, a Região do COREDE Missões conta com uma população de 248.016 habitantes, representando 2,3% da população estadual.

Os principais centros urbanos regionais são os municípios de Santo Ângelo (76.275 habitantes) e São Luiz Gonzaga (34.556 habitantes). Os municípios de Cerro Largo, Giruá, Porto Xavier e Santo Antônio das Missões detêm entre 10 e 17 mil habitantes, enquanto que os demais são caracterizados por serem de pequeno porte, com população entre 2 e 9 mil habitantes (FEE, 2016).

Conforme o Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (SEPLAN, 2015a, p. 09), com base nos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região possui um Centro Sub-Regional (Santo Ângelo), dois Centros de Zona (São Luiz Gonzaga e Cerro Largo) e os demais municípios como Centro Locais. Santo Ângelo atrai os dois Centros de Zona e os Centros Locais próximos. Outros Centros Locais, localizados no oeste da região, possuem ligações com São Luiz Gonzaga, e no norte da região, com Cerro Largo (COREDE MISSÕES, 2017, p. 52).

Para a SEPLAN (2015a, p. 09), com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Centro Sub-Regional* é conceituado como uma região que detém atividades de gestão menos complexa, com área de atenção reduzida, com relacionamentos externos apenas com as metrópoles. Por sua vez, *Centro de Zona* é entendido como cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata. Por fim, *Centro Local* é definido como cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município e têm população predominantemente inferior a dez mil habitantes.

Historicamente a Região das Missões é caracterizada por apresentar taxas negativas de crescimento populacional, mais particularmente, a partir da década de 1970. No entanto, esta realidade não é exclusivamente regional, ou seja, evidenciada também em todo território gaúcho. No Estado a área que ocupa a Fronteira Norte, Noroeste e parte do Sul, é caracterizada pelo esvaziamento populacional, principalmente no meio rural, em que “o COREDE Missões é a região com a maior taxa de perda populacional” (SEPLAN, 2015a, p. 10).

O Estado nacional (território diferenciado, identificado pelo Ministério da Integração Nacional – MIN) reconhece que esta região é caracterizada por ser estagnada e marginalizada, com uma alta taxa de migração populacional, por falta de oportunidades regionais – em termos de complexidade econômica, principalmente nos setores industriais, de comércio e de serviços. Além disso, apresenta uma alta taxa de vulnerabilidade social e precarização da renda, que acabam por acentuar este cenário de estagnação econômica. Isso, ainda gera uma alta dependência de inversões públicas

(políticas públicas), em relação à transferência de renda e à manutenção do povo neste território, devido aos inúmeros entraves enfrentados para o seu desenvolvimento.

Além disso, a região demonstra uma mudança na sua estrutura etária¹⁹, apresentando uma “menor proporção de crianças e jovens e, uma maior participação de adultos e idosos na composição da população. Fatores como a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida contribuem para esse fenômeno” (COREDE MISSÕES, 2017, p. 52-53).

Aliado a isso, de acordo com a SEPLAN (2015a, p. 13), o Rio Grande do Sul “possui a menor taxa de fecundidade e a quarta maior expectativa de vida entre os estados do Brasil”.

A queda populacional reforça a tendência de envelhecimento face à permanência dos mais idosos que não migram na mesma proporção das outras faixas etárias (COREDE MISSÕES, 2010). [...] O fenômeno de crescimento da população acima de 65 anos devido ao aumento da expectativa de vida, também é uma tendência brasileira, gaúcha e missioneira (COREDE MISSÕES, 2017, p. 54).

Quanto a distribuição populacional por gênero, indica-se uma predominância de mulheres (50,66% da população total). A composição por sexo acompanha a tendência brasileira de concentração de mulheres nas áreas urbanas de maior porte (COREDE MISSÕES, 2010, p. 27). Já no meio rural, há uma maior representatividade de homens, indicando um processo de masculinização do campo. Esta perspectiva, por si só, pode representar uma imposição problemática para a reprodução e manutenção das unidades agrícolas e a sucessão geracional no campo.

Na Tabela 01 são apresentados os dados municipais de população, gênero, taxa de urbanização e densidade demográfica dos municípios pertencentes a Região do COREDE Missões.

¹⁹ Há um processo de envelhecimento regional, considerando a faixa etária de 55 anos, até 80 anos ou mais. Entre 2000 e 2010, houve um crescimento desta faixa etária de 29,76%. Quando comparando o valor absoluto desta população em 2010 (54.552 habitantes), com a população total do COREDE Missões (248.016 habitantes), a representatividade alcança, aproximadamente, 22% do total regional (COREDE MISSÕES, 2017, p. 53).

Municípios	População	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Taxa de urbanização (%)	Densidade demográfica (hab./km ²)
Bossoroca	6.884	3.509	3.375	3.682	3.202	53,49	4,3
Caibaté	4.954	2.532	2.422	2.745	2.209	55,41	19,1
Cerro Largo	13.289	6.617	6.672	10.571	2.718	79,55	74,8
Dezesseis de Novembro	2.866	1.469	1.397	667	2.199	23,27	13,2
Entre-Ijuís	8.938	4.415	4.523	4.893	4.045	54,74	16,2
Eugênio de Castro	2.798	1.415	1.383	1.480	1.318	52,89	6,7
Garruchos	3.234	1.682	1.552	1.057	2.177	32,68	4,0
Giruá	17.075	8.338	8.737	12.907	4.168	75,59	20,0
Guarani das Missões	8.115	3.951	4.164	5.030	3.085	61,98	27,9
Mato Queimado	1.799	902	897	479	1.320	26,63	15,7
Pirapó	2.757	1.398	1.359	777	1.980	28,18	9,5
Porto Xavier	10.558	5.300	5.258	5.210	5.348	49,35	37,6
Rolador	2.546	1.318	1.228	608	1.938	23,88	8,6
Roque Gonzales	7.203	3.622	3.581	3.087	4.116	42,86	20,8
Salvador das Missões	2.669	1.377	1.292	1.094	1.575	40,99	28,4
Santo Ângelo	76.275	36.586	39.689	71.804	4.471	94,14	112,2
Santo Antônio das Missões	11.210	5.579	5.631	6.788	4.422	60,55	6,6
São Luiz Gonzaga	34.556	16.827	17.729	30.508	4.048	88,29	26,7
São Miguel das Missões	7.421	3.880	3.541	3.727	3.694	50,22	6,0
São Nicolau	5.727	2.906	2.821	3.692	2.035	64,47	11,8
São Paulo das Missões	6.364	3.228	3.136	2.199	4.165	34,55	28,4
São Pedro do Butiá	2.873	1.456	1.417	1.209	1.664	42,08	26,7
Sete de Setembro	2.124	1.082	1.042	494	1.630	23,26	16,3
Ubiretama	2.296	1.183	1.113	500	1.796	21,78	18,1
Vitória das Missões	3.485	1.794	1.691	669	2.816	19,20	13,4
COREDE Missões	248.016	122.366	125.650	175.877	72.139	-	-

Tabela 01. População do COREDE Missões/RS – por município – 2010.

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Estado do RS (FEE/RS) e COREDE Missões (2017, p. 54).

Já, os municípios com maior representatividade populacional, são Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Giruá e Cerro Largo concentram a maior parcela populacional regional, sendo também responsáveis por absorver demandas relativas aos aspectos de saúde, educação e de serviços especializados.

Percebe-se ainda, que a população está distribuída em 25 municípios com uma área de 12.844,10 km², apresentando uma densidade demográfica média de 19,40 habitantes/km². Este fato reflete a presença de médias e grandes propriedades, onde predominam a rarefação populacional, com baixas densidades. Estes municípios estão localizados ao sul e sudeste da região, como Garruchos com apenas 4,0 hab./km², Bossoroca com 4,3 hab./km², São Miguel das Missões com 6,0 hab./km², Santo Antônio das Missões com 6,6 hab./km², Eugênio de Castro 6,7 hab./km², Rolador 8,6 hab./km² e Pirapó com 9,5 hab./km². Os municípios mais densamente povoados são Santo Ângelo com 112,2 hab./km², Cerro Largo com 74,8 hab./km², e Porto Xavier com 37,6 hab./km², que estão acima da média regional (COREDE MISSÕES, 2017, p. 55).

Tais indicações demográficas evidenciam uma grande heterogeneidade dentro do próprio território missioneiro. Além disso, há um processo migratório que se intensificou a partir da década de 1970, principalmente de jovens entre 20 e 30 anos de idade que migram para regiões economicamente mais dinâmicas. No entanto, tal realidade acarreta em um envelhecimento populacional (com redução da taxa de natalidade) que torna a população residente, altamente dependente de inversões e de políticas públicas.

Em seu setor econômico, a região das Missões está alicerçada basicamente na produção agrícola, com grande representatividade do cultivo de grãos (soja, milho e trigo) e da pecuária. Em seu território, a região está distribuída da seguinte forma, em relação a sua produção agrícola: no Centro e Norte, situam-se propriedades agrícolas caracterizadas por pequenas áreas fundiárias, que guardam grande relação com o período de colonização regional. Nessa região predominam descendentes de alemães, suíços, poloneses, italianos e letos. As suas propriedades caracterizam-se por desenvolverem atividades ditas “diversificadas”, tais como grãos e pecuária intensiva de corte e de leite, além de atividades agroindustriais; no Leste, situam-se propriedades caracterizadas por possuírem uma maior área territorial e, por consequência, intensificadas na produção de grãos, principalmente de soja; no Sul e Oeste, as unidades produtivas detêm maiores extensões de terras, sendo que as atividades mais recorrentes são a pecuária extensiva de corte e a produção de grãos, ainda marcados com fortes reflexos de sua origem indígena, espanhola e portuguesa e das estâncias de criação de gado. Convém salientar que, nesta última, são os territórios que originaram os Sete Povos das Missões, e assim, caracterizados como um ambiente que vivenciou grandes tensões e lutas por território, em sua história.

Na Tabela 02 evidencia-se o valor adicionado bruto total da região missioneira, entre 2010 e 2013, e a respectiva participação dos municípios no total regional. Demonstra-se que os principais municípios, em relação a geração de valor regional, estão representados pelos municípios de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Giruá e Cerro Largo, responsáveis por, respectivamente, 26,93%; 13,89%; 8,61% e, 8,13% do valor adicionado bruto total do COREDE Missões (conjuntamente, estes quatro municípios correspondem a 57,56% da riqueza regional gerada no ano de 2013).

Nota-se que, os municípios com menor representatividade populacional são caracterizados por serem essencialmente rurais. É o caso dos municípios de Dezesesseis de Novembro, Mato Queimado, Pirapó, Rolador, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

Valor Adicionado Bruto Total (R\$ milhões) - Participação dos Municípios em relação ao COREDE Missões - 2010-2013								
Município	2010	Part. (%)	2011	Part. (%)	2012	Part. (%)	2013	Part. (%)
Bossoroca	130.241	3,45	138.926	3,23	114.784	2,85	206.736	3,50
Caibaté	64.817	1,72	80.472	1,87	70.154	1,74	119.063	2,02
Cerro Largo	310.965	8,24	337.414	7,84	396.558	9,86	479.731	8,13
Dezesseis de Novembro	22.104	0,59	22.911	0,53	22.188	0,55	28.556	0,48
Entre-Ijuís	131.119	3,48	162.767	3,78	111.645	2,78	246.761	4,18
Eugênio de Castro	86.232	2,29	108.918	2,53	90.838	2,26	154.013	2,61
Garruchos	57.822	1,53	62.752	1,46	56.398	1,40	94.241	1,60
Giruá	342.870	9,09	404.953	9,41	336.814	8,37	507.737	8,61
Guarani das Missões	143.079	3,79	156.644	3,64	157.363	3,91	216.279	3,67
Mato Queimado	26.820	0,71	31.243	0,73	26.058	0,65	46.336	0,79
Pirapó	27.323	0,72	30.562	0,71	30.576	0,76	40.196	0,68
Porto Xavier	85.472	2,27	86.514	2,01	90.677	2,25	118.536	2,01
Rolador	42.976	1,14	52.782	1,23	37.941	0,94	74.454	1,26
Roque Gonzales	73.983	1,96	83.885	1,95	76.577	1,90	104.765	1,78
Salvador das Missões	53.418	1,42	61.204	1,42	64.240	1,60	77.415	1,31
Santo Ângelo	1.089.597	28,88	1.231.718	28,62	1.285.457	31,96	1.588.490	26,93
Santo Antônio das Missões	141.867	3,76	154.043	3,58	123.804	3,08	215.159	3,65
São Luiz Gonzaga	482.478	12,79	572.518	13,30	530.889	13,20	819.298	13,89
São Miguel das Missões	182.003	4,82	216.322	5,03	125.860	3,13	345.552	5,86
São Nicolau	57.499	1,52	63.147	1,47	63.054	1,57	89.456	1,52
São Paulo das Missões	71.937	1,91	77.731	1,81	78.406	1,95	106.609	1,81
São Pedro do Butiá	47.263	1,25	51.957	1,21	48.283	1,20	64.379	1,09
Sete de Setembro	33.422	0,89	36.683	0,85	25.318	0,63	49.465	0,84
Ubiretama	27.276	0,72	31.817	0,74	28.416	0,71	43.060	0,73
Vitória das Missões	40.010	1,06	45.866	1,07	29.535	0,73	62.569	1,06
TOTAL COREDE	3.772.593	100,00	4.303.749	100,00	4.021.833	100,00	5.898.856	100,00

Tabela 02. Valor Adicionado Bruto Total dos Municípios da Região do COREDE Missões/RS – em R\$ milhões – 2010 a 2013.

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE/RS).

Em relação ao valor adicionado bruto da agropecuária, historicamente, sofre reveses de intempéries climáticas – período prolongados sem a ocorrência de chuvas – em ciclos de aproximadamente 8 anos. Convém lembrar das estiagens na safra de 2006 e de 2012. Como parte da análise da Tabela 02, pode-se verificar a influência negativa sofrida no ano de 2012 sobre o valor gerado na agropecuária.

Em 2011, valor gerado na agropecuária alcançou um montante de R\$ 1,14 bilhão, sendo que, em 2012, após um período de estiagem prolongada, representou apenas R\$ 616,66 milhões, ou seja, uma redução de aproximadamente 46,1% do ano anterior. Já no ano de 2013, evidencia-se uma recuperação do valor gerado, proporcionado por um período de bom rendimento da safra, com normalidade da ocorrência de precipitações e por cotações de preços em um patamar razoável, alcançando R\$ 1,74 bilhão.

Valor Adicionado Bruto Total do COREDE Missões (R\$ mil) - Estrutura por Setores - 2010-2013								
Setor	2010	Part. (%)	2011	Part. (%)	2012	Part. (%)	2013	Part. (%)
Agropecuária	965.091	25,58	1.144.089	26,58	616.676	15,33	1.749.322	29,66
Indústria	414.917	11,00	511.837	11,89	554.428	13,79	593.750	10,07
Serviços	2.392.598	63,42	2.647.833	61,52	2.850.738	70,88	3.555.794	60,28
TOTAL COREDE	3.772.607	100,00	4.303.761	100,00	4.021.843	100,00	5.898.867	100,00

Tabela 03. Valor Adicionado Bruto Total – por setores – da Região do COREDE Missões/RS – em R\$ milhões – 2010 a 2013.

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE/RS).

A economia regional, no ano de 2013, tem o setor de serviços como maior peso na composição do valor adicionado bruto, com 60,28%. Em seguida, vem a atividade agropecuária, com a equivalência de 29,66% do valor produzido anualmente. Por fim, a indústria tem um peso de 10,07% no montante econômico regional.

Na Tabela 04, demonstra-se a evolução do setor agropecuário regional. Os municípios com maior representatividade na geração de valor agropecuário regional são, respectivamente, São Luiz Gonzaga (12,71%), São Miguel das Missões (12,37%) e Giruá (9,71%).

Convém salientar que os municípios com um menor contingente populacional, são caracterizados por serem essencialmente rurais, ou seja, são vocacionados para o desempenho das atividades agrícolas e pecuárias e, conseqüentemente, por possuir uma grande dependência dos resultados provenientes destas atividades para sua manutenção, reprodução e sobrevivência no campo.

Valor Adicionado Bruto Agropecuário (R\$ mil) - Participação dos Municípios em relação ao COREDE Missões - 2010-2013								
Municípios	2010	Part. (%)	2011	Part. (%)	2012	Part. (%)	2013	Part. (%)
Bossoroca	57.409	5,95	61.646	5,39	41.391	6,71	105.021	6,00
Caibaté	22.669	2,35	30.873	2,70	15.832	2,57	49.452	2,83
Cerro Largo	23.860	2,47	28.180	2,46	22.329	3,62	40.504	2,32
Dezesseis de Novembro	7.318	0,76	7.066	0,62	5.511	0,89	9.396	0,54
Entre-Ijuís	52.215	5,41	66.248	5,79	22.012	3,57	110.931	6,34
Eugênio de Castro	42.467	4,40	59.220	5,18	18.181	2,95	85.520	4,89
Garruchos	30.955	3,21	32.077	2,80	24.209	3,93	52.119	2,98
Giruí	100.092	10,37	127.238	11,12	58.376	9,47	169.932	9,71
Guarani das Missões	34.462	3,57	40.865	3,57	24.105	3,91	60.815	3,48
Mato Queimado	15.273	1,58	18.070	1,58	12.782	2,07	29.105	1,66
Pirapó	11.495	1,19	12.740	1,11	11.697	1,90	17.725	1,01
Porto Xavier	11.175	1,16	11.882	1,04	8.991	1,46	15.258	0,87
Rolador	25.559	2,65	31.770	2,78	19.740	3,20	47.156	2,70
Roque Gonzales	26.281	2,72	31.191	2,73	20.476	3,32	41.872	2,39
Salvador das Missões	16.712	1,73	19.268	1,68	15.361	2,49	24.219	1,38
Santo Ângelo	73.630	7,63	90.886	7,94	42.460	6,89	141.196	8,07
Santo Antônio das Missões	69.640	7,22	66.541	5,82	46.587	7,55	106.987	6,12
São Luiz Gonzaga	109.762	11,37	135.230	11,82	60.631	9,83	222.341	12,71
São Miguel das Missões	108.870	11,28	130.086	11,37	48.153	7,81	216.472	12,37
São Nicolau	22.325	2,31	26.046	2,28	20.615	3,34	40.033	2,29
São Paulo das Missões	26.109	2,71	29.424	2,57	23.765	3,85	44.699	2,56
São Pedro do Butiá	24.094	2,50	26.526	2,32	21.523	3,49	33.983	1,94
Sete de Setembro	18.784	1,95	20.756	1,81	10.880	1,76	28.718	1,64
Ubiretama	12.726	1,32	15.610	1,36	10.881	1,76	20.974	1,20
Vitória das Missões	21.198	2,20	24.636	2,15	10.173	1,65	34.885	1,99
TOTAL COREDE	965.080	100,00	1.144.075	100,00	616.661	100,00	1.749.313	100,00

Tabela 04. Valor Adicionado Bruto Agropecuário dos Municípios da Região do COREDE Missões/RS – em R\$ milhões – 2010 a 2013.

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE/RS).

Por sua vez, na Tabela 05 é apresentado o valor gerado pelo setor industrial na região missioneira. Quanto aos valores absolutos, o setor industrial é o que tem menor peso no montante de riqueza regional. No entanto, o setor industrial é responsável pela geração de emprego e renda, principalmente nos grandes centros populacionais da região.

Evidencia-se que, quanto à evolução histórica deste setor, o mesmo não demonstrou queda em sua produção, no período de crise no setor agropecuário, apresentando um crescimento razoavelmente linear no período entre 2010 e 2013. Em 2013, o valor gerado pela indústria foi correspondente a R\$ 593,73 milhões. Justifica-se este descolamento em relação a agropecuária, devido ao fato de grande parte do produto gerado na agropecuária, principalmente em relação aos grãos, ser exportado para grandes

centros consumidores mundiais, sob a forma *in natura*. Os maiores expoentes da produção industrial são os municípios de Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga, representando, o equivalente a R\$ 244,07 milhões (41,11% regional) e R\$ 85,08 milhões (14,33% regional), no ano de 2013.

Valor Adicionado Bruto Industrial (R\$ mil) - Participação dos Municípios em relação ao COREDE Missões - 2010-2013								
Municípios	2010	Part. (%)	2011	Part. (%)	2012	Part. (%)	2013	Part. (%)
Bossoroca	5.274	1,27	5.674	1,11	5.358	0,97	8.214	1,38
Caibaté	3.544	0,85	4.395	0,86	5.414	0,98	6.845	1,15
Cerro Largo	36.715	8,85	42.370	8,28	43.923	7,92	48.454	8,16
Dezesseis de Novembro	794	0,19	790	0,15	751	0,14	711	0,12
Entre-Ijuís	6.781	1,63	7.579	1,48	8.475	1,53	12.300	2,07
Eugênio de Castro	6.108	1,47	7.320	1,43	8.358	1,51	10.783	1,82
Garruchos	2.403	0,58	2.903	0,57	2.399	0,43	3.718	0,63
Giruá	51.973	12,53	59.169	11,56	57.716	10,41	55.875	9,41
Guarani das Missões	31.437	7,58	34.417	6,72	43.071	7,77	46.278	7,79
Mato Queimado	999	0,24	1.195	0,23	1.051	0,19	1.640	0,28
Pirapó	901	0,22	1.384	0,27	1.050	0,19	1.157	0,19
Porto Xavier	6.097	1,47	5.019	0,98	5.121	0,92	5.292	0,89
Rolador	1.490	0,36	1.849	0,36	1.398	0,25	2.548	0,43
Roque Gonzales	4.017	0,97	5.012	0,98	3.852	0,69	4.695	0,79
Salvador das Missões	8.906	2,15	10.612	2,07	13.297	2,40	10.555	1,78
Santo Ângelo	173.903	41,91	233.539	45,63	249.874	45,07	244.076	41,11
Santo Antônio das Missões	6.475	1,56	6.980	1,36	6.165	1,11	10.709	1,80
São Luiz Gonzaga	43.777	10,55	55.053	10,76	72.817	13,13	85.081	14,33
São Miguel das Missões	7.269	1,75	8.485	1,66	5.060	0,91	13.889	2,34
São Nicolau	2.339	0,56	2.560	0,50	2.781	0,50	3.481	0,59
São Paulo das Missões	6.238	1,50	7.308	1,43	8.654	1,56	7.843	1,32
São Pedro do Butiá	3.182	0,77	3.881	0,76	4.416	0,80	4.073	0,69
Sete de Setembro	2.020	0,49	1.782	0,35	1.586	0,29	2.190	0,37
Ubiretama	759	0,18	918	0,18	877	0,16	1.231	0,21
Vitória das Missões	1.504	0,36	1.631	0,32	953	0,17	2.100	0,35
TOTAL COREDE	414.905	100,00	511.825	100,00	554.417	100,00	593.738	100,00

Tabela 05. Valor Adicionado Bruto Industrial dos Municípios da Região do COREDE Missões/RS – em R\$ milhões – 2010 a 2013.

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE/RS).

O setor de serviços regional é o que possui maior representatividade, alcançando R\$ 3,55 bilhão em 2013. Tais indicadores, sobre os aspectos referentes aos serviços, podem ser verificados na Tabela 06.

Nota-se que, como a indústria, os serviços também não sofreram revés no período de 2012, evidenciado e anteriormente discutido na análise do setor agropecuário. No

entanto, grande parte dos serviços prestam suporte às atividades agrícolas e industriais, dinamizando tais setores e a economia regional.

Destacam-se nessa perspectiva, a complexidade dos serviços educacionais, de saúde e de insumos para o abastecimento aos setores industriais e, principalmente, agropecuários. Esta maior complexidade nos serviços e no comércio estão presentes nos municípios de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Cerro Largo, sendo considerados como polos regionais, ou seja, os municípios limítrofes com menor expressão populacional e econômica acabam por abastecer-se de serviços e do comércio proveniente destes polos. Tais municípios são responsáveis por um montante equivalente, respectivamente, a R\$ 1,20 bilhão (33,85% regional); R\$ 511,87 milhões (14,4% regional); e, R\$ 390,77 milhões (10,99% regional).

Valor Adicionado Bruto Serviços (R\$ mil) - Participação dos Municípios em relação ao COREDE Missões - 2010-2013								
Municípios	2010	Part. (%)	2011	Part. (%)	2012	Part. (%)	2013	Part. (%)
Bossoroca	67.557	2,82	71.604	2,70	68.034	2,39	93.500	2,63
Caibaté	38.604	1,61	45.203	1,71	48.908	1,72	62.765	1,77
Cerro Largo	250.389	10,47	266.862	10,08	330.305	11,59	390.772	10,99
Dezesseis de Novembro	13.991	0,58	15.054	0,57	15.925	0,56	18.448	0,52
Entre-Ijuís	72.123	3,01	88.938	3,36	81.157	2,85	123.529	3,47
Eugênio de Castro	37.657	1,57	42.377	1,60	64.298	2,26	57.709	1,62
Garruchos	24.463	1,02	27.771	1,05	29.788	1,04	38.403	1,08
Giruá	190.804	7,97	218.544	8,25	220.721	7,74	281.929	7,93
Guarani das Missões	77.179	3,23	81.361	3,07	90.186	3,16	109.185	3,07
Mato Queimado	10.547	0,44	11.977	0,45	12.223	0,43	15.590	0,44
Pirapó	14.925	0,62	16.436	0,62	17.829	0,63	21.314	0,60
Porto Xavier	68.200	2,85	69.612	2,63	76.563	2,69	97.985	2,76
Rolador	15.926	0,67	19.162	0,72	16.802	0,59	24.750	0,70
Roque Gonzales	43.684	1,83	47.681	1,80	52.248	1,83	58.197	1,64
Salvador das Missões	27.800	1,16	31.323	1,18	35.581	1,25	42.641	1,20
Santo Ângelo	842.063	35,19	907.292	34,27	993.122	34,84	1.203.217	33,84
Santo Antônio das Missões	65.751	2,75	80.521	3,04	71.051	2,49	97.462	2,74
São Luiz Gonzaga	328.938	13,75	382.234	14,44	397.440	13,94	511.876	14,40
São Miguel das Missões	65.862	2,75	77.750	2,94	72.646	2,55	115.189	3,24
São Nicolau	32.834	1,37	34.541	1,30	39.656	1,39	45.941	1,29
São Paulo das Missões	39.589	1,65	40.998	1,55	45.986	1,61	54.066	1,52
São Pedro do Butiá	19.986	0,84	21.550	0,81	22.342	0,78	26.321	0,74
Sete de Setembro	12.616	0,53	14.144	0,53	12.850	0,45	18.556	0,52
Ubiretama	13.790	0,58	15.288	0,58	16.657	0,58	20.855	0,59
Vitória das Missões	17.308	0,72	19.597	0,74	18.408	0,65	25.583	0,72
TOTAL COREDE	2.392.586	100,00	2.647.820	100,00	2.850.726	100,00	3.555.783	100,00

Tabela 06. Valor Adicionado Bruto dos Serviços dos Municípios da Região do COREDE Missões/RS – em R\$ milhões – 2010 a 2013.

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE/RS).

Para tanto, além dos aspectos relativos a composição econômica da região das Missões, é comumente importante verificar a estrutura fundiária regional (área total e média), o número de estabelecimentos agrícolas totais e as propriedades que atuam diretamente na bovinocultura.

Municípios	Área Total – hectares	Estabelecimentos Rurais Totais – unidades	Área Agrícola Média – hectares	Estabelecimentos com Bovinos – unidades
Bossoroca	129.046	1.218	105,95	1.011
Caibaté	24.461	852	28,71	558
Cerro Largo	14.666	1.041	14,09	790
Dezesseis de Novembro	17.280	781	22,13	677
Entre-Ijuís	46.076	1.537	29,98	1.142
Eugênio de Castro	36.887	690	53,46	421
Garruchos	65.501	581	112,74	532
Giruá	66.037	1.426	46,31	1.014
Guarani das Missões	22.583	1.099	20,55	878
Mato Queimado	8.531	496	17,20	392
Pirapó	25.292	831	30,44	703
Porto Xavier	23.427	1.528	15,33	1.235
Rolador	24.419	864	28,26	661
Roque Gonzales	29.632	1.311	22,60	1.019
Salvador das Missões	8.331	558	14,93	407
Santo Ângelo	52.500	1.902	27,60	1.557
Sto. Antônio das Missões	131.690	1.299	101,38	1.169
São Luiz Gonzaga	111.314	1.174	94,82	924
São Miguel das Missões	102.995	1.225	84,08	945
São Nicolau	44.023	914	48,17	701
São Paulo das Missões	19.757	1.353	14,60	1.196
São Pedro do Butiá	9.111	543	16,78	427
Sete de Setembro	9.043	535	16,90	444
Ubiretama	11.183	710	15,75	559
Vitória das Missões	20.961	1.097	19,11	828
TOTAL COREDE	1.054.746	25.565	41,26	20.190

Tabela 07. Área Total, Média e Número de Estabelecimentos Agrícolas dos Municípios da Região do COREDE Missões/RS – em unidades e hectares – 2006.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os municípios que possuem maior área fundiária são respectivamente, Santo Antônio das Missões, Bossoroca, São Luiz Gonzaga e São Miguel das Missões. Todos estes municípios estão situados ao Sul da região do COREDE Missões (ver Tabela 07). Por consequência, no Norte situam-se municípios com menor área fundiária, fruto do processo de reocupação do território no início do século XX. Justifica-se que essa distinção é proveniente da realidade histórica deste território, que é debatido na subseção

anterior. O território possui 25.565 estabelecimentos agropecuários, dos quais 20.190 desempenham a produção de bovinos em suas propriedades rurais.

Salienta-se ainda que, a área agrícola média regional é de aproximadamente 41 hectares por unidade de produção. As maiores médias estão localizadas no Sul da Região, nos municípios de Garruchos (112,74 hectares), Bossoroca (105,95 hectares), Santo Antônio das Missões (101,38 hectares), São Luiz Gonzaga (94,82 hectares) e São Miguel das Missões (84,08 hectares). As menores médias estão vinculadas ao Norte, nos municípios de Cerro Largo (14,09 hectares), São Paulo das Missões (14,6 hectares), Salvador das Missões (14,93 hectares), Porto Xavier (15,33 hectares) e Ubiretama (15,75 hectares).

Municípios	Efetivo de Rebanho – cabeças (2014)	Pastagens Naturais – hectares (2006)	Lavoura com Plantas Forrageiras para Corte – hectares (2006)	Média - Unidade Animal por hectare de Pastagem – cabeças
Bossoroca	115.331	74.919	889	0,66
Caibaté	11.500	5.984	28	0,52
Cerro Largo	12.920	2.313	100	0,19
D. Novembro	18.000	10.514	64	0,59
Entre-Ijuís	23.000	6.848	190	0,31
Eugênio de Castro	13.500	5.370	110	0,41
Garruchos	61.137	39.837	491	0,66
Giruí	21.000	4.232	1.171	0,26
G. das Missões	16.000	2.611	199	0,18
Mato Queimado	7.600	1.500	45	0,20
Pirapó	23.910	16.088	39	0,67
Porto Xavier	24.170	12.559	42	0,52
Rolador	13.200	7.693	59	0,59
Roque Gonzales	29.980	12.006	359	0,41
S. das Missões	8.160	661	80	0,09
Santo Ângelo	25.000	6.171	537	0,27
S. Ant. das Missões	152.122	78.893	625	0,52
S. Luiz Gonzaga	58.000	34.562	1.035	0,61
S. M. das Missões	52.000	26.426	995	0,53
São Nicolau	35.780	23.700	298	0,67
S. P. das Missões	23.690	4.672	451	0,22
S. Pedro do Butiá	8.820	1.287	49	0,15
Sete de Setembro	7.000	818	166	0,14
Ubiretama	10.240	1.230	349	0,15
Vitória das Missões	14.500	5.133	92	0,36
TOTAL COREDE	786.560	386.027	8.463	0,50

Tabela 08. Efetivo de Rebanho Bovino, Pastagens Naturais, Lavouras Plantadas com Forragens e Média de Animal por Hectare dos Municípios da Região do COREDE Missões/RS – em cabeças e hectares.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quanto ao efetivo bovino regional, o mesmo é representado por um montante de 786.560 cabeças de gado. Destacam-se nesta perspectiva os municípios de Santo Antônio das Missões, Bossoroca, Garruchos, São Luiz Gonzaga e São Miguel das Missões, com respectivamente, 152.122 cabeças; 115.331 cabeças; 61.137 cabeças; 58.000 cabeças; 52.000 cabeças (ver Tabela 08).

Em relação às pastagens, grande parte dos municípios utiliza-se dos campos naturais para a criação de gado. No entanto, as maiores glebas de terras, novamente, estão concentradas na região Sul das Missões, nos municípios de Santo Antônio das Missões, Bossoroca, Garruchos, São Luiz Gonzaga e São Miguel das Missões, que representam aproximadamente 66% dos campos naturais existentes no território missioneiro. A carga animal média regional é equivalente a 0,50 unidade de animal por hectare, relativos ao total dos campos naturais e as lavouras destinadas (plantas forrageiras) para a alimentação animal. Isso evidencia uma característica média de produção extensiva, de modo que a carga média estadual é equivalente a 1,8 animal por hectare.

Destaca-se ainda que no Sul das Missões há a presença do bioma Pampa, ou seja, de campos naturais que são propícios para o desenvolvimento da pecuária extensiva, entendidos como uma dotação e um potencial regional. Esta dotação natural está presente, em maior proporção, nos municípios de Santo Antônio das Missões, Garruchos, Bossoroca, São Miguel das Missões e São Luiz Gonzaga. Tal fato, corrobora com a tabela anterior, de modo que, estes municípios são os que detêm maior extensão de terras e de campos naturais destinados ao desenvolvimento da pecuária de corte.

Na Figura 03 demonstra-se a área territorial proveniente da região do Bioma Pampa (campos naturais) e do Bioma Mata Atlântica no Estado do Rio Grande do Sul.

A bovinocultura de corte é uma produção essencialmente e predominantemente presente na região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, como se evidencia na figura anterior, com a presença natural do bioma Pampa. Diversas pesquisas foram desenvolvidas neste território – Andreatta (2009); Ribeiro (2009); Conterato (2008) -, quantos aos diferentes perfis da pecuária familiar gaúcha, que estão, em grande parte, vinculados ao “modo de vida” e ao “jeito de ser” dos pecuaristas.

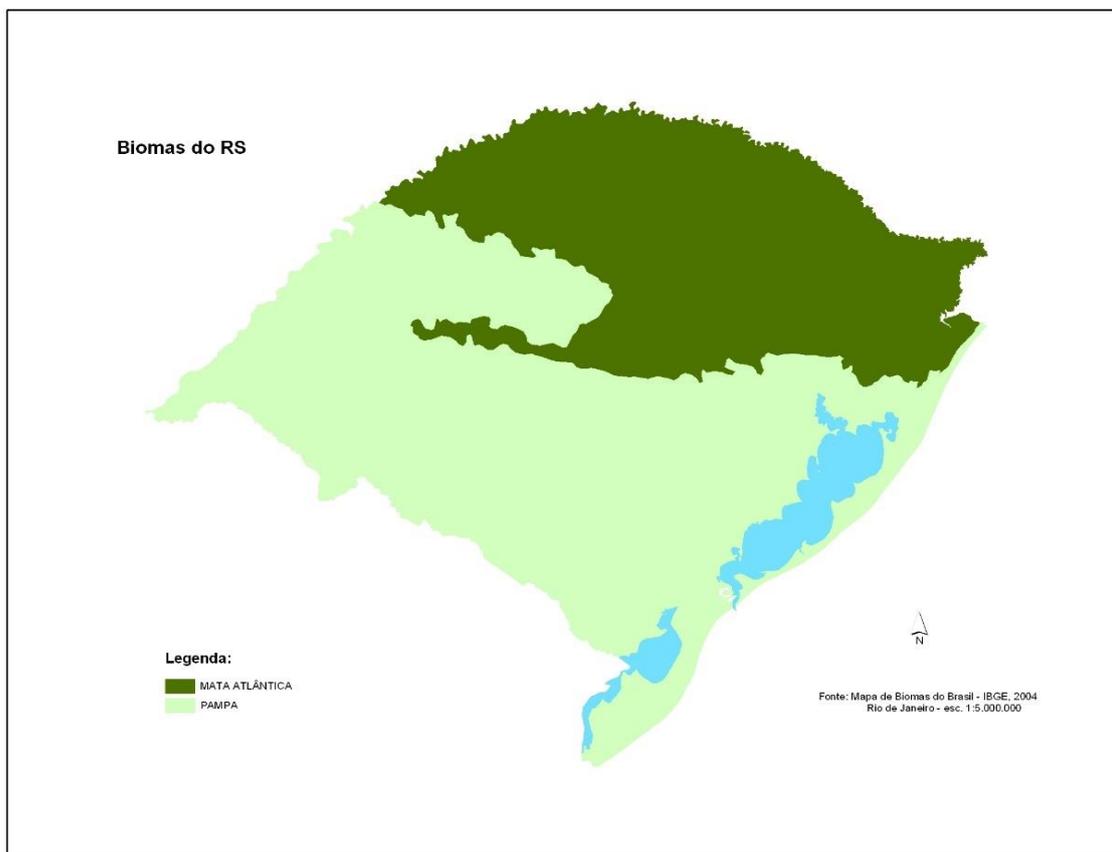


Figura 03. Mapa dos Biomas Pampa e Mata Atlântica do Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mapa de Biomas do Brasil (2004).

Percebe-se, que a pecuária é uma atividade fundamental para a permanência do homem no campo, auxiliando os produtores tanto a manterem-se na atividade, historicamente e culturalmente, quanto em termos de geração de renda.

Além disso, convém salientar que, para além da Região Sul do Estado, ou da Metade-Sul do Rio Grande do Sul, existe a presença marcante da pecuária como vetor do desenvolvimento regional, sendo que esta não se relaciona apenas aos aspectos econômicos, mas aos fatores históricos, geográficos, sociais, culturais e ambientais. Este é o caso do território missioneiro, que, no entanto, está localizado no Noroeste do gaúcho, ou seja, na Metade-Norte do Estado.

Importante ressaltar que a região Sul do Estado é significativamente diferente do Norte gaúcho. Por mais que pertençam a mesma unidade da federação do Brasil, o Norte e o Sul apresentam realidades distintas. Parte desta dicotomia reside no processo de ocupação do território, que promoveu heterogeneidades em relação a suas especificidades

históricas, culturais, sociais e econômicas. Além disto, as duas estruturas possuem particularidades geográficas e ambientais, acentuando tal diferenciação.

Assim, o Sul do Estado é frequentemente caracterizado por ser marginalizado economicamente (essencialmente agrícola), com a pecuária sendo a principal atividade de sua economia. Sua estrutura fundiária é representada por grandes áreas de terras, que têm como principal atividade a pecuária extensiva, distribuída ao longo de seus campos naturais, pertencentes ao bioma Pampa. E, na região Norte, há predominância de pequenas propriedades rurais que desempenham atividades diversificadas, tais como a pecuária e as lavouras, principalmente em relação ao desenvolvimento da produção de grãos.

Analogamente, esta mesma diferenciação pode ser verificada na região das Missões, pois ao longo de formação econômica e social, apresentou trajetória semelhante na ocupação de seu território. Sendo o Norte, alvo de uma política de reocupação territorial, através da migração de europeus e, ao Sul, com a formação das estâncias produtoras de gado.

No entanto, não se deve considerar tal dicotomia como sendo regra, pois a complexidade dos territórios é tamanho, que se torna difícil estabelecer apenas estas duas diferenças. Dentro do próprio território missioneiro há a presença de grandes heterogeneidades, sendo praticamente impossível estabelecer padrões únicos territoriais, pois a própria interdependência entre e *intra* regiões acaba por gerar dificuldades em determinar padrões territoriais. Assim, não se trata de realizar um estudo de amostragem, visto que, no ambiente regional em questão, há a existência de mais de 20 mil²⁰ estabelecimentos agropecuários que desenvolvem a produção de bovinos.

Para tanto, o desafio desta pesquisa não é padronizar ou estabelecer rótulos aos bovinocultores de corte, mas sim de entender as distintas trajetórias e as repercussões que a dinâmica atual de produção (processos mercantis e commoditizadores) exerce sobre as suas formas de organização produtiva, do trabalho e das suas relações sociais no território em que estão inseridos, no caso a região do COREDE Missões.

²⁰ Reitera-se que deste público alvo, ainda se ramifica a produção de bovinos de leite, e, outros estabelecimentos que não tem na própria bovinocultura de corte a sua principal atividade produtiva.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo são descritos os procedimentos adotados para a operacionalização da pesquisa que está subdividida em quatro partes. Na primeira, é apresentado o marco teórico-metodológico adotado; na segunda, as técnicas de pesquisa que deram suporte ao desenvolvimento do estudo; na terceira, são descritos os procedimentos de coleta e sistematização dos dados; na quarta, são apresentados os instrumentos de análise e de interpretação dos resultados.

4.1 Marco teórico-metodológico

A abordagem utilizada está ancorada na formação econômica e social dos territórios (F.E.S.), de Milton Santos, vinculado ao processo histórico e de sua bagagem e seus transbordamentos culturais e sociais. O homem é um ser histórico e social. O mundo é produto da ação humana e a realidade social está em constante transformação (estrutura e superestrutura).

Marx buscou entender as contradições inerentes ao sistema capitalista de produção e a divisão da sociedade em classes. Para a dialética marxista o mundo deve ser compreendido como dinâmico, em movimento, contraditório, histórico e a perspectiva da ciência é a transformação da realidade objetivando novas sínteses.

Conforme Severino (1994), o elemento fundamental da tradição dialética consiste no princípio básico de compreensão do real e do conhecimento que temos dele, que é a sua condição de radical historicidade. A realidade não é vista somente como um conjunto de entidades metafísicas determinadas ou somente como um conjunto de entidades naturais, determinadas pelas leis mecânicas da natureza física, mas é vista como um processo histórico resultante, a cada momento, de múltiplas determinações e esse movimento de constituição, decorrente de forças contraditórias que atuam no interior dessa própria realidade.

De acordo com Marx (1975), a perspectiva vem da análise das grandes contradições do sistema capitalista e da produção de espaços desiguais. A pobreza, a miséria, as desigualdades sociais, o desemprego, a corrupção e até mesmo a fome se manifestam de modo escancarados em lugares aonde se produzem alimentos. Passou-se

a compreender o homem como ser social e as relações políticas e econômicas são introduzidas no debate, para compreender as desigualdades existentes.

Embora discordando da metafísica idealista de Hegel, manteve seu método dialético. Deste modo, aproveitou a lógica dialética, explicando-a tão somente ao mundo da realidade histórica concreta: à natureza e, sobretudo, à realidade. Concorde com a ideia de que a realidade natural e social evolui por contradição, entretanto, compreende que as mudanças que ocorrem dialeticamente são influenciadas pela intervenção direta do homem através de sua prática, o que contribui para modificar a história (MARX, 1975).

Para Marx (1975), em seu modelo, existem quatro categorias implícitas. Na de *totalidade*, não só as partes estão interconectadas entre si e com o todo, mas também o todo se cria a si mesmo através da interação entre as partes. Já, no conceito de *historicidade* evidencia-se o resgate da gênese dos fenômenos e dos processos sociais, utilizando-se de dois procedimentos: ‘regressivo’ – parte do presente, retorna ao passado para descobrir o processo que permitiu que o presente seja como é; ‘progressivo’ – partindo do passado, retorna ao presente, mostrando seu desenvolvimento. Em relação à *contradição*, é constituída como a lei fundamental da dialética, para a qual a transformação das coisas só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas, tendendo simultaneamente à unidade e à oposição. E, a *mediação* é explicitada como a análise dos fenômenos e dos processos sociais.

É evidente a preocupação do método com a transformação da realidade. Não basta apenas compreender a essência, é necessário compreender para mudar. O pesquisador busca compreender a essência oculta nas relações sociais historicamente produzidas com a finalidade de transformá-las (MARX, 1975).

Desse modo, a pesquisa tem uma proposta interdisciplinar, levando em consideração uma multiplicidade de aspectos da realidade em distintas áreas do conhecimento. Devem-se conhecer as partes, não de forma isolada, mas sim de uma forma dinâmica, de modo a entender a totalidade. O processo histórico decorre do movimento das contradições. Dessa forma, não existe acontecimento econômico isolado. Tudo é econômico, social, político e cultural e está em constante transformação. Os homens determinam e são determinados pelas condições materiais em que vivem, incluído aí obviamente, o espaço. Sobre o conhecimento do espaço e a interdisciplinaridade, a qual deve apropriar-se, segue conveniente citar a bem sucedida argumentação de Santos (2004, p. 147), em que “a interpretação de espaço e sua gênese ou seu funcionamento e sua evolução depende de como fazamos antes a correta definição de suas categorias analíticas,

sem as quais estaríamos impossibilitados de desmembrar o todo, através de um processo de análise, para reconstruí-lo depois, através de um processo de síntese”.

Conforme a definição de Santos (1979), em relação ao papel da formação econômica e social, cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total das funções que uma formação social é chamada a realizar. Esta redistribuição-relocalização deve tanto às heranças, notadamente ao espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus momentos. O movimento do espaço, isto é, sua transformação é, ao mesmo tempo, um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global.

Trata-se, contudo, de entender o espaço a partir da sua dinâmica de continuidades e descontinuidades históricas e observar o convívio dialético entre pequeno e grande capital (público ou privado) em capitalismo tardios. Trata-se de analisar a sobreposição dessas estruturas. A pequena produção sozinha não é capaz de dinamizar uma economia a ponto de levá-la a “queima de etapas” e promover uma industrialização. Pelo contrário, isto aprofundaria o abismo entre as economias industrialmente desenvolvidas e as atrasadas, simplesmente pela subordinação e hierarquia do capital, concentrando a produção apenas nos setores permitidos pelo grande capital. Mas a pequena produção, aliada às estruturas grandes, é capaz de dinamizar tal economia pela endogenização da dinâmica da primeira. Crescendo as taxas elevadas poderia passar ao estágio de monopólio ou de grande capital (SANTOS, 1979).

Segundo Santos (1979), falar em maior endogenia nos processos de definição da função econômica da região, dentro de um esquema de divisão territorial do trabalho, seria supor o predomínio do pequeno capital, com influência sobre um espaço menor. De outro modo, o capital monopolista internacional impõe seu comando, hierarquiza e subordina outros capitais especializados e setorializados. Tudo se aplica a organização do espaço da seguinte forma: a questão do grau de endogenia/exogenia da formação econômica está diretamente relacionada com o tamanho dos capitais e, portanto, com a fase do capitalismo mundial e com o grau de integração da economia regional aos mercados (nacional ou mundial). O grau de participação no mercado regional não tem como condição o grande volume de investimento inicial ou o elevado tempo de maturação desses investimentos e tem de ser visto quase como especificidade, pois permite a entrada aos pequenos capitais locais.

Uma das funções de um espaço delimitado é da produção, consumo e circulação, ou simplesmente função econômica. Essa função não deixa de ser determinante em parte com outras funções que se pode atribuir, até mesmo de esferas imateriais (ou da superestrutura — sem a descolar das relações sociais materiais), também condicionantes das localizações. A afirmação central que se busca é a de que a definição da função econômica específica, dentro de um emaranhado de relações sociais, culturais, históricas, geográficas, políticas, ambientais no espaço global é uma relação dialética: da parte (a região em questão) com uma totalidade (a do sistema econômico). As partes mudam pela mudança da totalidade, não o inverso. A função exercida por uma formação social específica dentro de um todo nacional, muda (ou é definida) pela dinâmica desse todo. A função de uma região dentro da divisão territorial do trabalho se define pelo momento do modo de produção nesse território (SANTOS, 1997).

Para Santos (1997), com o aprimoramento do intercâmbio entre cidades, nasce a especialização regional e com ela a manufatura. Essa última, na sua transformação em grande indústria, condiciona os outros setores a sua lógica. A agropecuária, cada vez mais, assume o papel de braço da indústria, se integrando a cadeia produtiva e produzindo também mercadorias. A especialização, que inicia na escolha de um produto ou na fase de um processo produtivo, manifesta-se no espaço, através de uma especialização regional. A região, quando se integra a um mercado maior, assume uma dupla função dentro desse mercado: de produtora das mercadorias na qual obteve, no processo de formação do mercado, vantagens ou demonstra aptidão e a função de consumidora. Isso ocorre à medida que (e condicionado a) desenvolve-se o mercado interno, permitindo a alienação do produto, sob a condição de mercadoria. Sucintamente, é assim que a região assume uma função econômica dentro do modo de produção capitalista.

Assim, como aporte teórico-metodológico ao desenvolvimento do estudo, é utilizada a abordagem da F.E.S. como contraponto à realidade/dinâmica do regime de acumulação capitalista. Visa estimular e incentivar o estudo das especificidades e particularidades regionais, no âmbito do desenvolvimento regional, considerando seus aspectos históricos, culturais, econômicos, políticos, ambientais, geográficos e sociais.

Enfim, tal método possibilitará o apoio necessário para a obtenção dos objetivos propostos deste estudo, que é o de analisar o movimento de commoditização e as suas repercussões nas relações sociais, históricas, econômicas e nas formas de organização da produção, junto aos bovinocultores de corte na Região do COREDE Missões.

4.2 Técnicas de pesquisa

O método é o modo básico de articular os atos, de conhecer o discurso e o chamado acesso ou a construção do real. No sentido estrito o método designa um modo básico de conhecer. Em um âmbito complementar geral, indica um conjunto de regras, de instrumentos, de técnicas e procedimentos (PAVIANI, 2006).

O tipo de pesquisa a ser utilizada é exploratória e descritiva. O estudo exploratório consiste na captação de informações e reflexões que possam subsidiar passos de pesquisas posteriores e se dá através de materiais bibliográficos, estudos de caso e levantamento de dados secundários sobre o objeto em questão. Já, a pesquisa descritiva, tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Pretende-se assim, descrever características e peculiaridades da bovinocultura de corte no Estado do Rio Grande do Sul.

O método de pesquisa, aqui entendido como um conjunto de técnicas e instrumentos, foi desenvolvido através de características qualitativas e quantitativas. Para a investigação de contextos organizacionais e sociais, recomenda-se a pesquisa qualitativa, associando-se a uma abordagem histórico-contextual e interpretativa. De acordo com Goldenberg (2000), a integração da pesquisa qualitativa e quantitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões, de modo a ter maior confiança de que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Eles não se limitam ao que pode ser coletado numa entrevista, de modo que, permitem entrevistar repetidamente, aplicar questionários, investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, utilizar fontes documentais e, inclusive, dados estatísticos.

Para a operacionalização da pesquisa foram utilizados procedimentos metodológicos que visaram compreender as diferentes realidades e inter-relações dos bovinocultores de corte da região do COREDE Missões, ao longo de suas trajetórias. Estas inter-relações, que se estabelecem ao longo de sua cadeia produtiva, considerando os distintos ciclos de produção de bovinos de corte (cria, recria/terminação, cria/recria e ciclo completo) e o seu maior ou menor grau de integração com o mercado – processo mercantil, de acordo com os seus diferentes atributos produtivos (ver Figura 04).

A seguir é explicitado o desenho da pesquisa e sua operacionalidade para o desenvolvimento do estudo.

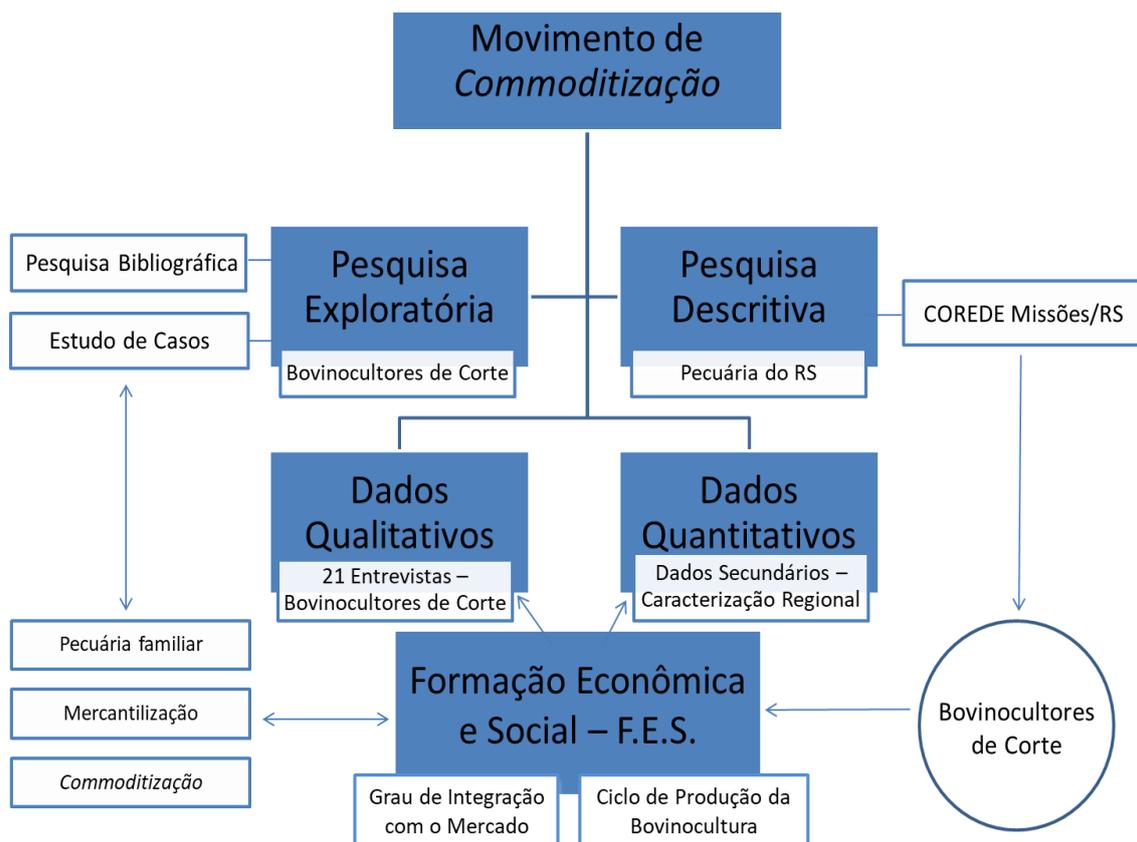


Figura 04. Desenho de Pesquisa da Tese.

Fonte: elaborado pelo autor.

Para absorver os atributos e seus respectivos graus de mercantilização, foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto aos produtores, que tiveram como ênfase a análise dos fenômenos relativos ao movimento de commoditização e as suas diferentes repercussões nas formas de organização da produção, nas relações sociais e na organização do trabalho, dos bovinocultores de corte da região missioneira.

Tais técnicas e instrumentos de análise estão alicerçadas pela opção metodológica da Formação Econômica e Social (F.E.S.), com estímulo ao estudo das especificidades, particularidades e potencialidades regionais.

4.3 Procedimentos de coleta e sistematização dos dados

Os procedimentos de coleta e sistematização ocorreu através de dados secundários sobre a produção e comercialização de carne bovina, no Anuário da Pecuária Brasileira (ANUALPEC), no Censo Agropecuário e na Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), ambos realizados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE). A partir destes dados foram realizados um mapeamento e caracterização geral da bovinocultura de corte na Região das Missões.

Além da coleta de dados secundários, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, junto aos produtores e agentes vinculados a bovinocultura de corte no território missioneiro, ancorados pelo marco teórico-metodológico da F.E.S., de modo a considerar aspectos econômicos e sociais do desenvolvimento da região. A pesquisa considerou uma amostragem aleatória, visando entender o processo de construção histórico, geográfico, cultural, econômico, ambiental e social de sua produção, considerando o movimento de commoditização da produção no território missioneiro.

Assim, para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os produtores que desempenham em suas propriedades a bovinocultura de corte na Região do COREDE Missões. Realizaram-se vinte e uma entrevistas (21) com diferentes produtores, espalhados pelo território missioneiro. Cabe salientar que, grande parte dos produtores de bovinos de corte estão localizados na região Sul, Leste e Oeste do território. Os produtores entrevistados possuem unidades produtivas nos municípios de Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Entre-Ijuís, Garruchos, Guarani das Missões, Roque Gonzales, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, Sete de Setembro e Ubiretama.

Na entrevista semiestruturada, os produtores foram questionados sobre o desempenho de suas atividades agrícolas, bem como de suas inter-relações com o mercado. Assim, foram interpelados por temas como os seus aspectos históricos, infraestruturais, organizacionais, técnicos e produtivos da bovinocultura de corte, tais como: tamanho da propriedade, unidades de trabalho, sistemas de produção (intensivo ou extensivo) e de criação (cria, recria/terminação, cria/recria e ciclo completo), genética (raças – precocidade e rusticidade), manejo (pastagens, bem estar animal, sanidade...), perfil histórico, social e cultural (modo de vida, jeito de ser, identidade territorial...) meio ambiente (bioma, solo, relevo, geografia, práticas sustentáveis...), formas de comercialização com fornecedores e consumidores (intermediários de dentro e de fora da região, para exportação, grau de mercantilização), rentabilidade e produtividade (capital, financiamentos, preços e custos de produção, concorrências de outras culturas (principalmente de grãos – soja), gestão da produção, tecnologias...), instituições (políticas públicas, sindicatos, incentivos, subsídios, pesquisas, parcerias público-privadas...) e aspectos regionais da Região das Missões (histórico, infraestrutural, climático, institucional, econômico...).

Conforme Andreatta (2009), a diversidade existente no setor produtivo da bovinocultura de corte decorre de fatores que ultrapassam as dimensões técnico-produtivas e financeiras. Isso evidencia que, além destes aspectos, devem constar as trajetórias, especificidades, particularidades e potencialidades e suas repercussões nas relações sociais dos produtores e nas formas de organização da produção da bovinocultura de corte na Região das Missões.

Desse modo, considerando tais questionamentos, a partir da entrevista semiestruturada, o objetivo do trabalho foi de estabelecer diferentes graus de mercantilização dos bovinocultores de corte da região missioneira. Estes distintos graus de mercantilização, convertidos nos seus sistemas de criação de produção de cria, cria/recria/terminação, cria/recria e ciclo completo, são, necessariamente integrados, em maior ou menor proporção aos mercados.

As entrevistas foram realizadas junto aos produtores, bovinocultores de corte, da Região das Missões entre os meses de agosto e novembro de 2017. Foram realizadas nas propriedades dos produtores, bovinocultores de corte, os quais, na medida do desenvolvimento da mesma, iam apresentando a propriedade, bem como seus costumes e práticas produtivas. Cada entrevista, em média, teve um tempo de duração de setenta e cinco (75) minutos, no entanto, este tempo oscilou entre visitas que duraram, o mínimo, de cerca de quarenta e cinco (45) minutos e, o máximo, de noventa (90) minutos.

As entrevistas foram agendadas por contato telefônico, pelo próprio autor da referida tese, e também, conduzidas por ele. Os produtores alvo foram prospectados junto aos sindicatos rurais, prefeituras, Associação dos Municípios das Missões (AMM), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) Regional de Santo Ângelo, e bovinocultores de corte da região, indicados por seus pares em todo o território missioneiro.

Em um primeiro momento, após apresentação formal e identificação do entrevistador, houve a apresentação e leitura de um termo de consentimento livre e esclarecido de pesquisa (ver Apêndice A), no qual constava o título do referido trabalho, os objetivos a serem alcançados, a identificação da Instituição proponente, no caso, a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), vinculada a esta instituição, bem como o professor orientador e o co-orientador da tese, respectivamente, o Doutor Silvio Cezar Arend e a Doutora Cidonea Machado Deponti. Além disso, referendou-se que as informações provenientes da pesquisa, seriam resguardadas por sigilo e que, em um momento

posterior, após o fechamento e defesa da tese, seria remetida uma cópia digital a cada produtor entrevistado, como resultado da pesquisa e como suporte, interpretação e auxílio à tomada de decisão futura para os produtores e, por consequência, para os agentes de desenvolvimento regional, pertencentes a esta realidade.

Além disso, em um segundo momento, após a formalização e apresentação dos agentes, a entrevista foi gravada, novamente com o consentimento do entrevistado, para posterior início dos questionamentos e indagações sobre a bovinocultura de corte. As perguntas eram abertas – baseadas em um roteiro de pesquisa, que se encontra no Apêndice B - e, portanto, os produtores puderam relatar de forma informal, no interior de suas propriedades, sobre o desempenho de sua atividade e de suas percepções sobre o desenvolvimento de seus aspectos produtivos, sociais, técnicos, econômicos e mercadológicos que concernem a sua produção. As entrevistas conduzidas foram gravadas e, posteriormente, degravadas para a interpretação e análise dos resultados da presente pesquisa, que está apresentada no capítulo Cinco (5).

Para tanto, este arcabouço de provocações, junto aos produtores, teve como objetivo colher informações qualificadas que permitam estabelecer uma tipologia sobre os ciclos de produção dos bovinocultores de corte na Região das Missões, em relação aos seus graus de mercantilização ou de integração com o mercado. Isso, não esquecendo, das repercussões que esses diferentes graus de mercantilização interferem e, por consequência, alteram as suas formas de organização da produção, do trabalho e de suas relações sociais e econômicas no desempenho de suas atividades.

4.4 Análise e interpretação dos dados

Para a operacionalização da pesquisa foram utilizados procedimentos visando o estabelecimento de tipologias dos bovinocultores de corte na Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul. Esta tipologia distingue-se em produtores que sejam criadores, recriadores, criadores/recriadores e de ciclos completos em uma perspectiva de mercantilização da produção. A partir da tipologia, foram definidos produtores com características semelhantes na busca de extrair as particularidades e especificidades produtivas de cada produtor, no que tange ao movimento de commoditização e as suas repercussões nas relações sociais, no trabalho e nas formas de organização da produção das unidades produtivas de gado de corte no território missioneiro.

Ao todo foram entrevistados vinte e um (21) produtores bovinocultores de corte, distribuídos em seus ciclos de produção, conforme Tabela 09.

Bovinoctores de Corte – Região do COREDE Missões	
Ciclo de Produção	Número de Produtores
Cria	4
Recria/Terminação	5
Cria e Recria	7
Ciclo Completo	5
Total de Entrevistas	21

Tabela 09. Entrevistas junto aos Bovinoctores de Corte na Região do COREDE Missões/RS.

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo (2017).

No ciclo de cria, os acasalamentos podem ser realizados através de forma natural ou por inseminação artificial. Os bezerros permanecem com as mães até sete (7) meses de idade, quando são desmamados. Tendem a completar o ciclo quando alcançam o peso entre 180 e 200 quilos, visando a sua comercialização. No ciclo de recria/terminação, os animais desmamados (provenientes do ciclo de cria) são recriados separadamente, em relação ao seu gênero. Posteriormente, os machos são recriados até atingirem um peso de 330 quilos, e, após isso, encaminhados a terminação/confinamento, atingindo um peso final, em média, de até 450 quilos por animal vivo, quando então são destinadas ao abate. No ciclo de cria/recria, os animais são criados através de monta natural e artificial, até o desmame, sendo recriados dentro da própria unidade produtiva, até completarem o seu ciclo de produção de recria, aproximadamente a 350 quilos, por animal vivo. E, no ciclo completo, desenvolvem-se os três ciclos produtivos internamente a unidade produtiva, tanto de cria, recria e terminação.

Desse modo, para categorizar os ciclos produtivos da bovinocultura de corte, com a perspectiva da commoditização da produção, utilizou-se a metodologia de mercantilização da produção, evidenciada por Ploeg (2015).

O autor constrói a sua base de fundamentação da seguinte maneira: “os elementos que constituem o processo de produção podem entrar nesse processo como mercadorias ou como não-mercadorias” (PLOEG, 2015, p. 20). Ou seja, estabelece-se distintas formas de produção e de mercantilização, classificadas de acordo com suas respectivas dinâmicas produtivas ou de seus atributos, em relação a cada ciclo de produção da bovinocultura de corte.

Tal distinção irá depender das relações estabelecidas entre as unidades produtivas e os graus de integração com o mercado – para tanto, dependerá das características do trabalho empregado, dos recursos produtivos e de suas relações de produção e reprodução nos seus respectivos mercados. Segundo Schneider (2016), Ploeg mostrou como se dá o processo de mercantilização diferenciada de inserção dos agricultores nos mercados. O processo de mercantilização do referido autor é apresentado na Quadro 08.

Forma de Produção da Mercadoria	Produção Doméstica (PD)	Pequena Produção de Mercadorias (PPM)	Produção Simples de Mercadorias (PSM)	Produção Capitalista de Mercadorias (PCM)
Resultado da produção	Não Mercadoria	Mercadoria	Mercadoria	Mercadoria
Outros recursos	Não Mercadoria	Não Mercadoria	Mercadoria	Mercadoria
Força de trabalho	Não Mercadoria	Não Mercadoria	Não Mercadoria	Mercadoria
Objetivos	Autoconsumo	Sobrevivência	Renda	Mais-valia

Quadro 08. Diferentes Formas de Produção Mercantil.

Fonte: adaptado de Schneider (2016, p. 109) e Ploeg (2015, p. 20).

Para Ploeg (2015, p. 20), na pequena produção de mercadorias (PPM), “o resultado da produção é (ao menos em parte) comercializado e, conseqüentemente, visto como um conjunto de mercadorias”. O autor identifica que, neste modo de produção, é essencial que a força de trabalho e outros recursos cruciais (terra, água, sementes, animais, *know-how*, redes de trabalho, etc....) não entrem no processo de produção como mercadorias (tais recursos são entendidos como valores de uso), ou seja, recursos não mercantilizados, que são usados para produzir mercadorias e para reproduzir os recursos adquiridos. “Analicamente, a PPM é uma forma de produção não completamente mercantilizada” – ou seja, que apresenta uma mercantilização incompleta (PLOEG, 2015, p. 21). Importante mencionar sobre o aspecto relativo a mercantilização, os termos de intercâmbio e a motivação dos agricultores em realizar trocas no mercado.

Appadurai (1986, p. 13) menciona a intercambialidade como “fator socialmente relevante” de uma mercadoria: a situação mercantil [...] de qualquer ‘coisa’ [reside em] sua intercambialidade por qualquer outra coisa”. Típico para a agricultura, especialmente para a agricultura camponesa (onde quer que ela esteja situada), é que precisamente esta intercambialidade é eliminada ou condicionada. Um agricultor, como dizem, “nunca vende sua melhor vaca”. A essência da “melhor vaca” reside precisamente em sua não-intercambialidade. Ela não está para ser vendida, mas para ser usada para produzir uma promissora cria (PLOEG, 2015, p. 21).

Já, na produção simples de mercadorias (PSM), Ploeg (2015, p. 21) identifica que “há uma mudança decisiva em relação a pequena produção de mercadorias [...] com exceção do trabalho, todos dos demais recursos materiais e sociais entram no processo de trabalho como mercadorias”. Nesse sentido, o autor argumenta que o seu modo de produção e suas relações de produção estão ancorados na lógica de mercado. Ou seja, estão parcialmente integrados a mercados imperfeitos.

Por sua vez, “a produção capitalista de mercadorias representa uma mercantilização completa: força de trabalho e os demais recursos entram no processo como mercadorias, e todos os produtos obtidos circulam como mercadoria” (PLOEG, 2015, p. 21).

E, por fim, a pequena produção doméstica (PD) é o modo de produção que está voltada para o autoconsumo, ou seja, para o abastecimento da propriedade e de suas formas de reprodução social. Dentro dessa lógica, a inversa do modo integrado, de não-mercadoria, valores éticos, ambientais, históricos, sociais e culturais estão mais aflorados e, por consequência, aliando-se intrinsecamente ao “modo de vida” e ao “jeito de ser” que os agricultores desempenham em suas unidades produtivas e nas suas atividades reprodutivas.

Para tal, trata-se aqui de perceber que o processo de mercantilização não pode ser assumido de antemão como sendo negativo para o desenvolvimento das atividades agrícolas, ou seja, que levaria a um processo de subordinação ao mercado, em relação aos detentores de capital. Deve-se entender que há diferentes tipos de mercado e modos de produção e, por consequência, diferentes padrões de interação entre atividades produtivas e mercados, resultantes das formas de percepção, influência e estratégias de apropriação dos agentes neste ambiente.

Para Polanyi (1988; 2000), o trabalho e a terra foram transformados em mercadorias, e assim, passam a ser tratados como se fossem produzidos para a sua posterior venda.

No entanto, para Schneider (2016, p. 101), “na realidade, não eram mercadorias, uma vez que não eram sequer produzidos (como a terra) ou, quando o eram, não o eram para a venda (como o trabalho)” (SCHNEIDER, 2016, p. 101).

Foi Karl Polanyi (2000) quem afirmou que no capitalismo a economia de mercado passou a ser uma sociedade de mercado, subordinando a vida social a lógica econômica, fazendo com que o intercâmbio mercantil se generalizasse. O mercado passou a ser tanto o princípio e o modelo ordenador das relações econômicas como também consolidou-se como uma ideologia. A ideologia de

mercado passou a ordenar a cultura, as regras e o modo de funcionamento da sociedade (SCHNEIDER, 2016, p. 101).

Assim, “com a expansão deste padrão societário de integração mercantil-capitalista ocorreu uma pretensa separação institucional das esferas econômica e política da sociedade” (SCHNEIDER, 2016, p. 102). Sendo assim, criou-se uma ideologia mercantil, aliada ao termo de racionalidade de mercado, que instaurou uma espécie de cultura mercantil, apoiada em instituições, regras, normas e leis que organizam a vida e a economia de mercado.

Considerando esta ideologia mercantil é necessário esclarecer o termo mercado²¹, ele deve ser entendido como “instituições sociais formadas pelos processos de interação social, econômica e cultural”, além de guardar elementos históricos, políticos e éticos, na base de seu arcabouço (SCHNEIDER, 2016, p. 103).

Schneider (2016, p. 103-104) observa que os “mercados são instituições que guiam e orientam o processo social de interação entre indivíduos e organizações”. Além disso, privilegia os aspectos referentes às bases sociais e culturais que interferem nos padrões de interações e nas trocas econômicas.

Ideia de mercados múltiplos e segmentados em convencionais e alternativos. Essa abordagem passou a ser um ponto de referência importante nos estudos rurais mais recentes com uma abordagem a partir da sociologia econômica. O entendimento de que os mercados são socialmente construídos tornou-se largamente aceito (SCHNEIDER, 2016, p. 104).

No entanto, para Schneider (2016, p. 107), “há um determinado consenso, de que a venda de excedentes da produção para o mercado desencadeia um processo de mercantilização e monetização das relações econômicas, que repercute sobre a família e a comunidade rural”, repercutindo sobremaneira nas relações destes, ao longo de sua trajetória. Um dos autores que realizou essas análises sobre as relações dos agricultores com os mercados foi o holandês *Jan Douwe van der Ploeg*.

Ploeg sugeriu que há uma gradiente que vai de formas de produção mais autônomas até outras mais dependentes dos mercados. A inserção dos agricultores familiares nos mercados nem sempre é desfavorável ou deletéria para sua reprodução social. Ploeg (2008) afirma que o sucesso ou o fracasso, entendido como a capacidade de se manter economicamente viável e se reproduzir como uma unidade social familiar, vai depender do modo como os camponeses operacionalizam as decisões e estratégias para organizar seu processo produtivo e a sua forma de inserção nos mercados. Mais do que isso, Ploeg (1992) mostra que há distintos “graus” e “níveis” de mercantilização, e

²¹ Utiliza-se como base teórica a contribuição de Polanyi (1988; 2000), utilizado por Schneider (2016).

descreve a inserção nos mercados como um processo multidimensional, que pode ser tanto de dentro para fora como na direção oposta, de fora para dentro. Neste sentido, a mercantilização é entendida como um processo social que pode inclusive fortalecer as bases de recursos das unidades produtivas e reforçar as suas estratégias de reprodução. Pela primeira vez, a inserção nos mercados deixou de ser vista como um caminho unidirecional, que levaria os camponeses a se “descapitalizar” e, em seguida, a se decompor como um grupo social (SCHNEIDER, 2016, p. 108).

Nesse sentido, o modo de produção galgado, na geração do excedente econômico e na produção em escala, dentro de um movimento global, promovidos pelo alto grau de mercantilização ou commoditização da produção, começam a identificar uma nova tendência, que está vinculada às particularidades e especificidades regionais, dentro de determinado ramo de atividade.

O processo de desenvolvimento abrange uma complexidade de relações, e sua análise não pode ser restrita apenas à dimensão econômica. Assim, deve-se tratar o desenvolvimento, no espaço rural da Região das Missões, sob uma abordagem multidimensional, buscando identificar as relações entre essas diversas dimensões (WAQUIL *et al.*, 2005).

Conforme Waquil *et al.* (2005), a definição das dimensões é bastante diferenciada entre os autores. Porém, a determinação dessas dimensões está muito ligada aos objetivos e ao contexto do estudo que está sendo desenvolvido. Dessa forma, dentro da lógica do desenvolvimento regional, evidencia-se a necessidade de recorrer ao estudo multidimensional, enfocando as interligações entre as dimensões histórica, social, econômica e ambiental, e destas com outras dimensões, tais como política, cultural, institucional e democrática. Partindo do reconhecimento das diversas dimensões, surge um conjunto de inter-relações entre essas dimensões, que forma um arcabouço multidimensional.

Com base em tal perspectiva, busca-se interpretar e analisar o desenvolvimento no espaço rural do território missioneiro, no que tange a bovinocultura de corte, dentro da abordagem multidimensional do desenvolvimento rural.

No entanto, para dar aderência maior ao arcabouço teórico da mercantilização da produção, evidenciada em Ploeg (2015), propõe-se, nesta pesquisa, uma metodologia adaptada desta perspectiva de análise do mercado, porém, adequada aos ciclos de produção dos produtores bovinocultores de corte da Região das Missões. Esta adaptação metodológica está disposta e justificada no Quadro 09, a seguir.

Bovinocultor de Corte – Atributos Produtivos	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra	Familiar.	Familiar e contratada.	Concentração de contratados, mas com familiar.	Essencialmente contratadas.
2. Genética do rebanho	Raças mescladas – baixa genética: jersey, charolês, nelore.	Rebanho parcialmente composto por raças de mercado – baixa genética: angus com raças mescladas.	Boa genética de raças: angus, brangus, hereford e bradford.	Alta genética de raças, com cabanhas próprias: angus, hereford, bradford e brangus.
3. Comercialização – integração com o mercado	Mercado local informal e reciprocidade.	Mercado local e regional com intercâmbio de produtos.	Mercado regional, nacional e internacional.	Mercado externo a região e para exportação.
4. Suprimentos	Comércio local – agropecuárias e produção interna.	Comércio local e regional – cooperativas e agropecuárias.	Comércio regional e estadual. Cooperativas e grandes empresas regionais.	Comércio regional e nacional. Multinacionais e cooperativas externas a região.
5. Manejo e técnicas produtivas	Saber-fazer local. Histórica, cultural, tradição.	Saber-fazer local/regional. História, cultura, tradição.	Saber-fazer regional, com aperfeiçoamento das relações de produção (conhecimento).	Saber-fazer com aprimoramento e eficiência das técnicas de produção (conhecimento).
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens	Recursos internos. Campo nativo e silagem de milho.	Recursos mesclados, internos e externos. Campo nativo, azevém, milho silagem, aveia...	Recursos mesclados com complementação. Campo nativo melhorado, braquiária, feno, aveia, farelos, ração, azevém...	Recursos adquiridos em maior proporção. Campo nativo melhorado, auto grão, braquiária, aveia, azevém, farelos, ração e suplementação.
7. Tecnologia – mecanização agrícola	Baixa mecanização.	Média mecanização.	Alta mecanização.	Mecanização completa.
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade	Baixa capacidade financeira.	Média capacidade financeira.	Alta capacidade financeira.	Autossuficiente – recursos próprios.
9. Tempo de circulação – escala	Sustentável. Comércio de até 50 animais por ano.	Baixa. Comércio entre 50 a 100 animais por ano.	Média. Comércio entre 100 a 250 animais por ano.	Alta. Acima de 250 animais por ano.
10. Área territorial para a bovinocultura	Familiar. Até 25 hectares. Colônia.	Pequena. De 26 a 100 hectares.	Média. De 101 a 250 hectares.	Grande. Acima de 251 hectares.
11. Sistema de produção	Extensivo. Sustentável.	Extensivo e semi-intensivo. Sustentável.	Semi-intensivo e intensivo. De mercado.	Intensivo – confinamento. De mercado.
12. Autoconsumo	Núcleo familiar.	Núcleo familiar, contratados e intercâmbio de produtos – reciprocidade.	Contratados, intercâmbio de produtos com fornecedores, festas religiosas e comunitárias, doações...	Apenas para comercialização.
13. Preço	Até R\$ 4,00 por quilo de animal vivo.	De R\$ 4,00 a R\$ 4,50 por quilo de animal vivo.	Entre R\$ 4,50 e R\$ 5,00 por quilo de animal vivo.	Entre R\$ 5,00 e R\$ 5,50 por quilo de animal vivo.
14. Motivação para a pecuária	Alternativa para manter-se no campo. História, cultura.	Satisfação pessoal, tradição, trajetória histórica e cultural. Rentabilidade.	Satisfação pessoal, histórica, porém permite lucros, rentabilidade além de ser a única atividade possível de produzir.	Rentabilidade econômica.
15. Modo de vida – identidade territorial	Pertencimento regional – identidade missioneira. História, cultura, tradição.	Pertencimento ao território, qualidade de vida, prática sustentável, tradição familiar.	Racional de mercado, mas com laços históricos construídas no território.	Racional – de mercado.

Quadro 09. Metodologia Adaptada de Mercantilização da Bovinocultura de Corte na Região das Missões/RS – Atributos Produtivos e Tipificação Mercantil.

Fonte: elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo (2017), adaptado de Ploeg (2015, p. 20).

Desse modo, para dar suporte a tal perspectiva, consideram-se atributos produtivos, vinculados a cada sistema de produção, com o intuito de estabelecer a dinâmica de mercantilização de cada ciclo produtivo da bovinocultura, de acordo com as especificidades e particularidades de produção de cada unidade com o mercado.

São considerados quinze (15) atributos produtivos, interligados com o desenvolvimento das atividades referentes a produção de gado de corte na região missioneira. Isso, visando a identificação e tipificação da dinâmica de mercantilização produtiva de cada produtor e, posteriormente, de seu respectivo ciclo de produção.

Além disso, é preciso elucidar sobre os conceitos de produção interna sustentável, mercantilização incompleta fraca, mercantilização incompleta forte e mercantilização completa. A produção interna sustentável está associada a prática de agricultura familiar, em uma perspectiva de utilização sustentável dos meios de produção das técnicas e práticas produtivas, relacionadas, ou melhor, não relacionadas diretamente com a lógica de mercado. Tal conceito está alicerçado nas relações históricas e culturais, construídas no desempenho de sua atividade de produção, que em grande parte não estão integradas ao mercado.

Na mercantilização incompleta fraca, percebe-se uma maior inserção dos produtores, ou de seus atributos de produção, na lógica de integração com o mercado, porém, isso acontece, geralmente, em baixa escala produtiva e com recursos tecnológicos e produtivos restritos. Assim, indica-se que tais atributos possuem um elo de integração fraca com o mercado, pela razão de ainda não estarem totalmente integrados em uma perspectiva de mercantil.

Em relação à mercantilização incompleta forte, tem-se que esta dinâmica produtiva enquadra-se em uma perspectiva de maior integração com o mercado, ou seja, possui uma maior escala produtiva no que tange aos seus atributos, apresentando assim, uma maior integração com o mercado, as suas regras e exigências, aliadas a uma prática de rentabilidade econômica de suas relações de produção.

A mercantilização completa está associada à prática capitalista de produção, através do emprego de recursos otimizados pela noção de racionalidade das atividades produtivas. Assim, os recursos são tratados como meios para obtenção do lucro, com a tendência à intensificação da utilização dos fatores de produção, de modo a estar vinculado inteiramente à perspectiva de integração com o mercado.

Desse modo, os resultados esperados da pesquisa qualitativa, realizada através de entrevistas semiestruturadas, têm como ênfase analisar de que forma os produtores respondem ao movimento de commoditização e determinar de que maneira o grau de mercantilização da produção interfere e repercute nas relações sociais, no trabalho e nas formas de organização da produção das unidades produtivas de gado de corte, no território missioneiro, considerando os ciclos de produção de cria, recria/terminação, cria/recria e de ciclo completo.

Cabe enaltecer que não se tem como perspectiva criar um padrão mercadológico para os produtores, mas sim, elaborar uma forma de analisar as diferentes realidades que permeiam o desenvolvimento da bovinocultura de corte, na Região das Missões, de modo a considerar as suas distintas trajetórias históricas, culturais, econômicas, sociais, ambientais, geográficas e políticas na formação de seu território. Tais técnicas e instrumentos de análise estarão ancorados pela opção metodológica da formação econômica e social, com estímulo ao estudo das especificidades, particularidades e potencialidades regionais.

5 OS BOVINOCULTORES DE CORTE NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS

Tal seção parte de uma análise geral dos bovinocultores de corte da região missioneira, de acordo com a tipificação apresentada, no capítulo anterior, no que tange ao grau de mercantilização dos produtores. Assim, em um primeiro momento, é representada uma discussão geral sobre o perfil dos produtores de gado de corte, no que tange aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos e ambientais, considerando as evidências empíricas encontradas na literatura. E, em um segundo momento, são discutidos e interpretados os atributos produtivos específicos de cada produtor, coletados através das entrevistas realizadas.

Para tanto, cria-se uma tipificação dos produtores bovinocultores de corte da região das Missões, considerando os seus respectivos ciclos de produção, os seus atributos produtivos e as suas relações estabelecidas com o mercado – que são permeados por especificidades, particularidades e heterogeneidades – através do conceito de mercantilização da produção.

5.1 Perfil Geral dos Bovinocultores de Corte da Região das Missões/RS

Esta subseção trata da caracterização geral dos bovinocultores de corte missioneiros. Consideram-se os fatores históricos, econômicos, culturais, ambientais e políticos que repercutem sobre as relações sociais, as formas de organização da produção e do trabalho na região em análise.

Para Andreatta, Waquil e Miguel (2016), nos estudos rurais, as particularidades e especificidades regionais assumem um papel central na configuração das unidades produtivas agropecuárias. Além disso, a distribuição espacial dos pecuaristas, nas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, está diretamente relacionada aos seus antecedentes históricos e as suas condições geográficas e naturais do território (relevo, solos e clima).

Para tanto, a pesquisa foi realizada junto aos produtores, na Região das Missões, considerando os ciclos de produção da bovinocultura de corte (ciclos de cria, recria/terminação, cria/recria e ciclo completo) para perceber as diferentes formas de produção e de inter-relação com o sistema mercantil e suas repercussões na organização produtiva, do trabalho e de sua reprodução social. As entrevistas semiestruturadas (ver Apêndice C) foram divididas nos seguintes eixos de análise: a) estrutura organizacional; b) aspectos da propriedade rural; c) infraestrutura; d) aspectos produtivos de organização

do trabalho; e) aspectos mercadológicos; f) aspectos técnicos de produção; g) aspectos históricos, culturais e sociais; h) aspectos econômicos; e, i) fatores regionais.

Para tanto, tais aspectos, divididos em eixos, têm o intuito de perceber diferentes tipos de mercantilização da produção de bovinos de corte regional. De acordo com Neske (2016, p. 137), existem diversos fatores que “determinam dinâmicas produtivas diferenciadas entre os pecuaristas [...], que os conduziu a distintas formas de inserção nos mercados, antes e depois da porteira”.

Assim, os bovinocultores de corte “apresentam diferentes formas de se relacionar com o mercado, o que caracteriza a existência de diferentes graus de mercantilização” da produção (NESKE, 2016, p. 138). No entanto, para definir tal grau de mercantilização, a estratégia adotada considera diferentes perspectivas sobre a dinâmica produtiva dos produtores de bovinos de corte no território das Missões.

Desse modo, na interpretação do perfil geral dos bovinocultores missioneiros, quanto a estrutura organizacional e os aspectos da propriedade rural, os entrevistados são predominantemente do gênero masculino e possuem em seu grupo familiar uma média de duas pessoas por unidade produtiva, concentradas em uma faixa etária acima de cinquenta e cinco (55) anos de idade.

Além disso, principalmente em relação aos produtores que detêm uma pequena e média área territorial (até 150 hectares), há a presença de atividades não agrícolas, realizadas concomitantemente com a bovinocultura, para a complementação da renda. Já, as grandes propriedades fundiárias (acima de 150 hectares, considerando a realidade regional), são dedicadas exclusivamente às atividades agropecuárias. Essas atividades agropecuárias podem ser dedicadas exclusivamente à bovinocultura, como também a atividades de lavoura (produção de grãos). “A presença de outras atividades e/ou outras fontes de renda tendem a contribuir para a reprodução social do pecuarista e da família” (ANDREATA, WAQUIL E MIGUEL, 2016, p. 76).

Convém salientar que, territorialmente, há uma grande heterogeneidade dos empreendimentos rurais, oriundos das diferentes construções históricas na formação do território missioneiro. Conforme Ribeiro (2009) e Andreatta, Waquil e Miguel (2016), cada pecuarista tende a reunir particularidades produtivas históricas, sociais e culturais que fazem com que ele seja diferenciado e que remeta a grande diversidade e heterogeneidade do espaço rural.

Existe uma dicotomia visível entre a região Sul e a região Norte do COREDE Missões, visto que, no Norte (acima do Rio Ijuí) houve uma política indutora voltada à

colonização, promovida por uma política pública de cunho federal e, portanto, caracterizada por pequenas propriedades rurais, que se mantêm por uma lógica de agricultura familiar, com o desempenho de atividades diversificadas e intensivas em mão de obra, principalmente familiares. No Sul, caracteriza-se pela presença de propriedades com grandes extensões territoriais, provenientes das estâncias produtoras, constituídas historicamente na região.

Em relação à infraestrutura, ambas as propriedades detêm instalações, máquinas e equipamentos que prestam o suporte necessário para o desenvolvimento da atividade de bovinocultura de corte. Importante relatar que, nas propriedades com maiores extensões de terras e que praticam a integração entre lavoura e pecuária, há uma maior implementação de mecanização agrícola as suas práticas produtivas. Na maioria das propriedades há a abundância de recursos naturais, tais como disponibilidade de água e de pastagens (no caso da região Sul, de alta qualidade para a prática da pecuária).

Na região do bioma Pampa é preponderante, no ponto de vista ambiental, a presença de pecuaristas com base familiar, imbuídos de um perfil de sustentabilidade da produção, de modo a preservar os recursos naturais e a biodiversidade regional. Este bioma, é ameaçado pela concorrência de outras culturas, em detrimento da atividade pastoril, a qual é uma condição natural de seu território.

Nesse sentido, algumas das espécies da vegetação arbórea/arbustiva, em situações de adversidades climáticas, representam a principal fonte de alimentação para os animais, como ocorre no inverno ou períodos de seca no verão (NESKE, 2016, p. 142). As preservações dessas áreas repercutem positivamente sobre o desempenho da atividade, alicerçadas em processo de sustentabilidade das relações produtivas.

A organização do trabalho está representada, em sua totalidade, com a presença de unidades de trabalho familiar no desempenho das atividades que estão dispostas no auxílio, no desenvolvimento de práticas e técnicas produtivas e no gerenciamento da propriedade. Além disso, em média, há a dedicação de quatro (4) horas diárias, no acompanhamento da atividade, sendo que o conhecimento produtivo foi, predominantemente, construído ao longo do tempo, ou seja, passado de geração em geração. Nos períodos de vacinação, marcação e castração há a contratação esporádica de unidades de trabalho para a realização de tais práticas. Por fim, identifica-se que ocorre uma crescente profissionalização da mão de obra no desenvolvimento da atividade produtiva, visando um maior controle da sanidade e bem-estar dos animais, além do

manejo do campo e das pastagens. Essas práticas influenciam diretamente nos resultados econômicos e no acesso a canais de comercialização com maior rentabilidade e liquidez.

Quanto aos aspectos mercadológicos, identifica-se que há uma tendência à adoção de raças de animais europeias (angus, brangus, bradford e hereford), que são altamente procuradas no mercado e, conseqüentemente, por possuírem uma alta liquidez.

De acordo com Andreatta, Waquil e Miguel (2016), os bovinocultores de corte consideram o rebanho como reserva de valor. Outro aspecto preponderante em sua análise, está ligada a segurança proporcionada por esta atividade, de modo que o gado é um produto que possui liquidez e pode ser vendido em período de dificuldade ou de necessidade financeira.

Os aspectos relacionados a produção dos animais de raças europeias cruzados com as raças zebuínas, justifica-se pela precocidade, a rusticidade, a qualidade da carne, a resistência a pragas, a doenças e por sua adaptabilidade às condições geográficas e climáticas regionais.

Conforme Andreatta, Waquil e Miguel (2016, p. 71) o padrão genético adotado e adaptado ao Estado gaúcho é “devido a sensibilidade das raças europeias trazidas [...] entre o final do século XIX e início do século XX”. Para Fontoura (2000) e Mielitz Netto (1994), tal cruzamento proporcionou adaptabilidade, de modo a suportar as adversidades advindas de fatores climáticos, da alimentação e da sanidade animal.

Destaca-se ainda que, os canais de comercialização estão disseminados tanto no mercado local e regional, quanto nos mercados externos à região. Para Neske (2016, p. 145), “a mercantilização é um processo que não ocorre de forma homogênea e, tampouco, linear.

Os produtores que exercem uma maior escala produtiva têm como hábito realizar vendas para fora da região de abrangência de sua produção, com participação em feiras e remates regionais, nacionais e internacionais, além de promoverem dias de negócios para estreitar relações com seu público consumidor. Enquanto que os produtores que possuem uma menor escala tendem a utilizar o mercado regional e o local (informal) para o escoamento de sua produção. No entanto, o preço recebido pelo primeiro tende a ser maior que o do segundo. Esta mesma relação se verifica também na compra de suprimentos para suporte à produção.

Assim, “no que diz respeito às relações mercantis, às escolhas e às decisões que orientam o processo produtivo, nem sempre passam pela articulação com os mercados

[...] ela pode ocorrer internamente, através do desenvolvimento autônomo de suas relações de trocas ou de sua produção (NESKE, 2016, p. 145).

Não obstante a isso, os produtores indicam que são a favor da terceirização dos serviços de fiscalização e de inspeção sanitária, ou seja, através do credenciamento de fiscais autônomos credenciados. Os motivos são justificados por uma maior agilidade e transparência deste serviço, além de identificarem uma maior flexibilidade no ajustamento das práticas produtivas.

Ainda, argumenta-se que, no último ano, as relações mercadológicas do desenvolvimento da bovinocultura de corte pioraram muito, pois a crise econômica que o país enfrenta diminuiu significativamente o poder aquisitivo das famílias e, por consequência, representou uma redução do consumo de carne bovina no país. Além disso, a “Operação Carne Fraca”, deflagrada pelo Governo Federal, através da Polícia Federal, gerou efeitos diretos sobre o desempenho produtivo. A totalidade dos entrevistados identificou efeitos negativos no mercado de carne bovina, através da redução do preço recebido pelos produtores, por quilo vivo de animal comercializado. No entanto, uma minoria de produtores reconheceu que houve também efeitos positivos, tais como uma tendência a desconcentração do mercado (valorização do mercado regional de procedência) e um aumento da fiscalização na atividade de produção.

Para Andreatta, Waquil e Miguel (2016), a produção e a geração de renda agrícola, deste conjunto de pecuaristas, dependem significativamente das condições naturais e dos preços dos bovinos. Por exemplo, em períodos de crise econômica (afetada por condições de demanda – consumo e renda) e de preços agrícolas em baixa, a capacidade de geração de renda tende a ser comprometida. Já, em períodos de secas ou de estiagens, há uma consequente perda da produtividade dos animais, por condições precárias das pastagens

No que tange os aspectos técnicos, a maioria dos produtores não realiza dimensionamento da capacidade de suporte, em relação à unidade de animal por hectare. Isso também é evidenciado por Andreatta, Waquil e Miguel (2016, p. 71), que argumentam que “os produtores, tendem a não obedecer aos critérios claros para ajustar a carga animal por hectare, assim não parece haver uma análise equilibrada relacionada ao tipo e as condições das áreas de pastejo” e das condições naturais do ambiente nas unidades agrícolas”.

No ciclo de terminação aos animais, em média, são comercializados a uma produtividade de 450 quilos por animal vivo, e no de cria, os terneiros são comercializados a uma média de 180 quilos por animal vivo. O sistema de criação

predominante, na região Sul – do bioma Pampa, de alta qualidade das pastagens naturais – é o extensivo, e nas demais regiões há a predominância da adoção do regime intensivo e semi-intensivo, com pastagens cultivadas e com complementação (azevém, aveia, tifton, silagem de milho, braquiária...).

Os tratos implementados na atividade são concentrados em técnicas históricas e culturais e no saber-fazer diário da produção. Além disso, tem como hábito realizar o acompanhamento técnico dos animais e das pastagens (agronômico e veterinário).

Em relação aos aspectos históricos, sociais e culturais, os produtores indicam que a opção pela bovinocultura de corte se dá pela bagagem histórica e cultural, adquirida ao longo do tempo, na satisfação pessoal, na tradição, nos costumes e na rentabilidade proporcionada por tal atividade.

Andreatta, Waquil e Miguel (2016, p. 72) indicam que a “bovinocultura de corte está muito associada a tradição e a cultura, ou seja, o desenvolvimento da atividade está relacionado a aspectos lúdicos e aos estilos de vida” dos produtores.

Nesses casos, constata-se que a eficiência produtiva e os rendimentos da atividade agrícola podem ser objetivos secundários. Além disso, a atividade da bovinocultura de corte é compatível com o desempenho de outras atividades fora do próprio estabelecimento produtivo. “Aos moldes extensivos, o calendário é flexível, demandando menor disponibilidade de mão de obra, e permitindo aos pecuaristas realizarem as tarefas de acordo com a sua disponibilidade de tempo” (ANDREATTA, WAQUIL E MIGUEL, 2016, p. 73).

Não obstante a isso, indica que a sua produção e o seu modo de vida estão vinculados a uma percepção de pertencimento regional no desenvolvimento da produção. Porém, algumas práticas produtivas foram sendo alteradas ao longo do tempo. Uma delas é em relação às festas tradicionais de marcação e castração dos animais, que eram desenvolvidas historicamente no interior das unidades produtivas e, atualmente, não ocorrem mais por razões financeiras, de bem-estar animal e, principalmente, por ser uma exigência imposta pelo mercado. Há a prerrogativa de que o animal sofre *stress* elevado no desenvolvimento dessas práticas, alterando assim a qualidade do produto, ou seja, da carne.

Por sua vez, grande parte dos produtores têm por hábito realizarem abates no interior de suas unidades produtivas, voltados, em sua maioria, para o consumo de seu núcleo familiar e para os seus contratados. Em alguns casos, também atua em uma perspectiva de reciprocidade, realizando trocas de produtos com fornecedores e com

familiares, amigos e vizinhos da comunidade. Esta dinâmica também está presente nas pesquisas de Andreatta (2009), Ribeiro (2003 e 2009), Conterato (2004 e 2008), Andreatta, Waquil e Miguel (2016) e Neske (2009 e 2016).

Os aspectos econômicos dos bovinocultores de corte, em sua maioria, têm por hábito realizar investimentos no desenvolvimento de sua atividade, tais como melhoramento de benfeitorias, equipamentos, máquinas, animais e aquisição de terras para o aperfeiçoamento e ampliação da produção. Na totalidade dos entrevistados, há a indicação de que a bovinocultura de corte produz reservas financeiras, com o custo de produção, em média, girando em 60% do valor gerado pela atividade.

Assim, diferentemente de Andreatta, Waquil e Miguel (2016), em relação aos indicadores relacionados a atividade da bovinocultura, a renda agrícola é considerada satisfatória, com resultados próximos a 40% de rentabilidade. De acordo com os autores supracitados, a atividade gerava uma rentabilidade negativa no período de sua análise, para o Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, corroborando com os autores, a grande maioria dos bovinocultores de corte desenvolve outras atividades produtivas, obtendo recursos provenientes de outras fontes agrícolas (lavoura e arrendamentos) e não-agrícolas (aposentadoria, alugueis e outras atividades urbanas).

A tomada de capital, quando necessária, se dá por meio do acesso a políticas públicas, intermediadas por bancos comerciais e por capital próprio. Logicamente, os produtores com maiores escalas de produção e extensões de terras, possuem uma maior disponibilidade de recursos de capital.

Interessante destacar que, o principal problema identificado pelos produtores no desenvolvimento da bovinocultura está relacionado ao mercado, principalmente em relação à remuneração (preço) proveniente desta atividade. Para Andreatta, Waquil e Miguel (2016, p. 78), a “incerteza e preços baixos são os principais problemas relacionados a bovinocultura”.

Além disso, isso faz com que o produtor se sinta pressionado pela concorrência de outras culturas, principalmente em relação aos grãos (no caso, a soja, que possui um amplo mercado internacional, com alta liquidez). Assim, “esses fatores cada vez mais pressionam os pecuaristas a se adequarem as exigências” do mercado (ANDREATTA, WAQUIL E MIGUEL, 2016, p. 78).

Deste modo, as percepções e intenções do mercado, cada vez mais pressionam os produtores sobre os aspectos de qualidade (teor de gordura e maciez), de padronização

do rebanho (genética de alta qualidade) e de escala de produção (com alta frequência), além dos aspectos sanitários e de bem-estar animal.

A maior parcela dos produtores afirma que não venderia de forma alguma as suas propriedades, e assim, não abandonariam a atividade atual, pelo motivo de este, estar enraizado nas suas relações sociais, construídas historicamente e culturalmente.

A dinâmica dos pecuaristas de base familiar envolvidos com a criação de bovinos de corte está estreitamente relacionada com fatores que ultrapassam a esfera dos aspectos técnico-produtivos e oportunidades de mercado. [...] a tradição familiar e modos de vida se constituem em objetivos e elementos suficientes para justificar a permanência da propriedade e a criação de bovinos, mesmo com um baixo uso de tecnologias e o retorno financeiro baixo, e muitas vezes, negativo (ANDREATA, WAQUIL E MIGUEL, 2016, p. 81-82).

Em grande parte, os pecuaristas mantêm-se na atividade, pois tal prática “está relacionada a tradição, a satisfação pessoal e a um estilo de vida. Quando isso ocorre, tende a predominar os modos de produção tradicionais, ou seja, a atividade é conduzida aos moldes extensivos”, vinculado às condições naturais do território (ANDREATA, WAQUIL E MIGUEL, 2016, p. 82).

Para tanto, Andreatta, Waquil e Miguel (2016) e Ribeiro (2009) identificam que de posse destas características (enraizamento histórico e cultural e, a seu estilo de vida), os bovinocultores de corte são menos suscetíveis à variação de preços, e, em contrapartida, menos propensos a investimentos em recursos tecnológicos, ainda que isso pudesse implicar em maior produtividade e rendimento.

Já, os fatores regionais que interferem no processo produtivo, considerados nesta pesquisa, estão relacionados à distância de grandes centros consumidores, aos custos de transporte, às más condições logísticas (estradas e ferrovias), à expansão das lavouras na região (que pressionam o produtor), à dificuldade em encontrar mão de obra qualificada, à rentabilidade e os preços pagos ao produtor, às intempéries climáticas (períodos de secas/estiagens, inverno rigoroso, tempestades, chuvas intensas...), às exigências impostas pelo mercado – que acabam por prejudicar o escoamento de sua produção – e ao alto custo dos insumos no mercado regional. Tais problemáticas, em maior ou menor proporção, também são evidenciadas nas pesquisas de Andreatta (2009), Conterato (2004 e 2008), Ribeiro (2003 e 2009), Miguel (2009), Andreatta, Waquil e Miguel (2016) e Neske (2016).

Ainda, de acordo com os produtores, as principais vantagens nesta ocupação são referentes a uma maior segurança no desenvolvimento de sua produção, uma menor

implementação ou intensificação de mão de obra e um menor risco em relação à volatilidade, especulação e oscilação do mercado, comparativamente à lavoura. E, as desvantagens são referentes exclusivamente a baixa rentabilidade gerada pela atividade produtiva (a baixa rentabilidade é consenso entre os produtores).

Quanto as condições climáticas da região, a mesma tem como principais entraves para o desenvolvimento da atividade, períodos de estiagens prolongadas no verão (disponibilidade de água), ritmo de chuvas (alagamentos – meses de outubro a novembro) e o inverno rigoroso (geadas), que afetam sobremaneira a sanidade dos animais e a manutenção das pastagens. Tais condições ambientais também são encontradas nos estudos de Neske (2016), Andreatta (2009) e Andreatta, Waquil e Miguel (2016).

Além disso, é salutar indicar que, principalmente na região Norte e Leste do COREDE Missões, há a presença da atividade leiteira, incentivada por meio de política pública em meados da década de 1990. No entanto, nos últimos anos, a produção leiteira vem passando por uma reestruturação, provocada pelo processo de commoditização da produção. Desse modo, essa perspectiva afeta diretamente os produtores regionais, que não conseguem se adaptar a esta nova lógica de produção, ditada pelo mercado, inserido em um modelo de alta escala produtiva, com a exigência de implementação de pacotes tecnológicos (genética, máquinas e equipamentos) e de manejo (bem-estar animal, pastagens melhoradas, técnicas e práticas...) no desempenho de sua atividade. Para tanto, a crise de preços na bovinocultura leiteira, repassados ao produtor, acentuou ainda mais a dificuldade em manter-se nesta atividade, aliada as exigências de mercado expostas anteriormente. Isso posto, gera-se uma exclusão do produtor de leite neste mercado.

Como alternativa a esse processo, a bovinocultura de corte vem absorvendo esses produtores, por possuírem o saber-fazer em relação ao manejo dos animais e das pastagens²². Esta transição de sistema de produção, proporciona a permanência no campo, de modo a permitir a ocupação dos membros familiares (com menor intensificação de mão de obra) e menor implementação de pacotes tecnológicos (equipamentos e máquinas) e, também, por permitir rentabilidade satisfatória para sua reprodução e sobrevivência no meio rural.

Enfim, considerando os ciclos de produção da bovinocultura de corte, sucintamente, apresenta-se as características gerais e a localização regional na região das

²² Esta alternativa, de transição entre a bovinocultura leiteira para a de corte, vem sendo desenvolvida pelos técnicos da Emater/RS, para proporcionar a sobrevivência, reprodução e manutenção dos produtores atingidos por tal dinâmica excludente de mercado.

Missões. No ciclo de produção de cria, os animais são produzidos em um regime extensivo, de forma sustentável, estando majoritariamente localizados na região Sul e Leste da região, ou na região abaixo do Rio Ijuí, com alta qualidade do campo nativo e com vastas extensões de terras. Suas práticas e técnicas de produção possuem uma grande representatividade histórica e cultural que foram sendo construídas ao longo do tempo. No ciclo de recria/terminação estão, em sua maioria, situados ao Norte regional, ou acima do Rio Ijuí, com um regime semi-intensivo e intensivo de produção (confinamento e pré-confinamento dos animais), representados por menores extensões e disponibilidade de terras e com maior escala produtiva. No ciclo completo, há uma maior dissipação de produtores por todo o território, representados por grandes propriedades de terras e de capital, apresentando média e alta escala produtiva, combinados à adoção de uma genética diferenciada. No que tange ao ciclo de cria/recria, a maioria dos produtores são caracterizados como sendo essencialmente familiares, ou seja, por implementarem a sua mão de obra familiar no desempenho da atividade produtiva e por praticar a bovinocultura, predominantemente, em uma pequena escala, com animais cruzados ou mesclados e com restritos aportes de recursos de capital que correspondem a uma lógica de produção sustentável, com forte enraizamento histórico e cultural.

Na próxima subseção estão dispostos, em ordem cronológica, a análise e interpretação das entrevistas realizadas nesta pesquisa, de modo a tipificar e caracterizar cada bovinocultor de corte da região das Missões, em uma perspectiva relacionada ao grau de mercantilização da produção, no que tange aos atributos produtivos, especificidades e particularidades de cada produtor.

5.2 Análise e Interpretação dos Bovinocultores de Corte em relação ao seu Grau de Mercantilização da Produção

É salutar destacar que esta subseção apresenta as degravações das entrevistas semiestruturadas de vinte e um (21) produtores alvos da pesquisa de campo. Além disso, em ordem cronológica, evidenciam-se as diferentes formas de interação com o mercado, buscando identificar os distintos graus de mercantilização da produção e a sua tipificação, de acordo com os quinze (15) atributos produtivos considerados e os seus respectivos ciclos de produção.

Para tanto, trata-se de uma análise pormenorizada e muitas vezes repetitiva das condições e inter-relações dos bovinocultores com o mercado. No entanto, justifica-se tal

detalhamento, em relação à importância de perceber e reconhecer as distintas percepções que estes produtores mantêm com o mercado, em relação às suas formas de organização da produção, do trabalho e de suas relações sociais ao longo de sua trajetória de desenvolvimento.

O produtor 01 é classificado, no ciclo de produção da bovinocultura, como criador/recriador. Sua propriedade está localizada na região Norte do COREDE, no município de Ubiretama, caracterizada basicamente pela presença de pequenas propriedades rurais.

Quanto às especificidades de sua produção, no que tange à natureza do trabalho adotada pelo produtor 01, ela é essencialmente familiar. Portanto, classificada como uma produção interna sustentável. Em relação à genética do rebanho e comercialização, ambas estão enquadradas no processo de mercantilização incompleta fraca, apresentando uma baixa qualidade genética, com animais mesclados, porém, com alguns animais da raça angus. A adoção de alguns animais desta raça, conforme o produtor, se dá pelo aspecto mercadológico, visto que há uma alta procura por este tipo de animal, em razão das suas características de precocidade, rusticidade, docilidade (fácil manejo) e de qualidade da carne. Por sua vez, importante salientar que a forma de comercialização deste produtor, em relação ao seu produto, se dá em pequena escala, basicamente com vendas para o mercado local (muitas vezes, com processos informais - de reciprocidade, de trocas e intercâmbios) e para outros pecuaristas locais e regionais.

Por sua vez, os suprimentos são adquiridos no mercado local, em agropecuárias e cooperativas (vacinas, ração, sal mineral) e produzidos internamente na propriedade (silagem). Além disso, as técnicas produtivas e o manejo dos animais foram sendo absorvidos ao longo do tempo, através do aperfeiçoamento do saber-fazer do produtor. Importante ressaltar que, os suprimentos e as técnicas de manejo e de produção encontram-se entre a produção interna sustentável e a mercantilização incompleta fraca, por guardarem íntima relação com a trajetória histórica e os seus costumes, adquiridos através do saber-fazer e das relações de trabalho familiar construídas ao longo do tempo, no desempenho de suas atividades.

Os recursos forrageiros (bioma e pastagens), a tecnologia (mecanização agrícola), os recursos de capital (acesso e rentabilidade), o tempo de circulação (escala), a área territorial, o sistema de produção e o preço são enquadrados como sendo pertencentes a dinâmica de produção interna sustentável. Assim, os recursos forrageiros utilizados são pastagens naturais (campo natural), com um sistema de produção extensivo, com baixo

acesso a recursos de capital e de crédito, além produzir bovinos em pequena escala produtiva, com uma área territorial pequena (de 6 hectares) e que, por consequência, considerando os aspectos mercadológicos, o preço recebido por animal (quilo vivo) situa-se em um patamar abaixo do desejado pelo produtor. Tal produtor, ainda indica que encontra dificuldades em negociar o seu capital imobilizado em animais, pela dificuldade em encontrar mercado para o seu rebanho. A justificativa reside na baixa escala e na genética inferior de seu rebanho, em relação às exigências do mercado. Abaixo segue o Quadro 10, referente ao produtor 01, no que tange a sua classificação mercantil.

Produtor 01	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra	X			
2. Genética do rebanho		X		
3. Comercialização – integração com o mercado		X		
4. Suprimentos	X	X		
5. Manejo e técnicas produtivas	X	X		
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens	X			
7. Tecnologia – mecanização agrícola	X			
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade	X			
9. Tempo de circulação – escala	X			
10. Área territorial para a bovinocultura	X			
11. Sistema de produção	X			
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço	X			
14. Motivação para a pecuária	X	X		
15. Modo de vida – identidade territorial	X	X		
TOTAL	13	7	-	-

Quadro 10. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 01 – Ciclo de Produção Cria/Recria.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Quanto ao autoconsumo, a motivação para a pecuária e a identidade territorial (modo de vida) o respectivo produtor apresenta também uma dualidade entre a produção interna sustentável e a mercantilização incompleta fraca. Tem-se que o produtor possui a prática de realizar abates para o autoconsumo e, também, visando a realização de trocas, ancoradas pela reciprocidade e por intercâmbio de produtos (escambo). Em relação à motivação pela pecuária, o mesmo indica que está atrelada a sua bagagem histórica e cultural, à tradição e a sua satisfação pessoal, além de permitir uma fonte adicional de

renda para o seu núcleo familiar. No que diz respeito à identidade territorial ou seu modo de vida, o produtor sente-se pertencente à história, à tradição e aos costumes, ou seja, percebe-se o enraizamento com a cultura regional missioneira na prática de sua atividade produtiva.

Destaca-se que, em relação à atividade produtiva da bovinocultura, o produtor 01 é tipificado como tendo a sua produção caracterizada por uma dinâmica de produção interna sustentável. Ou seja, seus atributos produtivos estão em sua maior parte concentrados em uma lógica de produção sustentável, com uma menor integração ao mercado, apresentando um menor grau de mercantilização de sua produção.

O segundo produtor (produtor 02) é caracterizado como pertencente ao ciclo completo da bovinocultura de corte. Sua propriedade localiza-se na região Sul das Missões, no município de São Miguel das Missões, caracterizada por ser uma região com grandes propriedades rurais e, por consequência, apresentando uma maior escala de produção.

Produtor 02	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra			X	X
2. Genética do rebanho			X	
3. Comercialização – integração com o mercado			X	X
4. Suprimentos		X	X	
5. Manejo e técnicas produtivas		X	X	
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens		X	X	
7. Tecnologia – mecanização agrícola			X	X
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade			X	
9. Tempo de circulação – escala			X	
10. Área territorial para a bovinocultura				X
11. Sistema de produção		X	X	
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço			X	
14. Motivação para a pecuária				X
15. Modo de vida – identidade territorial			X	X
TOTAL	1	5	12	6

Quadro 11. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 02 – Ciclo de Produção Ciclo Completo.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

O respectivo produtor, considerando os atributos produtivos e sua integração com o mercado, apresenta em relação à natureza do seu trabalho, uma alocação maior de unidades de trabalho contratadas, mas com presença, mesmo que em pequena medida, de mão de obra de cunho familiar. Nota-se que nesta propriedade há uma maior tendência a profissionalização das relações de trabalho e de organização produtiva. Esta maior profissionalização, reflete-se também nos atributos referentes às formas de comercialização de sua produção, que são destinadas para frigoríficos e outros pecuaristas externos e internos à região; no que diz respeito à tecnologia implementada no processo produtivo, como tratamento de pragas e manejo do solo e da pastagem, e na sua percepção sobre a identidade territorial, não se sente integrado aos costumes e tradições regionais para o desempenho de sua atividade produtiva. Para tanto, todos estes atributos estão tipificados e, em transição, entre a mercantilização incompleta forte e mercantilização completa da bovinocultura de corte. Além destes, o autoconsumo praticado pelo produtor, é enquadrado entre produção interna sustentável e mercantilização incompleta fraca, por destinar parte de sua produção para o consumo do seu núcleo familiar e de suas unidades de trabalho contratadas, como forma de bonificação e de remuneração do trabalho.

Por outro lado, há atributos que se encontram em transição entre a mercantilização incompleta fraca e mercantilização incompleta forte que, por sua vez, ainda possuem práticas não totalmente profissionalizadas, com características voltadas aos seus aspectos sociais, culturais e históricos. Tais atributos são a aquisição de suprimentos para a produção, o manejo e as técnicas produtivas, os recursos forrageiros e seu sistema de produção. Assim, o produtor adquire suprimentos no mercado local e regional de cooperativas e agropecuárias (vacinas, sal mineral, farelo e ração); as suas técnicas produtivas e o manejo advêm, em parte, de sua bagagem histórica e de seu saber-fazer, mas também, da busca de informações e orientações em cursos e palestras e no apoio técnico de instituições públicas/privadas. Além disso, promove festas culturais e tradicionais de marcação e de castração do rebanho e os seus recursos forrageiros são provenientes de pastagem de campos naturais, associados ao melhoramento e ao cultivo de pastagens de inverno e verão (azevém, aveia, tifton...) e, suplementação, através de ração. O seu sistema de produção implementado é mesclado, ou seja, regime de produção extensivo, mas com períodos curtos para ganho de peso e suplementação, no regime semi-intensivo.

Quanto à genética do rebanho, é composta por animais das raças angus e bradford, voltados para a comercialização. A justificativa por estas raças, provém de uma maior

aceitabilidade do mercado, ou seja, possuem uma maior liquidez e rentabilidade. No entanto, há também a presença de vacas de descarte, destinadas a venda em um mercado intermediário, com uma menor frequência de negócios (em média 60 cabeças por ano). Este produtor possui uma maior estabilidade financeira e, por consequência, de recursos de capital, e o tempo de circulação ou escala de produção estão situados em uma frequência média (entre 110 e 120 cabeças por ano). Já, o preço obtido pelo produto, do seu rebanho principal é, em média, de R\$ 5,00 por quilo do animal vivo. Estes atributos situam-se em uma dinâmica produtiva de mercantilização incompleta forte.

Por fim, a área territorial para a bovinocultura de corte, conforme critérios adotados compreende 500 hectares. A motivação para a pecuária, definidos pelo tipo de solo e vegetação, está voltada para a rentabilidade e a racionalidade de mercado e, assim, tipificados como uma tendência à mercantilização completa.

Deste modo, o produtor 02 é tipificado por exercer uma maior integração junto ao mercado. Os seus atributos produtivos estão situados nas características de uma mercantilização incompleta forte e, por consequência, um maior grau de mercantilização de sua produção.

A propriedade do produtor 03 localiza-se na Região Leste do COREDE, no município de Entre-Ijuís e é pertencente ao ciclo de produção de cria, da bovinocultura de corte. Essa região possui como característica fundiária, uma menor concentração de áreas territoriais, com a presença de médias e grandes propriedades agrícolas que possuem como atividade principal o cultivo de lavouras temporárias, com uma maior representatividade da produção de grãos, localizadas próximas ao principal centro urbano regional, que é o município de Santo Ângelo. Importante mencionar que o município de Santo Ângelo possui dois frigoríficos de médio porte, abatedouros de bovinos e de suínos, e ambos têm alcance estadual e nacional dos produtos processados.

Quanto aos atributos produtivos, o respectivo criador, em relação ao manejo, às técnicas produtivas, aos recursos forrageiros, ao tempo de circulação ou escala e a motivação por permanecer na atividade pecuária, estão tipificados por pertencerem a lógica de produção em transição entre a mercantilização incompleta fraca e a mercantilização incompleta forte. O manejo e as técnicas produtivas são provenientes do enraizamento histórico, cultural e do saber-fazer, que culminam em atividades desenvolvidas para manter as tradições e a cultura regional (festas culturais de marcação e castração do rebanho). Os recursos forrageiros utilizados são provenientes de pastagens naturais (campo nativo), com poteiros diferidos e complementado com outras pastagens,

como braquiária, aveia e azevém; a sua escala produtiva é equivalente à comercialização de frequência média de 200 terneiros ao ano; a motivação em permanecer ou optar pela pecuária reside na satisfação pessoal e na tradição, mas também por permitir lucro, por propiciar uma ocupação com baixa intensidade gerencial, em uma atividade produtiva no meio rural.

A natureza do trabalho, ou seja, a mão de obra está concentrada em maior parte em unidades de trabalho contratadas, porém com a presença de unidades de trabalho familiar no gerenciamento das atividades produtivas. Os suprimentos são adquiridos de fornecedor nacional – empresa multinacional – vacinas, sêmen e sal mineral. A mecanização agrícola introduzida e implementada é proporcionada por equipamentos e máquinas que propiciam um suporte adequado à produção, tais como balança para controle do peso do gado, o controle de pragas, plantio e manejo das pastagens complementares e naturais. A área territorial para a bovinocultura de corte é equivalente a 213 hectares e o preço recebido pelo produtor é, em média, de R\$ 5,00 por quilo vivo. Os respectivos atributos são identificados tipicamente como mercantilização incompleta forte.

Por sua vez, a genética do rebanho, as formas, os canais de comercialização e os recursos de capital situam-se em um ambiente transitório entre a mercantilização incompleta forte e a mercantilização completa. Para tanto, a genética adotada é proveniente das raças angus (70%) e hereford (30%). A razão para a adoção e implementação de tais raças se dá pela exigência do mercado pelo gado europeu, por propiciar uma maior precocidade e docilidade dos animais. Assim, a genética do rebanho interfere diretamente nos aspectos mercadológicos, pois o produtor que criar tais animais, terá, por consequência, maior liquidez e rentabilidade na sua atividade produtiva. Os canais de comercialização que tal produtor acessa, são voltados para outros pecuaristas recriadores/terminadores, com destino para fora da região e, em alguns casos, para exportação. Quanto aos recursos de capital, este produtor possui uma maior estabilidade financeira, ou seja, detém uma maior capacidade de se relacionar com o mercado, tanto em aspectos de vendas ou compras (oportunidades), quanto de tomada de capital para investimentos. Já, o sistema de produção adotado pelo criador é o extensivo, com a utilização de campos naturais e com complementação de pastagens, enquadrado em uma lógica produtiva de mercantilização incompleta fraca.

Por fim, o produtor tem por costume realizar abates, em sua propriedade, destinados ao autoconsumo do núcleo familiar e de suas unidades de trabalho contratadas

(aproximadamente seis animais, em média por ano) – tipificados entre produção interna sustentável e mercantilização incompleta fraca – e, o seu modo de vida e identidade territorial, pela percepção do produtor, está enraizado nas suas práticas produtivas, nos seus costumes, na sua tradição, na sua cultura e na sua trajetória histórica (produção interna sustentável). Além destes aspectos, a racionalidade econômica (mercantilização completa forte) é identificada também como primordial no desempenho e na manutenção da bovinocultura de corte.

Considerando tais atributos produtivos da atividade e suas especificidades, conceitua-se que o produtor 03, situa-se predominantemente em um processo de mercantilização incompleta forte, no que tange a produção de gado de corte.

Produtor 03	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra			X	
2. Genética do rebanho			X	X
3. Comercialização – integração com o mercado			X	X
4. Suprimentos			X	
5. Manejo e técnicas produtivas		X	X	
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens		X	X	
7. Tecnologia – mecanização agrícola			X	
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade			X	X
9. Tempo de circulação – escala		X	X	
10. Área territorial para a bovinocultura			X	
11. Sistema de produção		X		
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço			X	
14. Motivação para a pecuária		X	X	
15. Modo de vida – identidade territorial	X			X
TOTAL	2	6	12	4

Quadro 12. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 03 – Ciclo de Produção Cria.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

O quarto produtor bovinocultor de corte, da Região das Missões, tem sua propriedade localizada no município de Santo Ângelo, no extremo Leste missioneiro. Tal produtor é caracterizado por sua atividade de criação ser classificada no ciclo completo. Faz-se necessário esclarecer que, este produtor possui como atividade a bovinocultura de corte, no entanto, esta não é a sua principal atividade produtiva. Assim, a principal

atividade desenvolvida por esta propriedade está vinculada à produção de grãos, principalmente de soja. Para tanto, atua em uma perspectiva de integração entre lavoura e pecuária. Salienta-se que esta perspectiva de integração é crescente no ambiente regional, visto que há uma maior diversificação da produção e, por consequência, uma tendência a esta consorciação de atividades, para diminuir o risco e a volatilidade maior da produção de grãos (de preços, de clima e de capital) e assim, uma maior segurança na integração entre estas duas atividades produtivas.

No que tange aos atributos produtivos de tal produtor, em relação à natureza do trabalho, aos suprimentos, aos recursos forrageiros, ao tempo de circulação e ao sistema de produção, os mesmos são tipificados por sofrerem um processo transitivo entre mercantilização incompleta forte e a mercantilização completa. Quanto à mão de obra, está predominantemente concentrada no emprego de unidades de trabalho contratadas, no entanto, possui o emprego também de unidades de trabalho familiar, no gerenciamento das atividades produtivas, na comercialização, no manejo, no bem-estar e na sanidade dos animais. A aquisição de suprimentos (medicamentos e sal mineral) é realizada através de fornecedor regional (cooperativa). Os recursos forrageiros utilizados são provenientes de campo nativo melhorado, adicionado a outras pastagens (feno, aveia e azevém) e complementos (silagem, farelo de soja e de milho). O tempo de circulação é realizado em uma frequência média do rebanho, com a comercialização em média de 150 novilhos por ano, 40 touros e 100 terneiros. Além disso, há ainda a comercialização de vacas de descarte, em uma média de 15 cabeças ao ano. Isso tudo, está disposto em um sistema de produção mesclado entre o regime de produção extensivo e o semi-intensivo, com períodos curtos para ganho de peso e suplementação.

Já, referente à dinâmica de produção do processo de mercantilização completa, os atributos produtivos tipificados nesta perspectiva são a genética do rebanho, a comercialização, a tecnologia de mecanização agrícola, os recursos de capital, o preço, a motivação para a pecuária e o modo de vida ou de identidade territorial. A genética implementada é proveniente de animais da raça angus, por razões de precocidade e pela exigência do mercado por este tipo de animal. Importante mencionar, que há a presença de touros reprodutores no rebanho, com alta genética de reprodução; os canais de comercialização explorados, por este produtor, visam os frigoríficos internos e externos à região, e feiras e remates regionais e estaduais. Além disso, destaca-se que tal produtor possui página eletrônica com informações sobre o seu negócio e, para uma maior intensificação e estreitamento das relações de mercado, tem a prerrogativa de promover

dias de campo (dia de negócios), visando apresentar seu produto para os clientes potenciais, ampliando assim os canais de acesso ao mercado.

Em relação à mecanização agrícola empregada, a propriedade possui irrigação de pastagens, além de maquinários e equipamentos para suporte à produção, tais como vagão forrageiro, balança de alta precisão, plantadeira, arado, tratores e pulverizador que propiciam um suporte adequado para o controle de pragas e para o manejo ideal das pastagens naturais e complementares; tal produtor é detentor de uma alta disponibilidade de capital, no entanto, em oportunidades em que a lavoura não obtém resultados positivos (integração lavoura e pecuária) há uma tendência de retirada de capital da bovinocultura de corte para o reequilíbrio financeiro e a cobertura equivalente destes prejuízos que, por sua vez, são mais suscetíveis às oscilações e à volatilidade do mercado (mais especificamente, em relação a efeitos climáticos e de preços). A seguir segue o Quadro 13, referente ao produtor 04.

Produtor 04	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra			X	X
2. Genética do rebanho				X
3. Comercialização – integração com o mercado				X
4. Suprimentos			X	X
5. Manejo e técnicas produtivas			X	
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens			X	X
7. Tecnologia – mecanização agrícola				X
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade				X
9. Tempo de circulação – escala			X	X
10. Área territorial para a bovinocultura			X	
11. Sistema de produção			X	X
12. Autoconsumo			X	
13. Preço				X
14. Motivação para a pecuária				X
15. Modo de vida – identidade territorial				X
TOTAL	-	-	8	12

Quadro 13. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 04 – Ciclo de Produção Ciclo Completo.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

O preço recebido pelo produtor, no desempenho de suas atividades, é correspondente ao montante de R\$ 5,50 por quilo de animal vivo, em média, para abate. E, tanto a motivação para a pecuária, quanto o seu modo de vida e identidade territorial, pela ótica do produtor, não estão vinculados aos aspectos culturais, históricos, tradicionais, costumes e de satisfação pessoal, mas sim à rentabilidade e à racionalidade econômica e de mercado que a atividade da bovinocultura de corte proporciona.

Além disso, especificamente em relação à mercantilização incompleta forte, os atributos que se enquadram nessa dinâmica são o manejo e as técnicas produtivas que, em certa medida, foram adquiridas, ao longo do tempo, pelo processo histórico e sua bagagem, além da busca de informações, orientações e aperfeiçoamento das técnicas implementadas. A área territorial para a bovinocultura corresponde a 250 hectares, mas apresentou redução de 60 hectares, nos últimos dois anos, devido às dificuldades de mercado enfrentadas pelo produtor. Por fim, não são realizados abates de bovinos na propriedade, mas em alguns casos, são utilizados animais para o intercâmbio e trocas por suprimentos (basicamente de touros e vacas de descarte) provenientes dos fornecedores e clientes. No entanto, esses animais não se destinam apenas à bovinocultura de corte, mas para a lavoura e outras atividades produtivas desenvolvidas pela propriedade.

Assim, o produtor 04 apresenta uma elevada integração junto ao mercado e seus atributos produtivos, identificados e tipificados, estabelecem uma dinâmica de mercantilização completa e, por consequência, um maior grau de mercantilização de sua produção.

No município de Eugênio de Castro, está localizada a propriedade do produtor 05, classificada no ciclo de produção de cria/recria da bovinocultura de corte. Tal propriedade localiza-se na região Leste do COREDE, caracterizada pela presença de médias e grandes empreendimentos rurais, em grande parte voltados à produção de grãos.

Convém salientar que este produtor migrou da bovinocultura de leite para a de corte, no ano de 2007, devido a problemas e dificuldades relativas à disponibilidade de mão de obra para tocar o negócio, e de rentabilidade proveniente da atividade leiteira. Somam-se a isso, ainda, os agravantes relacionados às exigências mercadológicas (da indústria processadora) de produtividade, de qualidade e de tecnologia no processo produtivo desta atividade.

Para tanto, os atributos produtivos, que estão tipificados entre a produção interna sustentável e a mercantilização incompleta fraca, são a natureza do trabalho, os

suprimentos, o manejo e as técnicas produtivas, o sistema de produção, o autoconsumo, a motivação para a pecuária e o seu modo de vida ou de identidade territorial.

No que tange à natureza do trabalho adotada pelo produtor, ela é essencialmente familiar, mas com a presença de unidades de trabalho contratadas, em períodos curtos específicos, para o acompanhamento e manejo do rebanho. Por sua vez, os suprimentos são adquiridos no mercado local, em agropecuárias e cooperativas (medicamentos, ração, pastagem e sal mineral) e, produzidos internamente na propriedade. As técnicas produtivas e o manejo dos animais estão alicerçados no saber-fazer do produtor e nas suas relações históricas e culturais. O sistema de produção dos animais é mesclado entre o extensivo e o semi-intensivo, com períodos curtos de confinamento para ganho de peso. Quanto ao autoconsumo, o produtor possui a prática de realizar abates de animais na propriedade, para o consumo do núcleo familiar e de suas unidades de trabalho contratadas, como forma de remuneração e de bonificação pelos serviços prestados. No que diz respeito a motivação para a pecuária e a identidade territorial (modo de vida), o respectivo produtor indica que estão atreladas as suas relações históricas e culturais, além de sua tradição e de sua satisfação pessoal, e assim, considera-se pertencente a identidade regional missioneira, em relação ao desenvolvimento de sua atividade produtiva na bovinocultura de corte. Não obstante a isso, ainda permite uma fonte adicional de renda para o seu núcleo familiar.

Os canais e formas de comercialização deste produtor, acontecem em pequena e média escala, com vendas exclusivamente para o mercado regional e os recursos forrageiros para alimentação animal, são provenientes de pastagens (azevém, aveia, tifton e feno) e silagem de milho, com complementação em períodos de necessidade (estiagem e inverno). Estes enquadram-se transitivamente entre a mercantilização incompleta fraca e a forte.

A genética do rebanho está tipificada como mercantilização incompleta forte. O produtor apresenta uma boa qualidade genética, com animais da raça angus e bradford. A adoção de animais das respectivas raças, de acordo com o produtor, dá-se pelo mercado, em razão de que há uma alta procura por estes tipos de animais, visto as suas especificidades em relação à precocidade, qualidade da carne, docilidade e rusticidade.

A tecnologia de mecanização aplicada, os recursos de capital, o tempo de circulação, a área territorial para a bovinocultura e o preço estão tipificados como pertencentes a uma dinâmica de mercantilização incompleta fraca. A tecnologia de mecanização para a bovinocultura de corte é baixa, com tratos semi-mecanizados (trator

e arado) para o manejo e reprodução das pastagens; os recursos de capital são limitados, em relação ao acesso a crédito e à rentabilidade média da produção; a produção se dá em uma frequência baixa de escala produtiva (40 a 50 animais por ano), com uma área territorial média para a bovinocultura (de 40 hectares); o preço percebido pelo produtor é de R\$ 4,50 por quilo de animal vivo.

Produtor 05	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra	X	X		
2. Genética do rebanho			X	
3. Comercialização – integração com o mercado		X	X	
4. Suprimentos	X	X		
5. Manejo e técnicas produtivas	X	X		
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens		X	X	
7. Tecnologia – mecanização agrícola		X		
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade		X		
9. Tempo de circulação – escala		X		
10. Área territorial para a bovinocultura		X		
11. Sistema de produção	X	X		
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço		X		
14. Motivação para a pecuária	X	X		
15. Modo de vida – identidade territorial	X	X		
TOTAL	7	14	3	-

Quadro 14. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 05 – Ciclo de Produção Cria/Recria.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

De acordo com os respectivos atributos produtivos e suas particularidades, o produtor 05 é tipificado por exercer sua atividade, predominantemente, em um processo de mercantilização incompleta fraca.

Já, o produtor 06 da Região das Missões, pertence ao ciclo de produção ciclo completo da bovinocultura de corte. Sua propriedade localiza-se no município de São Nicolau, situado no extremo Oeste regional. Esta região é caracterizada por estar próxima ao Rio Uruguai, e é uma área que possui a característica de médias e grandes propriedades rurais. Além disso, é uma região de fronteira com a República da Argentina.

Os atributos produtivos que se encontram entre a tipificação de produção interna sustentável e a mercantilização incompleta fraca são a natureza do trabalho e a motivação

para a pecuária. A mão de obra empregada é mesclada, proporcionalmente, entre unidades de trabalho familiar e unidades de trabalho contratadas. A motivação para a pecuária, está voltada à satisfação pessoal e à qualidade de vida no meio rural, além da rentabilidade proporcionada pela atividade.

Na mercantilização incompleta forte enquadra-se a genética do rebanho, que é vinculada na totalidade a raça angus; quanto aos canais de comercialização, a mesma é realizada, exclusivamente, para frigoríficos externos à região; o acesso a crédito e a disponibilidade de capital são suficientes para o desenvolvimento das atividades produtivas (os investimentos, a compra de insumos e o capital de giro são oriundos de capital próprio); o preço recebido pelo produtor situa-se a um preço médio de R\$ 5,00 por quilo de animal vivo.

Os suprimentos, o manejo e técnicas produtivas, os recursos forrageiros, o tempo de circulação situam-se entre a mercantilização incompleta fraca e a mercantilização incompleta forte. Os suprimentos são provenientes de fornecedor regional (cooperativa), para compra de medicamentos, sal mineral, adubo e sementes. O manejo e as técnicas produtivas, em relação à bovinocultura, estão ancorados nas relações históricas, tradicionais e culturais (saber-fazer) de produção. Os recursos forrageiros são provenientes da utilização de campo nativo (região pertencente ao bioma Pampa – pastagens naturais de alta qualidade) e, com complementação com pastagens cultivadas (tifton, aveia e azevém), em períodos curtos de tempo, devido ao inverno rigoroso e estiagem. O tempo de circulação é realizado em uma frequência baixa, com a venda de 50 a 60 animais em média por ano.

Em uma lógica de produção interna sustentável, enquadram-se o sistema de produção, por desenvolver a sua produção em um sistema extensivo; o autoconsumo, em que o produtor tem como hábito realizar, esporadicamente, abates na propriedade, exclusivamente para o consumo do seu núcleo familiar. A tecnologia de mecanização agrícola é mínima (roçadeiras), mas considerada suficiente para o desempenho da atividade.

A área territorial para a bovinocultura é tipificada como mercantilização incompleta fraca, com uma extensão de noventa (90) hectares. E, quanto ao seu modo de vida ou identidade territorial, apresenta como características o pertencimento regional, atrelado as suas relações históricas, culturais e tradicionais no desenvolvimento de sua atividade produtiva. Além disso, o produtor identifica a importância da rentabilidade e da

racionalidade econômica da bovinocultura. Para tanto, este atributo enquadra-se na perspectiva da produção interna sustentável e da mercantilização incompleta forte.

Desse modo, considerando as particularidades e especificidades produtivas, o produtor 06 é caracterizado por vincular-se a uma dinâmica de produção da bovinocultura de corte, de mercantilização incompleta forte na região missioneira.

Produtor 06	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra	X	X		
2. Genética do rebanho			X	
3. Comercialização – integração com o mercado/			X	
4. Suprimentos		X	X	
5. Manejo e técnicas produtivas		X	X	
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens		X	X	
7. Tecnologia – mecanização agrícola	X			
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade			X	
9. Tempo de circulação – escala		X	X	
10. Área territorial para a bovinocultura		X		
11. Sistema de produção	X			
12. Autoconsumo	X			
13. Preço			X	
14. Motivação para a pecuária	X	X		
15. Modo de vida – identidade territorial	X		X	
TOTAL	6	7	9	-

Quadro 15. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 06 – Ciclo de Produção Ciclo Completo.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

No município de São Paulo das Missões, na região Norte missioneira, reside o produtor 07 desta respectiva pesquisa, identificado no ciclo de produção de cria/recria da bovinocultura de corte. Essa região é predominantemente representada pela presença de pequenas propriedades rurais, oriundas da agricultura familiar, com uma ampliada diversificação produtiva e, para além disso, existe uma grande disseminação da bovinocultura leiteira. A produção leiteira foi fortemente estimulada na região, em meados da década de 1990, como uma política de indução pública, organizada e implementada com o suporte e o apoio da Emater/RS, como alternativa de renda familiar, de manutenção e de reprodução no campo.

Destaca-se que tal produtor é proveniente da bovinocultura leiteira e migrou para a bovinocultura de corte no ano de 2015. Importante mencionar que, por exigências mercadológicas, o respectivo produtor não conseguiu encaixar-se no modelo proposto de produção leiteira. Os gargalos enfrentados pelo produtor, identificados nesta pesquisa, referem-se à dificuldade em adaptar-se e a incorporar tecnologia (genética de qualidade, máquinas e equipamentos – resfriadores, ordenhadeiras...), recursos de capital (acesso a crédito e a capacidade financeira), mão de obra, qualidade do leite produzido (baixo teor de gordura e com acidez elevada do leite), manejo e recursos forrageiros, sanidade e as exigências impostas pelo mercado (produtividade e frequência de entrega – produção em pequena escala).

Tais circunstâncias levaram a desistência desta atividade produtiva na propriedade. Isto é, guardadas as proporções, o movimento global de produção que busca a padronização dos produtos, pressionando os produtores a adaptarem-se a tal tendência, sob o risco de ficarem à margem deste mercado, ou melhor, fora dele. Tal movimento repercute sobremaneira sobre as formas de organização da produção, nas relações sociais, no trabalho, na reprodução e sobrevivência destes agentes no meio em que vivem.

Para tanto, como alternativa em manter-se no meio rural, houve a transição do sistema de produção da bovinocultura de leiteira para a bovinocultura de corte. Esta transição ocorreu com o auxílio da Emater/RS e tornou-se possível pelo saber-fazer acumulado pelos produtores sobre o manejo bovino, as pastagens, a sanidade (medicamentos) e, com a possibilidade, em certa medida, de aos poucos incorporar genética ao rebanho, com o processo de cria e recria. Além disso, proporciona uma alternativa de rentabilidade aos produtores (com venda de animais em períodos de necessidade de capital), com uma maior segurança e, por consequência, um menor risco à produção. Aliado a isso, a atividade não exige, em pequena escala, a necessidade de investimentos em mecanização agrícola (imobilização de capital) e não intensifica uma elevada quantidade de mão de obra.

Quanto aos atributos produtivos, tal produtor está predominantemente tipificado na perspectiva de produção interna sustentável. A natureza do trabalho é essencialmente familiar e a genética do rebanho é de baixa qualidade, com a presença de animais mesclados das raças zebu e *jersey*. O manejo e as técnicas produtivas são oriundos do saber-fazer, da atividade leiteira e das práticas históricas e culturais que desenvolve ao longo do tempo. A tecnologia de mecanização agrícola é baixa, sendo utilizadas ferramentas manuais para o tratamento da pastagem e o controle de pragas. Os recursos

de capital são escassos, e a tomada de crédito é de difícil acesso, tanto em relação a bancos comerciais quanto a políticas públicas, visto que o produtor possui dívidas acumuladas referentes à aquisição da terra e de equipamentos, ainda para a produção leiteira. A escala produtiva é pequena, e assim, o tempo de circulação também apresenta uma frequência baixa, de oito (8) a dez (10) animais por ano em média. A área territorial para a bovinocultura de corte representa uma extensão de cinco (5) hectares. Este produtor tem como hábito realizar abates na propriedade, visando, exclusivamente, o consumo de seu núcleo familiar (média de três animais por ano). O preço recebido pelo produto é de, em média, R\$ 4,00 por quilo de animal vivo.

Salienta-se que, por produzir em uma pequena escala, com uma genética mesclada, há uma menor aceitabilidade do mercado (qualidade da carne). Isso, acaba por dificultar a comercialização e a remuneração recebida pelo seu produto. Os canais de comercialização se dão mediante a atuação em mercados locais, em sua essência informais, ancorados na reciprocidade e nas trocas comerciais (escambo). A comercialização enquadra-se em uma perspectiva de mercantilização incompleta fraca.

Produtor 07	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra	X			
2. Genética do rebanho	X			
3. Comercialização – integração com o mercado		X		
4. Suprimentos	X	X		
5. Manejo e técnicas produtivas	X			
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens	X	X		
7. Tecnologia – mecanização agrícola	X			
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade	X			
9. Tempo de circulação – escala	X			
10. Área territorial para a bovinocultura	X			
11. Sistema de produção	X	X		
12. Autoconsumo	X			
13. Preço	X			
14. Motivação para a pecuária	X	X		
15. Modo de vida – identidade territorial	X	X		
TOTAL	14	6	-	-

Quadro 16. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 07 – Ciclo de Produção Cria/Recria.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Entre a transição em relação a tipificação da produção interna sustentável e mercantilização incompleta fraca estão os atributos produtivos de suprimentos, de recursos forrageiros, de sistema de produção, de motivação para a pecuária e de seu modo de vida ou identidade territorial. Os suprimentos são obtidos no comércio local e regional para aquisição basicamente de medicamentos e de sal mineral. Os recursos forrageiros utilizados para alimentação do rebanho são provenientes do campo nativo e de silagem de milho, sendo que o sistema é extensivo, com períodos curtos de confinamento estabelecido para ganho de peso. Já, a motivação para a pecuária e o seu modo de vida estão conectados a sua qualidade de vida e as suas relações históricas, culturais e tradicionais no desempenho da atividade produtiva. Para tanto, além de permitir lucro, é identificada, de acordo com o produtor, como uma alternativa de renda para manter-se no meio rural, aliado a sua identidade missionária.

De acordo com a tipificação adotada na respectiva pesquisa, o produtor 07 é identificado por estar inserido, no desempenho de sua atividade produtiva, em uma dinâmica de produção interna sustentável.

O produtor 08 é classificado no ciclo de produção da bovinocultura de corte como recriador/terminador. Sua propriedade está localizada, no município de Ubiretama, ao Norte regional. Esta região também é representada pela presença de pequenos empreendimentos rurais, característicos da prática da agricultura familiar.

Como mercantilização incompleta fraca, os atributos produtivos que se encaixam nesta perspectiva são os suprimentos e a tecnologia de mecanização agrícola. Os suprimentos adquiridos são provenientes do mercado regional, através de cooperativa, com a aquisição de medicamentos, ração, farelo e sal mineral. A tecnologia de mecanização agrícola é mínima, com tratos via instrumentos manuais. Quando necessário, é realizada a terceirização de serviços que necessitem de mecanização. Tal perspectiva é identificada pelo produtor como uma alternativa para não imobilizar capital e, portanto, por não manter um custo fixo elevado (de depreciação e de manutenção) das máquinas e equipamentos, que dariam suporte ao desempenho da atividade.

O manejo e as técnicas produtivas foram adquiridos pelo saber-fazer regional e pela trajetória histórica e cultural ao longo do tempo. Os recursos forrageiros são oriundos de silagem de milho, de pastagens cultivadas (aveia e azevém), com complementação em períodos de confinamento. Quanto aos recursos de capital, tal produtor, quando visa a tomada de capital para investimentos, recorre a capital próprio, acumulado por atividade

não agrícola e pela rentabilidade da bovinocultura de corte. E, quanto aos canais de comercialização acessados, os mesmos se dão com venda de gado para frigoríficos externos à região, para grandes centros consumidores e também para o mercado local, através de canais informais, tais como açougues, amigos e vizinhos. Em relação ao preço recebido pelo produtor, em média, percebe-se a rentabilidade entre R\$ 4,50 (mercado local) e R\$ 5,00 (mercado externo a região) por quilo de animal vivo. Tais atributos transitam entre a dinâmica de mercantilização incompleta fraca e a forte.

No que tange ao tempo de circulação em sua atividade produtiva, a mesma ocorre em uma frequência média alta, com aproximadamente 500 animais comercializados por ano (cada animal, em média, com um peso de 450 quilos), estando situada em uma perspectiva de mercantilização incompleta forte. O sistema de produção é tipificado entre a mercantilização incompleta forte e a mercantilização completa, por adotar um regime de produção semi-intensivo e intensivo (confinamento) na bovinocultura de corte.

Entre a produção interna sustentável e mercantilização incompleta fraca, encontra-se a natureza do trabalho dividida proporcionalmente entre unidades familiares e contratadas. A genética do rebanho possui uma ampla variedade de raças mescladas (zebu, *jersey*, angus, bradford, nelore, hereford, brahman...), justificadas pelo produtor pelas oportunidades de negócios (negócios de ocasião) que surgem junto a outros pecuaristas criadores, criadores/recriadores e recriadores/terminadores. Por fim, o autoconsumo é realizado através de abates na propriedade, voltados ao consumo de seu núcleo familiar, à reciprocidade e à remuneração e bonificação de unidades de trabalho contratadas e trocas de produtos.

A produção interna sustentável detém, como atributo produtivo, a área territorial, consolidada em seis (6) hectares para a prática da bovinocultura de corte, representando uma pequena propriedade rural. Já, a motivação para a pecuária e a identidade territorial ou seu modo de vida estão vinculados a uma dinâmica produtiva de produção interna sustentável, sendo que; a primeira, mesclada com uma mercantilização completa, pois está associada às práticas históricas, sociais e culturais do produtor, além da racionalidade e rentabilidade econômica de mercado; a segunda, mesclada com a mercantilização incompleta forte, devido ao produtor perceber o pertencimento e o enraizamento quanto ao território, no desempenho de sua prática produtiva e também por ser uma alternativa rentável e possível em sua unidade.

Produtor 08	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra	X	X		
2. Genética do rebanho	X	X		
3. Comercialização – integração com o mercado		X	X	
4. Suprimentos		X		
5. Manejo e técnicas produtivas		X	X	
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens		X	X	
7. Tecnologia – mecanização agrícola		X		
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade		X	X	
9. Tempo de circulação – escala				X
10. Área territorial para a bovinocultura	X			
11. Sistema de produção			X	X
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço		X	X	
14. Motivação para a pecuária	X			X
15. Modo de vida – identidade territorial	X		X	
TOTAL	6	10	7	3

Quadro 17. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 08 – Ciclo de Produção Recria/Terminação.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Assim, o produtor 08 está tipificado, predominantemente, na dinâmica de mercantilização incompleta fraca no desempenho de suas atividades produtivas da bovinocultura de corte na Região do COREDE Missões.

No município de Caibaté está localizada propriedade do bovinocultor de corte 09, da região missioneira. Este município está situado no Centro-Sul regional, e seu produtor é classificado no ciclo de produção de cria desta atividade produtiva. Esta região é caracterizada pela presença de médias e grandes propriedades agrícolas, com uma maior predominância da produção de grãos e de pecuária de corte. O respectivo produtor divide a sua área de produção na integração entre lavoura (150 hectares) e pecuária (103 hectares).

Na dinâmica produtiva, tipificada como mercantilização incompleta forte, situam-se os atributos produtivos da natureza do trabalho, a qual está concentrada em unidades de trabalho contratadas e também com o emprego de unidade de trabalho familiar, no gerenciamento das atividades; da tecnologia de mecanização agrícola, que implementa maquinários e equipamentos para suporte a produção, tais como balança, trator,

niveladora, plantadeira, niveladora, pulverizador, reboque roçadeira, triturador, armazém para o gado e semeadeira, que propiciam um suporte adequado para o controle de pragas, para o manejo ideal das pastagens naturais e complementares; em relação aos recursos de capital, o produtor é detentor de uma significativa disponibilidade de capital. O produtor indica que, em relação ao processo produtivo de integração entre a lavoura e a pecuária, em certos períodos em que a lavoura não propicia resultados positivos adequados (por crise de preços, por pragas ou por intempéries climáticas), há a possibilidade de direcionamento dos resultados advindos da bovinocultura de corte para cobrir eventuais prejuízos da atividade agrícola e, assim, reequilibrar os aspectos financeiros do empreendimento rural; quanto à área territorial para a bovinocultura de corte, a mesma está distribuída em 103 hectares. O seu modo de vida ou de identidade territorial está vinculado a racionalidade e rentabilidade econômica que a prática produtiva proporciona, ao invés dos princípios relativos à identificação territorial, cultural, satisfação pessoal e de pertencimento regional.

A genética do rebanho está distribuída entre a raça de animais angus (70%), predominantemente, e, com a presença também, em menor proporção das raças zebu e brahman (30%). A comercialização se dá com a venda de terneiros para outros pecuaristas da região e para frigoríficos externos à região. Os suprimentos adquiridos para o desempenho das atividades são comprados de fornecedores locais e regionais (agropecuárias e cooperativas), tais como sementes forrageiras, adubo, calcário, medicamentos, ração, farelo de milho e sal mineral. Os recursos forrageiros dividem-se entre campo nativo (pastagens naturais) e pastagens cultivadas (aveia, tifton e silagem de milho). O manejo e as técnicas estão ancorados nas práticas históricas e culturais do saber-fazer (no caso da mão de obra contratada), no desempenho das atividades produtivas. Ambos atributos estão enquadrados transitoriamente entre a mercantilização incompleta fraca e a forte.

O sistema de produção, o tempo de circulação e o preço estão situados na dinâmica produtiva de mercantilização incompleta fraca. O sistema de produção é realizado em regime extensivo com períodos semi-intensivo, com complementação; o tempo de circulação representa uma frequência média baixa, com a comercialização de cerca de 30 animais em média por ano; o preço recebido pelo produtor é de R\$ 4,50 devido à baixa escala produtiva e a não-linearidade do rebanho.

É importante destacar que, este produtor, anteriormente ao ano de 2011, possuía um rebanho de aproximadamente 500 cabeças. No entanto, após a estiagem vivenciada

na região, neste respectivo ano, o produtor, gradativamente, reduziu o número de cabeças bovinas, e assim, acabou por migrar parte da área proveniente da bovinocultura de corte para a lavoura, especificamente, para a produção de soja. Tal tomada de decisão, foi justificada pela dificuldade de acesso e disponibilidade de água potável na propriedade, que resultou em uma dificuldade no abastecimento de alimento (pasto) para os animais e a conseqüente perda de peso e de rentabilidade da atividade bovinocultura. No entanto, conforme relatos do produtor, sua perspectiva futura é de aumentar novamente o número de animais, mas, para isso, há um planejamento para garantir o fornecimento de água para a propriedade, através de investimentos no processo de irrigação, tanto da lavoura, quanto das pastagens. Atualmente o gargalo que impede este investimento é a disponibilidade de energia elétrica trifásica e o licenciamento ambiental para o bombeamento da água provenientes de áreas de preservação permanentes (APP's).

Produtor 09	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra			X	
2. Genética do rebanho		X	X	
3. Comercialização – integração com o mercado		X	X	
4. Suprimentos		X	X	
5. Manejo e técnicas produtivas		X	X	
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens		X	X	
7. Tecnologia – mecanização agrícola			X	
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade			X	
9. Tempo de circulação – escala		X		
10. Área territorial para a bovinocultura			X	
11. Sistema de produção		X		
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço		X		
14. Motivação para a pecuária				X
15. Modo de vida – identidade territorial			X	
TOTAL	1	9	10	1

Quadro 18. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 09 – Ciclo de Produção Cria.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

O autoconsumo transita entre a produção interna sustentável e a mercantilização incompleta fraca e é representado pelo abate de animais na propriedade, para o consumo

do núcleo e para o consumo das unidades de trabalho contratadas, como forma de bonificação e remuneração dos serviços prestados. Por fim, na perspectiva de mercantilização completa está a motivação para a pecuária, de modo que, é justificada pelo produtor pelos princípios de rentabilidade e racionalidade de mercado, por permitir venda em períodos de necessidade e por gerar resultados econômicos significativos (no caso, quando houve prejuízos, tal atividade produtiva, foi substituída em grande parte pela produção de grãos).

Assim, em relação às características e heterogeneidades produtivas do produtor 09, o mesmo está tipificado, com predominância de atributos, na dinâmica de produção de mercantilização incompleta forte, no que tange a prática de bovinocultura de corte na região missioneira.

O produtor 10 é pertencente ao ciclo de produção da bovinocultura de corte e, classificado como recriador/terminador. Tal produtor tem sua propriedade localizada na região Leste do COREDE Missões, no município de Santo Ângelo. A região é caracterizada por possuir, médias e grandes propriedades rurais que, em grande parte, são produtoras de grãos. A respectiva propriedade também possui o sistema de integração entre lavoura e pecuária, de modo que a principal atividade econômica é proveniente da lavoura.

Por exercer a atividade de terminação, grande parte dos atributos produtivos, desse produtor, enquadram-se em uma dinâmica de produção transitiva entre a mercantilização incompleta forte e a mercantilização completa. Para tanto, nesta perspectiva, situam-se a natureza do trabalho, a genética do rebanho, a comercialização, os suprimentos, os recursos forrageiros, o tempo de circulação ou escala de produção e o sistema de produção. A natureza do trabalho está altamente concentrada em unidades de trabalho contratadas, e com a participação familiar apenas no gerenciamento das atividades produtivas. A genética do rebanho é mesclada entre as raças de animais angus e bradford, alcançadas através de cruzamento industrial e adotados por terem características de alta precocidade e de fácil manejo produtivo, exigidos pelo mercado (indústria processadora). Os canais de comercialização da produção são direcionados para o comércio regional (frigorífico regional) e externo à região, com destino para grandes centros consumidores. Também, em relação ao atributo de comercialização há a participação frequente em feiras e remates regionais, estaduais e nacionais. Quanto aos suprimentos, aquisições de medicamentos, sementes forrageiras, adubo, calcário, ração, farelo e sal mineral são provenientes de fornecedores externos à região (multinacionais). Os recursos forrageiros

utilizados são provenientes do cultivo de campo nativo melhorado e de pastagens cultivadas, tais como aveia, azevém, farelo de trigo, farelo de soja, farelo de milho e silagem (resíduos agrícolas). O tempo de circulação ou escala de produção média é desenvolvida em alta frequência, com a comercialização de 1.000 a 1.500 animais, em média, por ano, o que garante uma produtividade média, por animal, de 450 quilos. O sistema de produção adotado é referente ao regime de produção intensivo (confinamento), com períodos semi-intensivos (no inverno) para a manutenção e o aumento do peso, em um período mais curto possível.

O manejo e as técnicas produtivas estão mais conectados à lógica de mercado, adquiridos através de orientação e suporte técnico, por meio de instituições públicas e privadas, porém com interação e aperfeiçoamento do saber-fazer regional. A tecnologia de mecanização agrícola implementada tem, como recursos disponíveis, o batedor de cereais, a ensilhadeira, o trator, a niveladora, o pulverizador, o reboque, a roçadeira, a balança, o galpão para confinamento, que dão o suporte necessário para o desempenho da atividade produtiva da bovinocultura de corte, em relação ao cultivo e manutenção das pastagens (controle de pragas). Em relação ao preço recebido pelo produtor, o valor médio por quilo de animal vivo é de R\$ 5,00, que é justificável por uma alta frequência de produção e pela genética de alta qualidade. Tais atributos produtivos estão inseridos em uma perspectiva de mercantilização incompleta forte, da bovinocultura de corte.

Em relação à mercantilização completa, estão situados os recursos de capital, a área para a bovinocultura de corte e o autoconsumo. No que tange ao primeiro aspecto, o produtor é detentor de uma alta disponibilidade de capital, sendo que a principal atividade produtiva não é a bovinocultura. No entanto, o produtor indica que há importantes ganhos e uma boa rentabilidade na atividade desenvolvida pela criação de bovinos. A tomada de capital, quando necessário, se dá por recursos próprios acumulados no desempenho da atividade. No segundo, a área de produção para a bovinocultura de corte, é realizada em uma extensão territorial de 1.000 hectares, que oscila entre os períodos de inverno e verão (no inverno a extensão territorial é maior, com cobertura de pastagens, visando a alimentação animal, enquanto que no verão são destinados à lavoura – isso ocorre simultaneamente, com a intensificação do confinamento dos animais). No terceiro, quanto à prática do autoconsumo, não há o hábito de realizar abates na propriedade, no que tange ao consumo do núcleo familiar ou para o consumo das unidades de trabalho contratadas.

Por fim, a motivação para a pecuária e a identidade territorial ou modo de vida se encontram presentes na perspectiva da produção interna sustentável e da mercantilização completa. Assim, a motivação pela pecuária está alicerçada e identificada pelo produtor como sendo um processo histórico e cultural, de tradição familiar que, permite lucros consideráveis (rentabilidade). No entanto, em períodos específicos há a substituição de parte da área da bovinocultura de corte, para a produção de grãos – lógica racional de mercado. Em relação ao modo de vida e a identidade territorial identifica-se que o produtor apresenta um sentimento de pertencimento regional, no que tange às práticas e técnicas de produção, no entanto a lógica da rentabilidade e da racionalidade econômica são primordiais para a manutenção e o aprimoramento da atividade produtiva da bovinocultura de corte no COREDE missioneiro.

Para tanto, o produtor 10 está tipificado, considerando os seus atributos produtivos e suas relações com o mercado, como pertencente a uma lógica de mercantilização completa da bovinocultura de corte na região das Missões.

Produtor 10	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra			X	X
2. Genética do rebanho			X	X
3. Comercialização – integração com o mercado			X	X
4. Suprimentos			X	X
5. Manejo e técnicas produtivas			X	
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens			X	X
7. Tecnologia – mecanização agrícola			X	
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade				X
9. Tempo de circulação – escala			X	X
10. Área territorial para a bovinocultura				X
11. Sistema de produção			X	X
12. Autoconsumo				X
13. Preço			X	
14. Motivação para a pecuária	X			X
15. Modo de vida – identidade territorial	X			X
TOTAL	2	-	10	12

Quadro 19. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 10 – Ciclo de Produção Recria/Terminação.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

No município de Bossoroca está localizada a propriedade do produtor 11, a qual é classificada no ciclo de produção de cria/recria da bovinocultura de corte, sendo que a respectiva região se situa ao Sul das Missões, uma área de bioma Pampa, ou seja, de pastagens naturais (campo nativo de alta qualidade) na qual, existe uma grande ocorrência da pecuária de corte (com sistema de produção extensiva) e com uma dinâmica produtiva diferente das demais regiões missioneiras. O bioma Pampa é um ambiente extremamente propício para o desenvolvimento desta atividade, além de estar vinculado às trajetórias históricas de formação do território.

Sendo assim, os atributos de produção desta unidade produtiva rural estão concentrados em uma lógica de produção interna sustentável e de mercantilização incompleta fraca.

A natureza do trabalho é essencialmente familiar. O manejo e as técnicas de produção são provenientes da bagagem histórica, cultural e do saber-fazer cotidiano das atividades produtivas. A tecnologia de mecanização agrícola utilizada no desempenho da atividade é mínima, realizadas através de instrumentos manuais e tratos culturais braçais. A disponibilidade e acesso a recursos de capital se dá via mercado, através de bancos comerciais e políticas públicas subsidiadas pelo Governo. A área territorial para a bovinocultura de corte está distribuída em 10 hectares, sendo que o seu sistema de produção praticado é o extensivo (campo nativo). O preço recebido pelo produtor é de R\$ 4,00 em média, por quilo de animal vivo. Ambos atributos produtivos citados anteriormente são tipificados como uma dinâmica de produção interna sustentável.

Ainda, entre a transição da perspectiva de produção interna sustentável e a mercantilização incompleta fraca estão os atributos da genética do rebanho, da comercialização, dos suprimentos, dos recursos forrageiros, do tempo de circulação ou escala, do autoconsumo, da motivação para a pecuária e do seu modo de vida ou de identidade territorial. A genética do rebanho é composta por gado geral, com raças mescladas (jersey, angus, nelore, zebu, bradford) de baixa genética; a comercialização da produção ocorre, por canais informais, para vizinhos e amigos; os suprimentos para suporte à produção, tais como medicamentos e sal mineral são adquiridos no comércio local (agropecuárias); os recursos forrageiros são compostos basicamente por pastagens naturais, através do recurso geográfico do campo nativo, provenientes exclusivamente da área do bioma Pampa; a escala produtiva se dá em uma frequência média de baixa circulação (cinco animais comercializados em média por ano); o produtor tem como hábito realizar abates na propriedade, voltados para o consumo de seu núcleo familiar e

para a troca de produtos, em uma lógica de reciprocidade e de escambo; a motivação para manter-se na pecuária advém de sua herança histórica, tradicional e cultural e por permitir lucro e a garantia de qualidade da carne, que está sendo produzida e consumida. Quanto ao seu modo de vida e identidade territorial, o produtor justifica o sentimento de pertencimento regional no desempenho de suas atividades, práticas e técnicas, alicerçadas na cultura e na tradição missioneira, enraizados em uma perspectiva histórica no desenvolvimento da pecuária de corte.

Para tanto, o produtor 11 está tipificado em uma dinâmica de produção interna sustentável, considerando suas particularidades e especificidades produtivas na bovinocultura de corte na região das Missões.

Produtor 11	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra	X			
2. Genética do rebanho	X	X		
3. Comercialização – integração com o mercado	X	X		
4. Suprimentos	X	X		
5. Manejo e técnicas produtivas	X			
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens	X	X		
7. Tecnologia – mecanização agrícola	X			
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade	X			
9. Tempo de circulação – escala	X	X		
10. Área territorial para a bovinocultura	X			
11. Sistema de produção	X			
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço	X			
14. Motivação para a pecuária	X	X		
15. Modo de vida – identidade territorial	X	X		
TOTAL	15	8	-	-

Quadro 20. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 11 – Ciclo de Produção Cria/Recria.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

A propriedade do produtor 12 está classificada no mesmo ciclo de produção da bovinocultura de corte do anterior. A região a qual pertence fica ao Leste regional, no município de Santo Ângelo. Tal produtor, nesta região mais voltada à produção de grãos, desempenha sua atividade na integração produtiva entre lavoura e pecuária. Além disso, possui uma lógica produtiva da bovinocultura de corte, diferente das demais, pois sua

produção está voltada exclusivamente para o autoconsumo, para a prática de reciprocidade e de intercâmbio de produtos no mercado local.

A natureza do trabalho, a comercialização, os suprimentos, o tempo de circulação, o autoconsumo, a motivação para a pecuária e o seu modo de vida e de identidade territorial estão tipificados entre a perspectiva de produção interna sustentável e a mercantilização incompleta fraca. A mão de obra utilizada está proporcionalmente dividida entre unidade de trabalho familiar e contratada para o acompanhamento e suporte à bovinocultura de corte. Os canais de venda e suas práticas de comercialização estão voltadas para o mercado local (parentes, amigos e vizinhos) e para outros pecuaristas. Os suprimentos são adquiridos no comércio local, tais como medicamentos, sementes forrageiras, farelo, sal mineral e adubo. O tempo de circulação ocorre em frequência baixa, com a comercialização, em média, de 15 animais por ano. Quanto ao autoconsumo, o produtor indica que tem por hábito realizar abates em sua propriedade, voltados para o consumo de seu núcleo familiar, para a remuneração e bonificação de sua mão de obra contratada, para festas religiosas e de família e para trocas de produtos com fornecedores e vizinhos. Por fim, o bovinocultor indica que a motivação pela pecuária e o seu modo de vida e de identidade territorial estão alicerçados na sua trajetória histórica, cultural e na satisfação pessoal, aliado à tradição, ao pertencimento regional e à qualidade de vida no meio rural (tais como a garantia do consumo de uma carne de qualidade), repercutindo sobremaneira no desempenho de suas atividades produtivas.

Entre os atributos produtivos da mercantilização incompleta fraca e a forte estão a genética do rebanho, distribuída mescladamente entre animais das raças angus, brahman, zebu e Jersey, adquiridas e implementadas por negócios de ocasião (oportunidades de mercado e por intercâmbios de produtos); o manejo e as técnicas produtivas estão ancoradas no saber-fazer e nas relações construídas histórica e culturalmente; os recursos forrageiros implementados são oriundos de campo nativo, com complemento de pastagens cultivadas (aveia, braquiária e azevém) e resíduos agrícolas (farelos de soja e milho); a tecnologia de mecanização agrícola implementada tem como recursos disponíveis: arado, plantadeira, pulverizador, reboque, trator, roçadeira, balança, galpão para confinamento e pré-confinamento, que dão o suporte necessário para o desempenho da atividade produtiva da bovinocultura de corte, em relação ao manejo dos animais e ao cultivo e manutenção das pastagens (controle de pragas); a disponibilidade e acesso a recursos de capital se dá via capital próprio, através dos resultados obtidos na bovinocultura e dos recursos provenientes da lavoura (produção de grãos).

Já, a área territorial para a bovinocultura e o preço guardam suas práticas produtivas na lógica da produção interna sustentável. Em relação a primeira, a bovinocultura de corte é desenvolvida em uma área territorial de 20 hectares (para ter-se ideia, a propriedade possui 475 hectares destinados a produção de grãos – lavoura). Na segunda, no que tange ao preço recebido, por questões mercadológicas, anteriormente apresentadas, o produtor percebe em média o valor de R\$ 4,00 por quilo de animal vivo, a uma produtividade média de 500 quilos por animal comercializado. Por fim, o sistema de produção adotado é o extensivo, com períodos curtos de pré-confinamento e confinamento dos animais, sendo enquadrado em uma perspectiva de mercantilização incompleta fraca.

Importante destacar que, este produtor tem como planejamento futuro, aumentar a produção e bovinos de corte, com maior destinação de área para esta atividade, aliado a um aprimoramento genético de seu rebanho para raças europeias, adaptáveis à região, com um maior nível de precocidade e de qualidade da carne.

Produtor 12	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra	X	X		
2. Genética do rebanho		X	X	
3. Comercialização – integração com o mercado	X	X		
4. Suprimentos	X	X		
5. Manejo e técnicas produtivas		X	X	
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens		X	X	
7. Tecnologia – mecanização agrícola		X	X	
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade		X	X	
9. Tempo de circulação – escala	X	X		
10. Área territorial para a bovinocultura	X			
11. Sistema de produção		X		
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço	X			
14. Motivação para a pecuária	X	X		
15. Modo de vida – identidade territorial	X	X		
TOTAL	9	14	4	-

Quadro 21. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 12 – Ciclo de Produção Cria/Recria.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Assim, o produtor 12 é tipificado em uma lógica de produção de mercantilização incompleta fraca, em relação as suas particularidades produtivas e as suas relações estabelecidas com o mercado.

Por sua vez, a propriedade do produtor 13 está classificada no ciclo de produção da bovinocultura de corte como ciclo completo. Está localizada no município de Santo Antônio das Missões, na região Sul do COREDE, em uma região com a presença do bioma pampa, ou seja, de campo nativo (pastagens naturais de alta qualidade), excelente para o desenvolvimento da pecuária de corte. Além disso, é salutar esclarecer que o bioma Pampa, de pastagens naturais, possui uma menor profundidade do solo, o que dificulta a produtividade e a conseqüente rentabilidade do cultivo de outras culturas, principalmente de grãos nesta região específica. Assim, tal região tem como característica a presença de propriedade rurais, com grandes extensões territoriais identificadas com o desenvolvimento da pecuária de corte em um sistema de produção, predominantemente, extensivo.

A natureza do trabalho, os suprimentos, a tecnologia de mecanização agrícola, o tempo de circulação ou escala de produção transitam entre a mercantilização incompleta fraca e a forte. Desse modo, a mão de obra é concentrada em unidades de trabalho contratadas, em maior proporção, mas com presença de unidades de trabalho familiar, no desempenho das atividades produtivas e no gerenciamento da propriedade. Os suprimentos para o desenvolvimento das atividades, advêm de cooperativas da região e de fornecedores externo à região, na aquisição de sementes forrageiras, adubo, ureia, calcário, medicamentos e suplementos (massa verde) e sal mineral. A tecnologia de mecanização, aplicada na atividade, é caracterizada pela presença de balança de precisão, banheira de aspersão, vagão forrageiro, arado, trator, plantadeira, pulverizador, reboque, roçadeira, galpão para confinamento e caminhão boiadeiro, que fornecem condições adequadas para o manejo dos animais e para o plantio, manutenção e renovação das pastagens naturais e cultivadas. A escala de produção é realizada em uma frequência média, com a comercialização de aproximadamente 200 animais, em média, por ano, a uma produtividade média de 480 quilos por animal.

Em uma perspectiva de transição entre a mercantilização incompleta forte e a mercantilização completa situam-se os atributos de genética do rebanho, que está composta exclusivamente por animais das raças angus e brangus, por razões de precocidade, manejo, qualidade da carne e, pela exigência e aceitabilidade do mercado por estes tipos de animais. Importante mencionar, que há a presença de touros

reprodutores no rebanho, com alta genética de reprodução (com registro de cabanha), de comercialização, que visam a venda para frigoríficos exclusivamente externos à região e a participação em feiras e remates regionais e estaduais. Importante mencionar que o animal só sai da propriedade após o processo de terminação, ou seja, não ocorre a venda ao final do processo de cria (terneiros). Destaca-se ainda que tal produtor possui fidelização no processo de comercialização, porém sem o estabelecimento de contratos (no “fio do bigode”), construído ao longo do tempo, por um processo de confiança e de credibilidade nas relações comerciais, proveniente de sua cultura e de sua herança histórica. O respectivo produtor é detentor de uma alta disponibilidade de capital, sendo que os recursos gerados são provenientes exclusivamente da atividade da bovinocultura de corte. Os investimentos, quando necessários, são financiados através do mercado, por intermédio de bancos comerciais para a aquisição de animais, de equipamentos e para o melhoramento das instalações e benfeitorias. Por fim, o preço percebido pelo produtor é em média, entre R\$ 5,00 e R\$ 5,50 por quilo de animal vivo, que varia de acordo a demanda do mercado (por exemplo, em épocas próximas ao final de ano, há uma maior procura de carne de qualidade certificada – de alta genética, com grande escala, negociada em lote fechado).

Entre a produção interna sustentável e a mercantilização incompleta fraca estão o manejo e as técnicas produtivas, alicerçadas nas relações históricas, culturais e na tradição das famílias, além do saber-fazer ao longo do desenvolvimento de sua atividade produtiva. Os recursos forrageiros são provenientes, essencialmente, pelo campo nativo característico do bioma pampa (recurso natural de alta qualidade) com complementação de pastagens cultivadas (aveia, capim sudão, sorgo e massa verde). O sistema de produção é o extensivo, com períodos curtos de semi-confinamento para ganho de peso, visando a terminação dos animais. Quanto ao autoconsumo, o produtor tem por hábito realizar abates em sua propriedade, exclusivamente para o consumo de seu núcleo familiar e para a remuneração e a bonificação das unidades de trabalho contratadas.

A área territorial para a bovinocultura de corte está distribuída, exclusivamente, em uma área total de 700 hectares, em que 200 hectares são próprios e 500 hectares são arrendados para esta prática produtiva. Tal atributo se insere na perspectiva de mercantilização completa.

Para tanto, a motivação para a pecuária tem características referentes à produção interna sustentável, à mercantilização incompleta fraca e à mercantilização completa, pois de acordo com o produtor, as suas motivações foram construídas historicamente e

culturalmente, e influenciaram sobremaneira as suas técnicas e práticas de produção, aliadas a sua tradição familiar e a sua qualidade de vida Além disso, permitiram o sustento da família e a obtenção de lucros, em uma perspectiva de racionalidade e de rentabilidade no desempenho de tal atividade. Já, a identidade territorial e seu modo de vida ficam entre a produção interna sustentável e a mercantilização completa, visto que, pela percepção do produtor, há um forte enraizamento de suas relações produtivas com a identidade e pertencimento regional. Segundo o produtor, a produtividade garante resultados econômicos positivos para a sua manutenção e reprodução da unidade produtiva.

Considerando os atributos produtivos da bovinocultura de corte referente às especificidades e características de produção do produtor 13, o mesmo está vinculado a dinâmica produtiva de mercantilização incompleta fraca, predominantemente.

Produtor 13	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra		X	X	
2. Genética do rebanho			X	X
3. Comercialização – integração com o mercado			X	X
4. Suprimentos		X	X	
5. Manejo e técnicas produtivas	X	X		
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens	X	X		
7. Tecnologia – mecanização agrícola		X	X	
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade			X	X
9. Tempo de circulação – escala		X	X	
10. Área territorial para a bovinocultura				X
11. Sistema de produção	X	X		
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço			X	X
14. Motivação para a pecuária	X	X		X
15. Modo de vida – identidade territorial	X			X
TOTAL	6	9	8	7

Quadro 22. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 13 – Ciclo de Produção Ciclo Completo.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Na mesma região missioneira, do bioma Pampa, reside o produtor 14, cuja propriedade pertence ao ciclo de produção de cria da bovinocultura de corte e está situada

no município de Santo Antônio das Missões, especificamente voltada à atividade pecuária extensiva e à comercialização de animais de qualidade.

A natureza do trabalho, a comercialização, os suprimentos, a tecnologia de mecanização agrícola e os recursos de capital estão situados entre a dinâmica de mercantilização incompleta fraca e mercantilização incompleta forte. A mão de obra está concentrada em unidades de trabalho contratadas, porém com a presença de mão de obra familiar, no gerenciamento das atividades produtivas e na assistência técnica ao manejo dos animais (veterinário). Quanto aos canais de comercialização, a sua produção é destinada para a venda de animais para outros pecuaristas externos e internos à região, para frigoríficos externos à região e em feiras e remates regionais, nacionais e internacionais. Os suprimentos são adquiridos de fornecedores externos à região, multinacionais e no comércio local, de cooperativas e agropecuárias, basicamente, para compras de medicamentos, adubo, calcário, ração e sal mineral. Em relação à tecnologia de mecanização agrícola, o produtor possui, para o desenvolvimento de sua produção, máquinas e implementos agrícolas como arado, ensilhadeira, trator, plantadeira, pulverizador, reboque, roçadeira, subsolador, banheira de aspersão e balança de alta precisão que fornecem o suporte necessário, tanto para o manejo dos animais quanto para a conservação, manutenção e melhoramento das pastagens naturais e das pastagens cultivadas. Os recursos de capital são, em sua maioria, provenientes de bancos comerciais, através de políticas públicas, para financiamento e custeio de matérias primas para a sua atividade produtiva. Salienta também que uma parcela significativa dos rendimentos (em torno de 30%) são reinvestidos no seu sistema de produção.

Entre a produção interna sustentável e a mercantilização incompleta fraca estão o manejo e as técnicas produtivas, que são provenientes do saber-fazer, ancorado na sua bagagem histórica e cultural, bem como nas relações tradicionais e na busca de conhecimento em instituições de ensino (universidades) e de pesquisa (Embrapa). Os recursos forrageiros são naturais, através do campo nativo existente na propriedade (bioma Pampa), com complementação de pastagens (aveia e azevém) e o melhoramento dos campos naturais, em determinadas épocas do ano (inverno). Como hábito, o produtor realiza o abate de animais em sua propriedade, voltado para o consumo familiar e para a remuneração e bonificação das unidades de trabalho contratadas.

A genética do rebanho e a área territorial para a bovinocultura estão situadas em uma dinâmica de mercantilização incompleta forte. Os animais criados são provenientes da raça brangus. De acordo com o respectivo produtor, a adoção de tal raça se dá pela

melhor adaptação à região, deste tipo de animal, no que se refere a aspectos de alimentação (precocidade), sanidade do rebanho e porque é uma raça que o mercado valoriza, ou seja, possui melhor aceitabilidade e assim, conseqüentemente, liquidez e rentabilidade. Já, a área para a bovinocultura de corte está disposta em 116 hectares de campo nativo, com alta qualidade e de pastagens cultivadas. O sistema de produção adotado para a bovinocultura é o extensivo, enquadrado em uma lógica de produção interna sustentável.

Na mercantilização incompleta fraca está o tempo de circulação ou escala de produção, em que são comercializados, aproximadamente, 80 animais por ano, a uma produtividade média de 200 quilos por animal, representando uma frequência média baixa de volume negociado ao ano. Em relação ao preço percebido pelo produtor, em média, recebe R\$ 5,30 por quilo de animal vivo, conceituado como uma perspectiva de mercantilização completa.

Por fim, a motivação para a pecuária tem características produtivas na dinâmica da produção interna sustentável, na mercantilização incompleta fraca e na mercantilização completa. Tais enquadramentos se dão pela forte conexão de sua atividade produtiva com as suas relações sociais, históricas e culturais, construídas ao longo do tempo e por sua satisfação em produzir carne de qualidade, em uma lógica sustentável, porém, com a geração de valor adicionado para o seu sustento familiar e sua manutenção no campo. Quanto ao modo de vida e identidade territorial, o produtor relata que se sente pertencente a história regional missioneira, de modo que esta influenciou e influencia o desenvolvimento de sua dinâmica produtiva, porém, guardadas as proporções, isso irá depender também dos resultados econômicos, aliados a essa prática, que está situada em uma perspectiva de produção interna sustentável e de mercantilização incompleta forte.

Assim, o produtor 14 está enquadrado, de acordo com suas particularidades produtivas, em uma dinâmica de mercantilização incompleta fraca no que tange ao desenvolvimento da bovinocultura de corte na região das Missões.

Produtor 14	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra		X	X	
2. Genética do rebanho			X	
3. Comercialização – integração com o mercado		X	X	
4. Suprimentos		X	X	
5. Manejo e técnicas produtivas	X	X		
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens	X	X		
7. Tecnologia – mecanização agrícola		X	X	
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade		X	X	
9. Tempo de circulação – escala		X		
10. Área territorial para a bovinocultura			X	
11. Sistema de produção	X			
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço				X
14. Motivação para a pecuária	X	X		X
15. Modo de vida – identidade territorial	X		X	
TOTAL	6	10	8	2

Quadro 23. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 14 – Ciclo de Produção de Cria.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Por sua vez, a propriedade do produtor 15, está localizada no município de Cerro Largo, no Norte da região do COREDE Missões. Esta parcela territorial é representada pela ocorrência de produtores possuidores de propriedades com baixa extensão de terras para o desenvolvimento de suas práticas de produção. Está classificada no ciclo de produção da bovinocultura de corte, como recriador/terminador.

Assim, considerando os atributos produtivos, a natureza do trabalho e a tecnologia de mecanização agrícola, pode-se dizer que estão transitivamente entre a mercantilização incompleta fraca e a forte. A mão de obra é predominantemente, concentrada na utilização de unidades de trabalho contratadas, sendo que existe o emprego de trabalho familiar no gerenciamento das atividades produtivas. A tecnologia de mecanização agrícola é pela presença de máquinas e equipamentos que dão suporte para a produção, tais como trator, plantadeira, reboque, roçadeira, subsolador, graneleiro, balança, galpão e piquete para confinamento e caminhão boiadeiro, necessários para o manejo dos animais e manutenção e melhoramento das pastagens.

Na lógica de produção interna sustentável estão a área para a bovinocultura de corte, que é equivalente a 24 hectares e o autoconsumo, o qual o produtor tem a prática

de realizar abates na propriedade, voltados exclusivamente para o consumo do seu núcleo familiar.

Na mercantilização incompleta forte está o manejo e as técnicas produtivas, adquiridas, predominantemente, pela busca de conhecimento (cursos e trocas de informações realizadas com outros pecuaristas), orientações e suporte técnico para o desenvolvimento da atividade.

A genética implementada no rebanho é proveniente de animais das raças angus, brangus e bradford. Estes animais têm a prerrogativa, pela interpretação do produtor, de proporcionar uma maior precocidade, melhor manejo e por, mercadologicamente, possuir uma maior procura e, por consequência, liquidez no mercado. Os suprimentos são adquiridos, predominantemente, através de fornecedores externos à região (auto grão) e no comércio local e regional (cooperativas e agropecuárias), para a compra de sementes de pastagem, adubo, ureia, medicamentos, sal mineral e de milho. Os recursos forrageiros destinados para a alimentação dos animais são por meio de campo nativo, pastagens cultivadas (aveia, azevém e silagem de milho) e de complemento (auto-grão). E, quanto aos recursos de capital, nota-se que há uma significativa geração de capital e de capacidade de pagamento no desempenho da atividade na propriedade. Os recursos, quando necessários, são adquiridos por meio de bancos comerciais e da própria prática da bovinocultura, destinados para investimento/reinvestimento na construção de benfeitorias para os animais e na aquisição de terras. Tais atributos estão situados entre a mercantilização incompleta forte e a mercantilização completa da bovinocultura, de acordo com a metodologia implementada.

Já, na mercantilização completa estão os aspectos relativos à comercialização da produção, ao tempo de circulação ou escala e o sistema de produção. Os canais de comercialização, acessados pelo produtor, são destinados a venda de sua produção para frigoríficos externos a sua região; a sua escala de produção é caracterizada por uma frequência média alta, com a comercialização, em média, de 360 animais por ano; o sistema de produção adotado é o intensivo, através da prática de confinamento dos animais – em média, os animais engordam 150 quilos, em um período de 90 dias. O recriador/terminador adquire animais com até 250 quilos e revende, após a engorda, (confinamento), a um peso final de aproximadamente 400 quilos.

Quanto ao preço recebido pelo produtor, o mesmo indica que o preço médio é de R\$ 4,70 por quilo de animal vivo. Este atributo está enquadrado em uma dinâmica de produção referente à mercantilização incompleta fraca.

A transição entre a mercantilização incompleta fraca e a mercantilização completa está na motivação para a pecuária, pois o produtor identifica que tal motivação é proveniente de sua tradição e de sua satisfação pessoal, mas que, não obstante a isso, depende da rentabilidade econômica que esta produção gera. Quanto à identidade territorial ou modo de vida missionário, argumenta que possuem estreita relação com o desenvolvimento de sua atividade, nas suas formas de reprodução e de relacionamento. Assim, sente-se pertencente à bagagem cultural e histórica regional, porém, desenvolve sua atividade produtiva, vinculada à bovinocultura de corte, em uma perspectiva racional de mercado, estando, transitivamente, situado entre a produção interna sustentável (história e cultura regional) e a mercantilização completa (racional – de mercado).

Produtor 15	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra		X	X	
2. Genética do rebanho			X	X
3. Comercialização – integração com o mercado				X
4. Suprimentos			X	X
5. Manejo e técnicas produtivas			X	
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens			X	X
7. Tecnologia – mecanização agrícola		X	X	
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade			X	X
9. Tempo de circulação – escala				X
10. Área territorial para a bovinocultura	X			
11. Sistema de produção				X
12. Autoconsumo	X			
13. Preço		X		
14. Motivação para a pecuária		X		X
15. Modo de vida – identidade territorial	X			X
TOTAL	3	4	7	9

Quadro 24. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 15 – Ciclo de Produção de Recria/Terminação.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Para tanto, tal produtor está, de acordo com suas práticas produtivas, inserido em uma perspectiva referente à dinâmica de mercantilização completa, no que tange à bovinocultura de corte da Região das Missões.

No município de Sete de Setembro, na região Norte das Missões, está localizada a propriedade do produtor 16, classificada no ciclo de produção de cria e recria da bovinocultura de corte. Como já anteriormente dito, esta região é predominantemente ocupada por pequenas propriedades rurais, oriundas da agricultura familiar, construída através de uma política nacional de colonização do território.

Salienta-se que este produtor, é proveniente da bovinocultura de leite. Manteve-se em atividade na produção de leite até meados de 2014, migrando o seu sistema de produção para o corte, simultaneamente neste período, como alternativa para manter seu rebanho e gerar valor adicionado a sua renda. Isso tornou-se possível, conforme o produtor, pela bagagem adquirida ao longo da bovinocultura de leite, em relação ao saber-fazer das técnicas produtivas, do manejo dos animais e das pastagens. Os problemas principais identificados na respectiva pesquisa, no que tange à produção leiteira, foram referentes à dificuldade de preço por litro de leite, que o mercado apresentou e pela restrição em relação à disponibilidade de mão de obra e de recursos de capital, necessários para manter-se na atividade.

A comercialização, os suprimentos, o manejo e as técnicas produtivas, os recursos forrageiros, autoconsumo e a motivação para a pecuária estão inseridos em uma perspectiva de produção interna sustentável e de mercantilização incompleta fraca. Os canais de comercialização, que o produtor acessa, são voltados para o mercado local, definido como informal, com destinação para açougues, amigos e vizinhos; os suprimentos para a manutenção das atividades são comprados no comércio local (agropecuárias e cooperativas), tais como, adubo, sementes de pastagem, ureia, farelo de soja, medicamentos e sal mineral; o manejo e as técnicas produtivas são ancorados na bagagem histórica, cultural e da tradição familiar, na produção da pecuária, no desenvolvimento da atividade produtiva, passada de gerações familiares anteriores, para as atuais. Além disso, o saber-fazer dos produtores e as trocas de informações entre os seus pares são essenciais para o aperfeiçoamento de sua produção; os recursos forrageiros utilizados na criação dos animais se dão por meio de campo nativo e de pastagens cultivadas, tais como aveia, milho silagem e sorgo, com complementação com farelo de soja; quanto ao autoconsumo, de acordo com o produtor, há o hábito em realizar abates na propriedade, os quais são destinados ao consumo familiar e a trocas de produtos com vizinhos, amigos e parentes. Além disso, são realizados abates para festas religiosas e familiares, em uma perspectiva de reciprocidade. A motivação para a prática da pecuária reside na tradição familiar e nas suas relações históricas e culturais no desempenho da

atividade, mas também por permitir venda de animais em períodos de necessidade e por garantir uma maior qualidade da carne consumida (procedência, segurança alimentar...).

A natureza da mão de obra está associada ao trabalho essencialmente familiar no desempenho das atividades produtivas. O tempo de circulação ou escala de produção ocorre em uma frequência baixa, com a comercialização, em média, de 20 animais por ano, a uma produtividade média de 350 quilos por animal. A área territorial para a bovinocultura de corte se dá em uma extensão de 10 hectares. O preço recebido pelo produtor é de R\$ 4,00 por quilo de vivo de animal, justificado por atuar em um mercado paralelo, ou seja, informal, com uma raça com menor procura pelo mercado, o que acaba por dificultar a liquidez e a rentabilidade de sua produção. Quanto ao seu modo de vida ou sua identidade territorial, tal produtor percebe um forte laço e enraizamento histórico e cultural e de pertencimento regional, no que tange ao desempenho de suas técnicas e práticas produtivas. Os atributos, anteriormente listados e caracterizados, referem-se a perspectiva de produção interna sustentável da metodologia implementada nesta pesquisa.

Na dinâmica produtiva de mercantilização incompleta fraca situam-se a genética do rebanho, a tecnologia de mecanização agrícola, os recursos de capital e o sistema de produção. Quanto a genética do rebanho, apresenta-se uma mescla de raças de animais, com predominância da raça brahman (50%); em relação à tecnologia de mecanização agrícola implementada, a propriedade possui equipamentos e máquinas que dão o devido suporte à produção, tais como, arado, trator, niveladora, roçadeira, pulverizador e subsolador, que prestam suporte à manutenção do campo e das pastagens, além de auxiliar no manejo do rebanho; os recursos de capital disponíveis são restritos e provenientes de bancos comerciais, quando necessários para o investimento na atividade produtiva, através de políticas públicas de financiamento agrícola; o sistema de produção adotado pelo produtor é o extensivo com períodos curtos de pré-confinamento (semi-intensivo), para o ganho de peso dos animais, antes da comercialização.

Por fim, o produtor 16 é tipificado, de acordo com suas especificidades produtivas, como em uma dinâmica de produção interna sustentável, pois apresenta atributos de produção que são voltados a uma lógica de produção familiar e territorial, na região missioneira.

Produtor 16	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra	X			
2. Genética do rebanho		X		
3. Comercialização – integração com o mercado	X	X		
4. Suprimentos	X	X		
5. Manejo e técnicas produtivas	X	X		
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens	X	X		
7. Tecnologia – mecanização agrícola		X		
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade		X		
9. Tempo de circulação – escala	X			
10. Área territorial para a bovinocultura	X			
11. Sistema de produção		X		
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço	X			
14. Motivação para a pecuária	X	X		
15. Modo de vida – identidade territorial	X			
TOTAL	11	9	-	-

Quadro 25. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 16 – Ciclo de Produção de Cria/Recria.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

O produtor 17 tem sua propriedade localizada também na região Norte das Missões, classificada no ciclo de cria e recria, no município de Guarani das Missões.

A natureza do trabalho, a comercialização, os suprimentos, a tecnologia de mecanização agrícola, o sistema de produção, o autoconsumo e a motivação para a pecuária estão tipificados em uma perspectiva transitiva entre a produção interna sustentável e a mercantilização incompleta fraca.

A mão de obra implementada é dividida proporcionalmente entre unidades de trabalho familiar e contratadas. Os canais de comercialização acessados se dão através de vendas para outros pecuaristas da região, para intermediários ou atravessadores/agenciadores e para o comércio local. Importante destacar que, o produtor tinha como alternativa a venda de touros e terneiros com destino a outros produtores agrícolas, para tração animal (“junta de bois”), utilizados para o suporte a atividades produtivas. No entanto, com linhas de financiamento agrícolas do Governo Federal (Mais Alimentos) houve um esvaziamento deste comércio, visto a facilidade para a compra de

máquinas e equipamentos agropecuários, mais especificamente em relação à aquisição de tratores.

Os suprimentos são adquiridos no comércio local (cooperativas e agropecuárias), através da compra de sementes de pastagem, adubo, medicamentos e sal mineral para o suporte de sua atividade produtiva. A tecnologia de mecanização agrícola implementada utiliza recursos como trator, reboque, roçadeira, balança, enfardador de feno e mangueira com guilhotina, que prestam suporte tanto à manutenção, conservação e renovação das pastagens, como também para o manejo dos animais. O sistema de produção é extensivo, com períodos curtos de pré-confinamento para o ganho de peso dos animais antes da comercialização. Quanto ao autoconsumo, o produtor indica que tem por hábito realizar abates de animais em sua propriedade, cuja prática está voltada para o consumo de seu núcleo familiar (média de dois animais por ano) e para a remuneração e bonificação de suas unidades de trabalho contratadas, em uma perspectiva de reciprocidade. A motivação para a pecuária advém dos aspectos históricos e culturais, de sua satisfação pessoal e da tradição em produzir gado de corte, transmitidos ao longo do tempo (gerações passadas), mas também por ser uma atividade que permite o sustento da família e a sobrevivência no campo.

Na mercantilização incompleta fraca encontram-se os atributos de genética do rebanho, que é predominantemente da raça de animais brahman. O motivo pelo qual o produtor instituiu esta raça, provém da participação de uma feira de negócios, na Argentina, em meados da década de 1990, incorporando, a partir daí, a sua produção de bovinos de corte. Cabe ressaltar que, tal raça, atualmente, não é detentora de uma grande aceitabilidade do mercado, visto a preferência por raças europeias específicas (angus, brangus, bradford e hereford); os recursos de capital são limitados, sendo que nos últimos anos, com as dificuldades de mercado enfrentadas pela inoperância dos negócios do seu rebanho, acentuou-se tal problemática, principalmente em relação ao capital de giro e liquidez. O produtor identifica grande dificuldade em obter crédito no mercado financeiro (bancos comerciais), o que acaba por comprometer a sua manutenção e sobrevivência na atual atividade. Por fim, a área territorial para a bovinocultura de corte está distribuída em 60 hectares de pastagens nativas e cultivadas.

O recurso forrageiro utilizado se dá pela utilização de campo nativo melhorado, com pastagens cultivadas de aveia, azevém e tifton, com complementação. Para tanto, está tipificado entre a mercantilização incompleta fraca e a forte.

Na produção interna sustentável enquadra-se a escala produtiva, que ocorre em uma frequência média de comercialização, através da venda, em média, de 30 animais por ano, a uma produtividade de 350 quilos por animal; o preço recebido pelo produtor, em média, é de R\$ 4,00, por quilo de animal vivo, porém, nos últimos tempos, o produtor indica que há uma grande dificuldade em escoar a sua produção para o mercado. O modo de vida ou de identidade territorial, de acordo com a percepção do produtor, indica que o desenvolvimento de sua atividade está alicerçada no pertencimento regional, em relação às perspectivas sociais, históricas e culturais construídas ao longo do tempo. Percebe-se que mesmo obtendo resultados econômicos negativos, em determinadas épocas do ano, pela dificuldade em comercializar a sua produção, tal produtor não pensa em abandonar a atividade, visto que sente prazer e satisfação no desenvolvimento da mesma.

Assim, considerando os atributos produtivos, o produtor 17 está tipificado como pertencente a uma dinâmica de mercantilização incompleta fraca em relação a bovinocultura de corte na Região das Missões.

Produtor 17	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra	X	X		
2. Genética do rebanho		X		
3. Comercialização – integração com o mercado	X	X		
4. Suprimentos	X	X		
5. Manejo e técnicas produtivas	X	X		
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens		X	X	
7. Tecnologia – mecanização agrícola	X	X		
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade		X		
9. Tempo de circulação – escala	X	X		
10. Área territorial para a bovinocultura		X		
11. Sistema de produção	X	X		
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço	X			
14. Motivação para a pecuária	X	X		
15. Modo de vida – identidade territorial	X			
TOTAL	11	13	1	-

Quadro 26. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 17 – Ciclo de Produção de Cria/Recria.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

No município de Entre-Ijuís, parte Leste regional, reside o produtor 18, classificado no ciclo de produção da bovinocultura de corte como recriador/terminador. Como já mencionado, esta região é caracterizada basicamente pela produção de grãos, produzidas em médias e grandes propriedades agrícolas, detentoras de elevada extensão territorial, considerando a realidade fundiária regional. Tal produtor atua, além da bovinocultura de corte, com a produção de grãos, através do sistema de integração entre lavoura e pecuária. Importante destacar que a principal atividade econômica da propriedade é a lavoura.

A natureza do trabalho está concentrada, predominantemente, na contratação de mão de obra, porém utiliza também a mão de obra familiar, no gerenciamento das atividades produtivas e no suporte técnico para a criação dos animais (veterinário). Os suprimentos são adquiridos de fornecedor regional e do comércio local (cooperativas e agropecuárias), através da compra de sementes de pastagem, adubo, calcário, ração e farelos, medicamentos e sal mineral, para o manejo e alimentação dos animais e para o suporte às pastagens naturais e cultivadas. Como recursos tecnológicos, de máquinas e equipamentos para a produção, utiliza arado, trator, plantadeira, roçadeira, vagão misturador e balança de precisão. Tais atributos estão transitivamente inseridos na mercantilização incompleta fraca e na mercantilização incompleta forte da bovinocultura de corte na Região das Missões.

Entre a mercantilização incompleta forte e a mercantilização completa situa-se a genética do rebanho, que está dividida entre as raças de animais angus (60%) e brangus (40%). Estas raças adotadas, justifica o produtor, foram implementadas em razão da precocidade, da rusticidade, da resistência a carrapatos e doenças, e por razões de sanidade animal, ou seja, de melhor adaptação ao manejo e ao sistema de criação atual da unidade de produção; a comercialização e seus canais de venda ocorrem, em maior proporção, com frigoríficos externos à região de produção, porém com vendas para o mercado regional (frigorífico regional); o manejo e as técnicas produtivas foram, em grande parte, adquiridas pela busca de orientação e de aperfeiçoamento das práticas e técnicas de produção, através de parcerias entre instituições públicas e privadas, no âmbito regional, estadual e nacional, mas também pelo saber-fazer acumulado ao longo do tempo; os recursos forrageiros utilizados para a alimentação animal se dão através de campo nativo melhorado e pastagens cultivadas, tais como aveia, azevém, sorgo, tífton, silagem de milho e feno, com complementação (ração e farelos), visto que o seu o sistema

transita entre o regime semi-intensivo e o intensivo, ou seja, com predominância da prática de confinamento dos animais.

O tempo de circulação ou escala produtiva é representada por uma frequência média alta de produção e comercialização, ou seja, está inserida em uma dinâmica de mercantilização completa. Em média, ao ano, são comercializados 300 animais com alta precocidade, a uma produtividade média de 460 quilos por cabeça.

Na mercantilização incompleta forte estão enquadrados os recursos de capital, a área territorial e o preço. Visto a representatividade de recursos de capital que a propriedade possui, em grande parte proporcionada pelos resultados obtidos pela lavoura, o produtor identifica que quando necessita de capital, realiza investimentos com capital próprio. É utilizada a tomada de crédito apenas para custeio de insumos e para compra de animais, via instituições bancárias. A área territorial para a bovinocultura representa 300 hectares (pastagens cultivadas e campo nativo). Para se ter ideia, a propriedade possui um total de 1.250 hectares, sendo que 900 são destinados para a produção de grãos, especialmente de soja. No que diz respeito ao preço recebido pelo bovinocultor é correspondente a R\$ 5,00 em média, por quilo de animal vivo.

Além disso, o produtor tem por hábito realizar abates de animais em sua propriedade, com destinação para o consumo de seu núcleo familiar e para a remuneração e bonificação dos serviços prestados pelas suas unidades de trabalho contratadas. Para tanto, está situada entre a produção interna sustentável e a mercantilização incompleta fraca.

A motivação para a pecuária transita entre a produção interna sustentável, a mercantilização incompleta fraca e a mercantilização completa. Tais características e inserções justificam-se, de acordo com o produtor, em sua motivação, por estarem conectados intimamente as suas relações históricas, tradicionais, e culturais e na sua satisfação pessoal pela atividade exercida. Explica também que esta atividade produz reservas financeiras que são consideradas importantes para o desenvolvimento e o sustento de suas famílias. Na mesma perspectiva, o modo de vida ou de identidade territorial está entre produção interna sustentável e a mercantilização completa, visto que o produtor se sente pertencente às práticas e técnicas provenientes do território, de modo a interferir explicitamente nas suas relações produtivas (formas de organização da produção, do trabalho e de suas práticas e técnicas de produção). Mas, também, por ser uma atividade de significativa rentabilidade, ancorada em uma perspectiva de racionalidade econômica ou de mercado.

Produtor 18	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra		X	X	
2. Genética do rebanho			X	X
3. Comercialização – integração com o mercado			X	X
4. Suprimentos		X	X	
5. Manejo e técnicas produtivas			X	X
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens			X	X
7. Tecnologia – mecanização agrícola		X	X	
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade			X	
9. Tempo de circulação – escala				X
10. Área territorial para a bovinocultura			X	
11. Sistema de produção			X	X
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço			X	
14. Motivação para a pecuária	X	X		X
15. Modo de vida – identidade territorial	X			X
TOTAL	3	5	12	8

Quadro 27. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 18 – Ciclo de Produção de Recria/Terminação.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Em conformidade com os seus atributos produtivos, o produtor 18, apresenta-se tipificado em uma dinâmica de mercantilização incompleta forte, no que tange à bovinocultura de corte na região missioneira. Nota-se que este produtor possui uma maior integração ou grau de mercantilização com o mercado.

O produtor 19 reside no município de Roque Gonzáles, ao Noroeste da Região das Missões, classificado como pertencente ao ciclo de produção de recriação/terminação da bovinocultura de corte. Esta região é caracterizada pela presença de pequenas e média propriedades rurais, com a predominância de atividade agrícolas ditas mais diversificadas – grãos, carne, leite, frutas...

Transitivamente entre a mercantilização incompleta forte e a mercantilização completa estão inseridos a natureza do trabalho, a genética do rebanho, os suprimentos, o manejo e as técnicas produtivas, os recursos forrageiros e o sistema de produção. A natureza da mão de obra é majoritariamente contratada, com a participação, em pequena escala de unidade de trabalho familiar no gerenciamento da produção. A genética do

rebanho é de alta qualidade, com a presença das raças angus (40%), brangus (30%) e bradford (30%), por razões de precocidade, de resistência a pragas e doenças, por adaptarem-se mais facilmente ao ambiente o seu sistema de criação e por serem raças de animais amplamente procuradas no mercado. Os suprimentos utilizados pela propriedade são provenientes de fornecedores externos à região, para a compra de sementes de pastagem, adubo, ureia, calcário, medicamentos, sal mineral e auto grão. O manejo e as técnicas produtivas foram sendo aperfeiçoadas pelo saber-fazer e pela busca de conhecimento em instituições públicas e privadas, visando à eficiência da atividade produtiva, em relação aos resultados econômicos. Os recursos forrageiros utilizados são provenientes de campo nativo melhorado com pastagens cultivadas, tais como aveia, braquiária, tífton e azevém, com complementação no confinamento através do auto grão. O sistema de produção transita entre o regime semi-intensivo e o intensivo, ou seja, com predominância da prática de confinamento dos animais, visando um maior ritmo de circulação e de fluxo dentro da atividade.

Na mercantilização completa os tributos de canais de comercialização estão, na sua totalidade, voltados para frigoríficos externo à região de produção. A tecnologia de mecanização agrícola conta com total sistema de automatização do confinamento dos animais, além de equipamentos e máquinas, tais como balança eletrônica, espalhador de esterco, trator, roçadeira, reboque, pulverizador, plantadeira e galpão de confinamento, que prestam suporte tanto ao manejo dos animais quanto às pastagens. Evidencia-se uma alta disponibilidade de recursos de capital, pois os investimentos são realizados através de recursos próprios; o tempo de circulação é caracterizado por alta escala produtiva (frequência média alta), com a comercialização média de 2.500 animais por ano, a uma produtividade média de 440 quilos por animal; a área territorial para o desenvolvimento da bovinocultura de corte é de 600 hectares de pastagens naturais e cultivadas. Em relação ao autoconsumo, o produtor indica que não realiza abates em sua propriedade e também não possui o costume de destinar parte de seu rebanho para o consumo familiar, nem de seus empregados ou para trocas comerciais. O preço recebido é de, em média, R\$ 5,30 por quilo de animal vivo, além de bonificações por escala e qualidade da carne. A motivação para a pecuária está inteiramente relacionada aos aspectos econômicos e, por consequência, de rentabilidade proveniente da atividade produtiva.

O modo de vida ou de identidade regional está transitoriamente inserido entre a produção interna sustentável e a mercantilização completa, pois o produtor identifica-se com o território ou com a região missioneira, porém está também alicerçado em uma

perspectiva racional de mercado, ou seja, de resultados produzidos pela bovinocultura de corte.

Para tanto, o respectivo produtor possui um alto grau de integração com o mercado, em relação as suas especificidades e particularidades produtivas, sendo o bovinocultor tipificado na dinâmica de produção que apresenta uma mercantilização completa de sua atividade produtiva.

Produtor 19	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra			X	X
2. Genética do rebanho			X	X
3. Comercialização – integração com o mercado				X
4. Suprimentos			X	X
5. Manejo e técnicas produtivas			X	X
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens			X	X
7. Tecnologia – mecanização agrícola				X
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade				X
9. Tempo de circulação – escala				X
10. Área territorial para a bovinocultura				X
11. Sistema de produção			X	X
12. Autoconsumo				X
13. Preço				X
14. Motivação para a pecuária				X
15. Modo de vida – identidade territorial	X			X
TOTAL	1	-	6	15

Quadro 28. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 19 – Ciclo de Produção de Recria/Terminação.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

A propriedade do produtor 20, está localizada no município de São Miguel das Missões, na parte sul do COREDE Missões e está classificada, em relação ao ciclo de produção da bovinocultura de corte, como ciclo completo. Não obstante a isso, possui uma alta genética de reprodução dos animais, através do desenvolvimento de cabanha própria, além de estar integrado com a lavoura e pecuária, com predomínio na produção de grãos.

Em relação aos atributos produtivos de natureza do trabalho, de genética do rebanho, do manejo e das técnicas produtivas, os mesmos estão inseridos, de forma

transitória, entre a mercantilização incompleta forte e mercantilização completa. A natureza da mão de obra é essencialmente contratada, sendo que no gerenciamento das atividades produtivas são utilizadas mão de obra de cunho familiar, nos aspectos relativos à tomada de decisão e de negociação do produto gerado no campo. A genética do rebanho possui um alto refinamento, com a utilização de animais das raças angus (50%) e brangus (50%), com desenvolvimento e reprodução próprios, através de cabanha. A opção por tal prática, justifica-se, conforme o produtor, por tais animais apresentarem uma maior precocidade, rusticidade e docilidade, além de serem amplamente procurados e, por consequência, possuírem uma maior rentabilidade e liquidez no mercado. Em relação ao manejo e às técnicas produtivas, estas foram, ao longo do tempo, aprimoradas pelo saber-fazer local e pelo aperfeiçoamento das técnicas e das práticas produtivas no ambiente acadêmico e em cursos e capacitações em instituições públicas e privadas, de modo a propiciar um aumento da eficiência produtiva e dos resultados econômicos aliados à atividade fim.

Entre a mercantilização incompleta fraca e a mercantilização incompleta forte estão os recursos forrageiros que são provenientes de campo nativo melhorado, com complementação de pastagens cultivadas (tífton, azevém, aveia e braquiária) e o sistema de produção implementado é o transitivo entre o extensivo e o semi-intensivo, com períodos de pré-confinamento para engorda dos animais, antes do período de comercialização.

Na mercantilização completa estão os aspectos relativos à comercialização, que ocorre através da venda exclusivamente a frigoríficos externos à região de produção. Além disso, são comercializados animais de alta genética em feiras e remates regionais e estaduais e touros de reprodução; os suprimentos são adquiridos, em sua totalidade, em grandes empresas multinacionais para a compra de sementes forrageiras, adubo, calcário, medicamentos, complementos e suplementos e sal mineral; a tecnologia de mecanização agrícola possui irrigação das pastagens, arado, trator, pulverizador, plantadeira, vagão forrageiro, banheira de aspersão, balança de alta precisão e galpão para confinamento, que prestam o suporte necessário para a manutenção, conservação e renovação das pastagens, além do manejo dos animais. Os recursos de capital são de alta envergadura, provenientes tanto da atividade pecuária quanto da lavoura e no que tange à tomada de capital para investimento, a mesma é feita através de recursos próprios; o tempo de circulação ou escala de produção é em média de 1.500 animais comercializados por ano, a uma produtividade média de 450 quilos por animal. Importante mencionar que os

animais só saem da propriedade em fase de terminação; a área territorial é correspondente a 600 hectares de campo nativo melhorado e pastagens cultivadas, sendo que a propriedade é detentora de um total de 2.500 hectares, com 1.850 hectares de lavoura, basicamente para a produção de soja; o preço recebido pelo produtor, em relação a sua condição de organização produtiva é equivalente, em média, de R\$ 5,50 por quilo de animal vivo. O modo de vida ou de identidade territorial é voltado à racionalidade de mercado ou à representatividade econômica, visto que o produtor não se sente influenciado pelos aspectos culturais, no desempenho de sua atividade produtiva, no que tange à bovinocultura de corte no território missioneiro.

Produtor 20	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra			X	X
2. Genética do rebanho			X	X
3. Comercialização – integração com o mercado				X
4. Suprimentos				X
5. Manejo e técnicas produtivas			X	X
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens		X	X	
7. Tecnologia – mecanização agrícola				X
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade				X
9. Tempo de circulação – escala				X
10. Área territorial para a bovinocultura				X
11. Sistema de produção		X	X	
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço				X
14. Motivação para a pecuária	X	X		X
15. Modo de vida – identidade territorial				X
TOTAL	2	4	5	12

Quadro 29. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 20 – Ciclo de Produção Ciclo Completo.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Quanto ao autoconsumo, o produtor indica que tem por hábito realizar abates no interior de sua propriedade, destinados ao consumo de seu núcleo familiar e para a remuneração e bonificação dos serviços prestados por suas unidades contratadas. Além disso, participa de festas familiares, religiosas e comunitárias, com a doação de carne, em

uma perspectiva de reciprocidade. Este atributo insere-se em uma lógica de produção interna sustentável e mercantilização incompleta fraca.

Por fim, em relação à motivação para a pecuária, a mesma enquadra-se na produção interna sustentável, na mercantilização incompleta fraca e na mercantilização completa. Ou seja, o produtor considera que tal prática produtiva está ligada a sua herança histórica e cultural adquirida ao longo do tempo, além de propiciar prazer e satisfação pessoal, em relação a sua tradição e costume, porém a lógica de racionalidade econômica (rentabilidade) é considerada essencial para manter-se nesta atividade produtiva.

Deste modo, o produtor 20 está tipificado como pertencente à dinâmica de mercantilização completa, representada por um alto grau de integração com o mercado, em relação as suas especificidades produtivas, referentes à bovinocultura de corte na Região das Missões.

Já, a propriedade do produtor 21 está localizada no município de São Luiz Gonzaga, em uma área territorial de campo nativo (pastagens naturais), pertencente ao bioma Pampa no Sul da região missioneira. O ciclo de produção da bovinocultura de corte, a qual está associada, é o de cria. Essa região é caracterizada pela presença de médias e grandes propriedades rurais, historicamente consolidadas (estâncias).

A natureza do trabalho está concentrada na utilização de mão de obra contratada, e, com a presença, em menor proporção, de mão de obra familiar no desenvolvimento das práticas e técnicas produtivas e no gerenciamento da atividade. Os suprimentos são adquiridos no comércio local e regional, através de agropecuárias e cooperativas na compra de sementes forrageiras, adubo, calcário, medicamentos e sal mineral. Os recursos de capital, para o desenvolvimento da atividade, realizam-se por meio de bancos comerciais e políticas públicas (benfeitorias, crédito de custeio, compra de insumos e de animais) para o suporte produtivo da bovinocultura de corte. Tais atributos estão inseridos transitoriamente entre a mercantilização incompleta fraca e a forte.

A genética do rebanho é proveniente das raças angus e brangus pela precocidade e rusticidade dos animais, além de ter uma ampla demanda no mercado por tais animais. A comercialização se dá para outros pecuaristas e frigoríficos externos à região. A área territorial para a bovinocultura corresponde a 160 hectares, distribuídos em uma região do bioma Pampa. O preço percebido pelo produtor, em média, equivale a R\$ 5,00 por quilo de animal vivo, a uma produtividade média de 180 quilos por animal. Ambas características produtivas são pertencentes a uma perspectiva de mercantilização incompleta forte.

Na mercantilização incompleta fraca estão os atributos de tecnologia de mecanização agrícola, os quais compreendem a utilização de máquinas e equipamentos, tais como arado, plantadeira, roçadeira e balança de precisão. O tempo de circulação ou escala de produção ocorre em frequência média, com a comercialização de, aproximadamente, 120 animais por ano.

Os recursos forrageiros utilizados são provenientes de campo nativo, (pastagens naturais de alta qualidade) na região de abrangência do bioma Pampa. O manejo e as técnicas produtivas estão vinculados ao saber-fazer local e às trajetórias históricas, sociais e culturais que foram sendo acumuladas e cultivadas ao longo do tempo. Por sua vez, estão situados entre a produção interna sustentável e a mercantilização incompleta fraca. O sistema de produção adotado é correspondente ao regime de produção extensivo dos animais, em uma perspectiva de produção interna sustentável.

Produtor 21	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra		X	X	
2. Genética do rebanho			X	
3. Comercialização – integração com o mercado			X	
4. Suprimentos		X	X	
5. Manejo e técnicas produtivas		X	X	
6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens	X	X		
7. Tecnologia – mecanização agrícola		X		
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade		X	X	
9. Tempo de circulação – escala		X		
10. Área territorial para a bovinocultura			X	
11. Sistema de produção	X			
12. Autoconsumo	X	X		
13. Preço			X	
14. Motivação para a pecuária	X		X	
15. Modo de vida – identidade territorial	X		X	
TOTAL	5	8	10	-

Quadro 30. Características e o Grau de Mercantilização do Bovinocultor de Corte da Região do COREDE Missões/RS – Produtor 21 – Ciclo de Produção de Cria.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Enfim, em relação à motivação para a pecuária, há de acordo com o produtor uma forte relação histórica e cultural estabelecida na prática da bovinocultura, influenciando diretamente na manutenção da atividade, mas, para além disso, tal atividade ainda permite

o sustento da família no meio rural. Quanto ao modo de vida ou de identidade territorial, pela percepção do produtor, estão alicerçados no seu dia a dia nas práticas e técnicas implementadas, ou seja, há um espírito de pertencimento regional missioneiro presente no desempenho da atividade. Além disso, gera resultados econômicos positivos, em uma lógica de racionalidade econômica ou de mercado. Tais aspectos produtivos estão caracterizados por estarem conectados à produção interna sustentável e à mercantilização incompleta forte.

Dessa forma, o produtor 21 é tipificado, considerando os atributos produtivos da bovinocultura de corte na Região das Missões, por pertencer a uma dinâmica de mercantilização incompleta forte, de acordo com suas heterogeneidades e particularidades de sua produção e suas inter-relações com o mercado.

A partir da análise específica dos produtores, apresenta-se um quadro sintético, com todos os produtores, em relação ao seu grau de mercantilização, para averiguar a perspectiva regional em relação à integração da atividade produtiva com o mercado.

Produtores – Ciclo de Produção	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
Produtor 1 – cria/recria	13	7	-	-
Produtor 2 – ciclo completo	1	5	12	6
Produtor 3 – cria	2	6	12	4
Produtor 4 – ciclo completo	-	-	8	12
Produtor 5 – cria/recria	7	14	3	-
Produtor 6 – ciclo completo	6	7	9	-
Produtor 7 – cria/recria	14	6	-	-
Produtor 8 – recria/terminação	6	10	7	3
Produtor 9 – cria	1	9	10	1
Produtor 10 – recria/terminação	2	-	10	12
Produtor 11 – cria/recria	15	8	-	-
Produtor 12 – cria/recria	9	14	4	-
Produtor 13 – ciclo completo	6	9	8	7
Produtor 14 – cria	6	10	8	2
Produtor 15 – recria/terminação	3	4	7	9
Produtor 16 – cria/recria	11	9	-	-
Produtor 17 – cria/recria	11	13	1	-
Produtor 18 – recria/terminação	3	5	12	8
Produtor 19 – recria/terminação	1	-	6	15
Produtor 20 – ciclo completo	2	4	5	12
Produtor 21 – cria	5	8	10	-
TOTAL	124	148	132	91

Quadro 31. Grau de Mercantilização da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Conforme demonstrado no Quadro 31, verifica-se que a bovinocultura de corte, na região das Missões, de acordo com a metodologia implementada e considerando os

atributos produtivos e os ciclos de produção dos produtores entrevistados²³, está tipificada, predominantemente, em uma perspectiva de mercantilização incompleta fraca. Ou seja, ainda está concentrada em uma dinâmica de produção que é alvo de uma significativa bagagem histórica, cultural, de tradição e de seu modo de vida no desenvolvimento de sua atividade produtiva.

Além disso, está vinculada de forma acentuada com a natureza. De acordo com Ploeg (2008), a pecuária familiar corrobora para um desenvolvimento de atividade mais autônoma, no decorrer de seu processo produtivo, e também por ser representada por um ciclo produtivo em menor escala, estando conectada intrinsecamente à natureza, através de um maior autocontrole das relações produtivas, e também, com o desempenho de atividades mais sustentáveis no ponto de vista ambiental.

5.3 Especificidades e o Grau de Mercantilização dos Ciclos de Produção da Bovinocultura de Corte na Região do COREDE Missões/RS

Nesta subseção são apresentadas as características referentes aos ciclos de produção de cria, recria/terminação, cria/recria e do ciclo completo dos bovinocultores de corte da região das Missões. Assim, no Quadro 32 seguem as características dos produtores, vinculados ao ciclo de produção de cria.

Além disso, estão descritas as características gerais, relativas aos principais atributos produtivos dos produtores entrevistados nesta pesquisa, classificados em seus respectivos ciclos de produção.

Nota-se que, em alguns casos, as características produtivas são semelhantes em cada ciclo, no entanto possuem diferenças na mão de obra utilizada, nas formas de comercialização, na escala de produção e nas suas técnicas e práticas implementadas em seu processo produtivo.

²³ Há de se considerar que a maioria dos produtores entrevistados estão vinculados ao ciclo de produção de cria/recria da bovinocultura de corte, evidenciando essa caracterização regional na mercantilização incompleta fraca.

Ciclo de Produção – Atributos	Características Gerais dos Criadores da Região das Missões
Mão de Obra	Dividida entre mão de obra familiar e contratadas, porém, com maior concentração de contratações de cunho não-familiar.
Genética	Genética de boa qualidade, com a predominância de gado europeu das raças angus, brangus, bradford e hereford. Em alguns casos há a certificação de cabanhas próprias certificadas.
Comercialização	Boas condições de comercialização devido a seus padrões genéticos. Vendas realizadas internas a região, mas em alguns casos, esporadicamente, com venda externa para países do Oriente Médio. No entanto, a comercialização ocorre em sua maioria para outros pecuaristas (recriadores/terminadores). Participação em feiras e remates regionais e nacionais.
Suprimentos	Suprimentos adquiridos na região de abrangência e externos a região (cooperativas, multinacionais...).
Manejo e Técnicas produtivas	Predominantemente provenientes da bagagem histórica e cultural dos produtores, adquiridas ao longo do tempo.
Tempo de circulação – escala	Escala de produção entre pequena e média. Possuem uma lógica de produção vinculada a sustentabilidade dos fatores de produção.
Localização Regional	Localizam-se ao Sul (bioma pampa) e ao Leste da região missioneira, caracterizados pela presença de grandes extensões de terras.
Área territorial para a bovinocultura	De pequeno a médio porte – até 250 hectares.
Sistema de Produção	Regime de produção extensivo. Prática vinculada a sustentabilidade do campo nativo – pastagens naturais de alta qualidade, com complementação de pastagens cultivadas.
Autoconsumo	Realizam práticas de abate voltadas ao autoconsumo de seu núcleo familiar e de suas unidades de trabalho contratadas.
Preço	O preço médio recebido por quilo de animal vivo é entre R\$ 4,50 e R\$ 5,00.
Motivação para a pecuária	Predominantemente caracterizados por motivações históricas, culturais, pela tradição e por seu modo de vida ou de identidade territorial (missioneiro).
Grau de Mercantilização	Dinâmica de mercantilização incompleta forte.

Quadro 32. Características Gerais do Ciclo de Produção de Cria da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Os criadores regionais atuam na comercialização de terneiros, com uma produtividade média de 180 quilos a 200 quilos por animal, além de concentrar um emprego maior de mão de obra contratada, comparativamente a familiar. Além disso, são representados por uma produção fortemente enraizada com o território, ou seja, com as práticas e técnicas adquiridas ao longo do tempo, com a utilização sustentável dos meios de produção, através da bagagem histórica e cultural, na tradição e nas relações sociais no desenvolvimento da atividade produtiva.

No Quadro 33 apresenta-se os produtores referentes ao ciclo de produção de recria/terminação do COREDE Missões.

Ciclo de Produção – Atributos	Características Gerais dos Recriadores/Terminadores da Região das Missões
Mão de Obra	Basicamente composta mão de obra contratada, com alguma presença (mínima) da mão de obra familiar.
Genética	Média e alta genética, com a predominância de raças mescladas das raças zebu, nelore, brahman, charolês, angus, brangus, bradford, hereford.
Comercialização	Maior facilidade de comercialização, devido a maior escala (lotes fechados). Vendas realizadas externas a região, que na maioria das vezes tem destinos para grandes centros consumidores e para exportação. Participação em feiras e remates regionais.
Suprimentos	Suprimentos adquiridos fora da região de abrangência do COREDE Missões (cooperativas, empresas de grande porte e multinacionais).
Manejo e Técnicas produtivas	Adquiridas ao longo de sua trajetória (saber-fazer) e pela busca de conhecimento, através de orientação técnica de cunho público ou privado.
Tempo de circulação – escala	Produção em alta escala.
Localização Regional	Localizam-se ao no centro, norte parte do leste da região missioneira, provenientes de uma área de pequenas propriedades rurais. Há de se fazer a distinção que nestas propriedades existes casos de integração entre lavoura e pecuária.
Área territorial para a bovinocultura	De pequeno a médio porte – de 10 a 250 hectares.
Sistema de Produção	Prática não sustentável internamente. Adotam um regime de produção semi-intensivo e intensivo (confinamento) – pastagens com complementação com auto grão, ração, concentrados...
Autoconsumo	Em sua maioria, não realizam a prática de abate para autoconsumo na propriedade.
Preço	O preço médio recebido é de R\$ 5,00 a R\$ 5,50 por quilo de animal vivo.
Motivação para a pecuária	Racional (de mercado) e por identidade territorial (missioneiro).
Grau de Mercantilização	Mercantilização completa.

Quadro 33. Características Gerais do Ciclo de Produção de Recria/Terminação da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

No ciclo de produção de recria/terminação a lógica de produção está concentrada no regime intensivo de criação dos animais, de modo a ampliar a escala produtiva em um menor tempo possível de engorda, visando à comercialização. Há a frequência de utilização de ração e suplementos para aumentar a rentabilidade dos animais, com uma maior intensificação do emprego de mão de obra contratada. Esta produção mantém uma maior integração com o mercado, através de uma lógica produtiva que não é sustentada apenas com recursos internos à propriedade e aos fatores de produção, além de não estar conectada com os valores históricos e culturais, de tradição, mas sim, em uma lógica de rentabilidade e racionalidade econômica.

No Quadro 34, tem-se as características gerais dos produtores criadores e recriadores da região missioneira.

Ciclo de Produção – Atributos	Características Gerais dos Criadores/Recriadores da Região das Missões
Mão de Obra	Basicamente composta por mão de obra familiar.
Genética	Baixa genética, com a predominância de gado mestiço europeu das raças angus, brahman, jersey, zebu e nelore.
Comercialização	Dificuldade na comercialização devido à baixa qualidade do rebanho (genética) e a pequena escala de produção. Vendas realizadas internas a região.
Suprimentos	Suprimentos adquiridos na região de abrangência do COREDE Missões (comércio local – cooperativas, agropecuárias...).
Manejo e Técnicas produtivas	Provenientes da bagagem histórica, cultural, tradicional dos produtores, adquiridas a partir do saber-fazer ao longo do tempo.
Tempo de circulação – escala	Produção em pequena escala, em uma perspectiva de produção sustentável dos fatores de produção.
Localização Regional	Localizam-se na região norte missioneira, provenientes de uma estrutura fundiária de pequenas propriedades rurais, com a presença de uma maior diversificação produtiva.
Área territorial para a bovinocultura	De pequeno porte – até 25 hectares (uma colônia).
Sistema de Produção	Prática sustentável. Sistema semi-intensivo e extensivo – pastagens naturais com complementação de silagem, aveia e azevém.
Autoconsumo	Realizam práticas de abate voltadas ao autoconsumo e a reciprocidade.
Preço	O preço médio recebido é de R\$ 4,00 por quilo de animal vivo.
Motivação para a pecuária	Histórica, cultural, tradição e por identidade territorial (missioneiro).
Grau de Mercantilização	Produção interna sustentável.

Quadro 34. Características Gerais do Ciclo de Produção de Cria/Recria da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

No que diz respeito a cria/recria, é caracterizada por ser um ciclo de produção da bovinocultura oriundo da agricultura familiar no território. A mão de obra é essencialmente familiar, com uma baixa tecnologia e genética empregadas no seu sistema de produção, as quais estão voltadas para o consumo familiar, reciprocidade e para o comércio local informal. O regime de produção é o extensivo e semi-intensivo e os recursos são produzidos internamente à propriedade, em uma perspectiva sustentável. Não obstante a isso, possuem um forte enraizamento cultural e histórico no desenvolvimento de sua atividade e de suas técnicas e práticas produtivas, adquiridas ao longo de sua trajetória.

Para finalizar, segue, no Quadro 35, o ciclo de produção de ciclo completo dos bovinocultores de corte da Região das Missões.

Ciclo de Produção – Atributos	Características Gerais do Ciclo Completo da Região das Missões
Mão de Obra	Basicamente composta por mão de obra contratada.
Genética	Alta genética, com a predominância de gado europeu das raças angus, brangus, bradford e hereford. Desenvolvimento de cabanhas próprias, com linhagem de reprodução.
Comercialização	Vendas realizadas externas a região, com destino para grandes centros consumidores e para exportação. Além disso, através das cabanhas, há a venda de touros e de sêmen para outros pecuaristas. Ainda, são promovidos dias de campo para a atração e o mapeamento de possíveis clientes (participação em feiras e remates regionais, nacionais e internacionais).
Suprimentos	Suprimentos adquiridos fora da região de abrangência do COREDE Missões (cooperativas, empresas de grande porte e multinacionais).
Manejo e Técnicas Produtivas	Provenientes da bagagem histórica e cultural, aliados a busca de conhecimento e auxílio técnico para suporte a produção.
Tempo de Circulação – Escala	Produção entre média e grande escala.
Localização Regional	Localizam-se mais dispersamente pelo território missioneiro, que em suma desempenham além da atividade pecuária, as atividades de lavoura (integração lavoura-pecuária) com pastagens naturais e pastagens complementares e suplementos tais como: azevém, tifton, braquiária e auto grão.
Área territorial para a bovinocultura	De grande porte – acima de 500 hectares.
Sistema de Produção	Sistema de produção semi-intensivo e extensivo, com utilização de pastagens naturais e complementação/suplementação com aveia, azevém, braquiária, tifton e ração (auto grão).
Autoconsumo	Realizam práticas de abate voltadas ao autoconsumo – basicamente para o consumo do núcleo familiar e dos empregados.
Preço	Venda de touros a uma média de R\$ 5.000,00 o animal e, cargas fechadas (lotes) a uma média de R\$ 5,00 por quilo de animal vivo.
Motivação para a pecuária	Racional (de mercado), histórico, cultural e por identidade territorial (missioneiro).
Grau de Mercantilização	Mercantilização incompleta forte.

Quadro 35. Características Gerais do Ciclo Completo da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

No ciclo completo, os produtores missioneiros apresentam-se espalhados pelo território, e têm como características gerais a implementação de mão de obra contratada para o desempenho das atividades produtivas, com uma produção entre média e grande escala, aliada a uma genética de qualidade, voltadas, em sua maior parte, para comercialização externa à região. O sistema de produção praticado é o extensivo e o semi-intensivo, aliado a práticas históricas, culturais e tradicionais de produção e a percepção de pertencimento regional.

A partir dessa caracterização dos bovinocultores de corte, quanto ao seu ciclo de produção no território, a análise das características gerais ajudou a identificar a lógica de produção de cada ciclo, de acordo com a realidade regional, esta, proporcionada através das entrevistas realizadas no decorrer desta pesquisa.

Deste modo, a partir dos resultados empíricos colhidos junto aos produtores de bovinos de corte no território missioneiro, da caracterização dos mesmos, considerando suas especificidades e particularidades, e pela tipificação do grau de mercantilização da

produção, tem-se o enquadramento dos produtores e de seus ciclos de produção, no que tange as suas relações e inter-relações estabelecidas com o mercado, conforme os seus atributos produtivos de natureza do trabalho, genética, comercialização, suprimentos, manejo e técnicas, recursos forrageiros, tecnologia de mecanização agrícola, recursos de capital, escala de produção, área territorial, sistema de produção, autoconsumo, preço, motivação e modo de vida ou de identidade territorial, ou seja, da mercantilização de sua produção.

Importante mencionar que esta análise não é representativa, e, portanto, não tem a preocupação de representar a totalidade dos produtores, mas sim, o objetivo de verificar as diferentes relações de produção que tais produtores apresentam, bem como de suas repercussões nas formas de organizações da produção, das relações sociais e do trabalho, de modo a considerar as particularidades, especificidades e heterogeneidades históricas, culturais, geográficas, ambientais, sociais e econômicas do território missioneiro, no que tange à bovinocultura de corte e de suas inter-relações estabelecidas com o mercado.

Deste modo, apresentam-se os ciclos de produção e a sua dinâmica de produção, considerando os critérios metodológicos utilizados na respectiva pesquisa. No próximo quadro consta o ciclo de produção de cria, e a sua respectiva tipificação em relação a mercantilização da bovinocultura de corte no território.

Cria	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
Produtor 3	2	6	12	4
Produtor 9	1	9	10	1
Produtor 14	6	10	8	2
Produtor 21	5	8	10	-
TOTAL	14	33	40	7

Quadro 36. Grau de Mercantilização do Ciclo de Produção de Cria da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

O ciclo de produção de cria da Região do COREDE Missões, de acordo com os atributos produtivos evidenciados nesta pesquisa, está inserido em uma perspectiva de mercantilização incompleta forte. Os criadores são identificados por serem, efetivamente, produtores que possuem boa disponibilidade de recursos de capital, de tecnologia de mecanização agrícola, de genética do rebanho e por comercializarem a sua produção a outros pecuaristas e frigoríficos internos e externos à região. Além disso, atuam na prática de produção sustentável, em um regime extensivo e semi-intensivo, com emprego em

maior proporção de mão de obra contratada, e com suas práticas e técnicas produtivas sendo alicerçadas nas trajetórias históricas e culturais, porém com rentabilidade e racionalidade de mercado.

Ploeg (2015) argumenta que nesta perspectiva há uma mudança substancial das relações dos produtores com o mercado, pois com exceção do trabalho (pois ainda existe presença de mão de obra familiar no desempenho das atividades), praticamente todos os recursos sociais e naturais no processo produção são tratados como mercadorias. Assim, estão conectados em uma lógica racional ou de mercado, mesmo não sendo conceituados e tipificados em uma dinâmica de mercantilização completa.

Recria/Terminação	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
Produtor 8	6	10	7	3
Produtor 10	2	-	10	12
Produtor 15	3	4	7	9
Produtor 18	3	5	12	8
Produtor 19	1	-	6	15
TOTAL	15	19	42	47

Quadro 37. Grau de Mercantilização do Ciclo de Produção de Recria/Terminação da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Já, em relação aos recriadores/terminadores da região missioneira (Quadro 37), tem-se que, os produtores vinculados a tal ciclo de produção, no que tange a sua inserção no mercado, conforme suas especificidades produtivas, encontram-se em uma dinâmica de mercantilização completa, ou seja, estão fortemente integrados ao mercado. Apresentam, desse modo, maior conectividade com as exigências do mercado, tais como: escala de produção, qualidade da carne, genética de boa qualidade e manejo e técnicas de produção (regime intensivo de confinamento, bem-estar animal, sanidade, complemento com rações e suplementos...). Além dos produtores estarem relacionados a uma dinâmica de produção em uma perspectiva racional e de rentabilidade econômica, em grande medida, conectados em menor representatividade ao pertencimento territorial e suas trajetórias históricas e culturais.

Nessa dinâmica de produção, de mercantilização completa, os recursos produtivos, ou os atributos produtivos, tendem a entrar no desenvolvimento da atividade como mercadorias, além se serem representados por uma maior circulação e escala produtiva. Isso, conseqüentemente, gera um elevado grau de integração com o mercado (PLOEG, 2015).

De acordo com Ploeg (1992, 2003 e 2008), um maior grau de mercantilização das atividades agrícolas está vinculado a sua escala, frequência ou rotatividade de suas relações produtivas. Corroboram com tal perspectiva, Harvey (2001), Santos (2001 e 2006), Smith (1982), Brandão (2006 e 2007) e Marx (1975).

Cria/Recria	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
Produtor 1	13	7	-	-
Produtor 5	7	14	3	-
Produtor 7	14	6	-	-
Produtor 11	15	8	-	-
Produtor 12	9	14	4	-
Produtor 16	11	9	-	-
Produtor 17	11	13	1	-
TOTAL	80	71	8	-

Quadro 38. Grau de Mercantilização do Ciclo de Produção de Cria/Recria da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Por sua vez, o ciclo de produção de cria/recria, conforme as especificidades e particularidades de produção dos bovinocultores missioneiros, é tipificado por pertencer a uma lógica produtiva de produção interna sustentável, ou seja, está inserido em uma perspectiva sustentável de emprego dos fatores produtivos, e assim, apresenta uma lógica avessa ao processo de integração com o mercado. Como características principais dos produtores, estão o emprego de mão de obra essencialmente familiar, baixa utilização de pacotes tecnológicos (genética, mecanização e suplementação) para o manejo dos animais, baixa escala de produção e, por consequência, dificuldades de comercialização de sua produção. Predominantemente, estão em grande parte localizados no Norte regional, representadas pela presença de pequenas propriedades rurais (baixa extensão territorial).

De acordo com Ploeg (2015), este grau de mercantilização é o que mais próximo está de uma autonomia em relação aos aspectos mercantis. Para ele, nesta dinâmica de produção é essencial que a força de trabalho e outros recursos não entrem no processo de produção como “mercadorias”. Assim, a produção interna sustentável está voltada para o autoconsumo, dicotomicamente posicionada em relação à integração com o mercado.

Ploeg (2008), evidencia que uma das principais características da agricultura familiar e da pecuária familiar está ancorada em um esforço permanente no distanciamento dos circuitos mercantis, ou do estabelecimento de uma menor

dependência das suas relações com o mercado. Uma das formas de perceber o grau de mercantilização de algum atributo ou atividade produtiva reside na aquisição de insumos, serviços, mecanização, recursos tecnológicos ou da realização da comercialização de sua produção.

Assim, há uma maior pré-disposição dos bovinocultores em relação aos valores históricos e culturais, ambientais e sociais (modo de vida, identidade, pertencimento regional...) no desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Ciclo Completo	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
Produtor 2	1	5	12	6
Produtor 4	-	-	8	12
Produtor 6	6	7	9	-
Produtor 13	6	9	8	7
Produtor 20	2	4	5	12
TOTAL	15	25	42	37

Quadro 39. Grau de Mercantilização do Ciclo de Produção de Ciclo Completo da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

No que tange ao produtor que cria bovinos de corte no ciclo de produção completo, verifica-se que tal prática está tipificada em uma perspectiva produtiva de mercantilização incompleta forte. Deste modo, há uma maior integração com o mercado, em relação aos atributos produtivos de comercialização, genética, tecnologia de mecanização agrícola, recursos forrageiros, escala de produção e de qualidade da carne, de extensão territorial, entre outros. Além disso, verifica-se que suas práticas estão alicerçadas na busca de conhecimento e aperfeiçoamento das relações produtivas, associadas as suas trajetórias históricas, porém com uma perspectiva racional de mercado, no suporte à tomada de decisão. Cabe salientar ainda, que a maioria dos produtores estão vinculados à prática de integração entre lavoura-pecuária, sendo que a atividade da bovinocultura acaba por não ser as suas principais atividades desenvolvidas no empreendimento rural.

Comparativamente, em relação ao ciclo de produção de cria, o ciclo completo tende a estar mais integrado ao mercado, pois utiliza-se de recursos produtivos sobre a forma de mercadorias, no entanto, predominantemente, está tipificado em uma perspectiva de mercantilização incompleta forte. Ploeg (2015) argumenta que este tipo de produção está relacionado com o mercado em uma perspectiva de racionalidade e de rentabilidade econômica, no entanto, ainda guardam certas heranças históricas e culturais no desenvolvimento de sua atividade de produção.

Sinteticamente, os vinte e um (21) produtores alvo da pesquisa, estão distribuídos conforme os seus atributos produtivos, considerando suas especificidades, particularidades e heterogeneidades no desenvolvimento da bovinocultura de corte, de acordo com o Quadro 40, no que tange ao seu grau de mercantilização da produção.

Ciclo de Produção	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
Cria	-	1	3	-
Recria/terminação	-	1	1	3
Cria/recria	4	3	-	-
Ciclo completo	-	1	2	2
TOTAL	4	6	6	5

Quadro 40. Grau de Mercantilização dos Ciclos de Produção da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

O ciclo de cria tem um produtor situado na mercantilização incompleta fraca (produtor 14) e três produtores na mercantilização incompleta forte (produtores 3, 9 e 21). Para tanto é necessário justificar esta distinção dos produtores. O produtor 14 tem sua propriedade fixada em área de bioma Pampa, ou seja, de campos naturais, no município de Santo Antônio das Missões, em um regime de produção extensivo, com uma lógica de produção sustentável dos meios de produção, e, além disso, é essencialmente pecuarista de corte. Já, os produtores criadores 3, 9 e 21 estão fora de uma região de campos naturais de alta qualidade, situados, respectivamente nos municípios de Entre-Ijuís, Caibaté e São Luiz Gonzaga, em uma lógica de produção mais integrada ao mercado, com viés de rentabilidade e de racionalidade econômica. Importante destacar que a especificidade territorial, nesta perspectiva de criação, levou a uma distinção das relações de mercado e de produção, em relação à bovinocultura de corte. Ou seja, os produtores que estão inseridos no bioma Pampa, de campos e de pastagens naturais, possuem uma dinâmica diferente dos produtores que não são pertencentes a esta especificidade territorial. Portanto, a heterogeneidade territorial, no caso ambiental, repercute no grau de mercantilização da produção desta atividade produtiva.

A recria/terminação também possui as suas especificidades e particularidades produtivas em relação a territorialidade e as características ímpares de seus produtores. Tem-se que o recriador/terminador está dividido em duas perspectivas, no que tange a sua integração com mercado. A primeira, é relativa ao produtor que produz em pequena escala, de origem familiar, com destinação da produção para atravessadores locais e

regionais (comércio local informal) e para o consumo próprio. O produtor 8 está localizado no município de Ubiretama e está enquadrado nesta primeira perspectiva de produção, situado em uma dinâmica de mercantilização incompleta fraca; a segunda, é proveniente de uma lógica de racionalidade de mercado, capitalista, com produção em grande escala, profissionalizado e com emprego de pacotes tecnológicos na produção (genética, mecanização, suplementação...), inserida em um processo de mercantilização incompleta forte (produtor 18) e de mercantilização completa (produtores 10, 15 e 19). O produtor 18 está localizado em Entre-Ijuís e os outros produtores, respectivamente, em Santo Ângelo, em Cerro Largo e, em Roque Gonzales.

O ciclo de cria/recria, apresenta quatro produtores na lógica de produção interna sustentável (produtores 1, 7, 11 e 16), e três produtores em uma dinâmica de mercantilização incompleta fraca (produtores 5, 12 e 17). Importante mencionar que este ciclo de produção, na região missioneira, é essencialmente caracterizado por agricultores familiares, que empregam mão de obra familiar nas técnicas e práticas produtivas, em uma lógica de produção sustentável dos meios de produção. Ainda, atuam em uma perspectiva de autoconsumo e de reciprocidade de sua produção, aliados a baixa genética, baixa escala produtiva e de mecanização agrícola, e, por consequência, com grande dificuldade em integrar-se com o mercado. O que difere o primeiro grupo do segundo é que essencialmente a empregabilidade de genética, mesmo que parcialmente ao seu rebanho, garante, ao segundo grupo, maior acessibilidade ao mercado, no que tange à comercialização e à remuneração do produto. Ainda, há um forte enraizamento histórico e cultural das atividades desenvolvidas, relativas ao saber-fazer, às técnicas e às práticas produtivas implementadas na atividade. Além disso, importante destacar, a predominância de produtores migrantes do sistema de produção da bovinocultura de leite (produtores 1, 5, 7 e 16) neste ciclo de produção. Tais produtores indicaram que a migração da produção leiteira para o gado de corte ocorreu devido ao conhecimento de manejo, de técnicas e práticas produtivas referentes ao rebanho e às pastagens e, por ser uma alternativa para a manutenção e a sobrevivência no campo.

Por fim, o ciclo completo da bovinocultura de corte, possui um produtor situado em uma perspectiva de mercantilização incompleta fraca (produtor 13); dois produtores em um processo de mercantilização incompleta forte (produtores 2 e 6); e dois produtores em uma dinâmica produtiva caracterizada como mercantilização completa (produtores 4 e 20). Assim, como os recriadores/terminadores, o ciclo completo apresenta maior integração dos produtores com o mercado. Importante destacar que o produtor 13, está

localizado no município de Santo Antônio das Missões, em uma área de bioma Pampa, de campo nativo e de pastagens naturais de alta qualidade. Tal produtor tem como principal e única atividade produtiva a bovinocultura de corte, com cabanha própria de reprodução de animais. Para tanto, alia alta genética, mecanização das atividades, das práticas e das técnicas produtivas (sistema extensivo e sustentável), com a bagagem histórica e cultural, da tradição e da satisfação pessoal em pertencer ao território missioneiro e desenvolver a pecuária de corte, concomitantemente ao seu modo de vida. Isso, por sua vez, produz resultados econômicos proporcionados pela qualidade da carne, escala de produção e credibilidade das suas relações com o mercado (fidelização).

Os produtores 2 e 6, localizados, respectivamente, nos municípios de São Miguel das Missões e São Nicolau também são exclusivamente pecuaristas de corte. Possuem boa genética, tecnologia de mecanização e desenvolvem suas atividades em uma perspectiva territorial, porém com a ótica de racionalidade econômica e de rentabilidade. E os produtores 4 e 20, desenvolvem o sistema de integração entre lavoura e pecuária, localizados em Santo Ângelo e São Miguel das Missões, respectivamente. Além disso, possuem cabanhas de reprodução e comercialização próprias, que garantem um alto grau de genética ao seu rebanho. Para tanto, são racionalmente integrados ao mercado e a dinâmica de mercantilização da produção.

6 CONCLUSÕES

A tese abordou o movimento de commoditização (concentrador e excludente) instaurado sobre a bovinocultura de corte na região do Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões – COREDE Missões/RS, atrelado à abordagem do desenvolvimento regional, de acordo com as especificidades, particularidades e potencialidades geográficas, históricas, culturais, políticas, ambientais, econômicas e sociais. O processo de desenvolvimento abrange uma complexidade de relações e sua análise não pode ser restrita apenas à dimensão econômica.

Tal análise justificou-se pela grande heterogeneidade do território missioneiro no que tange às suas especificidades regionais históricas, culturais, econômicas, sociais, geográficas, políticas e ambientais. Todas essas perspectivas são ainda mais relevantes pelo marco teórico metodológico de Formação Econômica e Social (F.E.S.) da região e seu intenso processo de construção territorial. Tal marco teórico analítico repousa em uma perspectiva de trajetórias históricas que moldam o território. Além disso, buscou evidenciar os aspectos referentes à commoditização da produção agrícola e suas diferentes repercussões sobre as formas de organização da produção, do trabalho e das relações sociais dos bovinocultores de corte na Região das Missões.

Como contribuição teórica, a respectiva pesquisa tratou de incorporar na análise dos bovinocultores de corte os conceitos de mercantilização da produção, elaborados por Ploeg (1992, 1997, 2003 e 2008) e seus distintos graus de integração com o mercado, de modo a tipificar os produtores e seus respectivos ciclos de produção. Assim, teve como objetivo compreender as conexões que tais bovinocultores apresentam com o mercado e que ora influenciam e ora são influenciados pelos processos mercantis.

Para perceber os distintos graus de mercantilização, a metodologia de Ploeg foi adaptada, para identificar as especificidades e particularidades regionais dos produtores de bovinos de corte. As diferentes dinâmicas com o mercado foram classificadas em: produção interna sustentável; mercantilização incompleta fraca; mercantilização incompleta forte; mercantilização completa.

Por sua vez, é interessante resgatar sucintamente os conceitos de produção interna sustentável, mercantilização incompleta fraca, mercantilização incompleta forte e mercantilização completa. A produção interna sustentável está associada à prática de agricultura familiar, em uma perspectiva de utilização sustentável dos meios de produção das técnicas e práticas produtivas, relacionadas, ou melhor, não relacionadas diretamente

com a lógica de mercado. Tal conceito está alicerçado nas relações históricas e culturais, e na sua inter-relação com a natureza, construídas no desempenho de sua atividade de produção, que em grande parte não estão integradas ao mercado.

A mercantilização incompleta fraca refere-se a traços ainda marcantes em relação a presença da lógica da agricultura familiar, porém com uma maior integração ao mercado e intercâmbios, com uma baixa escala de produção. A mercantilização forte já está inserida em um grau de mercantilização elevado das suas atribuições produtivas, repercutindo em uma maior especialização e escala de produção. Já a mercantilização completa é a fase em que o produtor apresenta elevado grau de integração com o mercado, com alta escala de produção, especialização e recursos produtivos implementados para o desenvolvimento da atividade. Percebe-se que nesta última os produtores e seus atributos produtivos estão imbuídos em uma lógica de produção global ou de mercado.

No entanto, esta tipificação não produziu uma padronização de suas relações mercantis, pois ela depende da construção regional, das especificidades e das particularidades de cada território e de sua formação econômica e social. Para tal, foram entrevistados vinte e um (21) bovinocultores de corte da Região do COREDE Missões/RS, de acordo com seus respectivos ciclos de produção e os seus atributos produtivos adotados no desempenho de suas atividades.

Como abrangência da Região do COREDE Missões, percebe-se que existem grandes heterogeneidades inerentes ao território e, inclusive, semelhanças fora dele, como por exemplo, a região de abrangência do Bioma Pampa, com forte presença de pecuaristas em outros recortes geográficos do Estado do Rio Grande do Sul. Deste modo, trata-se aqui de não estabelecer uma análise representativa de amostragem dos bovinocultores de corte, mas sim, compreender as diferentes inter-relações que os produtores mantêm com o mercado e as distintas repercussões sobre as formas de organização de sua produção, do trabalho e de suas relações sociais no ambiente em questão.

Para tanto, foram considerados o total de quinze (15) atributos produtivos, interligados com o desenvolvimento das atividades referentes a produção de gado de corte na região missioneira, considerando os ciclos de produção de cria, recria/terminação, cria/recria e ciclo completo, visando à identificação e tipificação da dinâmica de mercantilização produtiva de cada produtor e, posteriormente, de seu respectivo ciclo de produção. Os atributos debruçam-se sobre: 1) a natureza do trabalho – mão de obra; 2) a genética do rebanho; 3) as formas de comercialização – integração com o mercado; 4) os suprimentos; 5) o manejo e as técnicas produtivas; 6) os recursos forrageiros – bioma e

pastagens; 7) a tecnologia – mecanização agrícola; 8) os recursos de capital – acesso e rentabilidade; 9) o tempo de circulação – escala de produção; 10) a área territorial para a bovinocultura; 11) o sistema de produção praticado; 12) a prática do autoconsumo; 13) o preço recebido pelo produtor; 14) a motivação para permanência na pecuária; 15) o seu modo de vida ou a sua identidade territorial com a região.

Os resultados provenientes da pesquisa indicaram, como esperado, grande heterogeneidade das suas inter-relações com o mercado, oriunda dos aspectos anteriormente verificados em relação às diferenças históricas, culturais, econômicas e sociais do território missioneiro.

Considerando a metodologia indicada e os atributos produtivos, o ciclo de produção de cria está tipificado como em uma dinâmica de mercantilização incompleta forte; o ciclo de recria/terminação é caracterizado por elevado grau de integração com o mercado, ou seja, em um processo de mercantilização completa (alta escala, frequência e circulação); o ciclo de cria/recria está tipificado em uma dinâmica de produção interna sustentável de suas relações produtivas e de sua integração com o mercado (ou não-integração); o ciclo completo, em uma perspectiva de mercantilização incompleta forte.

Além disso, como um esforço de entender as diferentes relações dos produtores, principalmente com o mercado, propõe-se a identificação de estilos de vida e de produção, na percepção dos agentes envolvidos no território missioneiro. Evidenciam-se dois tipos diferenciados de estilo de vida ou de identidade territorial, voltadas às percepções de sustentabilidade, por um lado, e de rentabilidade econômica ou de mercado, de outro lado.

Ciclo de Produção	Grau de Mercantilização	Lógica de Produção – Modo de Vida	Localização Regional
Cria	Mercantilização Incompleta Forte	Lógica de Sustentabilidade – inter-relação entre homem e natureza, história, cultura e tradição.	Sul e Sudeste
Recria/terminação	Mercantilização Completa	Lógica de Mercado – especialização produtiva.	Norte
Cria/recria	Produção Interna Sustentável	Lógica de Sustentabilidade – inter-relação entre homem e natureza, história, cultura e tradição.	Centro, Norte e Oeste
Ciclo Completo	Mercantilização Incompleta Forte	Lógica de Mercado – especialização produtiva	Leste e Sul

Quadro 41. Ciclos de Produção, Grau de Mercantilização e Lógica de Produção da Bovinocultura de Corte da Região do COREDE Missões/RS.

Fonte: elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2017).

Reitera-se que os ciclos de cria e o de cria/recria, em relação à bovinocultura de corte, na percepção dos agentes estão vinculados à lógica de sustentabilidade dos meios de produção e de desenvolvimento de suas atividades produtivas. No entanto, conforme pode ser visualizado no Quadro 41, o grau de integração com o mercado do ciclo de cria é mais elevado do que o de cria/recria. Importante ainda destacar que no ciclo de cria há produtores que se encontram em uma área de Bioma Pampa, ou seja, de pastagens naturais, que apresentam inter-relação e lógica de produção diferenciadas, tanto em relação ao mercado, quanto no desenvolvimento de suas atividades produtivas e, deste modo, enquadram-se em um processo mercantil forte. Ambos bovinocultores praticam o sistema de produção extensivo dos animais.

Cabe ressaltar que os dois ciclos de produção têm enraizado no seu processo produtivo a lógica de sustentabilidade, da interação do homem com a natureza, das condições históricas, culturais, tradicionais e de satisfação pessoal no desempenho da atividade. O ciclo de cria/recria, representado ao Norte regional, tem predominância de agricultores familiares com baixa inserção ao mercado e implementação de recursos ao seu sistema de produção.

O ciclo de recria/terminação e o ciclo completo apresentam mercantilização de suas relações com o mercado em maior grau. Além disso, suas decisões estratégicas estão ancoradas em uma perspectiva de racionalidade e rentabilidade econômica. Ou seja, estão alicerçados em uma lógica de especialização produtiva, de escala e de inserção ao mercado. O sistema de produção adotado está dividido em períodos de prática extensiva e intensiva dos animais. A recria/terminação está presente no Norte regional, caracterizada por pequenas propriedades rurais, com sistema de produção intensivo (pré-confinamento e confinamento). Nota-se que tal atividade é desenvolvida por produtores que recentemente perceberam a oportunidade de mercado em ampliar os seus rendimentos econômicos. O ciclo completo está presente no Leste e Sul regional, com suas propriedades caracterizadas por grandes extensões de terra, elevada mecanização agrícola e com o desenvolvimento do sistema de integração entre lavoura e pecuária²⁴.

²⁴ Importante ressaltar que há um produtor do ciclo completo da bovinocultura de corte que está localizado na região Sul das Missões, no Bioma Pampa. Este, apesar de ser localizado na região pertencente ao Bioma, possui uma lógica mais racional, com implementação de recursos e escalas de produção, mas que ainda interage com as suas relações históricas, culturais, ambientais e sociais da atividade – modelo de produção extensivo e pré-intensivo.

Assim, quanto mais integrados e inseridos ao mercado, ou quanto maior for o seu grau de mercantilização da produção, mais conectados estarão seus processos produtivos, na lógica de reprodução global, interligados ao movimento de commoditização – ou de padronização das atividades (produto global).

Desse modo, quanto maior a escala de produção e menor for o tempo de circulação da produção (frequência/circulação/rotatividade/fluxo) maior tenderá a ser a integração dos produtores com o mercado.

Há uma tendência de que ocorra uma ruptura das condições históricas e culturais estabelecidas, que podem ser verificadas através de mudanças tecnológicas, produtivas e culturais no desenvolvimento da atividade. Ainda, percebe-se uma alteração nos condicionantes tradicionais dos bovinocultores de corte, pertencentes ao saber-fazer e de sua bagagem histórica ao longo de sua trajetória. Entre as mudanças mais significativas evidenciam-se as relações de manejo da produção (tratos e técnicas culturais), as festas de marcação e de castração (referentes as práticas de bem estar animal), o autoconsumo e a reciprocidade (abates realizados internamente na unidade de produção e as trocas intercambiais com vizinhos, parentes, etc...), o jeito de ser ou o modo de vida (identidade missioneira e gaúcha), as relações de trabalho e de mecanização agrícola (práticas manuais), a aquisição de suprimentos (adquiridos externamente ao ambiente produtivo) e a genética animal (raças com alta genética) envolvida no processo de produção.

O nível ou grau de integração com o mercado – tanto do produtor, quanto da região – tenderá a refletir a subordinação ao movimento de commoditização que, por consequência, produzirá uma ruptura das condições pré-existentes, além de exercer uma pressão sobre ambos no processo de produção. Porém, essa pressão pode não repercutir no abandono da atividade, entretanto, pode produzir efeitos sobre a inserção no mercado deste produtor ou região “desconectada”, ou seja, o escoamento do excedente de produção fica comprometido.

Analogamente, essa mensuração pode ser transformada em uma perspectiva das tensões entre as forças de produção regionais e globais, ou seja, da dialética entre a estrutura e superestrutura, representadas na própria percepção dos agentes e de suas relações com o mercado. Isso pode ser evidenciado em relação à identidade territorial sustentável (histórica, social, tradicional, cultural, ambiental) com a perspectiva da racionalidade ou de rentabilidade econômica, em uma lógica de mercado.

À contribuição teórica dessa pesquisa e suas perspectivas futuras, guardadas as proporções, pode ser adaptada e posteriormente implementada em diferentes regiões do

Estado gaúcho ou mesmo em diferentes territórios em que haja uma representatividade na produção de gado bovino de corte ou mesmo em relação à pecuária. Além disso, tal regramento metodológico, visando à tipificação dos diferentes graus de mercantilização da produção, podem ser replicados em outras culturas representativas, considerando os atributos produtivos que estejam presentes no território e suas relações e conexões mercantis ao longo do desenvolvimento de sua respectiva atividade.

Além disso, inclui a região do COREDE Missões do Estado do Rio Grande do Sul no rol de estudos sobre a bovinocultura de corte, evidenciando a sua representatividade e significado econômico, na formação do território, considerando suas particularidades e especificidades de desenvolvimento. Convém ainda salientar a grande heterogeneidade histórica, econômica e cultural da região das Missões, na amálgama de seu desenvolvimento.

Por fim, a commoditização interfere nas relações históricas, culturais e tradicionais dos produtores rurais, sobremaneira nas formas de organização produtiva, do trabalho e de suas relações sociais, construídas ao longo de suas distintas trajetórias. Vale ainda ressaltar que o processo de mercantilização acelera esta repercussão, rompendo com as particularidades e especificidades produtivas pré-existentes dos produtores, e, por consequência, refletindo na dinâmica de desenvolvimento territorial da Região das Missões.

REFERÊNCIAS

- ANDREATTA, T. *Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.
- ANDREATTA, T.; SPANEVELLO, R. M. *As possibilidades sucessórias em estabelecimentos de pecuária de corte no estado do Rio Grande do Sul*. Revista de Extensão e Estudos Rurais, v. 1, p. 39-67, 2011.
- ANDREATTA, T.; WAQUIL, P. D.; MIGUEL, L. A. A organização dos estabelecimentos de pecuária de corte de base familiar no Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D.; MATTE, A. NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. (Org.) *Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 65-86.
- ANUALPEC. *Anuário da pecuária brasileira*. São Paulo: Instituto FNP, 2016.
- AZEVEDO, L. F. *Saberes e práticas tradicionais: uma análise do modo de apropriação da natureza pelos pecuaristas familiares da Serra do Sudeste/RS*. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec. 1999.
- _____. *A Ciência Regional*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. *As regiões Ganhadoras. Distritos e Redes – os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.
- BOISIER, S. *Centralización y descentralización territorial em el proceso decisório del sector público*. Santiago: ILPES/CEPAL, 1999.
- BRANDÃO, C. A. L. *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006.
- _____. Transversalidade, multiescalaridade e os desafios da legitimação das políticas regionais no Brasil. In: *Revista Política e Planejamento Regional*. Edição Especial, março, 2013. P.32-40. http://www.revistappr.com.br/politica_e_planejamento.pdf
- _____. *Território & Desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.
- BRANDÃO, C. A.; MONTEIRO DA COSTA, E. J.; e ALVES, M. A. S. Construir o espaço supralocal de articulação socioprodutiva e das estratégias de desenvolvimento – os novos arranjos institucionais. In: DINIZ, C. C. e CROCCO, M. *Economia Regional e Urbana – contribuições recentes*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2006. p. 195-223.
- BRANDÃO, C. A. *Visões teóricas sobre desenvolvimento regional e a questão das escalas (mundial, nacional, subnacional e local) nas políticas regionais contemporâneas*. In: Curso Territorialidade e Políticas Públicas no Brasil. ENAP, Brasília, 2 de maio de 2011.
- BRUXEL, A. *O gado da antiga Banda Oriental do Uruguay*. Revista Pesquisas. Vol. 5. 1961. p. 166.

- CASTRO, I. E. *Geografia e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO I.E.; GOMES, P.C.C.; e CORREA, R.L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. RJ: Bertrand Brasil, 1995. p.117-140.
- CONTERATO, M. A. *Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.
- _____. *A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: em estudo de caso do município de Três Palmeiras/RS*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- CONTERATO, M. A. *et al.* Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011, p. 67-89.
- COREDE MISSÕES. *Plano estratégico de desenvolvimento da Região das Missões (2015-2030)*. WBATUBA, B. B. R. et al. (Org.). Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Santo Ângelo: Editora FuRi, 2017. 320 pg.
- COTRIM, M. *Pecuária familiar na região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e socioagrônômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS*. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003.
- CHRISTENSEN, T. N. S. (Coord.) *Missões: A questão indígena*. Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Volume 1, Santa Rosa: Editora UNIJUÍ, 1997.
- CURY, C. R. J. *Educação e Contradição*. São Paulo: Cortez, 1985.
- EGLER, C. A. G.; BESSA, V. de C.; GONÇALVES, A. F. *Pensar o território e a região: por uma agenda de desenvolvimento regional*. In. Revista Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 28, mai./ago. 2013. p.7-17. Disponível: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/965/482>>
- ERRINGTON, A.; GASSON, R. Farming systems and the farm Family business. In: DENT, J. B.; MACGREGOR, M. (Org.). *Rural and farming systems analysis*. Edinburgh: CAB International, 1994. P. 181-192.
- ETGES, V. E. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. e SILVEIRA, R. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- _____. Desenvolvimento Regional sustentável: o território como paradigma. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p.47-55, set/dez. 2005.
- ETGES, V. E. *Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade*. *RBDR*, Blumenau, v.1, n.1, p. 85-94, abril. 2013.
- FAO. Organização das Nações Unidas. Agência de Segurança Alimentar. *Relatório*. 2006.
- FEE. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. *Dados abertos. FEE dados*. 2017.

FERNANDES, V. D. *O pecuarista familiar na Campanha Rio-grandense (Santana do Livramento/RS)* 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FLORES, M. *A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte*. Santiago, Chile: RIMISP, 2006. Disponível: <www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3702>.

FLORES, L. P. A missionarização sob olhar indígena. CHRISTENSEN, T. N. S. (Coord.) *Missões: A questão indígena. Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Volume 1, Santa Rosa: Editora UNIJUÍ, 1997. P. 214-242.

FONTOURA, L. F. M. *Macanudo taurino: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha*. 2000. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

FRIGOTTO, G. *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional*. In: FAZENDA, I., *Metodologia na Pesquisa Educacional*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 69-90.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 4 ed.- Rio de Janeiro: Record, 2000.

HAIR JR. J. F. *et al. Análise multivariada de dados*. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR JR. J. F. *et al. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos agropecuários*. Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)*. Rio de Janeiro, 2011.

_____. *Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)*. Rio de Janeiro, 2015.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 240-267.

_____. *Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul*. In: COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1. 2005, Porto Alegre, Anais...Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Grupo de Estudos Agricultura Familiar. 2005. CD ROOM.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KRONE, E. E. *Identidade e cultura nos Campos de Cima da Serra (RS): práticas, saberes e modos de vida de pecuaristas familiares produtores de queijo serrano*. 2009.

- Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- KRONE, M. Z. Mercantilização, heterogeneidade social e autonomia na produção familiar: uma análise da pecuária familiar do sul do Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D.; MATTE, A. NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. (Org.) *Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 131-148.
- KUHN, D. *Oportunidades, ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul: as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.
- LAMARCHE, H. *Agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- LAMARCHE, H. As lógicas produtivas. In: LAMARCHE, H. (Org.). *A agricultura familiar: comparação internacional. Do mito a realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. P. 61-87.
- LAZZAROTTO, D. *Os Sete Povos das Missões*. Coleção Cadernos do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1996.
- LIMONAD, E. *et al. Brasil Século XXI – por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004.
- LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LONG, N. *Introdução a sociologia do desenvolvimento rural*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1982.
- _____. *Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social, 2007.
- LONG, A.; PLOEG, J. D. Endogenous development: practices and perspectives. In: LONG, A.; PLOEG, J. D. (Ed.) *Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1994. P. 1-6.
- _____. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. (Org.). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011, p. 21-48.
- _____. Commoditization: thesis and antithesis. In: LONG, N. *et al. The commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Netherlands: Agricultural University os Wageningen, 1986, p. 8-23.
- MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.) *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2015.
- MARTINS, T. C. *A dinâmica da produção cultural: as atribuições das instituições culturais na Região das Missões*. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2014.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1975.

- _____. *Gundrisse. Harmondsworth. Middlesex. 1973.*
- MATTE, A. *Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul.* 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MIELITZ NETTO, C. G. A. *Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira.* 1994. 224 f. Tese. (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- MIGUEL, L. A. *et al. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no Estado do Rio Grande do Sul.* Estudo & Debate, Lajeado, v. 14, n. 2, p. 95-123, 2007.
- _____. Origem e evolução dos sistemas agrários no Rio Grande do Sul. In: MIGUEL, L. A. (Org.). *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários.* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 133-147. (Série EAD/UFRGS). 2009.
- _____. *Entre os campos e as florestas: origem e evolução da agricultura no Rio Grande do Sul/Brasil.* Artigo apresentado no Séminaire franco-brésilien: dialogues contemporains sur la question agraire et l'agriculture familiale au Brésil et en France. Paris, 24 et 25 avril, 2013.
- MIN. Ministério da Integração Nacional. *PDFF*, Brasil: 2009a.
- _____. Ministério da Integração Nacional. *PROMESO*, Brasil: 2009b.
- NESKE, M. Z. *Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da pecuária familiar no território do Alto Camaquã do Rio Grande do Sul.* Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- _____. Mercantilização, heterogeneidade social e autonomia na produção familiar: uma análise da pecuária familiar do Sul do Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D.; MATTE, A. NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. (Org.) *Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 131-148.
- NIEDERLE, P. A. *Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS.* 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- NIEDERLE, P. A. WESZ JÚNIOR, V. J. *A agroindústria familiar da região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida.* Vol. 14, n. 03p. 75-102, set./dez. Revista REDES. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.
- NORTH, D. C. *A agricultura no crescimento econômico regional.* Traduzido por MARTINS, M. C. S. e revisado por SCHWARTZMAN, J. de NORTH, D. C. *Agriculture in regional economic growth. Journal of Farm Economics*, 41(5):943-51, dez. 1959, com permissão do autor e de American Journal of Agricultural Economics.
- NORTH, D. C. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico.* Tradução de HART, E. Série Ensaios & Artigos Instituto Liberal, 1990. 36 p.

OLIVEIRA, S. D. R.; FERREIRA, H. V. C. *A política regional brasileira: proposta de modelo de governança para a elevação da PNDR a condição de política de Estado*. In: Anais VI SIDR. UNISC, agosto, 2013. P.1-16.

PAVIANI, J. *Conhecimento científico e ensino: ensaios de epistemologia prática*. Caxias: EDUCS, 2006. 86. p.

PECQUEUR, B. *A guinada territorial da economia global*. Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política, PPSP UFSC, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewArticle/11615>>.

PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Mercado Aberto, 2002.

PLOEG, J. D. The agricultural labour process and commoditization. In: LONG, N. *et al. The Commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Netherlands, Agricultural University of Wagening, 1986, p. 24-57.

_____. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

_____. Heterogeneity and styles of farming. In: PLOEG, J. D. (Org.). *Labor, Markets and Agricultural Production*. Boulder, San Francisco and Oxford: Westview Press, 1990. P. 1-35.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E. S. e MOLINA, M. G. (Org.). *Ecología, campesinato e história*. Madrid: La Piqueta, 1992, p. 153-195.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. O. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. O. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2. Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 15-56.

_____. El mercant de trabajo agrícola y la mercantilizacion. In: GUSMAN, E. S. (Org.) *Ecología, campesinato y historia*. Madri: Piqueta, 1993. P. 153-196.

_____. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D.; LONG, A. (Org.). *Born from within: practices and perspectives os endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1994. P. 7-30.

_____. The agricultural labour process and commoditization. In: LONG, N. *et al. The commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Netherlands: Agricultural University of Wagenningen, 1986, p. 24-57.

_____. *Labour, markets and agricultural production*. Boulder: Westview Press, 1990, p. 1-35, 259-285.

_____. *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano. Estudos camponeses e mudança agrária*. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora UFRGS, 2016.

_____. *The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*. Assen: Van Gorcum, 2003.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus. [1944]. 1988.

_____. *Primitive, Archaic and modern economies: essays of Karl Polanyi*. Boston: Ed. G. Dalton. [1968]. 2000.

POLACINSKI, E. *et al.* *Plano de desenvolvimento do APL da agroindústria familiar das Missões (RS)*. Santo Ângelo: FuRI, 2014.

PORTO, R. G. *Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional: estudo de caso no município de Bagé, Rio Grande do Sul*. 166 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar). Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

RADOMSKY, G. F. W.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. *Pesquisa de Desenvolvimento rural: técnicas, bases de dados e estatística aplicados aos estudos rurais*. Vol. 2. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.

REVERBEL, C. *O Gaúcho. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

RIBEIRO, C. M. *Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. *Pecuária familiar na Região da Campanha do Rio Grande do Sul*. Série Realidade Rural, Porto Alegre, v. 34, p. 11-46, 2003.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E. *et al.* *Brasil Século XXI – por uma nova regionalização*. São Paulo: Max limonad, 2004.

RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento e Gestão. *Atlas socioeconômico do RS*. Disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=545>.

RODRIGUES, A. A. Enfoque de sistemas na agricultura: as diferentes linhas de atuação. In: (Org.). *Seminário sobre sistemas de produção: conceitos, metodologias e aplicações*. Curitiba, 1999. p. 1-15.

ROTA, E. *A construção do desenvolvimento: análise de um modelo de interação entre regional e global*. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

SANDRINI, G. B. D. *Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia produtiva da carne*. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

SANTOS, M. *A natureza do Espaço - técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método*. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

_____. *Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n 54, p. 35-59, 1976.

SANTOS, J. Q. Os Guarani-missioneiros e a luta pela terra. In: CHRISTENSEN, T. N. S. (Coord.) *Missões: A questão indígena. Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros*. Volume 1, Santa Rosa: Editora UNIJUÍ, 1997. P. 121-150.

SAUSEN, J. O.; OLIVEIRA, J. R. *Análise histórica do processo de mudança na territorialidade de um município da Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul*. ANPAD. Bento Gonçalves, 2013.

SCHNEIDER, S. (Org.) *A diversidade da agricultura familiar*. 2 edição. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

_____. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, S. WAQUIL, P. D. *Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais*. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 39, n. 3, p. 117-142, jul./set. 2001.

_____. Desenvolvimento agrário e desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: uma caracterização socioeconômica a partir dos municípios. In: VERDUM, R; BASSO, L. A. e SUERTEGARAY, D. M. N. (Org.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 127-146.

SEBRAE; SENAR; FARSUL. *Diagnóstico de sistemas de produção de bovinocultura de corte do Estado do Rio Grande do Sul*. 2005. Relatório de pesquisa – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. *Diagnóstico de sistemas de produção de bovinocultura de corte do Estado do Rio Grande do Sul*. 2005. Base de dados – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SEPLAN. *Perfil socioeconômico COREDE Missões*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Porto Alegre: 2015a.

_____. *Cadernos de regionalização do plano plurianual 2016-2019 – Região Funcional 7*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. Porto Alegre: 2015b.

SEVERINO, A. J. *Filosofia*. São Paulo: Cortez, 1994.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMONIAN, L. T. L. As Missões e as terras indígenas no Rio Grande do Sul. In: CHRISTENSEN, T. N. S. (Coord.) *Missões: A questão indígena. Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros*. Volume 1, Santa Rosa: Editora UNIJUÍ, 1997. P. 78-100.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOUZA, J. O. C. Autoctonia (re)velada: invisibilidade e alteridade indígenas na sociedade pluriétnica sulbrasileira (Rio Grande do Sul). CHRISTENSEN, T. N. S.

(Coord.) *Missões: A questão indígena. Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Volume 1, Santa Rosa: Editora UNIJUÍ, 1997. P. 165-196.

SPANEVERELLO, R. M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SUERTEGARAY, D. M. N.; GUASSELLI, I. A. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A. e SUERTEGARAY, D. M. N. (Org.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 27-38.

SWYNGEDOUW, E. Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamineto. In: FERNÁNDEZ, V. R. e BRANDÃO, C. (Orgs.) *Escalas y políticas del desarrollo regional*. Buenos Aires: Ed.Mino Dávila, 2010. p.47-75.

_____. *The sócio-spatial implications if inovations in industrial organisation*. Working paper n. 20, Johns Hopkins European Center for Regional planning and research. Lile: 1986.

TORRES, J. E. H.; MIGUEL, I. A. D. *A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida: estudo de caso sobre a análise socioeconômica na pecuária familiar no município de Santana do Livramento/RS*. Série Realidade Rural. Porto Alegre, v. 34, p. 47-78, 2003.

TOURRAND, J. F. Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul. WAQUIL, P. D.; MATTE, A. NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. (Org.) *Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 7-9.

TRIVINÕS, A. N.S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Anais do ENANPUR*, 2001. P.140-151. Disponível em: www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/.../2147/2100.

VAINER, C. B. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: Os desafios da fragmentação. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. V.9, nº 1, maio, 2007. P.9-23. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/167/151>

WAQUIL, P. D.; GIANLUPPI, L. D. F.; MATTOS, E. J. *As múltiplas dimensões do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 26, Número Especial, p. 117-142, maio, 2005.

WAQUIL, P. D. et al. *Para medir o desenvolvimento territorial rural: validação de uma proposta metodológica*. In: XLV Congresso da SOBER, Londrina, 2007.

WAQUIL, P. D.; MATTE, A. NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. (Org.) *Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Série Estudos Rurais, 2010.

ZARTH, P. A. *História agrária do planalto gaúcho. 1850-1920*. Ijuí/RS: UNIJUÍ, 1997.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: “**A COMMODITIZAÇÃO DO RURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA BOVINOCULTURA DE CORTE NA REGIÃO DO COREDE MISSÕES/RS**”, por parte dos protagonistas da mesma. O objetivo principal dessa pesquisa é analisar o movimento de *commoditização* e as suas repercussões na bovinocultura de corte na Região do COREDE Missões. Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

Eu, _____, fui informado dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim desejar. O pesquisador certificou-me de que minha identidade será preservada. Em caso de dúvidas poderei chamar o pesquisador Daniel Claudy da Silveira - (55) 98413-6256 ou os Orientadores da pesquisa, docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC), Prof. Dr. Silvio Cezar Arend e Prof. Dra. Cidonea Machado Deponti, PPGDR/UNISC (051) 3717-7392, UNISC - Bloco 10 - Sala 1023. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome do Participante
Data:

Assinatura do Participante

Nome do Pesquisador
Data:

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA PESQUISA DE CAMPO

ESTRUTURAÇÃO DA TESE E O ROTEIRO PARA ENTREVISTAS – COREDE MISSÕES/RS

1. Justificativa: realização da pesquisa com os bovinocultores de corte na Região do COREDE Missões

a) *Regionalização*: a região é composta por 25 municípios e se estabeleceu por uma política de governo (do tipo *top down*) como estratégia de regionalização, com intuito de proporcionar autonomia no destino de verbas que sejam estratégicas e prioritárias para a região, em um processo de participação e empoderamento regional;

b) *O território está distribuído entre dois biomas*: bioma Pampa (nos municípios de Bossoroca, São Miguel das Missões, Santo Antônio das Missões, Garruchos e São Luiz Gonzaga) e bioma Mata Atlântica (restante dos municípios);

c) *Dicotomia proporcionada pela colonização na região (mais especificamente ao longo do rio Ijuí)*: acima do rio Ijuí – colonização camponesa europeia; e abaixo do rio Ijuí – miscigenação entre portugueses, espanhóis e índios;

d) *Identidade territorial e econômica*: Norte e Leste da região é caracterizada pela presença de pequenas propriedades oriundas da agricultura familiar, formada por pequenos produtores rurais; Sul e Oeste da região é caracterizada pela presença de grandes propriedades rurais, produtores de grãos e pecuária de corte;

e) A bovinocultura de corte tem forte presença no território missioneiro;

f) *Aspectos ambientais regionais*: microclima diferenciado na região Oeste das Missões, na encosta do rio Uruguai (fronteira entre Brasil x Argentina); bioma Pampa – pastagens naturais na região Sul/Sudoeste do território, que concentra a produção de 55% do rebanho bovino de corte;

g) *Produção de bovinos de corte*: extensiva no sul do território com a pecuária de corte, e intensiva ao norte, com grande presença da pecuária leiteira;

h) *Rebanho de bovinos de corte*: total de 786.500 cabeças – Santo Antônio das Missões (152.122 cabeças), Bossoroca (115.331 cabeças), Garruchos (61.137 cabeças), São Luiz Gonzaga (58.000 cabeças) e São Miguel das Missões (52.000 cabeças). Tais municípios representam 56% do rebanho regional, com um total de 438.590 cabeças;

i) *Transição da pecuária leiteira para a pecuária de corte como efeito do processo de commoditização da produção sobre a produção leiteira*: isto ocorre pelos motivos de: adequação a normas e procedimento, mão de obra, tecnologia e capital. Além disto, a transição ocorre pelo *know how* existente na produção/manejo de pastagens, pela estrutura de produção ser a mesma, por realizar a cria e engorda, pelo baixo volume de investimento necessário, pela mão de obra não intensiva, pela alternativa para os produtores manterem-se com rentabilidade no campo e pelo manejo sustentável de campos e pastagens;

j) *Rentabilidade*: não é o principal motivo dos produtores manterem-se no campo: está atrelado ao seu modo de vida missioneiro;

l) A literatura existente sobre a pecuária de corte ou pecuária familiar do Estado do Rio Grande do Sul desconsidera a região missioneira; pela justificativa de que tal produção não é importante ou significativa no âmbito regional e estadual.

2. Estado da Arte: literatura existente sobre a pecuária e bovinocultura de corte no Estado do Rio Grande do Sul;

3. Mapeamento das principais regiões produtoras do estado, bem como o seu modo de vida, rebanhos, características e perfis dos bovinocultores de corte;

4. Direcionamento da pesquisa de campo: quatro (4) tipos de produtores (objetivos econômicos) – cria, recria, cria e recria, ciclo completo da bovinocultura de corte.

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

1. Tipos de produtores a serem considerados/buscados na pesquisa:

Tipos de Produtores - COREDE Missões	
Objetivo Econômico	Número de Produtores
Cria	de 5 a 10
Recria/terminação	de 5 a 10
Cria/recria	de 5 a 10
Ciclo completo	de 5 a 10
Total	de 25 a 50

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

2 – A entrevista semiestruturada seguirá a seguinte organização, com as variáveis sendo divididas em eixos temáticos:

a) Perfil da propriedade/produtor rural:

- Natureza do trabalho – mão de obra (familiar, contratada ou mista);
- Área total dos estabelecimentos rurais (hectares);
- Sistema de manejo da pastagem (pastoreio contínuo, rotativo ou misto);
- Forma de comercialização (venda ao intermediário, frigorífico, intermediário + frigorífico);
- Tipos de intermediários (escritório de vendas, produtor/invernador, feiras e remates, misto – produtor + feiras e remates);
- Sexo (masculino ou feminino);
- Faixa etária (idade);
- Grau de escolaridade;
- Renda agrícola (salários mínimos);
- Renda não agrícola (aposentados rurais, assalariado/funcionário público/serviços/autônomo...);
- Opção pela pecuária: indução (política pública), rentabilidade (racional/alternativa de renda), histórica (cultura/modo de vida/tradição) – herança familiar, compra da terra, sucessão familiar, posse da terra;
- Outras atividades agrícolas – culturas;
- Proporção da renda de outras atividades em relação a pecuária - %;

b) Infraestrutura e geografia:

- Localização;

- Acessos e distribuição;
- Logística;
- Energia;
- Fertilidade/qualidade do solo/relevo;
- Comunicação – telefone/internet;
- Máquinas e equipamentos/instalações;
- Disponibilidade de água;
- Porte da propriedade;

c) Sociocultural e Histórico:

- Colonização – origem;
- Modo de vida e identidade territorial;
- Cultura e tradição (marcações e festas de castração) kerbs, práticas de manejo, carneanção, reciprocidade;
- História/trajetória;
- Organização da produção;
- Trabalho – horas, tipos de atividades, equipamento;
- Sucessão rural – filhos – a montante e a jusante - papel;
- Capacitação mão de obra e de gerenciamento - educação;
- Identidade territorial – jeito de ser – manejo do pasto, saber fazer, vacinação, cocho, confinamento;

d) Econômico:

- Capital/crédito – próprio, terceiros, políticas públicas, acesso a crédito;
- Tecnologia e inovação – genética – rebanhos, raças;
- Concorrência de outras culturas;
- Mercado – nacional, local, internacional, regional;
- Comercialização – frigoríficos, canais, intermediários;
- Mão de obra;
- Ciclos de produção;
- Rentabilidade;
- Grau de *commoditização* da produção/certificação/rastreabilidade/normas/denominação de origem e indicação geográfica;
- Preço da terra, concentração fundiária;

- Custo de produção – se paga? sobra?;
- Preços – incentivo ou desincentivo a produção;
- Existe mecanismo de gestão da produção?
- Concentração do mercado – local, regional...
- Produtividade média (kg, ciclos, r\$);
- Ração: terceiros, interna, silagem, milho, farelo...;
- Transição de sistema de produção – leiteira para corte;

e) Ambiental:

- Bioma;
- Pastagens naturais;
- Sustentabilidade;
- Microclima;
- Problemas sanitários – inspeção sanitária;
- Bem-estar animal;
- Abate;
- Zoneamento ecológico;

d) Institucional:

- Políticas públicas – Pronaf, incentivos municipais, órgãos de pesquisa;
- Sindicatos;
- Parcerias público-privadas;
- Extensão rural e assistência técnica – veterinários, agrônomos e técnicos;
- Pesquisa e desenvolvimento;
- Secretarias municipais de agricultura – compra de animais – rebanhos...;

3. Analogia: produtor/lógica regional versus capital/corporações/lógica global-commoditização

D) *Tipo: produtor missioneiro – local/regional – diferenciação do produto =* engajados na comercialização local/regional – agroindustrialização de produtos oriundos da bovinocultura de corte – dentro de uma lógica de produção e manejo sustentável/sustentabilidade, reciprocidade, modo de vida, identidade territorial;

II) *Tipo: produtor global, voltado para o mercado* – nacional/global/capital/corporações – produção em escala - mergulhado em um processo de *commoditização* e homogeneização da produção – certificação/denominação de origem/rastreabilidade/produção intensiva – rentabilidade, tecnologia, genética;

III) *Tipo híbrido ou misto* – que detém uma mescla, transitando entre aspectos presentes nos dois tipos de produtores.

APÊNDICE C – ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS – BOVINOCULTURA DE CORTE NA REGIÃO DO COREDE MISSÕES – PPGDR/UNISC

Data: ____/____/____

Nome do entrevistado: _____ Idade: _____

Proprietário(a) () Filho () Outro (): _____ () M () F

Localidade/Distrito: _____

Município: _____

Telefone(s): _____ E-mail: _____

Quanto tempo reside nesse local: _____

Distância (em Km) da sua casa até a cidade/aglomeração urbana do seu município: _____

Entrevistador: _____

A – CARACTERIZAÇÃO DO BOVINOCULTOR DE CORTE DA REGIÃO DO COREDE MISSÕES/RS

BLOCO 01. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

01. Quantas pessoas fazem parte do núcleo familiar?

- () 1. De 1 a 2 pessoa(s)
- () 2. De 3 a 4 pessoas
- () 3. De 5 a 7 pessoas
- () 4. De 8 a 10 pessoas
- () 5. De 11 a 13 pessoas
- () 6. De 14 a 16 pessoas
- () 7. Mais de 16 pessoas

02. Pessoas do Grupo Familiar

- () 1. Esposo
- () 2. Esposa
- () 3. Filho
- () 4. Filha
- () 5. Avô
- () 6. Avó
- () 7. Genro
- () 8. Nora
- () 9. Outro: _____

Você pode marcar diversas casas.

03. Faixa etária

- () 1. 15 a 19 anos
- () 2. 20 a 24 anos
- () 3. 25 a 29 anos
- () 4. 30 a 34 anos
- () 5. 35 a 39 anos
- () 6. 40 a 44 anos
- () 7. 45 a 49 anos
- () 8. 50 a 54 anos
- () 9. 55 a 59 anos
- () 10. 60 a 64 anos

- () 11. 65 a 69 anos
- () 12. 70 a 74 anos
- () 13. 75 a 79 anos
- () 14. 80 anos ou mais

04. Sexo

- () 1. Masculino
- () 2. Feminino

05. Escolaridade

- () 1. Sem instrução
- () 2. Ensino fundamental incompleto
- () 3. Ensino fundamental completo
- () 4. Ensino médio incompleto
- () 5. Ensino médio completo
- () 6. Ensino superior incompleto
- () 7. Ensino superior completo
- () 8. Pós-Graduação

06. Qual é a principal fonte de renda da propriedade?

- () 1. Pecuária
- () 2. Lavoura
- () 3. Pecuária e lavoura
- () 4. Atividade não-agrícola
- () 5. Outra situação: _____

07. Se a resposta for a número 4 ou 5, de onde é proveniente esta renda de atividade não agrícola?

- () 1. Funcionário Público
- () 2. Assalariado do setor privado
- () 3. Aposentado
- () 4. Outro: _____

08. Qual a renda anual desta outra fonte?

- 1. Até R\$1.000,00
- 2. De R\$1.001,00 a R\$10.000,00
- 3. De R\$10.001,00 a R\$20.000,00
- 4. De R\$20.001,00 a R\$30.000,00
- 5. De R\$30.001,00 a R\$40.000,00
- 6. De R\$40.001,00 a R\$50.000,00
- 7. Mais de R\$50.000,00
- 8. Não há outra renda

BLOCO 02. ASPECTOS DA PROPRIEDADE RURAL

10. Condição do produtor

- 1. Proprietário
- 2. Meeiro
- 3. Arrendatário
- 4. Proprietário da Família
- 5. Outro

Você pode marcar diversas casas.

11. Como foi a aquisição da terra?

- 1. Por meio de herança
- 2. Compra de parentes
- 3. Compra de terceiros
- 4. Por doação
- 5. Posse provisória
- 6. Por atribuição (colonização, etc)
- 7. Não sou proprietário
- 8. Outro: _____

12. Tamanho da propriedade

- 1. De 1 a 10 ha
- 2. De 11 a 20 ha
- 3. De 21 a 30 ha
- 4. De 31 a 40 ha
- 5. De 41 a 50 ha
- 6. De 50 a 100 ha
- 7. De 101 a 200 ha
- 8. De 201 a 300 ha
- 9. De 301 a 400 ha
- 10. De 401 a 500 ha
- 11. Mais de 501 ha

13. Quantos hectares são destinados à atividade da bovinocultura de corte?

- 1. De 1 a 10 ha
- 2. De 11 a 20 ha
- 3. De 21 a 30 ha
- 4. De 31 a 40 ha
- 5. De 41 a 50 ha
- 6. De 50 a 100 ha
- 7. De 101 a 200 ha
- 8. De 201 a 300 ha
- 9. De 301 a 400 ha
- 10. De 401 a 500 ha
- 11. Mais de 501 ha

09. Em média, por ano, qual é a renda proveniente das atividades agropecuárias?

- 1. Até R\$1.000,00
- 2. De R\$1.001,00 a R\$10.000,00
- 3. De R\$10.001,00 a R\$20.000,00
- 4. De R\$20.001,00 a R\$30.000,00
- 5. De R\$30.001,00 a R\$40.000,00
- 6. De R\$40.001,00 a R\$50.000,00
- 7. Mais de R\$50.000,00
- 8. Não há outra renda

14. Há quanto tempo está na atividade de bovinocultura de corte?

- 1. Até 5 anos.
- 2. De 5 a 10 anos
- 3. De 10 a 20 anos
- 4. De 20 a 30 anos
- 5. De 30 a 40 anos
- 4. De 40 a 50 anos
- 5. Mais de 50 anos

15. Utilização da área da propriedade

- 1. Lavoura permanente
- 2. Lavoura temporária
- 3. Açude
- 4. Floresta nativa
- 5. Floresta exótica/reflorestada
- 6. Campo
- 7. Pastagens

Você pode marcar diversas casas

16. COM RELAÇÃO A ÁREA DA PROPRIEDADE, QUAIS MUDANÇAS FORAM REALIZADAS NOS ÚLTIMOS ANOS?

- 1. Aumentou (ha): _____
- 2. Diminuiu (ha): _____
- 3. Não houve alteração

17. QUAL O TIPO DE SISTEMA DE CRIAÇÃO DA BOVINOCULTURA DE CORTE:

- 1. CRIA
- 2. CRIA/RECRIA
- 3. RECRIA/TERMINAÇÃO
- 4. CICLO COMPLETO
- 5. Transição Bovinocultura Leiteira e Bovinocultura de Corte

18. MUDOU NOS ÚLTIMOS ANOS?

- 1. SIM
 - 2. Não
- Porquê? _____
- _____

19. Qual o tipo de sistema de produção que adota em sua propriedade?

- 1. Extensivo
- 2. Semi-intensivo
- 3. Intensivo (confinamento)

20. Recursos forrageiros:

1. Campo nativo
 2. Campo nativo melhorado
 3. Campo nativo – com poteiros diferidos
 4. Pastagens cultivadas: Quais (aveia, azevém, trevo, cornichão...): _____
 5. Outros: _____

BLOCO 03. ASPECTOS INFRAESTRUTURAIS**22. Quais as fontes de fornecimento de água para os animais?**

1. Açude
 2. Barragem
 3. Rio
 4. Riacho
 5. Vertedouro
 6. Outro: _____

23. Utiliza irrigação na propriedade?

1. Sim
 2. Não.
Para qual finalidade? _____

24. A propriedade possui energia elétrica?

1. Monofásica
 2. Bifásica
 3. Trifásica
 4. Não possui

25. Máquinas e equipamentos de propriedade

1. Arado

BLOCO 04. ASPECTOS PRODUTIVOS – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**27. Quantas unidades de trabalho você utiliza para o desempenho da produção?**

28. Qual a natureza da mão-de-obra?

1. Familiar – N° UTF: _____
 2. Contratada – N° UTC: _____
 3. Cooperação (ajuda mútua)

Você pode marcar diversas casas.

29. Quantas horas de trabalho envolvidas por dia em média?

1. 1 hora
 2. 2 horas
 3. 3 horas
 4. 4 horas
 5. 5 horas
 6. 6 horas
 7. 7 horas
 8. 8 horas
 9. Outra: _____

21. Como você vê o campo nativo?

1. Um recurso de pouca importância e de baixa qualidade
 2. Um recurso razoável que precisa ser complementado com outras pastagens
 3. Um recurso excelente e de baixo custo e que deve ser mantido
 4. Se tivesse condição, substituiria tudo por lavoura ou outra pastagem melhor

2. Arado de tração animal
 3. Batedor de cereais
 4. Colheitadeira
 5. Ensilhadeira
 6. Micro trator
 7. Trator
 8. Niveladora
 9. Plantadeira
 10. Plantadeira manual
 11. Pulverizador
 12. Pulverizador manual
 13. Reboque
 14. Reboque de tração animal
 15. Roçadeira
 16. Roçadeira costal
 17. Subsolador
 18. Outros: _____

Você pode marcar diversas casas.

26. As instalações (estrutura) para a realização da bovinocultura de corte em sua propriedade são adequadas e suficientes para o desenvolvimento da atividade?

1. Sim
 2. Não

30. Como é a forma de organização do trabalho produtivo:

1. Histórico e cultural - conservador
 2. Modo de vida – missionário/tropeiro
 3. Sustentável
 4. Racional – de mercado
 5. Outra: _____

31. Onde o conhecimento foi adquirido?

1. Adquirido na família
 2. Adquirido por meio de orientação

Você pode marcar diversas casas.

32. Houve grandes mudanças na organização do trabalho da bovinocultura de corte?

1. Sim
 2. Não

33. Quando foi? Quais eventos marcantes? Quem influenciou?

34. Observou mudanças nas relações entre grandes e pequenas propriedades? Como?

BLOCO 05. ASPECTOS MERCADOLÓGICOS

36. Quais são as exigências sanitárias, fitossanitárias e de bem estar animal que influenciam ou influenciaram o desenvolvimento da bovinocultura de corte?

1. Bem estar animal
 2. Manejo
 3. Qualidade - teor de gordura/aspecto da carne
 4. Rastreabilidade – confinamento e complementação
 5. Inspeção sanitária – Sistema Inspeção Municipal (SIM)
 6. Produtividade
 7. Genética
 8. Vacinas
 9. Recria e inseminação
 10. Práticas sustentáveis
 11. Certificação
 12. Outra: _____
Quem influenciou? _____
Quando ocorreu? _____

37. Como você observa os entraves de comercialização e abate referentes a vigilância sanitária e inspeção animal – sistema de inspeção municipal - SIM?

38. Você é a favor ou contra a terceirização da fiscalização e inspeção sanitária sobre a bovinocultura de corte?

1. A favor
 2. Contra

39. Por qual razão?

35. Quanto a tecnologia dos equipamentos/máquinas utilizados na propriedade?

1. Todos os equipamentos/máquinas são com tecnologia própria
 2. Há equipamentos/máquinas com tecnologia própria e tecnologia adquirida
 3. Todos os equipamentos/máquinas são com tecnologia adquirida

40. Quais canais de comercialização que você utiliza – formais ou informais?

1. Para outros pecuaristas
 2. Para os frigoríficos
 3. Açougues
 4. Em feiras e remates
 5. Para o intermediário - atravessador
 6. Venda direta para consumidores
 7. Para os vizinhos
 8. Vendas para instituições públicas
 9. Vendas externas a região
 10. Exportação

Você pode marcar diversas casas.

41. Como é o transporte dos produtos produzidos na bovinocultura?

1. Com veículo próprio
 2. Com veículo terceirizado/contratado
 3. Com veículo da cooperativa
 4. Com veículo do vizinho
 5. Com veículo do fornecedor
 6. Com veículo do cliente

Você pode marcar diversas casas.

42. As vendas da produção são:

1. Somente a vista
 2. Vendas a vista e a prazo
 3. Somente a prazo

43. Quantos animais são vendidos por ano?

Machos < 2 anos: _____
Preço médio da carcaça: R\$ _____
Fêmeas < 2 anos: _____
Preço médio da carcaça: R\$ _____
Vacas de descarte: _____
Preço médio da carcaça: R\$ _____
Outros: _____

44. Quando pensa na bovinocultura de corte nos últimos, como você considera o período atual?

- 1. Piorou muito
- 2. Piorou pouco
- 3. Nada mudou, está tudo igual
- 4. Melhorou pouco
- 5. Melhorou muito

45. Percebe algumas mudanças na demanda dos consumidores?

- 1. Sim. Quais: _____
- 2. Não

46. Quais matérias primas são produzidas na propriedade?

- 1. Silagem
- 2. Pastagem
- 3. Farelo
- 4. Outro: _____

47. Quais matérias primas são adquiridas de fornecedores?

- 1. Silagem
- 2. Pastagem
- 3. Farelo
- 4. Outro: _____

48. A compra de matéria-prima/suprimentos da atividade da bovinocultura são:

- 1. Somente a vista
- 2. Vendas a vista e a prazo
- 3. Somente a prazo
- 4. Outro: _____

49. Qual a origem das matérias primas compradas?

- 1. Vizinhos
- 2. Cooperativa
- 3. Comércio local
- 4. Fornecedor regional
- 5. Fornecedor externo
- 6. Outro: _____

Você pode marcar diversas casas.

50. Realiza trocas de produtos?

- 1. Com familiares
- 2. Com vizinhos
- 3. Com fornecedores

BLOCO 06. ASPECTOS TÉCNICOS DA BOVINOCULTURA DE CORTE

55. Quais são as espécies animais presentes na propriedade e os números? Porque essa raça? qual a função dessa criação (autoconsumo,

- 4. Com clientes
- 5. Não trocam produtos

Você pode marcar diversas casas.

51. Após a operação carne fraca, deflagrada pelo Governo Federal, quais foram os efeitos negativos enfrentados por você produtor?

- 1. Redução de preço
- 2. Exigências mercadológicas
- 3. Aspectos Sanitários
- 4. Bem estar animal
- 5. Redução da demanda por carne – embargos para exportação
- 6. Aumento da fiscalização
- 7. Rastreabilidade
- 8. Não houve efeitos negativos
- 9. Outra: _____

52. Após a operação carne fraca, deflagrada pelo Governo Federal, quais foram os efeitos positivos identificados por você produtor?

- 1. Aumento do preço
- 2. Desconcentração de mercado
- 3. Maior controle sobre os aspectos sanitários
- 4. Bem estar animal
- 5. Aumento da demanda por carne – mercado interno e externo
- 6. Aumento da fiscalização
- 7. Rastreabilidade
- 8. Não houve efeitos positivos
- 9. Outra: _____

53. O que levou a transição do sistema de produção do leite para a bovinocultura de corte?

- 1. Rentabilidade
- 2. Especialização
- 3. Tecnologia
- 4. Mão de obra
- 5. Disponibilidade de terra
- 6. Exigência impostas pelo mercado
- 7. Calote das cooperativas
- 8. Aspectos sanitários e fitossanitários
- 9. Outra: _____

54. A bovinocultura de corte é uma saída para manter-se no campo?

- 1. Sim
- 2. Não

comercialização do animal ou de seu subproduto)?

ESPÉCIE	NÚMERO	RAÇA	RAZÃO
BOVINOS			

SUÍNOS			
OVINOS			
CAPRINOS			
AVES			
Equinos			
Outros:			

56. Realiza dimensionamento da capacidade suporte (UA/ha)?

- () 1. Sim
() 2. Não

57. Qual a carga média (animais/ha)?

58. Qual a produtividade média por cabeça (quilo vivo)?

- () 1. Até 100 kg
() 2. De 100 a 150 kg
() 3. De 150 a 200 kg
() 4. De 200 a 250 kg
() 5. De 250 a 300 kg
() 6. De 300 a 350 kg
() 7. De 350 a 400 kg
() 8. De 400 a 450 kg
() 9. De 450 a 500 kg
() 10. Acima de 500 kg

59. Quais recursos forrageiros utiliza:

- () 1. Campo nativo
() 2. Campo nativo melhorado
() 3. Campo nativo – com poteiros diferidos
() 4. Pastagens cultivadas (aveia, azevém, trevo, cornichão)
() 5. Ambas

60. Quais tratos culturais são utilizados com as pastagens?

- () 1. Queimadas. Qual frequência? _____
() 2. Controle planta daninha. Como? _____
() 3. Mecânico
() 4. Cultural
() 5. Químico
() 6. Outro: _____

61. Tem problema com “inso” (campo sujo, plantas “indesejáveis”, *annoni*) em sua propriedade?

- () Sim
() Não.

62. Quais problemas?

- () 1. Campo sujo
() 2. Plantas indesejáveis
() 3. *Annoni*
() 4. Outro: _____

63. Quais são as principais mudanças climáticas que afetam a produção?

- () 1. Temperatura
() 2. Ritmo de chuva - alagamentos
() 3. Seca
() 4. Arbustos
() 5. Plantas daninhas
() 6. Qualidade da água
() 7. Temporais
() 8. Outro: _____

64. Quais são as principais mudanças no manejo do rebanho esses últimos anos?

- () 1. Alimentação
() 2. Manejo
() 3. Bem estar animal
() 4. Aspectos sanitários
() 5. Produtividade dos animais
() 6. Partos
() 7. Fiscalização
() 8. Outro: _____
Quando ocorreu? _____

Quem influenciou? _____

65. Quais são as principais mudanças no manejo das pastagens (adubação, renovação, produtividade)? Quando foi? Quem influenciou?

- () 1. Adubação
() 2. Renovação
() 3. Produtividade
() 4. Outro: _____
Quando ocorreu? _____

Quem influenciou? _____

66. Na propriedade são realizados partos?

- () 1. Sim. Quantos: _____
Qual período: _____
() 2. Não

67. Como é feita a reprodução dos animais?

- () 1. Inseminação artificial
() 2. Monta natural
() 3. Ambos

68. Os animais ficam o ano todo nas pastagens?

- () 1. Sim
() 2. Não

69. Possui período de confinamento/estabulado?

- () 1. Sim
() 2. Não

70. Considera que a pastagem é alimento suficiente para a produção e manutenção dos animais?

- () 1. Sim
() 2. Não

71. Realiza suplementação?

- () 1. Sim
() 2. Não

Porque? _____
Quando utiliza? _____

72. Quais tipos de alimentos concentrados você usa para o rebanho?

73. Você usa sal mineral?

- () 1. Sim
() 2. Não

74. Realiza divisão de pastagem em piquete ou em pasto?

- () 1. Sim
() 2. Não

75. Quais são os parâmetros adotados para definir o tempo de ocupação dos pastos ou piquetes?

76. Aplicam ou utilizam algum tipo de fertilizante/adubo nas pastagens? Quais (plantado, cobertura)?

77. Trabalha com assistência técnica?

- () 1. Sim
() 2. Não

Instituições Responsáveis: _____

78. Qual o tipo de Assistência Técnica?

- () 1. Agronômica
() 2. Veterinária
() 3. Zootecnista
() 4. Técnico Agrícola/Agropecuário
() 5. Gestão da Produção e comercialização
() 6. Outra: _____

79. Qual a Frequência da Assistência Técnica?

- () 1. Anual
() 2. Semestral
() 3. Mensal
() 4. Semanal
() 5. Diária
() 6. Esporádica

BLOCO 07. ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

80. Qual a trajetória histórica da propriedade? Opção pela pecuária?

- () 1. Indução – política pública
() 2. Rentabilidade – racional, alternativa de renda.
() 3. Histórica – cultura, modo de vida, tradição, herança...
() 4. Outra: _____

81. Qual sua percepção sobre o modo de vida no meio rural?

82. A bovinocultura de corte está vinculada ao seu modo de vida ou identidade territorial - missioneiro?

- () 1. Sim
() 2. Não

83. Principais vantagens da ocupação na bovinocultura de corte?

84. Principais desvantagens da ocupação na bovinocultura de corte?

85. Quais são as principais motivações para você ser um pecuarista?

- 1. Permite lucro
- 2. Permite o sustento da família
- 3. Permite a ocupação dos membros da família
- 4. Permite vender animais em períodos de necessidade
- 5. Porque é a única atividade/alternativa possível ou parcialmente possível em sua propriedade
- 6. Satisfação pessoal
- 7. Tradição familiar
- 8. Não sabe desenvolver outra atividade
- 9. Outra motivação: _____

86. Se tivesse que começar de novo ou pudesse escolher entre a pecuária ou outra ocupação, seria novamente pecuarista?

- 1. Sim

91. Tem por hábito realizar abates em sua propriedade?

- 1. Sim
- 2. Não

92. Qual a destinação?

- 1. Consumo próprio
- 2. Reciprocidade
- 3. Festas religiosas
- 4. Venda no mercado local
- 5. Agroindustrialização

2. Não
Porquê? _____

87. Aonde você costuma realizar suas compras de insumos e para a família?

- 1. Na própria comunidade onde residem
- 2. Na cidade a que pertence a localidade onde residem
- 3. Na cidade polo da região
- 4. Em outra localidade. Qual? _____
Você pode marcar diversas casas.

88. Costuma desenvolver/participar de festas de marcação, castração e outros eventos?

- 1. Sim
- 2. Não

89. Quais tipos?

- 1. Culturais
- 2. Tradicionais
- 3. Kerbs
- 4. Festas religiosas
- 5. Outra: _____

90. Porque você parou/continua?

- 1. Para seguir as tradições
- 2. Pela tradição/hábito
- 3. Exigência do mercado
- 4. Outra: _____
- 6. Outra: _____

93. Participação social da família na sociedade local e regional:

- 1. Associação comunitária
- 2. Cooperativa
- 3. Sindicato
- 4. Associação de mulheres/Clube de mães
- 5. Associação vinculada à igreja
- 6. Clube esportivo
- 7. Não participa
Você pode marcar diversas casas.

94. Participa de feiras e eventos de referência em bovinocultura de corte?

- 1. Sim
- 2. Não
Quais? _____

95. COMO É FEITA A DIVISÃO DA RENDA FAMILIAR?

- 1. O pai centraliza os rendimentos
- 2. A mãe centraliza os rendimentos
- 3. O pai e a mãe juntos centralizam os rendimentos
- 4. Os filhos(as) centralizam os rendimentos
- 5. A renda é dividida entre todos os que trabalham
- 6. Cada um fica com o que ganha
- 7. Outra situação: _____

96. Houve mudança nas atividades desenvolvidas na propriedade com a saída de membros da família?

1. Sim
 2. Não

97. Quais? (para aqueles que responderam sim):

1. Diminuíram a área da produtiva da propriedade
 2. Diminuíram o número de animais.
 3. Deixaram a atividade agropecuária e vivem de atividades não-agrícolas. Quais _____
 4. Venderam parte da propriedade.
 5. Arrendaram parte da propriedade.
 6. Substituíram trabalho manual por máquinas devido a diminuição da mão-de-obra.
 7. Contrataram trabalhadores eventualmente para ajudar.
 8. Contrataram trabalhadores fixos para ajudar.
 9. Não mudaram nada.
 10. Outra: _____

98. Consideram que houve mudança na renda familiar da propriedade com a saída dos filhos?

1. Sim
 2. Não

99. Quais? (para aqueles que responderam sim):

1. Redução da renda da atividade agropecuária, mas ainda vivem desta.
 2. Redução da renda da atividade agropecuária e hoje vivem praticamente da aposentadoria rural.
 3. Vivem da aposentadoria rural e de recursos econômicos enviados pelos filhos.

BLOCO 08. ASPECTOS ECONÔMICOS

102. Fizeram investimentos na propriedade nos últimos anos:

1. Sim.
 2. Não.

103. Em caso positivo, identifique quais foram os investimentos:

1. Compra de máquinas ou equipamentos agrícolas
 2. Construção de benfeitorias (casa, galpão mangueira, cochos...)
 3. Compra de animais (bovinos, ovinos, equinos...)
 4. Investimento na lavoura
 5. Investimento em pastagens/campo nativo
 6. Modernização e melhoria do rebanho com

4. Vivem apenas com recursos econômicos enviados pelos filhos
 5. Vivem da aposentadoria rural e de outra atividade não-agrícola
 6. Não houve alteração
 7. Outra situação. Qual: _____

Obs: Para os produtores que apresentarem duas rendas, especificar o percentual de representatividade cada uma.

100. Qual é o encaminhamento futuro que pretende dar a sua propriedade?

1. Venda
 2. Vender parte e parte manter
 3. Arrendamento
 4. Deixar para os filhos
 5. Não sabe

101. Em quem deposita mais confiança e credibilidade?

1. Nos membros da família
 2. Nos técnicos da EMATER
 3. Pessoal da Prefeitura (funcionários, etc.)
 4. Nos políticos do município
 5. Nos dirigentes do seu sindicato
 6. Nos professores da escola e universidade
 7. No padre/pastor da igreja que frequenta
 8. Nos técnicos e pessoas ligadas à cooperativa
 9. Nos compradores e intermediários que adquirem sua produção
 10. Nos fornecedores de matérias primas
 11. Nos vizinhos

Você pode marcar diversas casas (3 no máximo). novas raças ou raças melhoradas e mudança no manejo sanitário.

7. Investimento em mão-de-obra qualificada (técnica) para auxiliar na atividade.
 8. Aquisição de terras.
 7. Outro: _____.

Você pode marcar diversas casas

104. Que parcela da renda proveniente da pecuária de corte você reinveste na produção?

1. 5%
 2. 10%
 3. 20%
 4. 30%
 5. 40%
 6. 50%
 7. 100%
 8. Não investe.
 9. Outra: _____

105. Nos últimos 5 anos a atividade da bovinocultura realizou FINANCIAMENTOS em:

- 1. Construções e melhoramentos fundiários
 - 2. Animais
 - 3. Equipamentos e máquinas
 - 4. Matérias primas para a atividade
 - 5. Aquisição de terras
 - 6. Aquisição de automóvel, utilitário, caminhão...
 - 7. Aquisição de trator/implemento
 - 8. Outro: _____
 - 9. Não realizou financiamentos
- Você pode marcar diversas casas*

106. Atualmente a propriedade possui DÉVIDAS em:

- 1. Construções e melhoramentos fundiários
 - 2. Animais
 - 3. Equipamentos e máquinas
 - 4. Matérias primas para a atividade
 - 5. Aquisição de terras
 - 6. Aquisição de automóvel, utilitário, caminhão...
 - 7. Aquisição de trator/implemento
 - 8. Melhoria da moradia, móveis, itens pessoais da família
 - 9. Outro: _____
 - 10. Não há dívidas
- Você pode marcar diversas casas.*

107. Quem são os CREDORES da propriedade?

- 1. PRONAF custeio
 - 2. PROVAF investimento
 - 3. Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF
 - 4. FEAPER
 - 5. Comércio local
 - 6. Banco
 - 7. Crédito pessoal
 - 8. Outro: _____
 - 9. Não há credores
- Você pode marcar diversas casas.*

108. A aquisição de insumos depende de crédito de custeio?

- 1. Sim
- 2. Não

109. Há separação das receitas/despesas da bovinocultura das demais receitas/despesas da propriedade?

- 1. Sim
- 2. Não

110. Existe controle dos custos – software de gerenciamento?

- 1. Sim
- 2. Não

111. Qual o seu custo de produção?

- 1. Não sabe
- 2. 10%
- 3. 20%
- 4. 30%
- 5. 40%
- 6. 50%
- 7. Mais de 50%
- 8. Gera prejuízo

112. A bovinocultura produz reservas financeiras?

- 1. Sim
- 2. Não

113. Como se dá a tomada de capital, quando necessário para a bovinocultura?

- 1. Própria
- 2. Terceiros (vizinhos, parentes, amigos...)
- 3. Bancos comerciais
- 4. Política pública de acesso a crédito
- 5. Outra: _____

114. Você foi vítima da prática de abigeato na atividade da bovinocultura?

- 1. Sim
 - 2. Não
- Quantas vezes/cabeças? _____

115. Quais são, atualmente, os principais problemas que dificultam o desenvolvimento das atividades realizadas na bovinocultura de corte?

- 1. Inspeção e fiscalização sanitária
- 2. Tecnologia
- 3. Genética
- 4. Capital
- 5. Mercado
- 6. Clima
- 7. Gestão
- 8. Terra
- 9. Pastagens
- 10. Técnicas de manejo
- 11. Comercialização
- 12. Preço
- 13. Outro: _____

Você pode marcar diversas casas.

116. Como você tem tentado resolver isso?

117. Como se sente pressionado pela concorrência/cultivo de outras culturas?

- 1. Sim
- 2. Não

118. Por quais atividades?

- 1. Soja

- 2. Milho
- 3. Trigo
- 4. Fruticultura
- 5. Olericultura
- 6. Suinicultura
- 7. Ovinocultura
- 8. Avícola
- 9. Cana-de-açúcar
- 10. Arroz
- 11. Leiteira
- 12. Outra: _____

119. Por quanto você estaria disposto a vender/vendeu a sua terra (média de valor por hectare)?

- 1. Não venderia de forma alguma
- 2. Até R\$ 10.000,00/ha
- 3. De R\$ 10.000,00/há a R\$ 15.000,00/ha
- 4. De R\$ 15.000,00/há a R\$ 20.000,00/ha
- 5. De R\$ 20.000,00/há a R\$ 25.000,00/ha
- 6. De R\$ 25.000,00/há a R\$ 30.000,00/ha
- 7. De R\$ 30.000,00/há a R\$ 35.000,00/ha
- 8. Acima de R\$ 35.000,00/ha

120. Você estaria disposto a vender ou já vendeu alguma porção de sua terra – área proveniente da produção de bovinos de corte?

- 1. Sim
- 2. Não

Quantos (ha)? _____

121. Para quem você vendeu?

- 1. Parente
- 2. Vizinho
- 3. Amigo
- 4. Desconhecido

122. Para qual destinação/atividade produtiva?

- 1. Soja
- 2. Milho
- 3. Trigo
- 4. Fruticultura
- 5. Olericultura
- 6. Suinicultura
- 7. Ovinocultura
- 8. Avicultura
- 9. Cana-de-açúcar
- 10. Arroz
- 11. Leiteira
- 12. Bovinocultura
- 13. Outra: _____

123. Você migrou/migraria da bovinocultura de corte para outra atividade produtiva?

- 1. Soja
- 2. Milho
- 3. Trigo
- 4. Fruticultura
- 5. Olericultura

- 6. Suinicultura
- 7. Ovinocultura
- 8. Avícola
- 9. Cana-de-açúcar
- 10. Arroz
- 11. Leiteira
- 12. Outra: _____

124. As cotações dos preços recebidos por você produtor, interferem na sua permanência na atividade?

- 1. Sim
- 2. Não

125. Os resultados econômicos fazem diferença na sua manutenção/sobrevivência neste atividade - bovinocultura de corte?

- 1. Sim
- 2. Não

126. O que mais interfere na sua permanência na atual atividade da bovinocultura de corte?

09. FATORES REGIONAIS

127. Para você, quais são os principais entraves para o desenvolvimento da bovinocultura de corte na Região das Missões?

- 1. Abigeano
- 2. Más condições de estradas
- 3. Problemas sanitários da pecuária (carrapatos, moscas, aftosa...)
- 4. Expansão das lavouras de grãos
- 5. Presença de movimentos sociais
- 6. Assistência técnica
- 7. Fiscalização e inspeção
- 8. Comercialização/mercado
- 9. Mão de obra
- 10. Rentabilidade
- 11. Tecnologia (genética, melhoramento, pastagens, manejo...)
- 12. Capital
- 13. Área útil
- 14. Qualidade do campo
- 15. Seca/estiagem e inverno rigoroso
- 16. Aumento da concentração do mercado
- 17. Dificuldade em encontrar demanda
- 18. Dificuldade em atender as exigências dos compradores (teor de gordura e de qualidade...)
- 19. Preços baixos
- 20. Atraso no pagamento dos frigoríficos
- 21. Alto custo dos insumos
- 22. Dificuldade em encontrar animais para reposição

128. Você sentiu algum impacto da operação carne fraca sobre a sua produção?

129. Ao projetar o futuro da pecuária em sua propriedade, você pretende:

- 1. Diminuir a produção
- 2. Manter a produção

- 3. Aumentar a produção

130. Quando pensa na atividade pecuária à longo prazo, o que lhe preocupa?

131. Dentre as seguintes melhorias, qual considera a mais importante para a sua região?

- 1. Crédito e financiamentos
- 2. Estradas, água e luz (infraestrutura)
- 3. Segurança, saúde e educação (sociais)
- 4. Assistência técnica (EMATER)
- 5. Pesquisa agropecuária (EMBRAPA, Universidades)
- 6. Intervenção do estado para regular mercados
- 7. Apoio no enfrentamento aos problemas climáticos, na falta de água
- 8. Não sabe
- Outro: _____

132. Se houvesse a possibilidade, você gostaria de trabalhar em atividade fora da propriedade?

- 1. Sim
- 2. Não

Qual? _____

133. O Sr. pensa em mudar de atividade?

- 1. Sim
- 2. Não

Qual? _____

134. Qual a distância (em Km) da sua casa até o cidade/aglomeração urbana do seu município?
